



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - UFU**  
**INSTITUTO DE GEOGRAFIA - IG**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**  
**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: GEOGRAFIA E GESTÃO DO TERRITÓRIO**

**AS AÇÕES DO ESTADO E DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS EM  
CONFLITOS NA RESERVA EXTRATIVISTA “VERDE PARA SEMPRE” EM  
PORTO DE MOZ, ESTADO DO PARÁ**

**MÁRIO JÚNIOR DE CARVALHO ARNAUD**

**Uberlândia – MG**  
**2019**

**MÁRIO JÚNIOR DE CARVALHO ARNAUD**

**AS AÇÕES DO ESTADO E DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS EM  
CONFLITOS NA RESERVA EXTRATIVISTA “VERDE PARA SEMPRE” EM  
PORTO DE MOZ, ESTADO DO PARÁ**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito à obtenção do título de Doutor em Geografia.

Área de concentração: Geografia e Gestão do território

Orientador: Prof. Dr. João Cleps Junior.

**Uberlândia – MG  
2019**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

---

A744a      Arnaud, Mário Júnior de Carvalho, 1980-  
2019      As ações do Estado e dos movimentos socioterritoriais em conflitos  
na reserva extrativista “Verde para Sempre” em Porto de Moz, estado do  
Pará [recurso eletrônico] / Mário Júnior de Carvalho Arnaud. - 2019.

Orientador: João Cleps Júnior.  
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa  
de Pós-Graduação em Geografia.  
Modo de acesso: Internet.  
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.te.2020.3601>  
Inclui bibliografia.  
Inclui ilustrações.

1. Geografia. I. Cleps Júnior, João, 1962- (Orient.) II. Universidade  
Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III.  
Título.

---

CDU: 910.1



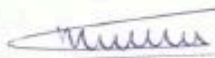
Gerlaine Araújo Silva - CRB-6/1408

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**

Programa de Pós-Graduação em Geografia

**MÁRIO JÚNIOR DE CARVALHO ARNAUD**

"AS AÇÕES DO ESTADO E DOS MOVIMENTOS  
SOCIOTERRITORIAIS EM CONFLITOS NA RESERVA  
EXTRATIVISTA "VERDE PARA SEMPRE" EM PORTO DE MOZ,  
ESTADO DO PARÁ".

  
\_\_\_\_\_  
Professor Doutor João Cleps Junior (Orientador) - UFU  
\_\_\_\_\_  
Professor Doutor Mauricio Gonsalves Torres - UFPA  
\_\_\_\_\_  
Professor Doutor Gilberto Miranda Rocha - UFPA  
\_\_\_\_\_  
Professor Doutor Marcelo Cervo Chelotti - UFU  
\_\_\_\_\_  
Professor Doutor Mirlei Fachini Vicente Pereira - UFUData: 13 / 09 de 2019Resultado: Aprovado

“Nós representamos mais de duas mil famílias dentro da área da reserva, então é um papel muito importante. Mas, eu acho que se o Conselho Deliberativo, ele faria um trabalho muito melhor, se ele sentasse com as pessoas e discutisse né? Porque quando vai pra lá pra grande plenária você leva a decisão das pessoas não é de você” (Representante da Comunidade Vila Bom Jesus no Conselho Deliberativo da RESEX “Verde para Sempre”, março de 2019).

## AGRADECIMENTOS

Ao longo desses quatro anos foram muitas as forças humanas e outras não descritíveis que passaram por nós, por este trabalho. As forças humanas, positivas foram muito marcantes. Pessoas que contribuíram em todos os sentidos, em todos os lugares que passamos, desde o Pará até Minas Gerais, especialmente amigos e amigas queridas de Uberlândia. A todos, muito obrigado, gratidão eterna.

Portanto, dessas pessoas e forças positivas que estive perto, certamente eu não teria conseguido nada sem a minha família, família grande, pessoas especiais demais, minha esposa Tayana Oliveira, pessoa chave, importantíssima nesta tese em todos os momentos, além de ser uma companheira e primeira apoiadora para conclusão deste trabalho. Agradeço por nunca ter saído da minha vida, igualmente meu filho Pietro Arnaud e meus pais Mário e Dolores. Pessoas que desde o início apoiaram-me incondicionalmente. Muito obrigado!

Agradeço ainda as minhas irmãs Karimy, Brenda e Maysa, além da família de minha esposa, minha sogra Ervalina, cunhadas e cunhados, tia Cacilda, tios e tias, primos e primas que contribuíram muito para tornara feitura desta tese a menos turbulenta possível. Faço um agradecimento especial ao meu sogro, Zecão, José Antônio de Oliveira (*in memoriam*) com quem debati muitos assuntos pertinentes a esta pesquisa e a Geografia política de forma geral. Com muito afeto recordo e agradeço também a ajuda do meu tio Francisco e tia Lourdes (*in memoriam*) em minha carreira profissional e na vida como um todo. Sei que eles me protegem estejam onde estiverem. Obrigado!

Agradecimento especial ao meu orientador e companheiro João Cleps Júnior. Um ser humano comprometido com as questões sociais, Geógrafo e pesquisador sério no trabalho que executa, camarada que me ajudou muito na formação enquanto pesquisador, e para mim é um exemplo de pessoa e profissional. Toda a sua seriedade, cobrança e compromisso com o trabalho não encobrem sua humanidade, sua compreensão nos momentos tensos desses mais de quatro anos de trabalho, sem nunca termos um único atrito no decorrer da feitura dessa tese. Obrigado, camarada e companheiro João Cleps!

Agradecimento especial também à Professora Geisa Daise Gumieiro Cleps do PPGEU-UFU, nossa primeira orientadora, pelas conversas iniciais e ela soube entender nossa perspectiva nesta tese, nos deixando escolher quais caminhos a seguir e por isso teve acima de tudo a humanidade e compromisso com nosso trabalho, nos permitindo seguir com outro orientador, de acordo com nossa liberdade intelectual. Algo bem difícil acontecer nessa relação orientador e orientando.

Agradecimento especial ao Prof. Dr. Mauricio Torres pelas conversas e contribuições tanto na banca de qualificação quanto nos diálogos fora desta, bem como por ser uma referência tanto na pesquisa atuante, juntos aos movimentos sociais e que certamente tenho muito a aprender. Grato, companheiro!

Agradecimento especial ao Prof. Rosselvelt pela sua participação em nossa banca de qualificação, com valiosas contribuições a tese final.

Grato ao amigo e meu ex-orientador de mestrado na UFPA, Prof. Dr. Gilberto de Miranda Rocha pelas contribuições desde o mestrado e agora em nossa defesa final. Grato, companheiro!

Agradeço muito o companheirismo e participação do Prof. Mirlei Fachinni Vicente Pereira em nossa defesa final e pelas conversas de corredor esclarecedoras em relação ao nosso tema de estudo.

Agradecimento especial ao Prof. Dr. Marcelo Chelotti pela participação na banca final e pelas contribuições a esta pesquisa, orientações outras fora da tese que ajudaram em nossa formação de pesquisa e intelectual.

Aos colegas do Campus de Cametá, todos, sem citar nomes, pois seria muito injusto, posto que temos proximidade com quase todos. A vocês, obrigado pelas conversas, troca de ideias nas rodadas de cerveja e bate-papo por Cametá, Oeiras do Pará, Limoeiro do Ajurú, Mocajuba, Baião, cidades onde temos pólos da UFPA, de nosso Campus de Cametá. Agradecimento especial ao Prof. Dr. Doriedson Rodrigues, amigo e companheiro Coordenador do Campus de Cametá que em várias discussões contribuiu para nosso amadurecimento nesta pesquisa, além do apoio institucional. Muito obrigado!

À colega Profa. Dra. Raquel Costa do Campus de Cametá, Faculdade de Linguagem, que mesmo com toda a correria a qual nossa profissão nos impõe, sempre se disponibilizou a nos ajudar na revisão da tese, inclusive desde o nosso mestrado. Muito agradecido, querida!

Especial agradecimento aos colegas da Faculdade de Geografia do Campus de Cametá (FAGEO – UFPA/CAMETÁ), que souberem entender e gerenciar nossa ausência no momento que estivemos em Uberlândia: Professores Doutores José Carlos, Rosivanderson, Edir Pereira, Marcel Padinha e Prof. Mestre Welington Moraes. Agradecimento especial à Gilvane, nossa secretária da Faculdade e Greice Kelly, nossa bolsista que contribuíram muito em meio ao trabalho como docente e na Direção da FAGEO.

Aos colegas da Faculdade de Cartografia e Geografia de Belém, pela ajuda no momento complicado de nosso estudo fora do Pará e pela amizade construída anos e anos na Geografia e fora dela: Professores Carlos Bordalo, Giovane Mota, Tiago, Franciney Ponte.

Aos meus alunos de todas as turmas pelas quais eu passei construímos uma relação sólida, humana e profissional e que em todas as nossas aulas falamos dessa pesquisa, uma espécie de relato de campo e das etapas em que essa tese foi sendo construída. Muito obrigado a todos vocês!

Agradecimento especial aos meus orientandos de TCC e em nosso grupo de pesquisa – Grupo de estudos e pesquisa em Geografia agrária e território na Amazônia (GEAT).

Ao Amigo Cláudio ex-orientando e camarada que em uma mesa de bar, nos alertou dos conflitos que ocorrera na RESEX “Verde para Sempre”, e despertou nosso interesse por essa área. Sim! Às vezes, grandes ideias e projetos saem de uma mesa de bar. Valeu “Claudião”.

Agradecimento especial ao amigo Walber Torres e Welington Moraes pela amizade e ajuda na elaboração dos mapas e tratamento das imagens de satélite. E ao amigo Ayrton Santos de Santarém pelos vários momentos de ajuda.

Aos alunos e alunas, queridos e queridas que nos ajudaram diretamente em várias situações nesta tese: Maila Viana, Geovana Pinheiro, Marcelo e Darlam.

Um agradecimento e reconhecimento especial aos amigos da Comunidade Vila Bom Jesus: Prof. Abrãao, Dona Edir e Vavá.

Um achado nesta tese foi a descoberta de parentes na Comunidade: meu tio-avô Joaquim Arnaud e meus primos e primas, pessoas que vieram do interior de Cametá e foram morar exatamente onde despertou nosso interesse de pesquisa no Doutorado. Coincidência?

Aos meus companheiros do LAGEA, especialmente à Natália Campos, nosso primeiro aporte e meu norte na UFU e na Pós, em Uberlândia e ao Wesley Vieira, um companheiro e amigo em todas as horas de aperto, em muitas conversas geográficas e sobre a vida. Agradeço muito à Fabiana, sempre solícita em nossos pedidos de socorro. Ao Tiago, Patrícia e Marcelo Venâncio.

Aos amigos uberlandenses do coração, Rafael e Marcos Ribeiro Mascarenhas e sua mãe Míriam, pessoas adoráveis, que nos proporcionaram além da verdadeira amizade, uma estada em Uberlândia menos tumultuada possível. Sou muito grato!

Aos amigos espalhados por esse mundo que se chama Pará e por esse Brasil, pessoas especiais que em diversos momentos compreenderam nossas angústias e nas alegrias compartilhadas em cada momento da elaboração desta tese e que acima de tudo torcem muito por mim: Mateus Lobato, Jacilino Barbosa, Lilian Brito, Ana Paula, Jackson Leão, Idé Leão, Ivanir Brazão, Luís Valente, José Domingos, Adenil Rodrigues, João Batista, Adalberto Portilho, Raquel Costa, Helen, Jorge Domingues, Kelli Garboza, JJ (filhote), Paulo Melo, Luciana Freire, Enéias Barbosa, Ademir Terra, Marcos Vinícius, Carmem (Brasília) e Heitor Nascimento (Uberlândia).

Aos Colegas de turma de Doutorado, e do PPGeo-UFU, apesar de nos vermos muito pouco, mas alguns contatos continuam e amizade também, Adriano de La Fuente, Victor Sóliz.

Aos professores do PPGeo da UFU, Rosselvelt Santos, Marcelo Chelotti, Mirlei Fachini e Vera Salazar. Esses professores, nas aulas e no cotidiano de amizade e conversas em suas salas de pesquisa estiveram e compareceram muito nesta tese.

À Izabel e ao João Fernandes, pelo atendimento e auxílio na secretaria da pós-graduação.

E assim, agradeço as forças superiores, algo além de nossa condição humana que a todo o momento protege-me e aos que estão em meu convívio e que me possibilitaram chegar até aqui, um sempre, novo começo, nunca um fim. Muito grato!



## RESUMO

A Amazônia tem sido palco de pesquisas sobre conflitos territoriais e esta tese vem trazer mais uma contribuição teórico-metodológica para a explicação desses fenômenos. Dentro da sua contextualização a Amazônia os sujeitos que nela habitam sempre foram envolvidos, em todos os seus momentos históricos, à conflitos em que o cerne disso, em sua grande maioria, teve e tem como foco o uso da Terra. Nesta pesquisa de Doutorado procuramos trazer o debate sobre conflitos em uma Unidade de Conservação da categoria uso sustentável, uma Reserva Extrativista, a “Verde para sempre” em Porto de Moz, estado do Pará. Com esse intuito nosso objetivo central está em compreender os conflitos e conflitualidades emergentes nesta Reserva Extrativista, na Comunidade Vila Bom Jesus e Comunidade Vila Nova Bom Jesus, procurando entender também como os sujeitos se constituíram historicamente em meio a isso, enquanto classe social, o camponês florestal e depois como comunidade tradicional em movimentos socioterritoriais vivendo em uma RESEX. A RESEX em questão emergiu em meio a grandes conflitos madeireiros e pela pesca predatória em Porto de Moz. Durante o processo de instalação da RESEX “Verde para sempre” outros conflitos compareceram no território da RESEX durante a sua existência entre Estado e comunidades tradicionais, e entre as comunidades locais. Com o uso de procedimentos metodológicos, técnicas de pesquisa como a pesquisa de campo, entrevistas semi-estruturadas e questionários buscamos compreender os conflitos e conflitualidade entre Estado e as comunidades tradicionais, no que tange a legislação e sua execução; entre as comunidades tradicionais ao estabelecer uma relação não linear e “participativa” com o próprio Estado por meio dos órgãos ambientais. Consideramos que o resultado disso é a continuidade de alguns problemas com relação à retirada da madeira e da atividade da pesca mesmo em menor grau, porém perfazendo novos/velhos conflitos emergindo principalmente pela ausência de uma gestão eficiente dos órgãos públicos responsáveis e presentes (ausentes) na RESEX; a não participação de todas as comunidades na gestão, com participação parcial da gestão da RESEX, gerando a inexistência de uma organização social, dificultando a execução de planos de ação e de manejo nas comunidades tradicionais. Contribui para isso a “ausência” do Estado configurando entre outros, o surgimento de novas tensões territoriais, mas também resistências nas formas de uso da floresta, do rio e da terra em que se territorializam disputas territoriais tanto para permanência na RESEX quanto por essas disputas também provocarem a expulsão dos moradores pelas condições impostas. De maneira geral, permanência e expulsão dos moradores remetem a uma relação conflituosa que envolve a dificuldade de viver em uma RESEX como a “Verde para sempre” em parte por se encontrar sempre abandonada pelo Estado brasileiro.

**Palavras-chave:** Amazônia. Pará. Conflitos socioterritoriais. Comunidades Tradicionais. Reserva Extrativista “Verde para sempre”. Comunidade Vila Bom Jesus.

## ABSTRACT

The Amazon scenario has been part of researches based on several territorial conflicts, and this thesis comes through bringing one more methodological-theoretical contribution to the explanation of these phenomena. From this regional perspective and in all historical moments, the Amazon conflicts were linked to the land use. This PhD research aimed discuss and improve a debate about the conflicts in a sustainable conservation unit characterized in Brazil as Extractive Reserve (RESEX) Verde Para sempre, located at Porto de Moz county, state of Para. In this sense, this research sought comprehend as well how the combination of elements and agents that contributes to these conflicts come through in the Extractive Reserve, in Vila Bom Jesus, and in Vila Nova Bom Jesus, evidencing how the communities have been geographically and historically inserted by social class, by the forestry peasant, and by socioterritorials manifests promoted by traditional communities. The RESEX emerged among logger conflicts and predatory fishing in Porto de Moz, and while its implantation, other conflicts between government and traditional/local communities. Within methodological procedures based on field trips, semi-elaborated interviews such as questionnaires, it was possible comprehend the conflicts between the Government and traditional communities stablishing a non-linear and participative relationship between these institutions, evolving environmental agencies. The result of that totality is a continuous problematic engineered to logging and predatory fishing activities, however making up old and recent conflicts linked to an inefficient RESEX management and responsibilities, such as lack of participation of all communities involved; creating obstacles to the action and management plans in traditional communities. From a government State absence, its possible notice the emergence of new territorial tensions, but also resistances in the forest, in the river, and in the land use where these territorial disputes are inserted; so much for RESEX maintenance, such for the disputes that caused the dweller allocation by the conditions imposed. Thus, the dwellers permanence and expulsion are engineered to conflicts between life quality in RESEX - "Verde para sempre", in case - for being always derelict by Brazilian State.

**Keywords:** Amazonia. Para. Socioterritorials conflicts. Tradittional Communities. Extractivist Reserve "Verde para sempre". Vila Bom Jesus Community

## LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

### LISTA DE MAPAS

<b>MAPA 1</b> – Localização da Reserva Extrativista “Verde para Sempre” .....	20
<b>MAPA 2</b> – Localização do município de Porto de Moz – Estado do Pará .....	119
<b>MAPA 3</b> –Porto de Moz – Localização dos Distritos municipais .....	119

### LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Aplicação de técnicas de pesquisa: questionário e entrevistas.....	29
<b>Quadro 2:</b> Identificação das entrevistas realizadas na cidade de Porto de Moz e Vila Bom Jesus em 2012 .....	30
<b>Quadro 3:</b> Entrevistados na Vila Bom Jesus – RESEX “Verde para sempre” .....	31
<b>Quadro 4:</b> Sistema de Unidades de Conservação segundo SNUC.....	101
<b>Quadro 5:</b> Nações indígenas por família linguística na região Xingu(PA).....	127
<b>Quadro 6:</b> Linha temporal de deslocamento da Vila Bom Jesus .....	150
<b>Quadro 7:</b> Comunidade Vila Bom Jesus – Principais atividades desenvolvidas pelos moradores (2019).....	197

### LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1:</b> Unidades de Conservação criadas de 1937 a 1976.....	105
<b>Gráfico 2:</b> Unidades de Conservação criadas de 1977 a 2018.....	106
<b>Gráfico 3:</b> Categorias de Unidades de Conservação mais representativas – 2019.....	107

<b>Gráfico 4:</b> Tipo e número de Unidades de conservação criadas até 2018 .....	108
<b>Gráfico 5:</b> Áreas criadas por categoria de manejo – 1934 a 1918 .....	109
<b>Gráfico 6:</b> Porto de Moz (PA) população urbana e rural (2010) .....	125
<b>Gráfico 7:</b> Porto de Moz (PA) – Crescimento Populacional, 1991-2010 .....	129
<b>Gráfico 8:</b> Dados populacionais e população estimada até 2018 .....	130
<b>Gráfico 9:</b> Porto de Moz – Evolução da população rural e urbana, 1991 - 2010 .....	131
<b>Gráfico 10:</b> Opinião dos moradores sobre a situação de moradia depois da criação da RESEX .....	185
<b>Gráfico 11:</b> Grau de participação de governo e/ou órgãos públicos na gestão da RESEX .....	187
<b>Gráfico 12:</b> Participação de órgãos na Assistência técnica .....	188
<b>Gráfico 13:</b> Frequência de visita dos técnicos do ICMBio na RESEX/Comunidade Bom Jesus.....	188
<b>Gráfico 14:</b> RESEX: Principal fonte de renda das famílias residentes (2019) .....	191
<b>Gráfico 15:</b> RESEX: Ocupações principais dos residentes da RESEX/Comunidade Bom Jesus (2019).....	192
<b>Gráfico 16:</b> Opinião dos moradores sobre a sua condição econômica após a criação da RESEX (2019).....	193
<b>Gráfico 17:</b> RESEX: Principal responsável pela manutenção financeira da família...	194
<b>Gráfico 18:</b> Principais atividades econômicas desenvolvidas na comunidade (2019)	195

**Gráfico 19:** RESEX: Atividades econômicas ligadas a pecuárias e outros animais ... 196

**Gráfico 20:** RESEX - Atividades econômicas ligadas à agricultura ..... 196

## LISTA DE FIGURAS

**Figura 1:** Principais núcleos coloniais da Amazônia na época do Diretório Pombalino (1757-1798) ..... 51

**Figura 2:** Porto de Moz-PA - Frente da cidade-Avenida 19 de novembro em 1970. . 122

**Figura 3:** Comunidade Vila Bom Jesus – demonstração do deslocamento geográfico (1870 a atualidade) ..... 147

**Figura 4:** Porto de Moz – PA - Atual localização da Comunidade Vila Bom Jesus (2019) ..... 147

**Figura 5:** Comunidade Vila Bom Jesus - Aspecto de uma área de várzea ..... 153

**Figura 6:** Comunidade Vila Nova Bom Jesus – demonstração do deslocamento geográfico no decorrer do tempo (1900 a atualidade) ..... 155

**Figura 7:** Comunidade Vila Nova Bom Jesus - localização atual ..... 156

**Figura 8:** Comunidade Vila Bom Jesus - ponte de ligação entre as duas Vilas ..... 157

**Figura 9:** RESEX “Verde para Sempre” - localização e direcionamento das atividades agropecuárias e extrativistas ..... 167

**Figura 10:** Comunidade Vila Bom Jesus – Aspecto dos lotes dos moradores das duas comunidades ..... 168

**Figura 11:** Comunidade Vila Bom Jesus – Aspecto dos lotes em expansão ..... 169

**Figura 12:** Comunidade Vila Bom Jesus – Lotes em expansão/manutenção com ajuda Prefeitura ..... 170

**Figura 13:** Comunidade Vila Bom Jesus - Lotes dos moradores ..... 170

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**CELPA** – Centrais Elétricas do Pará

**CNS** - Conselho de desenvolvimento Sustentável de Porto de Moz

**IBAMA** - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

**IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**ICMBio** - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

**IEB** - Instituto Internacional de Educação do Brasil

**INCRA** - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

**LAET**- Laboratório Agroecológico da Transamazônica

**MMA** – Ministério do Meio Ambiente

**ONGS** – Organizações não-governamentais

**RESEX** - Reserva Extrativista

**RBG**- Revista Brasileira de Geografia

**SAC** – Serviço de atendimento ao consumidor

**SPVEA** - Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

**SERASA** - Centralização de Serviços dos Bancos

**SUDAM** - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

**UC** - Unidade de Conservação

**ZEE** - Zoneamento Ecológico Econômico

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E RECORTE DA PESQUISA .....</b>	<b>25</b>
Recorte espacial, temporal e temático .....	25
Da escolha da localidade e dos sujeitos da pesquisa.....	30
<b>1. A CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO AMAZÔNICO: revisitando um passado ainda muito recente.....</b>	<b>33</b>
1.1 Amazônia: as faces histórico-geográficas de uma região .....	33
1.2 A abordagem econômica: a região é recurso? .....	46
1.3 Regionalização para consolidação do território.....	58
1.4 A região como inserção na economia internacional e suas faces na atualidade ...	63
1.4.1A consolidação capitalista na Amazônia.....	63
1.4.2Abordagens atuais sobre Amazônia: tentativas descolonizadoras .....	66
<b>2. (RE) PENSANDO A AMAZÔNIA: trajetórias e concepções teórico- metodológicas .....</b>	<b>74</b>
2.1 A região, o território na explicação da Amazônia. ....	74
2.1.1 A região como particularidade .....	74
2.1.2 O território: lócus de análise e tensões.....	79
2.2 O conflito como categoria de análise para a compreensão da Amazônia.....	85
2.2.1 O conflito como categoria de análise .....	85
2.2.2 Conflitos, movimentos e conflitualidades socioterritoriais.....	87
<b>3 MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS, ESTADO E A CONSTITUIÇÃO DA RESEX “VERDE PARA SEMPRE” .....</b>	<b>100</b>
3.1 Estratégias de criação das Unidades de Conservação: o caso das Reservas Extrativistas .....	100
3.2 Formação espaço-temporal de Porto de Moz: contextualização necessária ao debate .....	117
3.2.1 Contextualização histórica e geográfica de Porto de Moz .....	117

3.2.2 População e economia de Porto de Moz .....	125
3.3 O histórico de organização e criação da Reserva Extrativista “Verde para sempre” em Porto de Moz.....	132
3.3.1 Contexto local/regional de origem da Reserva “Verde para sempre” .....	132
3.3.2 Movimentos sociais e o desencadeamento da “Verde para sempre” .....	135
3.4 Os interesses e os conflitos entre Estado, capital e comunidades tradicionais na RESEX “Verde para sempre” .....	139
<b>4. TERRITORIALIZAÇÃO E R-EXISTÊNCIA NAS COMUNIDADES VILA BOM JESUS E VILA NOVA BOM JESUS.....</b>	<b>145</b>
4.1 Territorialização da Vila Bom Jesus no contexto da RESEX “Verde para sempre” .....	146
4.2 A Vila <i>Nova</i> Bom Jesus no contexto de criação da RESEX “Verde para sempre” .....	154
4.3. Território e territorialidades na Vila Bom Jesus .....	158
4.3.1 Territorialidades político-institucionais e econômicas.....	158
4.4 Território e territorialidades na Vila <i>Nova</i> Bom Jesus .....	174
4.4.1 Territorialidades político-institucionais e econômicas.....	174
<b>5. OS CONFLITOS NA RESERVA EXTRATIVISTA “VERDE PARA SEMPRE”: análise das tensões territoriais e r-existências.....</b>	<b>181</b>
5.1 Vila Bom Jeus: movimento socioterritorial ou ambiental? .....	181
5.2 As r-existências no uso da floresta, do rio e da terra na Vila Bom Jesus .....	189
5.3 Disputas e tensões de uma comunidade tradicional: Vila Bom Jesus no contexto da RESEX “Verde para sempre” .....	201
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>210</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>217</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>224</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>225</b>



## INTRODUÇÃO

As políticas ambientais têm afetado sobremaneira tanto positivamente quanto negativamente o campo brasileiro. Em geral, não há concordância entre as ruralistas e ambientalistas, seja na esfera do governo ou nas mobilizações e reivindicações sociais que tem se deflagrado e que remetem aos aspectos ligados à ruralidade e ao ambientalismo de forma geral. Na Amazônia, especificamente no estado do Pará, as ações do Estado brasileiro têm produzido fenômenos diferenciados sobre o espaço rural, ou seja, a grande variedade de processos e ações que formam o mosaico dos movimentos sociais nesta porção do território amazônico é também grande responsável por toda essa dinâmica.

Isso reflete a importância da Amazônia, e especificamente do estado do Pará principalmente dos meados do século XX em diante, no que diz respeito à intensificação da exploração de suas matérias-primas, uso da terra e de sua população como mão de obra. Com o passar dos tempos a geopolítica sobre a região se aprimorou, e o Estado foi também se modificando e com suas formas de opressões também, desde o período colonial até o presente momento. Nesse sentido, evidenciamos as lutas, as contestações das populações, das comunidades e dos sujeitos amazônicos. O discurso e as ações do Estado e de empresas, raras vezes servem às populações amazônicas, as tensões, assim, é uma constante na história de sua formação.

Particularmente, neste item sobre as tensões que as comunidades tradicionais estiveram e está sempre rodeadas, demos a devida atenção, pois estão envolvidas em conflitualidades territoriais constantes no que se refere a sua permanência em seus territórios, em suas terras tradicionalmente ocupadas. Essas conflitualidades permitiram inúmeras ações de r-existência<sup>1</sup> dessas comunidades, como por exemplo, os movimentos para a criação das Reservas Extrativistas como um novo modelo de unidade territorial.

---

<sup>1</sup> O termo r-existência que adotamos neste projeto e será usado na Tese, vem das contribuições de Porto-Gonçalves em publicações de 2001 em diante, pensando mais numa condição de existência do que um “simples” ato de resistir. Outros autores como Brandão (2009) e Costa (2006) pensam a resistência/r-existência como adaptação às condições diversas que se constroem, por exemplo, no território amazônico principalmente após eventos como as Barragens. Os autores convergem em certo ponto, mas pensamos ser mais próxima a àquela de Porto-Gonçalves, pois: “o que se tem é R-Existência posto que não se reage, simplesmente a ação alheia, mas, sim, que algo pré-existe e é a partir dessa existência que se R-Existe. Existo, logo resisto. R-Existo.” (Porto-Gonçalves, 2006, p.47). Assim, dizemos para além do ato de resistir, a r-existência se apresenta como viés de existência de vida, anterior e atual e formas de afirmação identitária

A criação de RESEXs na Amazônia deu um novo sentido à tomada da região, de algo que já se configura como antigo. A RESEX remete a uma nova forma de reconhecimento para as comunidades, porém, de uma ocupação já tradicional, que já existe nas comunidades tradicionais. Essas comunidades passaram a criar formas de permanência e reprodução socioeconômica em suas terras, diante do avanço do capital e, por consequência, do Estado aos territórios agora alvos de políticas diversas de planejamento e institucionalização de uma ótica jurídico-burocrática que nada mais representa a continuidade da ocupação das terras amazônicas.

De forma geral, a literatura disponível e as pesquisas na atualidade têm direcionando para uma interpretação mais próxima das ações daqueles sujeitos que aqui chamamos de subalternizados da história social e da história da Amazônia, em específico. Ou, como Quijano (2005) diz em relação a uma necessária leitura descolonializada na América latina: a colonialidade do poder na América Latina, em grande parte baseada na ideia de raça como categoria mental da modernidade, criou raízes tão fortes que provou ser mais duradouro e estável que o colonialismo em cuja matriz foi estabelecida entre as metrópoles e as colônias. Ou seja, a colonização estabelecida numa relação econômica e política estenderam-se para uma colonialidade estabelecida nas relações sociais, culturais e intelectuais.

Assim, a produção deste trabalho trouxe duas inquietações a nosso ver muito necessárias ao debate de Amazônia enquanto região, especialmente pelos conflitos territoriais que se desenham na parte oriental da mesma, especificamente na porção central e do Oeste paraense: as Reservas Extrativistas acabaram se tornando a forma pela qual a gestão a partir de uma UC tem favorecido mais o controle do território pela união, do que a garantia, a permanência e sobrevivência das comunidades tradicionais nas áreas rurais de forma extrativista e sustentável. Lembrando que o objetivo de uma RESEX é dar condições de continuidade de sobrevivência e segurança ao sustento às comunidades tradicionais.

O desdobramento disso, nossa segunda inquietação, demonstra que tal fato tem garantido a continuidade da ocupação via o grande capital nacional e internacional, interesses diversos em diversas áreas da formação da região. A continuidade que falamos se refere àquela iniciada na década de 1950, mas também cremos que esse processo que é histórico vem se dando desde o período colonial, e, com o devido cuidado, fazendo todas as considerações histórico-espaciais e resultantes de inserções

no território que são contextuais tendo suas especificidades em seus momentos correspondentes.

Posto isso, os diálogos em relação às faces histórico-geográficas da região amazônica levaram em conta os embates entre as classes sociais que compõem o cenário regional, procurando fazer releituras de sua constituição pela leitura descolonial, onde os sujeitos subalternizados nas leituras, mas não de sua condição espacial, possam não só aparecer, mas acima de tudo compreender a apropriação capitalista dos recursos e numa relação sempre contraditória fez esses sujeitos sempre resistirem, se reorganizarem, sobreviverem como classe social.

Assim, nosso objeto de estudo na pesquisa, centra-se naquilo que estamos afirmando: a criação de uma Unidade de conservação, uma Reserva extrativista onde demonstramos como uma nova forma de apropriação de território ocorre na Amazônia, que gera as conflitualidades entre Estado e os sujeitos amazônicos. Isso se acirra pela geopolítica historicamente instalada na região. Compreende-se que a criação das Reservas extrativistas representa para o Estado, uma estratégica posição. Ao mesmo tempo é resultado da emergência da questão ambientalista, que por sua vez transforma a problemática do discurso do uso da terra e a transforma em discurso ambiental. Isto tudo na atualidade implica diferentes territorializações e conflitos na região.

Assim, passamos a compreender o contexto que surgem os movimentos socioterritoriais. Eles passam, primeiramente, a ser expressão de conflitos de classe. Depois, como corresponde ao atendimento de uma espécie de exigência em que se dá em cada o momento histórico. Como? No decorrer da história da Amazônia, vemos nas organizações ocorridas nas áreas rurais, que envolvem índios, ribeirinhos, quilombolas, povos da floresta de uma forma geral, uma resposta às ameaças a sua sobrevivência, evidenciadas na expropriação de suas terras, a burocratização acompanhada da mão pesada do estado no uso da força, na repressão e da violência para garantir suas posses, domínios políticos e territoriais. Assim, os movimentos são reações.

A pesquisa sobre a Reserva Extrativista “Verde para sempre” em Porto de Moz, portanto, servirá como estudo paradigmático, já que a partir dele é possível pensar alguns elementos fundantes da ideia de Amazônia no imaginário externo e local; leva também à compreensão da realidade atual, no que chamamos de um processo contínuo e ininterrupto, violento de aquisição e domínio dos recursos disponíveis na região. Portanto, nesse aspecto, os estudos sobre Reservas Extrativistas têm essa

representatividade, que serve de paradigma para a compreensão de uma realidade mais ampla.

Por outro lado, em cada momento histórico exigências parecem medir a capacidade organizativa dos sujeitos amazônicos. Vimos que a partir de 1970, bem como na atualidade, a resposta da sociedade, em particular das áreas rurais, tem sido marcante pela capacidade de adequação às mudanças pelas quais a Amazônia passou nesses períodos. Por exemplo, com a ajuda da Igreja Católica, que também passava por mudanças em seus modos de evangelização nesse período, em Porto de Moz (Pará) já se iniciavam as mobilizações sociais contra a presença de madeireiras no município, onde futuramente seria criada a Reserva extrativista “Verde para sempre”.

A partir de 1980, os povos da floresta do Acre, sob comando de vários sindicalistas, com destaque para Chico Mendes, passaram a exigir do Estado a garantia de sua permanência na floresta. Sobreviviam da extração do látex e, ao mesmo tempo denunciavam ameaças dos fazendeiros recém-chegados à região, com o incentivo do próprio Estado para explorar a terra oferecida a preços baixos, como forma de garantir o desenvolvimento daquela região: a floresta dando lugar ao pasto.

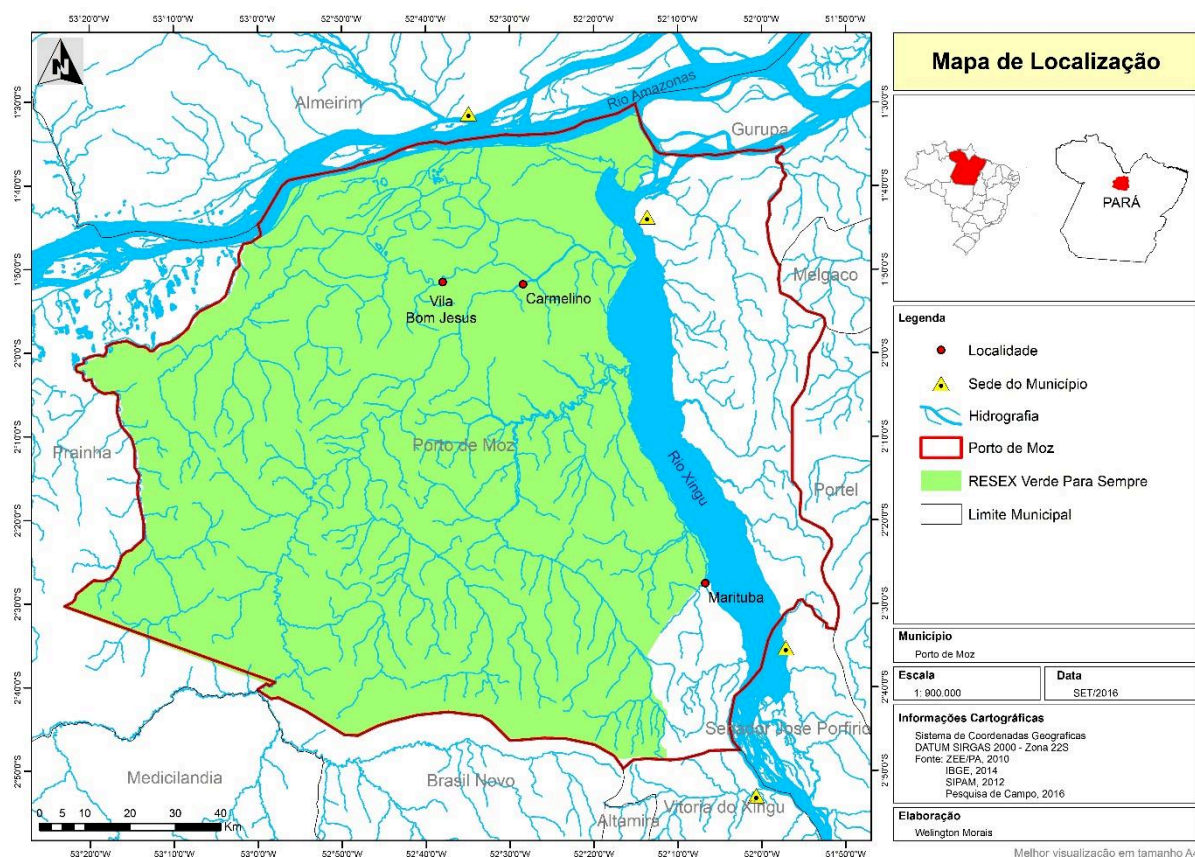
Em sua trajetória, as mobilizações na Amazônia nascem fundamentalmente nas áreas rurais. As mobilizações incorporam ou criam as temáticas que passam a defender e formam suas bandeiras de mobilização, incorpora discursos técnicos e burocráticos do Estado, da academia, como forma de inserirem suas pautas. Porém, vemos que o exagero da incorporação dos discursos legalistas, burocrático-institucionais, embora contribua para a inserção das comunidades tradicionais presentes nas RESEXs nos diálogos com as instituições, ao mesmo tempo ajudam a pensar sua mobilização social, pois, temos observado que adotar só o discurso principalmente do Estado, faz distanciar-se das causas principais do movimento, esquecendo o sentido de existência de uma RESEX.

O nosso foco de pesquisa, o qual procuramos entender a continuidade da ocupação da Amazônia e as conflitualidades territoriais é a Reserva extrativista “Verde para sempre, criada em novembro de 2004 e administrada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Localiza-se no município de Porto de Moz, região intermediária de Altamira<sup>2</sup>, região imediata de Almeirim. A seguir, o mapa 1 com identificação de nossa área de estudo.

---

<sup>2</sup>Em 2017 tivemos uma mudança na regionalização do país. A **Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias 2017** apresentada pelo IBGE, traçou um

## MAPA 1– Porto de Moz - PA - Localização da Reserva Extrativista “Verde para Sempre”



**Fonte:** ZEE/PA, 2010; IBGE, 2014; SIPAM, 2012; PESQUISA DE CAMPO, 2016.  
**ELABORAÇÃO:** Wellington Moraes, 2016.

Em se tratando do espaço e de nosso eixo temático na tese, nossos recortes da pesquisa, portanto, se referem à abordagem da Reserva extrativista “Verde para sempre” como tema, considerando uma escala temporal do início dos movimentos socioterritoriais, a partir de 1970 até a atualidade (2018). A delimitação espacial é Porto de Moz (área de estudo), e o Estado do Pará, para pensar o contexto de outras RESEXs, para nos ajudar a compreender Porto de Moz e a RESEX “Verde para sempre”.

Diante disso e contextualizando as ideias já colocadas anteriormente, as problemáticas cercam as seguintes questões:

**1.** Considerando a presença e envolvimento de sujeitos internos (camponeses, ribeirinhos, extrativistas, pescadores), principalmente os residentes na RESEX “Verde

---

novo quadro regional vinculado aos processos sociais, políticos e econômicos sucedidos em território nacional desde a última versão da Divisão Regional do Brasil publicada na década de 1990. “Assim sendo, o que se faz prioritário é a revisão das unidades mesorregionais e microrregionais, que nesse estudo recebem os nomes de Regiões Geográficas Intermediárias e Regiões Geográficas Imediatas, respectivamente (IBGE, 2017). Numa referência sub-regional, iremos também nos referir a localização de Porto de Moz, no Baixo Xingu.

para sempre”, os agentes externos, o grande capital internacionalizado, mais o Estado brasileiro, levando em conta as problemáticas locais, a formação socioespacial da Amazônia e a caracterização de disputas por terra e territórios, recursos naturais, e isso tendo relevância na *sobrevivência* em seus diversos aspectos: do próprio capital (local, regional, nacional), a ordem consensual, legalista e geopolítica presente nas políticas do Estado e, na reprodução cotidiana da vida das comunidades tradicionais, produção e sustento familiar, questiona-se:

Quais as conflitualidades geradas, tanto pelas políticas do Estado na criação das Reservas Extrativistas, como a “Verde para sempre” quanto pelo histórico de inserção da região amazônica num contexto nacional e internacional da economia mundial?

2. A conflitualidade parte da compreensão entre as relações do desenvolvimento e conflitos enquanto *processo*, assim, assumindo sua característica principal de análise. Diante disso, é pertinente entender como essas relações antagônicas estão imbricadas na espacialização e territorialização dos movimentos na criação de uma RESEX. Isto nos leva a questionar:

Na RESEX “Verde para sempre”, questionam-se quais as características dessas conflitualidades, que movimentos foram criados, quais as territorialidades geradas pelas conflitualidades em seu território?

3. Considerando as falhas e omissões das políticas de desenvolvimento para a Amazônia, diante dos sérios problemas de implementação das políticas públicas na região e da forçosa entrada do capitalismo na região, afetando os modos de reprodução, sejam à época das superintendências, do planejamento e desenvolvimento regional, até a nova geopolítica na região, correspondentes ao paradigma ecológico-sustentável pensado pelo Estado, ONGs e movimentos, questiona-se:

Como se criaram, quais as suas características, quais seus sujeitos e como se territorializaram as estratégias de r-existência e reapropriação do território, tanto pelos movimentos socioterritoriais quanto pelo Estado? Quais foram essas estratégias? Em que resultaram (ou seja, quais suas consequências)? Qual a implicação disso para a reprodução socioeconômica dos sujeitos e seus modos de vida de acordo com o processo de ocupação da região, tomando como exemplo a RESEX “Verde para sempre”?

Nossos objetivos estão centrados em um geral e em específicos. O geral remete a: entender o processo de territorialização das conflitualidades entre o Estado e

Movimentos Sociais a partir da criação da Reserva extrativista “Verde para sempre” em Porto de Moz, no Estado do Pará. Os específicos são os seguintes:

- Aprofundar a discussão dos impactos da criação de reservas extrativistas sobre o Estado do Pará evidenciando a interação do Estado, o capital e os movimentos socioambientais na espacialização e territorialização desse processo;
- Identificar as situações de conflitos e os seus respectivos sujeitos envolvidos na “Verde para sempre”;
- Explicar quais foram os sujeitos envolvidos na mobilização e institucionalização das reservas e explicar seus interesses nas mesmas;
- Analisar as formas de resistência e reapropriação da natureza pelos sujeitos e diversos atores locais viabilizando a sua reprodução socioeconômica na RESEX “Verde para sempre”;
- Analisar e explicar as implicações das estratégias criadas pelos sujeitos como forma de r-existência frente às conflitualidades na RESEX “Verde para sempre”.

Os conceitos e categorias principais de nossa pesquisa ajudam a compreender tudo que o viemos introduzindo aqui e na Tese como um todo. Discutiremos a Amazônia como região, pois, a intenção é pensá-la como totalidade em termos de sua ocupação histórico-geográfica. Procuramos discutir com Correa (1987; 1997) e com Trindade Jr., (2005; 2008) como a Amazônia pode ser pensada na categoria da particularidade.

O território foi pensado como o conceito que nos ajudou a discutir as relações de poder que estão imbricadas na região. Utilizamos Raffestin (1980; 1993), Saquet (2007), Haesbaert (2007; 2009). Estes autores, entre clássicos e os mais atuais, embasaram discussões sobre território que explica das relações de conflitos e poder na região amazônica e que envolvem seu histórico de tensões. Ao mesmo tempo, trouxeram uma contribuição para a atualização da abordagem do poder naquilo que procurávamos mais para a atualidade em se tratando de um resgate do território, descartando o uso desordenado deste conceito na geografia, sem o critério de pensá-lo em sua essência.

Na presente tese, trouxemos uma discussão do conflito como categoria de análise, presentes na Sociologia e na Geografia. Essa tentativa nos foi possibilitada com Simmel (1983; 2011) e junto a isso os conceitos de movimentos socioterritoriais e socioespaciais, e o de conflitualidades territoriais para entender como a geografia

começou a abordar o tema movimentos sociais como categoria geográfica. Usamos as abordagens de Fernandes (2005a; 2005b) e Porto-Gonçalves (2004; 2005).

A compreensão de Unidades de Conservação Reserva Extrativista também será abordada no decorrer da pesquisa, principalmente a partir da 3ª seção, além de conceitos e categorias subjacentes às discussões por nós propostas. Assim apresentamos nossa proposta de análise por meio de duas partes e cinco (5) sessões as quais serão apresentadas a seguir.

Na intenção de elucidar a interpretação sobre a Amazônia na atualidade e considerando seu contexto histórico-geográfico, na primeira sessão de nome **A CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO AMAZÔNICO: revisitando um passado recente**, foi pensada como forma de entender o contexto e a formação da Amazônia, fazendo apontamentos para a inserção de outros sujeitos até então invisibilizados na história e na geografia amazônicas. Negros, Índios, caboclos começam a aparecer muito recentemente na literatura e neste capítulo tentamos reforçar isso, mesmo no debate econômico dado a região como recurso, na regionalização proposta pelo Estado brasileiro e que serviu à consolidação e integração territorial. E, por fim, a região sendo inserida na economia internacional e as suas faces na atualidade, voltadas a não invisibilização dos sujeitos, com uma leitura descolonializada da região.

Na segunda seção **(RE) PENSANDO A AMAZÔNIA: trajetórias e concepções teórico-metodológicas** também nos propusemos pensar a Amazônia, porém com categorias e conceitos que julgamos os mais relevantes para alicerçar uma leitura descolonial, que possa nos ajudar a dar não só voz aos sujeitos subalternizados na história, mas que possamos contribuir para uma outra metodologia de interpretação da região, expressa nas realizações desses sujeitos, nos processos que eles contribuíram social, econômica e culturalmente. Com os conceitos de região e território procuramos dar uma contribuição geográfica contundente a esta compreensão. Somando isso à abordagem dos movimentos socioterritoriais e socioespaciais e das conflitualidades territoriais, vieram contribuir com o capítulo, pensando na trajetória da região.

Em seguida, na terceira seção, apresentamos a Reserva Extrativista “Verde para sempre”, com o título **MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS, ESTADO E A CONSTITUIÇÃO DA RESEX “VERDE PARA SEMPRE”**. Nesta seção foram debatidos quais os procedimentos pensados pelo Estado para a criação de uma RESEX, e, como a fundação dela representa os anseios estratégicos dele mesmo. Nela também, se contextualiza o município de Porto de Moz, incluindo uma inserção sobre as relações



que caracterizam as políticas do Estado e os movimentos sociais na RESEX “Verde para sempre”.

Na quarta seção, abordamos **TERRITORIALIZAÇÃO E R-EXISTÊNCIA NAS COMUNIDADES VILA BOM JESUS E VILA NOVA BOM JESUS**. Aqui foram elaboradas considerações sobre a territorialização da RESEX como Unidade de Conservação – UC, a territorialização das comunidades tradicionais estudadas: Comunidade Vila<sup>3</sup> Bom Jesus e Comunidade Vila *Nova* Bom Jesus<sup>4</sup>. A territorialização das conflitualidades entre Estado e movimentos e, a territorialização das tensões entre madeireiras e comunidades tradicionais.

Na seção final, a quinta, tratamos das r-existências nas duas comunidades tradicionais, ou seja, como os movimentos socioterritoriais, as conflitualidades se tornaram a expressão de tensões territoriais na RESEX “Verde para sempre”. Como contribuição, a seção com título **OS CONFLITOS NA RESERVA EXTRATIVISTA “VERDE PARA SEMPRE”: análise das tensões territoriais e r-existências** discutimos como a racionalidade do Estado nas ações das instituições, das legislações ambientais, entram em choque com os movimentos socioterritoriais na RESEX, provocando resistências. Como última contribuição, a seção também refletiu como a Geografia pode contribuir por meio da análise das conflitualidades na RESEX e assim, explicar essa face amazônica.

---

<sup>3</sup> No decorrer do trabalho o termo “Vila” aparecerá em consideração à representatividade que se dá a alguns lugares pela própria população, entidades e instituições existentes em Porto de Moz, e não aquela criada oficialmente pelo IBGE. E, principalmente pelo uso da própria população de Bom Jesus. No entanto, nosso local de estudos se remete a uma *Comunidade*, termo difundido “principalmente após a criação pela Igreja Católica das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), a partir da década de 1960 (SOUSA, 2002). Da mesma forma, pode-se compreender o uso do termo *localidade* como sinônimo, para designar a localização geográfica que identifica e diferencia os lugares fora da sede municipal e dos Distritos de Porto de Moz. Interessante ainda acrescentar que o uso de Vila também se refere a lugares, comunidades, localidades de grande extensão territorial, subáreas centrais de circulação de pessoas, embarcações, produtos e atividades tanto extrativistas quanto agropecuárias (Comunidade Vila de Tapará; Vila Bom Jesus, Vila Carmelino, etc). Cabe entender também que o termo comunidade remete, portanto, à uma categoria prática, e não só de análise, pois nas comunidades “os ribeirinhos do interior da Amazônia constituem uma diversidade de grupos sociais que podem ser definidos como “grupos subalternos”, pois o subalterno “não está diretamente envolvido na lógica produtiva do capital, e em certo sentido é mais ‘livre’ [em relação ao trabalhador urbano-industrial assalariado (PEREIRA, 2014:115). Assim, ao mesmo tempo viver e constituir-se em comunidades é uma forma de contra-ordem, embora o termo *Comunidades tradicionais* venha assumir mais tarde uma conotação política um pouco diferenciada, a qual vamos explicar.

<sup>4</sup> Do mesmo modo que na classificação de Vila Bom Jesus, a Vila *Nova* Bom Jesus é uma Comunidade do município de Porto de Moz e segue os mesmos parâmetros de análise já explicados. Acrescente-se que ela também é conhecida como Vila Evangélica, nome dado pelos próprios moradores e tido como referência em Porto de Moz como um todo.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E RECORTE DA PESQUISA

### **Recorte espacial, temporal e temático**

O método de interpretação em nossa pesquisa foi construído de acordo com que o trabalho foi se desenvolvendo. Embora tenhamos priorizado as contradições que permeiam nosso objeto, entendendo que a inscrição de nosso debate e pelos autores aqui trabalhados perpassam pela concepção de que o capital, seu desenvolvimento e expansão, influenciaram as dinâmicas socioespaciais dos fenômenos tratados na tese, entendemos também que se faz muito necessário em certos momentos à compreensão das dimensões mais perceptivas inerentes ao espaço vivido por nossos entrevistados e em sua abordagem dos entrevistados, bem no tratamento e análise de suas falas.

Nossas idas ao campo foram em grande parte permeadas por técnicas etnográficas, pois, a dialética das relações circunscritas no espaço de vivência dos indivíduos perpassa pela habilidade de entender como os sujeitos podem expressar adversidades por estar numa área de Unidade de Conservação, donde temos a continuidade das populações no território e da terra, água e floresta tiram a sua sobrevivência, porém, contando com a presença de novas atribuições legislativas e da gestão de uma Unidade de Conservação, no modelo de Reservas Extrativistas.

Assim, a vivência do cotidiano das Comunidades camponesas é de fundamental importância haja vista ser a única forma de entender certas particularidades e assim poderemos concluir e explicar as nuances dessas comunidades inseridas numa contextualização que as compreende dentro de uma Unidade de Conservação, uma Reserva Extrativista ou uma UC e uma RESEX dentro de uma Comunidade Camponesa e/ou Comunidade tradicional.

Neste aspecto, a observação participante junto à pesquisa etnográfica se fez necessária para precisar e compreender como as populações locais viviam em relação ao nível de influência que um território tradicional forjado em UC do tipo sustentável podia mostrar as contradições de se viver numa comunidade tradicional, e como os comunitários situa-se como habitantes de uma UC.

Sendo assim, o recorte espacial é a Reserva extrativista “Verde para sempre”, em Porto de Moz, Pará, onde escolhemos a Comunidade Vila Bom Jesus como local de

análise. Durante a Tese, utilizaremos algumas informações de outras Reservas extrativistas com o objetivo de ampliar e relacionar para outras reservas o que estamos tentando explicar com a “Verde para sempre”. Nosso recorte temporal é de 1990 até a atualidade, por entender que a demarcação temporal da organização do movimento social em Porto de Moz em relação à mobilização para a criação da RESEX “Verde para sempre”. O recorte temático é a RESEX “Verde para sempre”, abordando as problemáticas das Reservas extrativistas. Estabelecemos como tema central a RESEX “Verde para sempre”, pensando a discussão de Unidade de Conservação para entender esta RESEX.

A constituição do estudo e nosso posterior contato com área de pesquisa teve início com a nossa participação como docente em Almeirim, Estado do Pará, em 2011. Neste município funcionavam várias turmas do PARFOR, Programa do Governo Federal para a formação em nível superior de docentes já atuantes na sala de aula, mas que não possuíam graduação na área em que estão ministrando aulas. Os cursos de licenciatura eram ofertados em diversas áreas e como sempre ocorriam nos períodos intervalares<sup>5</sup>. Esses cursos agregavam alunos de todo o Estado do Pará e à época quando pertencíamos ao quadro docente da UFOPA, tivemos contato em Almeirim (Pará) com diversos alunos que estudavam nesta cidade, mas residiam em Porto de Moz.

Assim, em 2011 após conseguir algumas informações preliminares sobre a criação da Reserva Extrativista “Verde para sempre” em Porto de Moz, Pará, elaboramos um projeto de pesquisa vinculado à Pró-Reitoria de pesquisa da UFOPA e em 2012 iniciamos as primeiras pesquisas e coletas de dados no referido local, a RESEX, em Porto de Moz. Nesta oportunidade foram realizadas entrevistas semiestruturadas com sujeitos do movimento social, igreja, moradores da RESEX, e entidades não governamentais. Realizamos o trabalho de um dia na comunidade/Vila Bom Jesus e um dia na cidade de Porto de Moz.

Nosso segundo contato foi em 2016, período em que já estávamos cursando o doutorado. Fomos até a Vila de Bom Jesus, uma das Comunidades escolhidas de acordo com as indicações de nossos informantes, um professor da rede municipal, a fim de

---

<sup>5</sup> As turmas do PARFOR da UFOPA funcionam no período em que os alunos/professores não estavam atuando em sala de aula e sendo assim eram liberados os estudos. As aulas ocorriam nos meses de janeiro/fevereiro e julho/agosto, de forma intensiva, com oito horas (8hs) aulas por dia: das 08:00 as 12:00; e de 14:00 as 18:00h.

realizar a aplicação de roteiros de pesquisa<sup>6</sup> e entrevistas semiestruturadas dirigidos aos diversos sujeitos da Vila. Assim, nossa ida a RESEX foi em fevereiro 2016, com duração de 4 (quatro) dias.

Nossa última visita foi em maio de 2019, com um número maior de entrevistados ocorreu exatamente após a qualificação, quando amadurecemos mais as propostas da tese. Pesquisamos por cinco (5) dias na Vila Bom Jesus, onde entrevistamos 16 famílias, dentre outros sujeitos como professores, funcionários públicos, pescadores, agricultores, líderes e/ou participantes de entidades da organização social. Com esse número de sujeitos entrevistados, essa última visita ao campo de estudo nos oportunizou o convívio e a observação participante na Vila, nas casas das pessoas, de suas atividades produtivas, observando suas formas de vida. Já na cidade de Porto de Moz, entrevistamos 3 pessoas.

Nessa última pesquisa de campo entrevistamos e observamos a dinâmica da chegada e o cotidiano dos moradores da RESEX na cidade de Porto de Moz. Foram ao todo mais cinco (5) dias de entrevistas com moradores, gestores, servidores públicos por meio da aplicação de questionários inclusive com moradores provenientes do interior das comunidades da RESEX e que se deslocam até a cidade.

No início de nosso trabalho nos propusemos pesquisar duas comunidades, uma no rio Quati e outra no rio Jaurucu, locais onde ocorria grande retirada dos recursos florestais e aquáticos. Quando realizamos o primeiro trabalho de campo em 2012, não tínhamos definido exatamente essas duas comunidades. Isso só foi definido no segundo trabalho de campo quando nos direcionamos a Vila Bom Jesus em 2016 e obtivemos informações colhidas neste campo e então decidimos que iríamos pesquisar a comunidade de Carmelino, local onde a ex-ministra Marina Silva realizou uma reunião histórica com moradores à época de criação da RESEX.

O critério de escolha das duas Comunidades se deu pela participação delas no processo de criação da RESEX e pela situação de exploração madeireira. No entanto, após nosso exame de qualificação, vimos que o tempo e a disponibilidade para realizar a tarefa de trabalhar duas comunidades poderiam comprometer a finalização do trabalho. Por conseguinte, resolvemos seguir uma recomendação importante da banca sobre um estudo etnográfico na comunidade proposta. Neste sentido, destinamos estudar uma comunidade por entender que não conseguiríamos estabelecer uma análise completa e

---

<sup>6</sup> Roteiros de entrevistas diferentes realizados para cada sujeito selecionado para as entrevistas: funcionários públicos, moradores mais antigos, camponeses, funcionários da Escola municipal.

minuciosa das duas comunidades visto que o trabalho etnográfico nas duas comunidades era muito necessário.

Assim, certamente para entender os conflitos que estão dentro das duas comunidades demandaria tempo de pesquisa de campo e análise dos dados. Decidimos priorizar a Comunidade que havíamos visitado, a Bom Jesus e agora, no ano 2019, a Comunidade Vila Nova Bom Jesus, a Vila dos Evangélicos.

A Comunidade Vila Bom Jesus, a comunidade escolhida, é muito conhecida em nossas pesquisas desde 2012. Essa comunidade é relevante, nos dá substância, pois, ela teve papel importante na criação da reserva extrativista “Verde para sempre”. A escolha se deu principalmente pelo seu papel dentro do movimento social, justificando-se pelas inserções dos habitantes e grandes lideranças formadas na Comunidade, participação em comissões de negociação para a criação da RESEX, incluindo viagens a Porto de Moz e à Brasília. Neste entendimento, os moradores da Comunidade Vila Bom Jesus tiveram intensa participação, e são constantemente solicitados testemunhos do processo histórico de criação da RESEX “Verde para sempre”<sup>7</sup>.

Além disso, é uma vila considerada central nas relações institucionais com a prefeitura, com o governo do estado e com o governo Federal. É uma das maiores vilas existentes no território de Porto de Moz, esteve no centro das ações do movimento social desde o seu início. Nos atos do ano 2000, junto a ONGs, foram os comunitários e lideranças dessa Vila que participaram ativamente junto ao Greenpeace no fechamento do rio Jaurucu, contra a saída das Balsas com madeira. No episódio houve confronto de embarcações, entre comunitários e funcionários das Balsas madeireiras, e os vários comunitários da Vila estavam nesse enfrentamento como vários deles relataram em nossas entrevistas.

Foi dessa comunidade que partiu a mobilização para levar até Brasília a solicitação por meio de uma carta que representou todas as Comunidades de Porto de Moz na qual se solicita com urgência a criação da Reserva extrativista no município. Portanto, consideramos que a Comunidade Bom Jesus possui uma dinâmica histórico-geográfica bastante atrelada ao surgimento da RESEX “Verde para sempre”; é um local bastante visado politicamente pelas atividades que ali são desempenhadas no que se refere a defesa do território e, portanto, pela importância histórica que têm dentro do

---

<sup>7</sup> Dentre os trabalhos consultados e bibliografias que versam sobre os movimentos socioterritoriais em Porto de Moz para a criação da RESEX, a Comunidade Vila Bom Jesus aparece em todas como local de estudo e análise.

município em termos de organização institucional do movimento social, ações da igreja e serviços públicos etc.

Um fato interessante que constatamos na pesquisa de campo em 2019 foi que a Comunidade Vila Bom Jesus não é um único território. Há uma divisão e pelo que pesquisamos existe a Comunidade Vila Bom Jesus e a Comunidade Vila *Nova* Bom Jesus. A primeira é católica e segunda, evangélica. Em alguns aspectos, as comunidades têm coisas em comum:

- o processo histórico das mesmas é comum, só ocorrendo diferenças quando se colocam historicamente cada uma com um tipo de prática religiosa;
- as áreas de cultivos e criação de búfalo ocorrem num mesmo espaço, dentro na mata, na terra firme.
- A escola de Ensino Fundamental é a mesma para ambas embora se localize na Vila Bom Jesus.

Nos outros aspectos, as comunidades possuem independência, gestão própria, cada coordenação comunitária tem sua gestão e em termos de serviços públicos. Entretanto, a abordagem e interpretação dos conflitos que remetem à RESEX neste estudo serão interpretadas de forma separada, apesar de termos uma comunidade dividida com dinâmicas diferentes. Um fator que contribuiu para tratar como uma comunidade foi a população. A Vila Bom Jesus possui 536 habitantes, enquanto a Vila *Nova* Bom Jesus, possui 68.

No quadro 1 explicitamos a quantidade de entrevistados, o local de entrevista e o tipo de técnica de pesquisa utilizada.

**Quadro 1:** Aplicação de técnicas de pesquisa: questionário e entrevistas

<b>Tipo de técnica</b>	<b>Quantidade de entrevistados</b>	<b>Município/localidade</b>	<b>Ano</b>
Entrevistas semiestruturadas	4 pessoas	Porto de Moz e Comunidade Bom Jesus	2012
Roteiro de Entrevistas semiestruturadas	6 pessoas	Comunidade Vila Bom Jesus	2016
Roteiro de Entrevistas semiestruturadas e questionários	16 pessoas	Comunidades Vila Bom Jesus e Vila <i>Nova</i> Bom Jesus	2019
Roteiro de Entrevistas semiestruturadas	3 pessoas	Porto de Moz	2019

**Fonte:** Trabalhos de trabalhos de campo, 2012<sup>8</sup> a 2019.

<sup>8</sup> Justificamos as razões de utilizarmos os dados de 2012 e 2016. Nesses anos realizamos entrevistas com outros comunitários, bem como pessoas da cidade de Porto de Moz. Pessoas ligadas ao movimento social,

## Da escolha da localidade e dos sujeitos da pesquisa

A metodologia da pesquisa foi baseada também na interpretação de dados secundários de trabalhos que resultaram de estudos, ainda que escassos, na RESEX em questão. Foram utilizados os trabalhos de campo com as visitas às comunidades e localidades das RESEX em Porto de Moz. Para isso, utilizaremos registro fotográfico servindo depois para a coleta de dados e interpretação das conflitualidades e territorialidades dos sujeitos inseridos na pesquisa.

Utilizamos como técnicas de pesquisa: entrevistas semiestruturadas, a priori na cidade de Porto de Moz, em dois bairros, Carini e Biata, originados a partir da criação da RESEX, que segundo as entrevistas surgiram motivados pela expulsão dos moradores da RESEX para a cidade. E, também visitamos por duas vezes, em 2012 e 2016 a Vila Bom Jesus, no rio Jaurucu. Das entrevistas, ao todo, temos os seguintes dados:

Foram quatro (4) entrevistados em 2012 na cidade de Porto de Moz, sede do município e na Vila Bom Jesus. Dos quatro, um (1) entrevistado é morador da Vila de Bom Jesus, pois a visita foi breve por conta do horário de retorno para a cidade. A seguir, apresentamos o quadro com a síntese das informações.

**Quadro 2: Entrevistas realizadas na cidade de Porto de Moz e Comunidade Vila Bom Jesus em 2012**

Entrevistado	Idade	Ocupação principal	Data de realização
A	73	Integrante do movimento para a criação da RESEX; foi funcionário da igreja católica.	Janeiro de 2012
B	50	Ex-morador da RESEX. Hoje reside na cidade, no bairro da Biata, criado após a RESEX.	Janeiro de 2012
C	37	Ex-vereador em Porto de Moz	Janeiro de 2012
D	43	Agricultor na Vila Bom Jesus	Janeiro de 2012

**Fonte:** Trabalho de Campo, 2012.

---

a igreja, moradores que saíram da RESEX para a cidade, para os bairros periféricos, por exemplo. Foram dois pequenos trabalhos de campo, de um (1) a três (3) dias, porém, com informações importantes sobre a RESEX e Porto de Moz.

Em 2016, entrevistamos seis (6) pessoas, todas residentes na Vila Bom Jesus. A referida Vila possuía cerca de 120 famílias ali habitando. O critério de escolha foi pelo tempo de residência dessas pessoas na Vila, e a partir da experiência de vida das mesmas na localidade e por alguns mediadores políticos e sociais<sup>9</sup>.

**Quadro 3: Entrevistados na Vila Bom Jesus – RESEX “Verde para sempre” em 2016**

Entrevistado	Idade	Ocupação principal
E	77	Aposentado; agricultor
F	75	Aposentada
G	85	Aposentado
H	83	Aposentada; agricultora
I	39	Professor
J	45	Professor
K	39	Líder comunitária
L	47	Pescador/caçador
M	39	Agente municipal de saúde/comerciante
N	42	Agente municipal de saúde
O	31	Professora I
P	41	Professora Coordenadora
Q	43	Professora/Diretora
R	81	Aposentada/pecuarista
S	50	Pescador
T	27	Pescador
U	89	Aposentado
V	43	Pecuarista/agricultor/diarista
W	35	Pescador/diarista
X	23	Agricultora/comerciante
Y	88	Aposentada

**Fonte:** Trabalho de Campo, 2016

<sup>9</sup> Sobre o assunto, consultar Neves (2008).



De posse desses dados, foram elaborados os modelos de fichas para o registro e interpretação dos mesmos. A análise possibilitou o fornecimento de uma visão descritiva e interpretativa dos dados da pesquisa que integram parte do texto da tese.

Com essas análises, esperamos poder contribuir com uma explicação mais atualizada da ocupação da região amazônica e da área pesquisada, entendendo o sentido e as implicações (novas e antigas) dessa ocupação e assim elucidar de forma crítica o papel de uma Reserva extrativista na atualidade, trazendo a tona a sua função primeira, que se remete a garantir concretamente o uso sustentável dos recursos florestais e garantir a permanências das comunidades tradicionais em suas terras.

## **1. A CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO AMAZÔNICO: revisitando um passado ainda muito recente**

Reconhecemos que esta seção não esgotará as discussões que iremos abordar, tal qual expusemos anteriormente, no entanto, nossa tentativa é trazer alguns aspectos do passado (também recente) da região e compará-los em seus diversos âmbitos, em elementos, conceitos e categorias que escolhemos pertinentes para nosso trabalho.

É objetivo de este capítulo tratar da formação do território amazônico, colocando em perspectiva o imaginário constituído da região observando e caracterizando cada fase de sua formação histórica e socioespacial, elaborando uma crítica muito necessária a sua compreensão na atualidade.

### **1.1 Amazônia: as faces histórico-geográficas de uma região**

Seguramente ainda teremos inúmeros debates a cerca da diversidade regional amazônica. Esta é uma verdade! Contudo, mesmo reconhecendo que a região amazônica tem como característica básica a diversidade social e ambiental sua realidade, questionamos como ela tem sido tratada principalmente por diversos autores na Geografia. Diversos autores, geógrafos ou não, têm trazido contribuições a esse entendimento e vamos retomá-los na tentativa de explanar melhor o temário, trazendo o debate para a contemporaneidade elaborando as críticas necessárias ao incremento deste debate.

A diversidade regional amazônica configura um mosaico territorial, que é composto de aspectos físico-naturais e humanos. Nosso debate esteve centrado na região como terra-recurso, sem a linearidade do termo, mas, compreendendo como essa ideia aparece de forma complexa na perspectiva dos seus habitantes, do Estado e do grande capital. Embora não seja um retorno aos primeiros debates, ou o que muitos já escreveram, avaliamos que é necessário questionarmos o que tem sido compreendido sobre a Amazônia e seus habitantes para além de seu espaço de vivência? O que tem se considerado acerca da região para o Estado brasileiro? Os interesses nacionais/internacionais são os mesmos de outrora? O que perdurou ou o que se modificou da década de 1950, ou mais ainda, partindo de períodos anteriores, como o período colonial, época do *boom* da borracha até hoje com relação à Amazônia? Como

ocorreram os processos de re-existência das populações rurais, camponeses, extrativistas, índios, ribeirinhos a territorialização do capital perverso, altamente regulado pelo Estado?

Assim, o nosso foco de análise são as populações rurais e ribeirinhas e toda a diversidade de ações e processos que estas categorias abarcam.

Junto a tudo isso, o que a Geografia paraense, amazônica, nortista, brasileira tem considerado acerca deste tema? Para nós, temos um problema teórico e pretendemos trazer à tona contribuições para pensar isso sob a ótica dos conflitos de classe, cujo Gonzàles Casanova, nos lembra muito bem sua origem:

A definição do colonialismo interno está originalmente ligada a fenômenos de conquista, em que as populações de nativos não são exterminadas e formam parte, primeiro do Estado colonizador e depois do Estado que adquire uma independência formal (...) A crescente importância da luta entre duas classes, a burguesia e o proletariado, se deu com toda clareza na primeira metade do século XIX. A partir de então, a luta de classes ocupou um papel central para explicar os fenômenos sociais (GONZÁLES CASANOVA, 2007: 3-4)

Apesar de Gonzàles Casanova se referir ao contexto europeu, é perfeitamente compreensível que a colonização impetrada por esse continente quando as navegações no século XVI causaram mudanças exponenciais na sociedade ameríndia e nesse aspecto entra a Amazônia, como umas das primeiras a sofrer tais mudanças, no âmbito da organização do espaço indígena aqui existente. Interessante notara importância metodológica da luta de classes na compreensão do que colocamos acima, as populações rurais, sua existência e re-existência diante daqueles que sempre os invisibilizaram. De acordo com Gonzàles, o colonialismo é uma forma de conquista e a luta de classes desmitifica isso, explicando-as como constante enfrentamento, como fenômenos sociais.

Ainda segundo Gonzàles Casanova ao citar Marx:

Se como afirmara Marx “um país se enriquece às custas de outro país” igual a “uma classe se enriquece às custas de outra classe”, em muitos Estados-nação que provêm da conquista de territórios, chame-se Impérios ou Repúblicas, a essas duas formas de enriquecimento juntam-se as do colonialismo interno (Marx, 1963: 155, Tomo I apud GONZÁLES CASANOVA, 2007: 2-3).

Por parte da sociedade que aqui se forjou, observamos várias matrizes formativas e eventos nos quais promoveram a configuração territorial da Amazônia. Os

inúmeros estudos e pesquisas têm colocado de forma exaustiva quais foram os eventos e as matrizes que contribuíram para o processo de configuração da Amazônia. Foram os europeus, que no espraiamento do seu poderio para além do seu continente, aceleraram as transformações num ambiente que era habitado por inúmeras tribos indígenas.

É preciso olhar com todas as possibilidades de elucidação e explicação as faces de uma região que foi saqueada, ou de povos que foram expropriados de suas terras. A região, na sua constituição, os seus povos foram forjados. As possibilidades de que falamos é uma releitura. Não aquela já bem “tradicional”, se caracteriza a formação da Amazônia explicando a formação econômica como elo mediador das relações constituintes deste espaço regional.

Não é algo fácil, pois o que temos é uma literatura bastante colonial e por via desta, o olhar amazônico é embaçado, pois, as lentes, os olhos não explicam os povos indígenas, os negros comprados e contrabandeados, os caboclos, os cabanos igualmente importantes como os outros agentes da história correspondente a toda constituição do que se chama de Amazônia.

Em essência,

A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjectivos, da existência social quotidiana e da escala societal. Origina-se e mundializa-se a partir da América (QUIJANO, 2009:73).

Apesar da referência à Europa é perfeitamente compreensível que a leitura colonial da realidade na região foi balizada nos feitos e conquistas territoriais e que envolviam os recursos naturais, os sujeitos têm sua aparição retratada como objeto de uso, seja como mão-de-obra, seja como receptáculo das ações da Coroa portuguesa aqui predominantemente.

A ideia da colonialidade está presente na memória, na leitura e interpretação das rugosidades deixadas no espaço amazônico; assim, a literatura disponível, com raras exceções, não permite compreender o real papel e importância dos habitantes aqui presentes desde o período colonial até a fase da chegada dos Grandes Projetos Agrominerais, principalmente no Pará.

Na geografia amazônica, igualmente, não é tão perceptível como às populações que durante todo esse tempo foram subalternizadas deixaram suas marcas. Entretanto, essas heranças imateriais estão no cotidiano, expressos na cultura, na linguagem, nos

comportamentos e nos símbolos criados por sua população. São elas que buscam compreender. Cremos ser necessária essa abordagem no sentido de buscar a totalidade socioespacial da região.

Assim, é notório observar alguns pontos na História e na Geografia da Amazônia desde o período da ocupação européia, do espaço indígena, até a ocupação da região pelo capitalismo moderno, onde possamos incorporar possíveis novas visões da região, dar novas contribuições a compreensão dos processos de espaço-tempo que envolveu os sujeitos, os agentes produtores da realidade. É importante, portanto, nessa tentativa, não desterritorializar os também sujeitos da história, colocando-os num novo patamar na interpretação da totalidade socioespacial da região.

Os objetos espaciais deixados pelo passado, desde o período colonial, possuem narrativas que muitas vezes escondem como a região e seus lugares se constituíram. Num âmbito mais específico, dizemos que esses objetos espaciais estão espalhados pela região, mas cada um tem seu significado. Ou seja, eles compõem uma história de cada lugar, cada ilha, cada tribo indígena do passado e, assim, da lógica colonialista que foi imposta.

Essa mistura deu o teor da configuração territorial que formou a região. Por exemplo, quais literaturas explicam com riqueza de detalhes uma revolução como a Cabanagem no Pará<sup>10</sup>? A Cabanagem, ainda pouco entendida, teve várias frentes e ações, em várias províncias, mas com uma motivação única: a resistência à política de exclusão a que estavam submetidos. Temos uma razão principal, a princípio, contudo, nas diversas províncias, outras motivações passaram a fazer parte das ações do excluídos.

Do mesmo modo, como a borracha foi capaz de gerar tantas riquezas, sendo que estas, bem como suas heranças materiais estão mais concentradas em Belém e Manaus, sabendo-se que eram nas ilhas os locais de extração e até mesmo de distribuição? Observa-se que no Marajó, por exemplo, os resquícios desse período em

---

<sup>10</sup> A cabanagem foi um movimento popular de resistência que transcorreu nos primeiros anos de 1800, e ocorreu principalmente pela situação político-econômica de subalternização a que as populações amazônicas estavam submetidas, sob comando dos portugueses. Essa situação agravava ainda mais a vida das populações e comunidades camponesas os levando a condição de extrema pobreza e miséria. Historicamente ocorreu de 1835 a 1840, porém, a situação extrema de dificuldades caracterizou-se no tempo e no espaço paraense antes e depois desse período. A Cabanagem foi uma resposta aos desmandos portugueses que só com forças do exército expulsaram (ou não permitiram sua invasão) os Cabanos de cidades como Cametá, Santarém, Óbidos, causando um verdadeiro massacre cabano no Pará, ao passo que também os próprios cabanos foram resistência, pois, da mesma forma mataram muitos de seus opositores (portugueses), principalmente em Óbidos.

termos de objetos espaciais não existem. Aquilo que chamamos derugosidade, correspondente àquele período, não existe mais. Encontramos relatos, histórias orais, sendo que tudo isso não tem comparecido na literatura e tampouco a tivemos uma Geografia da borracha com mais detalhamento de como a borracha reorganizou os espaços das ilhas, dos ribeirinhos, caboclos, das florestas e rios amazônicos. A Amazônia como um todo seguiu um padrão nas relações de produção e trabalho, conforme no explica Silva (2005), na Amazônia acreana:

Onde havia borracha – seringueiras, houve ocupação, houve moradores trabalhadores, houve implantação de relações de produção e de trabalho sob domínio da empresa extrativa. Portanto, houve também a reprodução de conflitos de classes sociais num longo, mas recente processo de formação socioespacial (remontando às últimas décadas do século XIX), se comparado a outras regiões brasileiras. Não se trata em hipótese alguma de um determinismo ambiental, mas do valor da borracha, pois, na busca do lucro e da alta reprodução do capital empregado, as empresas extratoras empurraram grupos de trabalhadores aos mais longínquos rincões, desde que o lugar tivesse grande potencial de produção dessa matéria-prima (SILVA, 2005:50)

Chegando à fase na qual a região amazônica foi inserida na economia capitalista, representada pelos projetos de modernidade implantados principalmente a partir de 1950, a população local mais uma vez é desconsiderada ou usada como mão-de-obra barata no projeto de modernização do Estado brasileiro.

A formação da região, de acordo com os interesses da Coroa portuguesa, foi obedecendo aos ritos administrativos conforme ia se dando a instalação do aparato ideológico e geopolítico de dominação. A ocupação oficial, de acordo com União das Monarquias Ibéricas, coube aos portugueses<sup>11</sup>. Esta ocorreu de Leste para Oeste, com a formação do estado do Maranhão e Grão-Pará em 1621<sup>12</sup>. A abordagem de Chambouleyron chama atenção por dois aspectos, com relação a nossa pesquisa. A primeira se refere ao que levantamos anteriormente, acerca do tratamento das especificidades regionais, o reconhecimento da diversidade de relações, de sujeitos amazônicos. Segundo o autor, a conclusão perplexa quase chega em referência ao Estado do Maranhão,

---

<sup>11</sup> Apesar de os dois reinos estarem unidos, onde o reino de Portugal esteve submetido ao espanhol, na prática não houve grandes mudanças administrativas na colônia. Ou seja, Portugal não perdeu sua independência administrativas, preservadas as instituições políticas e administrativas portuguesas (VAINFAS, Ronaldo (Direção). Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808). Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p. 572. apud: OLIVEIRA, 2011:9)

<sup>12</sup> Há uma discordância quanto a data de criação do estado do Maranhão e Grão-Pará. Chambouleyron (2010) coloca a data de 1620, porém, usaremos a data de 1621, de Luciana Oliveira (2011), pois o seu decreto de criação é de 1621.

(...) deriva do fato de obras fundamentais da historiografia brasileira e brasilianista, que ajudaram a construir modelos explicativos gerais para a formação colonial brasileira, em grande medida, deixarem lado a experiência do Estado do Maranhão (CHAMBOULEYRON, 2010:15).

Neste primeiro ponto é evidente como a literatura não tem tratado a totalidade da ocupação da Amazônia, e como isso acarreta, segundo o autor, uma centralização do tema, pois, “o que ocorre, na maioria das vezes, é uma preocupação centrada no que se denomina de “áreas dinâmicas” das conquistas da América, em detrimento das chamadas “áreas periféricas”.

O segundo aspecto remete a confirmação do primeiro, já que para Chambouleyron, a centralidade do Maranhão no período colonial esteve relacionada à sua *condição de fronteira* e pela sua *própria pobreza* (CHAMBOULEYRON, 2010 16). A própria pobreza do Maranhão, à época demonstra o não tratamento do tema pela literatura, nossa reclamação postada no início desta Tese.

Vemos, assim, que desde a primeira institucionalização portuguesa por meio de uma organização político-territorial do que hoje é a maior parte da Amazônia, já passamos a ter problema na forma de abordagem desta organização. O estado do Maranhão e Grão-Pará e sua discussão são compreendidos por outros feitos, mesmo lembrando que a região amazônica era (é) um continente. Pensamos que a ausência do debate esteve (e está) relacionada com seu “repovoamento” racionalizado (pela ótica portuguesa), com a submissão de seus povos originários. Isso não esconde que era mal povoada, e com pouco ou nenhum desenvolvimento, uma região isolada.

Portanto, é tentador e bem mais confortável partir de uma lógica de interpretação em que toda a história da Amazônia é baseada nos feitos e processos dominadores europeus, no caso, pela lógica racionalista-moderna e civilizatória a que os portugueses imprimiram neste espaço, mesmo que pautando as contradições desse processo. É fácil por que os feitos desses agentes foram os mais evidentes e acabaram por modelar a paisagens, os espaços geográficos da Amazônia. Ainda salientamos intervenções salutaras de Chambouleyron ao afirmar um problemático debate centralizador, e que acima de tudo a literatura não tem tomado o cuidado com a abordagem dos sujeitos e agentes invisibilizados.

Essa mesma perspectiva é reproduzida na compreensão da história do estado do Pará, parte importante e estratégica da Amazônia, seja no período colonial, seja nos

tempos áureos da economia que esse estado representou pela dinâmica interna propiciada por suas riquezas naturais. Sem dúvida, nunca é exagero lembrar que a lógica implementada na região foi externa. Lembremos: foi à lógica colonialista que alicerçou e modelou a dita sociedade colonial. Foram os portugueses que constituíram as formas de ocupação, as ideias de dominação e “domesticação” indígena as quais na região se ocorreram.

Nossa tentativa não se configura como uma mera reconstituição histórica dos fatos que ocorreram pela inserção da região na lógica dominante colonial. É evidente que as leituras apresentadas são válidas e não estamos as desmerecendo. Entretanto, ainda se reportando ao nosso objetivo de fazer uma reinterpretação das diversas faces históricas e geográficas da Amazônia, utilizamos uma fala muito de nossa abordagem, expressa por Chambouleyron:

Obviamente, não se trata aqui de recolocar os debates em torno ao mercantilismo. Interessa enfatizar, em primeiro lugar, que afirmar que a política portuguesa do século XVII era do tipo “mercantilista” talvez não seja suficiente para pensar o lugar do Estado do Maranhão e Pará no conjunto das “conquistas”. (CHAMBOULEYRON, 2010:21-22).

Parece ser necessário irmos além do entendimento do plano da metrópole, ou dos interesses mercantis da Coroa portuguesa no Maranhão e Pará, seu estado então constituído. Ir além do que foi instituída como a política mercantilista, uma extensão, portanto, de Portugal para o Brasil. O autor chama atenção para as nuances internas, e também para o conjunto de conquistas, suas motivações, como por exemplo, o contexto europeu de crises, razão pela qual se transferem para o Brasil, o Maranhão e Pará medidas econômicas para a produção de riquezas (CHAMBOULEYRON, 2010).

Ainda cabe esclarecer que a:

(...) formação do Estado do Grão-Pará e Maranhão que coexistiu por longos anos com o Estado do Brasil (...) O Estado do Grão-Pará e Maranhão abrangeu o vasto “território” da região Norte do país e parte do nordeste. Os dois Estados coloniais tinham governos independentes, isto é, reportavam-se diretamente à coroa portuguesa, embora as regras da administração colonial expedidas pelo governo em Portugal fossem, na maioria das vezes, comuns aos dois Estados. Outro aspecto, diz respeito à existência das capitanias hereditárias no Estado do Grão-Pará e Maranhão que perduraram até meados do século XVIII, coexistindo as capitanias do rei e as governadas por donatários (OLIVEIRA, 2011:1).

Dessa forma, quando a gestão administrativa do estado do Maranhão passa para Belém como capital do estado, são notórias as intenções da coroa portuguesa em



estender seus interesses econômicos a oeste do território. A organização do estado permitiu o controle do território a partir da fundação de Belém. Foi um novo momento na vida colonial, uma nova organização na embocadura do rio Amazonas. Segundo Tavares (2008), à época da fundação de Belém, em 1616:

Era época das invasões holandesas, francesas e inglesas no Nordeste, mais precisamente no Maranhão e Pernambuco, principal área de produção de açúcar. Além disso, havia disputa pelo domínio do território das drogas do sertão, tais como a canela, o cravo, o anil, as raízes aromáticas, as sementes oleaginosas, e a salsaparrilha, que os estrangeiros tentavam apoderar-se; fazendo-se necessário ocupar e defender o território próximo a essa área (TAVARES, 2008:1).

A fundação dos fortes/Capitanias de Belém e de São Luís (1615), Macapá (1636) e Manaus (1665) acabaram por formar a estratégia espacial para o povoamento e controle do território, inicialmente. Já contavam com a ajuda da igreja, por meio das ordens religiosas diversas então presentes no território amazônico. Especificamente foi a partir da criação de um estado único em 1621, o estado do Maranhão e Grão-Pará e Maranhão, que vemos com mais incisão as tentativas de organização do território, a constante busca de sua efetiva conquista, exploração e domínio, com aproveitamento ao máximo dos recursos existentes.

Nesse sentido, observamos na literatura, nas produções acadêmicas a explicação dos processos colonizadores, debatendo também os processos econômicos que pleiteavam os portugueses, estrangeiros<sup>13</sup>e, enfim, situações que permitiram a formação do estado do Maranhão e Grão-Pará<sup>14</sup>. Para além da necessidade desses debates, devemos compreender como o espaço geográfico da colônia foi sendo constituído, no momento em que vão sendo selados os trâmites para a organização social de um território, os elementos internos que contribuíram para tal.

É fato, a absurda dificuldade, por anos e anos, que os portugueses tiveram na consolidação de um projeto mais lucrativo em relação à exploração com sucesso das riquezas existentes na Amazônia. Destacamos a grande hostilidade indígena, pois, se não fosse isso, a Coroa portuguesa teria obtido mais êxito em suas investidas. Na

<sup>13</sup> Os estrangeiros, principalmente franceses, ingleses e holandeses sempre representaram um empecilho ao sucesso dos portugueses na instalação dos seus interesses políticos e econômicos no Grão-Pará e Maranhão. Essas dificuldades de Portugal atrasaram pelo menos dois séculos seus objetivos, somadas à resistência indígena, bastante hostil em todo o período colonial.

<sup>14</sup> Em geral os historiadores chamam de estado do Grão-Pará e Maranhão todo o território da região norte e parte do nordeste, referente ao período de ocupação inicial, correspondente ao período colonial. No entanto, em 1621 é criado o Estado do Maranhão com sede da Capital em São Luís. Mas, só em 1654 é renomeado para Estado do Maranhão e Grão-Pará e depois, Estado do Grão-Pará e Maranhão em 1751, com capital em Belém; os dois Estados se dividem finalmente em 1772.

maioria das vezes, as já conhecidas abordagens das explorações executadas pela metrópole portuguesa, não deixam claro, por exemplo, o quanto a degradação da região e/ou enriquecimento de Portugal poderiam ser maiores. Nesse ponto, destacamos ainda a grande dificuldade de adentrar nas matas, nos locais mais longínquos e de difícil acesso. Assim, soma-se à hostilidade e resistência indígena, o enfrentamento das florestas, dos rios, dos perigos que o meio oferecia aos exploradores.

Outro fator preponderante foi a presença de estrangeiros. Os franceses sempre estiveram à frente de muitas transações comerciais, contrabando, e por outro lado, dificultaram para os portugueses seus negócios, conquistas e dominação de territórios em toda a colônia do Norte. Notadamente, os conflitos entre os invasores e os portugueses, as missões e as expedições ao sertão dominaram a historiografia segundo Chambouleyron (2010:77).

Pensamos que o “não sucesso” dos portugueses que mencionamos anteriormente é imediatamente explicado pela atividade da agricultura. A maior ambição dos portugueses era o cultivo das terras como fator geração de riqueza. Isso, logicamente, após não encontrarem o tão almejado *eldorado*, a busca incessante por ouro e prata, que, aliás, nunca cessou naqueles períodos: colonial e imperial. Tão logo se percebeu a ausência dos metais, os interesses se voltaram ao uso da terra, ou na verdade sempre foi a terra, seu uso. Como já dissemos os estrangeiros, o não conhecimento do meio e a hostilidade indígena funcionaram como barreira a instalação dos interesses da Coroa portuguesa em sua totalidade. Isso tanto é verdade, que foi comprovadamente notado nas políticas pombalinas a intenção de resolver o problema da não rentabilidade econômica e “independência”<sup>15</sup> do estado do Grão-Pará e Maranhão.

Assim, seria por meio da instalação de vez da agricultura como atividade principal de exploração que grande parte da estagnação econômica local poderia ser sanada e estado pudesse caminhar por suas próprias pernas (BAENA, 2004; TAVARES, 2008; CHAMBOULEYRON, 2010). E, lembremos que a política Pombalina<sup>16</sup> almejou esse objetivo quase dois séculos depois da presença portuguesa na

---

<sup>15</sup> Independência no sentido do estado caminhar sozinho, gerar riquezas por meio dos recursos naturais, produção agrícola, impostos, comprar seus escravos. Enfim, ações internas próprias que não dependessem tanto dos investimentos da Coroa Portuguesa. As reivindicações dos colonos e da elite local iam exatamente ao contrário disso, exigindo a presença cada vez maior do Estado como incentivador econômico das atividades no estado do Grão-Pará.

<sup>16</sup> Devemos observar ainda que antes de 1580, a definição dos limites territoriais entre as Américas: portuguesa e a espanhola se baseavam no Tratado de Tordesilhas. Porém, com a União Ibérica os limites se tornam incertos ou mais incertos que antes, pois durante a União, não houve uma preocupação com esses avanços. O avanço dos limites não representava perigo e nem ameaça a corte de Madri que era

gestão do território do estado, desde a época da expansão para o oeste amazônico. Dessa forma, nos parece ser bem evidente toda a problemática que envolvia de um lado o projeto oficial do Estado português e de outro a execução do mesmo. O que na prática se tinha era a grande valorização de produtos florestais amazônicos na Europa conhecidos como Drogas do Sertão. Estes, contudo, não foram suficientes para a sustentação de um ambicioso projeto econômico de exploração a todo custo e que gerasse lucros à Coroa Portuguesa. Daí a razão pela implantação da agricultura no estado, também com o intuito de modernização do mesmo.

Por outro lado, mesmo com todo atraso no projeto propiciado pelas dificuldades mencionadas, podemos afirmar o sucesso daquilo que foi implementado pelos portugueses. Bringel (2015), afirma:

Desde que o projeto colonial começou a partir do século XVI, o que entendemos como Amazônia hoje obteve sérias dificuldades de inserção qualificada no território brasileiro ontem. Começando que a hiléia amazônica viu uma gestão diferenciada do restante do nacional pela Coroa Portuguesa. O Estado do Maranhão e Pará foi resultado de um dos vetores fundacionais do território brasileiro, a ação missionária. Esta, junto com bandeirantismo e a expansão da pecuária, compuseram um tripé de costura do que é hoje o Estado Nacional (BRINGEL, 2015:38-39).

Vejamos os dois pontos de apoio para o relativo sucesso da empreitada portuguesa, apontados por Bringel: a *ação missionária* e o *bandeirantismo*. Esses dois processos, de uma forma bem geral, permitiram ocorrer a nosso ver uma importante condição material para a consolidação do domínio português: existência do próprio Estado do Grão-Pará e Maranhão, a partir dos núcleos oficiais, digamos, de povoamento. Chamamos atenção para o que confere autoridade à Coroa no estabelecimento desses núcleos. Todo o aparato institucional que se inicia a partir da fundação de Belém demonstra um processo de *litoralização*<sup>17</sup>, segundo Bringel (2015).

Essa condição foi de extrema importância e necessidade para a Coroa, pois a partir dela se garantiria o controle e a obtenção da mão-de-obra. Por outro lado, a espacialização desse processo não ocorria em uma via de mão única. A *litoralização* nos

---

o governo da época. É a partir de 1640 que se travam as lutas por causa dos limites. Porém, foi no século XVIII, que ocorre a “primeira solução” para a questão com o Tratado de Madri, que se dá no governo de Francisco Xavier de M. Furtado em 1750 (OLIVEIRA, 2011:11).

<sup>17</sup> Esse movimento consiste, segundo Moreira (2014), em “transferir as aldeias indígenas do interior para realocá-las em áreas do litoral, numa política de descimento e realdeamento das comunidades do planalto nas áreas marítimas que visa, ao localizá-las junto aos povoados dos colonos aí instalados, facilitar o trabalho de catequese e oferecer ao mesmo tempo força de trabalho e efeito-tampão para esses povoados” (MOREIRA, 2014:13, apud BRINGEL, 2016:39).

mostra a compreensão de que existia toda uma forma de organização socioespacial longínqua, exatamente onde o estado “não chegava”, mas de toda forma estava presente na forma dos aldeamentos, embora as ordens religiosas, principalmente os jesuítas não concordassem em “doar” os índios evangelizados para a missão colonialista. Vejamos:

A componente espacial não é só central aqui, mas é fundadora do próprio conflito. O que está em jogo não é só o poder sobre os índios, mas o poder sobre os índios em uma área territorialmente delimitada, problema que se replica em várias estâncias do poder da sociedade colonial, como fica claro em relação aos governadores e aos missionários. (CHAMBOULEYRON, 2010: 98).

Dada essa condição, é possível entender que temos fundamentalmente um conflito de territorialidades coloniais:

São as diferentes territorialidades coloniais constituídas, justapostas e sobrepostas que geram estes conflitos em torno do domínio do indígena entre diferentes componentes/agentes do exercício do poder na sociedade colonial. (...) “dimensão espacial” do domínio sobre o trabalho do indígena não diz respeito apenas à jurisdição das Capitâneas (territorialidades instituídas pela Coroa Portuguesa), mas à formação do território colonial português na Amazônia dentro de um padrão ou matriz colonial de poder capitalista (MIGNOLO, 2010; QUIJANO, 2005; 2010). As próprias territorialidades indígenas, em sua diversidade, bem como depois as dos quilombolas e caboclos ribeirinhos, deveriam ser levadas em consideração, pois estas também fundam outros conflitos, resistências e modos de governo do território (PEREIRA, 2014:44-45).

Observa-se, portanto, um poderio no interior. O religioso, no controle dos indígenas por meio da evangelização, e mais tarde, nas territorialidades quilombolas, caboclos, e demais excluídos de um determinado tipo de sociedade que ali se forjou. Isso será importante para explicarmos as resistências, o poder que quilombolas e caboclos ribeirinhos representarão no decorrer do processo de ocupação e usurpação de seus territórios de vivência, apontados por Pereira. Chamamos atenção então para a importância do processo de territorialização que se deu a partir da *litoralização* do povoamento. É nessa ação que prevalecerá o cabedal de ações da Coroa Portuguesa, e ao mesmo tempo, o foco de análise em que maior parte da literatura e as explicações do processo de ocupação da Amazônia se concentraram.

Assim, caminhamos para o entendimento de que as estruturas criadas, a partir da fundação de Belém, nortearão o modelo de organização do território do Grão-Pará. Vejamos, a formação territorial do espaço paraense se norteou pela sua defesa (fortes), pela sua ocupação (doação de sesmarias), e pelo espaço das ideias (processo de

evangelização por meio das missões religiosas e dos aldeamentos). Segundo Bringel (2015), na paisagem amazônica,

Na sua face material temos a construção de fortes ao longo dos principais rios amazônicos controlando os fluxos que se estabeleciam pela bacia. Uma defesa militar e armada contra possíveis ataques de populações autóctones hostis aos portugueses como também a defesa contra outras potências colonizadoras que disputavam a hegemonia da expansão ultramarina. Por outro lado, a construção de Igrejas (católicas) representava igualmente uma defesa, porém no sentido da imposição ideológica de uma doutrina de matriz ocidental – o cristianismo. Na conformação de uma consciência cristã conforme uma lógica moderno-colonial de origem ibérica (BRINGEL, 2015:40).

As formas de territorialização pensadas pelo projeto português foram postas aos poucos em prática. Destacamos todo o aparato legislativo que permitiu a gestão e a instauração do poder à igreja, e a fundação de vilas, como ações estratégicas para o efetivo controle do território. As ordens religiosas eram espalhadas pelo território tinham cada uma a sua área de jurisdição, formando o “território das missões” (TAVARES, 2008). Isso tudo por meio de leis que autorizam todo esse funcionamento.

A criação das vilas esteve ligada à política pombalina, de expulsão dos religiosos com confisco de seus bens pela Coroa, tendo sido a tutela dos indígenas retirada das ordens religiosas. É o momento da criação de novas unidades administrativas (em 1755 é criada a Capitania de São José do Rio Negro, tendo Barcelos como capital) e a incorporação das capitanias privadas à Coroa (TAVARES, 2008:62).

Antes disso, os aldeamentos foram igualmente importantes por ser a primeira organização e a preparação do território para as ações futuras, no caso a origem das Vilas e de seu processo de urbanização. Ademais, esses aldeamentos e depois as Vilas estabeleceram um importante papel na economia com a possibilidade de geração de algum lucro para a Coroa. Vejamos:

Vimos anteriormente várias referências que indicam essa perspectiva, na medida em que as próprias cartas indicam lugares de concentração populacional em razão das atividades agro-pastoris. É por isso que se falava de lugares onde habitavam vários moradores, ou onde os moradores tinham suas roças (casos das cartas do capitão José Teles Vidigal e de Inácio da Silva). Há aqui indícios de um possível processo de consolidação não só da propriedade agrícola, mas talvez de núcleos populacionais no interior dos quais começavam a se formar redes sociais (CHAMBOULEYRON, 2010:108).

Assim, o que observamos são várias tentativas de organização da Província, desde a presença das ordens religiosas, para o controle da mão-de-obra até o projeto de

modernização econômica de Pombal. Após isso, o processo de municipalização propiciado pela atividade de extração da borracha também foi permitindo a continuidade da ocupação e controle, agora por outros países como a Inglaterra e Estados Unidos.

Ressaltamos que as legislações davam condição para isso. O que queremos chamar atenção é que seja no período colonial, seja no império, cria-se sempre um aparato que acaba por excluir a grande massa de qualquer possibilidade de participação ou acesso às benesses que as riquezas da região e a organização de sua exploração poderiam proporcionar.

Eis o motivo de pensarmos as faces que a região amazônica adquire, ou os meios que as externalidades criaram para esta porção do território brasileiro. A necessidade disso, parte do entendimento que nada foi gratuito e sim elaborado com muita objetividade. As missões e o controle territorial, a interiorização, o avanço e o desenvolvimento da legislação municipal são fatores que explicam como a formação territorial do Grão-Pará e Maranhão, e depois do Pará, foi pensada para atender sempre a agentes e demandas pensadas externamente, e/ou para atender aos interesses de uma elite local que aos poucos foi se constituindo, contudo, reproduzindo a mesma condição externa, seja de Portugal seja da Europa como um todo.

Ou seja, o *modus operandi* de comportamento da sociedade européia ou os costumes de uma elite, agentes econômicos políticos tendeu a se reproduzir na colônia, evidentemente, numa outra condição, numa outra geografia, mas com o mesmo sentido. Já observamos que desde o início há uma subalternização dos diversos sujeitos aqui presentes, desde os indígenas às populações caboclas desta região. Na literatura, as entrelinhas nos mostram isso. Porém, ressaltamos o crescimento de estudos que começam a dar visibilidade a este outro lado das histórias e das geografias amazônicas, contemplando estudos que passam a envolver populações quilombolas, ribeirinhos, populações extrativistas, indígenas, recolocando e reinterpretando suas atuações bem como sua importância como resistência nos processos construção histórica da Amazônia.

Neste aspecto, salientamos o que já falamos anteriormente, no que tange o papel desses sujeitos nos eventos amazônicos (e nos temas tratados pela literatura disponível<sup>18</sup>): qual a participação e a importância desses sujeitos na resistência, nos

---

<sup>18</sup> Ressaltamos que os autores e autoras aqui presentes já vem dando grande contribuição a isso. Suas abordagens sempre vão ao encontro do que propomos e/ou já vem fazendo isso antes de nós.

feitos em eventos como a apropriação e ocupação do território, a evangelização feita pelas diversas ordens religiosas, à política pombalina, à Cabanagem, ao período de exploração da borracha?

São alguns exemplos do passado, contudo, se apresentam como fundamentais para compreender, por exemplo, a forma como a região foi e vem sendo apropriada e ocupada. E nesse âmbito, permite compreender não só como as populações “excluídas” se comportaram nesses eventos, mas muda o foco e metodologia de análise, donde passamos a olhar para o papel desses sujeitos diante daqueles que foram os agentes dominadores: Portugal, governos locais, o seringalista e o próprio Estado. É necessário entender que esse modelo não está no nível de um enfrentamento, entre vencedores e vencidos comparáveis a uma guerra, mas de buscar uma possível compreensão da produção do espaço amazônico em sua totalidade. É isso que a Tese buscará fazer abordar no decorrer dos capítulos.

## **1.2 A abordagem econômica: a região é recurso?**

Foi possível constatar o papel do Estado (português) na organização do território, em termos de legislação, as quais fundamentaram na fundação de Vilas, principalmente no período do diretório Pombalino. Mas quais legislações eram essas? Apesar de não ser nosso objetivo central, o que interessa para nossa pesquisa é demonstrar que o Estado conseguiu, no decorrer dos tempos, mesmo sempre estando entre as maiores dificuldades, criar na colônia as condições para a existência de uma estrutura territorial satisfatória correspondendo em parte seus interesses no Estado do Grão-Pará.

A interiorização do território (TAVARES, 2008) deu continuidade a definição dos contornos ao imenso complexo territorial, porém, com os núcleos isolados. Nesse sentido, é interessante notar que a legislação vai surgindo de acordo com os interesses do governador da província. Analisando essas ações é possível notar que após termos passado pelo procedimento dos aldeamentos e a construção das fortificações, o próximo passo é fazer a província gerar, finalmente, lucros efetivos para a Coroa Portuguesa. Em termos de política do Estado, já tínhamos uma grande parte da população indígena conquistada, por meio da evangelização ou dos conflitos. Assim, o espaço das ideias e a

geopolítica da ocupação obtiveram resultados, embora não satisfatórios aos desejos da Coroa.

Junto a isso, percebemos como a Coroa foi construindo as formas de dominação. Na Província, a ausência e a não ajuda da Coroa dificultava bastante sua sustentação, as Vilas, os lugares e povoados tinham como consequência, a estagnação. Entretanto, cada vez mais se notou o nascimento de uma elite local, e predominantemente portuguesa. Não havia como ocorrer ascensão social, numa sociedade bastante fechada. Os colonos eram, na “ponta” da pirâmide social, os responsáveis, por exemplo, pela produção; e assim, acabavam ficando sozinhos sem apoio para fazer tornar a terra produtiva. Queremos dizer que de alguma forma o Estado e o governo da província criaram mecanismos de dominação, seja nas leis em que engendravam a criação e organização municipal, seja no acesso aos bens, a terra e aos recursos.

Entretanto, é verdade que durante todo o período colonial, a hostilidade indígena dificultou a vida dos portugueses. Aos poucos, a resistência ganhava força e seu ápice foi a Revolta popular da Cabanagem (1835-1840). Pelo teor grandioso do movimento em se tratando dos locais onde ocorreram, a duração e os governos nesse movimento pelos quais passaram é possível ter ideia da situação social daquele momento. Por mais que a revolta popular tenha acontecido em lugares diferentes, uns próximos e outros mais distantes que o outro, a motivação principal foi a degradação social a que a maior parte da população se encontrava, estando submissos a uma política econômica e social excludente agravada tanto pela gestão quanto à negação das liberdades (de negros, índios) e aprisionamento referente à dependência de uma elite portuguesa local (brancos).

Em que pese às críticas ao movimento cabano sobre a suposta falta de norteamento e liderança, ele nos dá a noção da diversidade de espaços e de pessoas que o compuseram, a articulação de objetivos diferenciados dele característico (negros, índios e brancos). Por outro lado, passamos a entender nesse aspecto, como a economia passa por alterações que resultam na organização do território da província, os aparatos legais, pensados em grande parte desde a política pombalina (1750-1777), que podemos afirmar como a grande contribuinte da Revolta popular da Cabanagem.

Salientamos que as políticas pombalinas não obtiveram tanto êxito. Na prática a grande mudança proposta na estrutura econômica e político-administrativa na



Província paraense ficou só no papel. A intenção foi aportuguesar<sup>19</sup> a província, mas a mudança só na nomenclatura das Vilas e não em ações voltadas para maior presença do Estado, por exemplo. Bem ao contrário disso, houve o aumento da cobrança de impostos, com o processo de surgimento de “novas” Vilas. A política do índio cidadão<sup>20</sup> não trouxe o esperado: a instauração de uma agricultura forte que servisse a exportação<sup>21</sup> e dessem conta de suprir a ambição econômica da política da Coroa.

O processo de municipalização, com a criação de novas unidades administrativas apesar de não possibilitar a concretização em plenitude dos objetivos da Coroa e do projeto Pombalino, mesmo que tenha contribuído para a expulsão das ordens religiosas quando da tomada de suas terras e de seu poder sobre os índios, em nosso entendimento representa uma mudança substancial na Província e com a borracha isso terá um efeito grandioso.

Vejamos como isso ocorreu. Nesse período, que trouxe consequências para a economia local, temos uma forma diferenciada de organização das Vilas a serem fundadas; verificamos isso na situação dos índios, conforme explica Reis em citação de um alvará que:

(...) mandava que o Governador e o Capitão-General ou quem lhe fizesse às vezes, organizasse a vida municipal no vale: fazendo erigir em vilas, aldeias que tiverem o número competente de índios e as mais pequenas em lugares, e repartir pelos mesmo índios as terras adjacentes, às suas respectivas aldeias, praticará nessas fundações e repartições (...) a polícia que ordenei para a fundação da Vila de S. José do Rio Negro. O alvará do dia 07 de junho de 1755, completando o da véspera, ordenara que, nas vilas, fossem “preferidos para juízes ordinários, vereadores e oficiais de justiça, os índios naturais delas, e dos respectivos distritos, enquanto os houver idôneos para os referidos cargos (REIS, 1947:238).

A citação de Artur Reis, fala especificamente da expansão para o oeste amazônico, fundação da Vila de São José do Rio Negro, no atual estado do Amazonas, com capital em Barcelos. Nesse diálogo, observemos como padrão de povoamento, a

---

<sup>19</sup> A transformação das antigas missões em vilas foi somente formal, porque de fato o que ocorreu foi a desestruturação da organização produtiva dos religiosos. Em consequência, se verificou o esvaziamento populacional dos núcleos do vale do rio Amazonas e a permanência de uma população residual que subsistia por uma associação de economia de subsistência com a “economia natural” local (TAVARES, 2008).

<sup>20</sup> Estímulo à miscigenação, casamento, entre índios e portugueses. Procurava dar também educação e civilidade, libertando-os do poder das ordens religiosas.

<sup>21</sup> As iniciativas pombalinas só tiveram êxito no que se refere ao estímulo à agricultura de exportação, principalmente a do cacau, especificamente no Baixo Tocantins, em que Cametá-Pará que se tornou o principal centro de cultivo do produto. No entanto, se comparado ao Nordeste e Sudeste, o êxito foi modesto.

busca do desenvolvimento faz acontecer mudanças no âmbito da organização municipal. Ainda segundo Reis (1947), houve preocupação desde os ofícios de justiça, coleta de impostos e segurança até a promulgação pelos vereadores (nome atribuído aos conselheiros municipais) de regimentos sobre o valor do trabalho e salários de várias profissões como ferreiro, sapateiros, alfaiates, dentre outros. Eles também cuidaram de estabelecer o cuidado com a limpeza pública e o que cada munícipe na Vila deveria produzir nos seus quintais, plantando, por exemplo: duas laranjeiras, um limoeiro, uma pimenteira, dois cajueiros, dentre outros cultivos. Nas áreas rurais da Vila, deveriam plantar em abundância: algodão, arroz, milho, e estabeleciam as regras para abatimento do gado.

Demonstramos isso para explicar como a sociedade passou a se organizar. A nosso ver, ela se tornou mais excludente, pelo controle maior que o Estado imprimiu a sociedade local, por exemplo, com maiores responsabilidades fiscais, ou seja, mesmo aos proprietários, o peso dos impostos trouxe mais exigências para uma província que vivia em crises. Os *paraenses* eram constantemente acusados de serem os influenciadores de índios, incentivando-os a não sair de sua Vila, ou povoado para outra, e assim os *paraenses* pudessem usar sua força de trabalho.

As mudanças propiciadas por esse processo fizeram se constituir, como já dissemos a maior revolta popular do Norte, a Cabanagem. Porém, após o fim desta, além de constataremos todas as represálias possíveis contra os revoltosos, suscitou-se o controle maior dessa classe de revoltosos, preocupação mostrada devido à ameaça de um possível retorno à revolta. Segundo Bringel (2015):

A reorganização da sociedade amazônica mais uma vez se deu a partir de violenta militarização sob o comando do Estado. Esse fenômeno que sempre esteve presente na história da Amazônia, dessa vez, foi protagonizado por Francisco José de Souza Soares d'Andrea, Presidente e Comandante de Armas da Província do Pará, em 1838, nos últimos suspiros da revolução. Suas preocupações centrais foram à repressão e a reorganização da ordem pública com o princípio orientador da negação do absenteísmo (BRINGEL, 2015:45).

Para isso, na revolta em que a vida de mais de trinta mil pessoas aproximadamente foi tirada, grande parte da população que permaneceu passou a sofrer com a mão violenta do Estado, quando da reorganização da mão-de-obra. Bringel continua explicando que:

Tal perspectiva objetivava a reorganização do trabalho sob o controle do Estado procurando a eliminação do “ócio” e fazendo recrutamento compulsório de mão de obra não branca para a reconstrução da infraestrutura e para serviços de particulares ligados ao status quo da época. O mecanismo encontrado para isso foi o Corpo de Trabalhadores. Essa instituição foi um instrumento de coerção ao trabalho de “índios, mestiços e pretos não escravos” e sem propriedades ou ocupações reconhecidas como constantes. Instituídos no contexto da repressão ao movimento cabano (BRINGEL, 2016:2).

O resultado dos anos da política pombalina, mais os acontecimentos da revolta da Cabanagem formaram o embrião das mudanças econômicas e sociais que culminaram com o conhecido período áureo da borracha. Junto a isso, como já salientamos a organização das Aldeias maiores que passaram a serem vilas com nomes e cidades portuguesas, nos mostrou a materialidade dessas mudanças<sup>22</sup>. Em consequência, essas mesmas unidades administrativas perdem o status de Vilas, retornando à categoria de povoados ou lugares.

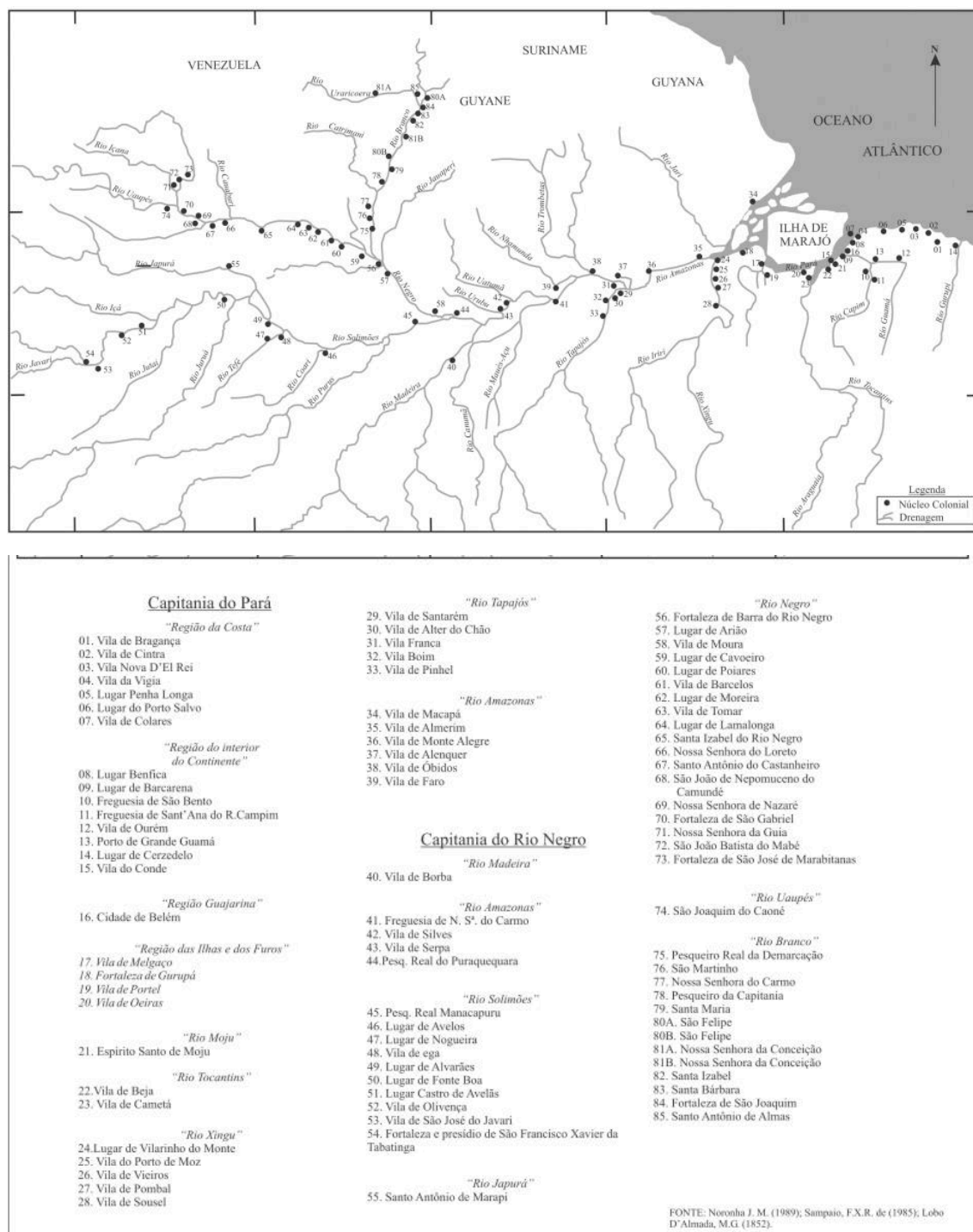
O período da borracha herdou esses acontecimentos. Eles nos ajudam a entender as suas geografias que daí é produzida. Com a organização das unidades administrativas, mudavam-se as formas de organização espacial. Ao se criar as Vilas, todo o aparato jurídico, político-econômico e administrativo foi alterado. O objetivo era estimular o desenvolvimento local, contudo, os problemas que apontamos anteriormente continuaram. As alterações que percebemos ocorreram no padrão de povoamento, reflexo da mudança de Vilas e povoados. Segundo Tavares (2008):

No período pós-independência, as câmaras passaram a exercer somente funções administrativas, vivendo a mercê do Governo da Província (...) O Código de Processo Penal de 1832 interferiu diretamente na organização político-administrativa: vilas antigas foram reduzidas a lugares, outros lugares foram extintos, enquanto lugares prósperos ascendiam à de município. Até o final do século XIX era frequente a modificação da categoria dos núcleos o que refletia mudanças no padrão de povoamento (TAVARES, 2008).

---

<sup>22</sup> A mudança dos nomes ou criação de das Vilas com nomes de cidades Portuguesas foi realizada pelo irmão do Marquês de Pombal, o Capitão Geral do Estado do Grão-Pará e Maranhão Francisco de Mendonça de Xavier Furtado.

**Figura 1: Principais núcleos coloniais da Amazônia na época do Diretório Pombalino (1757-1798)**



Fonte: (TAVARES, 2008)

Fizemos questão de detalhar um pouco esse comportamento das novas unidades administrativas para entender como sempre ocorreu interferência externa na organização das Vilas, lugares e freguesias, e observar como a maior parte da população continuou excluída, primeiro por que do fim do período pombalino e na pós-

independência e Cabanagem, a estrutura social pouco mudou, o povoamento mesmo com as Vilas sendo reduzidas em importância e recursos. As benesses dos portugueses e a estrutura orgânica das Vilas não se alteraram. Geograficamente, as Vilas, os lugares continuam no centro de importância (da vida da província), no processo de nucleação estabelecido durante toda história de ocupação da região e da geopolítica portuguesa.

O quadro econômico da Província irá se alterar profundamente com tomada de conhecimento da borracha como produto de exportação. Conforme avançam as legislações da organização municipal, vemos o quanto essas mudanças vão atenuando a situação de exclusão social, principalmente das camadas mais populares, ficando fora das relações de poder, escravos negros africanos, índios, os cabanos de uma forma geral. Vemos uma relação intrínseca entre o avanço municipal, as formas e modelos de legislação que foram sendo criadas com os eventos posteriores, como a Cabanagem e a especialização da economia borracha.

Em resumo, esses eventos resultaram de uma ocupação desenfreada da região, num imperialismo colonial sem precedentes no acirramento dos conflitos internos e desta *internalidade* com os governadores locais, imperiais. O descontentamento dos portugueses e paraenses<sup>23</sup>, dos negros mestiços e caboclos demonstrou a centralização do poder dos portugueses e dos paraenses que detinham todos os cargos, inclusive dos quais não abriram mão, mesmo nos conflitos de 1823 pela independência da província, ao negociar com Grenfell<sup>24</sup>.

A dinâmica será alterada e preocupará a elite até então concentrada nas vilas fundadas. O decreto de 1832 fez aumentar o número de municípios no Pará, e ao chegar ao período do auge da borracha isso acarretou mudanças no modelo produtivo das riquezas do estado. Com a exploração da seringa, o *locus* da produção era as ilhas, longe das cidades, modificando as relações do mundo do trabalho desde então.

De certa forma, Belém concentrava a gestão como um todo do estado. As atividades agropecuaristas estavam mais voltadas para nordeste paraense, conseqüentemente, a presença de serviços administrativos, de segurança pública e educacional. Portanto, é nessa região que as grandes famílias, latifundiários

---

<sup>23</sup> Estes eram habitantes da Vilas. Eram pequenos e grandes comerciantes, caixeiros, ou seja, os *não-escravos* e que não sofreram de muito perto a opressão colonial como os negros e índios, porém reivindicavam menos impostos, maior participação política. Não integraram a Cabanagem, mas temos a ideia da situação econômica da Província.

<sup>24</sup> Por ocasião da Adesão do Pará a independência do Brasil, o império enviou tropas para forçar os estados ligados a Portugal, a aderir à mesma. O enviado foi Grenfell, com apenas 23 anos e num blefe, com ameaça com envio de grandes tropas imperiais ao Pará, conseguiu convencer os governantes, e estes condicionaram o reconhecimento da independência a não perda dos cargos que possuíam.

concentravam suas riquezas na propriedade de engenhos, criação de gado, e também a ocupação de cargos administrativos, funções militares, e firmas comerciais (CANCELA, 2006).

Em nossa abordagem, não é intencional explicar a região somente como espaço de reprodução de interesses econômicos. Porém, é inegável que se têm pautado o Pará e a região Amazônica como um todo, a partir de uma lógica capitalista brutal, ou na verdade essa pauta não é nossa. Passando pelo período Colonial, Imperial e República, o que identificamos é uma sórdida ocupação do território, opressão, tanto dos sujeitos que já ocupava a região, quanto daqueles que surgiram com a chegada de novos habitantes, europeus<sup>25</sup> e africanos, os desfavorecidos.

Com o período do auge da exploração da borracha, os processos de acumulação de riquezas têm seu deslocamento geográfico direcionado para o interior, *locus* da extração do látex. Vemos a região ganhar notoriedade internacional, mas eram as ilhas e regiões distantes dos centros as responsáveis pela nova dinâmica. O enriquecimento propiciado pela economia da borracha não significou o desenvolvimento a essas regiões de extração. Segundo Tavares (2011):

No Pará, os municípios que mais se destacavam até a década de 1870 na exploração de borracha eram Breves, Anajás, Melgaço e Gurupá. Expandindo-se após este período para o oeste da região em direção ao baixo rio Xingu, baixo Tapajós e para o estado do Amazonas, em direção aos rios Solimões, Madeira, Purus e Juruá, que possuíam melhores condições de navegabilidade durante o ano do que o Xingu e Tapajós (que possuíam corredeiras e quedas d'águas) (TAVARES, 2011:114).

A projeção da Amazônia veio por meio de um recurso natural, nesse caso a borracha. Outrora, as drogas do sertão, as quais foram alvos de disputas entre europeus. É nesse viés que assentamos o papel da região como recurso. Isso não seria estranho se não fosse à instalação da empresa colonial, pois a configuração territorial seria outra. Portanto, a explicação da formação territorial da região deve levar em conta alguns pontos:

- A formação do território e o ideário de uma região, as suas faces, obedeceram a uma racionalidade externa;

---

<sup>25</sup> Já salientamos que os próprios europeus, principalmente portugueses acabavam por sucumbir as dificuldades de viver numa colônia onde desconheciam as atividades de extrativistas e a agropecuária era o que restava, mas como foi dito esta não obteve um sucesso com durabilidade. O que restava era uma extrema dependência do Estado português.

- Segundo a primeira assertiva, o interesse econômico nos recursos naturais da região esteve sempre em primeiro lugar de importância; as outras condições de produção do espaço se nortearam por essa primeira condição;
- A Amazônia nesse sentido se constituiu num âmbito regional/nacional/internacional como periferia da dinâmica produtiva com a borracha que ela mesma obtinha e produzia;
- Sendo uma formação resultante das externalidades, é necessário buscar explicações que compreendam o papel dos vários sujeitos envolvidos, todos os fenômenos possíveis, principalmente aqueles em que a leitura colonialista não deixa bem clara e, por conseguinte, que a literatura possa não ter tratado.

Por isso, as condições materiais em que se deram a exploração da borracha, também representam uma transformação nas formas de acumulação. Estas passaram a atender parâmetros internacionais, com grande participação de empresas internacionais. Temos assim o estabelecimento de ações, agora voltadas ao atendimento de interesses de potências econômicas como Inglaterra e Estados Unidos, rumo aos interiores amazônicos, criando as estruturas necessárias para a coleta do látex, com alterações nos padrões e nos locais de produção, por conseguinte, mudanças das relações de trabalho.

Segundo Tavares:

Alguns condicionantes políticos, econômicos e sociais devem ser ressaltados como relevantes ao desenvolvimento da atividade gomífera na região, tais como: a demanda do mercado internacional pela borracha em decorrência do desenvolvimento tecnológico pós-revolução industrial; a descoberta da técnica da vulcanização, que permitiria a utilização do produto em qualquer temperatura; o incentivo à migração nordestina, que foi utilizada como a mão de obra; a implantação de um sistema de transporte a vapor que faria a interligação do interior com Belém e com a Europa; a implantação de firmas exportadoras e a construção de um porto que escoaria o produto para o mercado externo; e finalmente o sistema de aviação, que permitiu o controle da mão de obra; a expansão de novos locais de exploração e o controle do excedente da produção nas pontas do sistema (TAVARES, 2011:114).

Com isso verificamos grandes mudanças na região e sem dúvida, como já vínhamos apontando anteriormente, as condições nas quais a seringa é explorada, as motivações que Tavares apontou, demonstram o valor da região em referência aos seus

recursos naturais. Bringel (2015:46) acertadamente trata de uma modernização econômica na Amazônia, principalmente após a Cabanagem, com o efetivo recrutamento de trabalhadores (população não branca: índios, mestiços e pretos não escravos) para a nova atividade, numa espécie de *disciplinarização* da força de trabalho.

Outro fator correspondente a isso e de importância extrema, foi “primeiro com a proibição do tráfico negreiro e, depois, com o estabelecimento da Lei de Terras no Brasil” (BRINGEL, 2015:46). Segundo este autor:

Os grandes investimentos, antes empregados no comércio de escravos, são reconduzidos e investidos em atividades agora mais rendosas como bancos, empresas de navegação, indústrias e companhias de comércio (...) Os ares de modernização do território rebatem no espaço amazônico a partir dos seguintes elementos: i) fragmentação territorial. Temos a instalação efetiva da Província do Amazonas em 1852 redesenhando a correlação de forças entre a elite local articulada com a internacional; ii) introdução da navegação à vapor. Novo sistema técnico de transporte introduzido nos rios da Amazônia através da Companhia de Navegação do Barão de Mauá; iii) isso possibilitou maior circulação, além das mercadorias, notavelmente a borracha, de pessoas e informação (BRINGEL, 2015:46-47).

A elite oligárquica nascente nos períodos anteriores, Colonial e início do Império, beneficiaram-se diretamente da primeira lei de terras de 1850, que oficializava suas sesmarias já doadas, criando assim os latifúndios. No entanto, parte dessa elite soube direcionar seus investimentos para a nova atividade. Porém, segundo Tavares (2011:114), a grande maioria temia a atividade gomífera, na ameaça que esta representava a concentração fundiária, controle da mão de obra, e marginalização de suas atividades agropecuaristas. Outro atenuante das mudanças se refere à expansão para o oeste amazônico, a princípio por uma questão territorial e depois para a exploração dos seringais para o Tapajós, Amazonas e Acre, logo que se esgotaram as reservas de seringueiras do Marajó, alcançando o rio Xingu, o Jari, o Capim, o Guamá, o Acará e o Moju (TAVARES, 2011:114).

Os novos locais de produção de riqueza, portanto, se concentram nas ilhas, várzeas, locais que contrastavam com as grandes firmas e casas aviadoras, portos de exportação, das áreas centrais, especialmente Belém e Manaus, que alcançaram um crescimento exponencial na infraestrutura urbana e populacional. Nestes seringais, em meio às florestas, caminhos abertos para a exploração da *hévea*, tiveram muitos caboclos das pequenas vilas, seringueiros, homens, mulheres, logo depois com a chegada de nordestinos, até mesmo famílias judaicas em Gurupá (WANZILÉR, 2018),



por exemplo, se embrenharam nas matas, nos interiores das pequenas e médias vilas, por todo vasto território de exploração da borracha. Por fim a historiografia regional tem trazido mais relatos e memória desses sujeitos que contribuíram de forma substancial para a produção dessas riquezas na região. Vejamos o relato apresentado por Brito (2016) sobre uma trabalhadora vinda do Nordeste brasileiro:

Altina Lima retrata sua chegada ao seringal do rio Pauini, aonde veio a mando do irmão que trabalhava no barracão esta senhora imigrante nordestina, saiu do Ceará rumo ao Pauini, neste trajeto esteve em Fortaleza, em Belém viajando de barco com boa parte da família e mais oito famílias que os acompanharam (BRITO, 2016:3).

No Pará, como já ressaltamos a estrutura fundiária foi redirecionado para os seringais. E não raro acontecia a tomada de seringais, com a própria Lei de Terras de 1850 fundamentando isso. Segundo Wanzilér (2018), essa apropriação acontecia com ou sem a lei:

Além de possuírem grandes extensões de terras, adquiridas na maioria das vezes por meios de dominação, os patrões tinham grande poder político na região. Poucas eram as áreas que eram de propriedades dos ribeirinhos. Caso o seringalista tivesse algum interesse em alguma produção existente em um terreno que não era seu, conseguia tomar posse por meios torpes de dominação. O Sr. Adelino Pantoja comenta que: “[...] a nossa propriedade era contaminada de timbozais e o homem mais rico daqui mandava que o pessoal fosse tirar o nosso timbó lá pertinho de casa, comprou a polícia aqui tudo, mas eu não quero entrar nesse detalhe tá. Meu pai não concordou e foi preso, prenderam as pessoas que moravam lá no axiquara só por causa da quantidade de timbó que tinha e era propriedade de meu pai, tinha o documento, escritura tudo. A terra era de meu pai mas o patrão mandou que tirasse o caminho por dentro da propriedade, comprado o adjunto de promotor e o capitão delegado militar” (WANZILÉR, 2018:30-31).

Entendemos que além do resgate histórico e geográfico, esses sujeitos merecem seu lugar na história. É sabido que o enriquecimento, por exemplo, do primeiro ciclo não ficou no Marajó, o maior produtor à época. Grandes produtoras e exportadoras de borracha, as ilhas de seringais de Gurupá, Melgaço, Anajás não registraram ou registram algum benefício daquele período áureo.

Fizemos pesquisas de campo em Gurupá, Breves, Portel e Melgaço e nos relatos colhidos as falas têm um único direcionamento: a borracha não deixou nenhuma riqueza nessas cidades. Segundo o senhor Manoel Corrêa, um dos moradores mais antigos de Melgaço, “toda a seringa extraída ia para Breves e de lá para Belém. Todos os seringais eram localizados nas ilhas, nenhum próximo à cidade. Em Breves,

considerado o “Polo Gumífero do Marajó”, no segundo ciclo da borracha, o produto era manufaturado e depois enviado a Belém.

A Empresa Santa Mônica do Corcovado também gerava riqueza e prosperidade para Breves. Lá existia uma fábrica beneficiadora de borracha, cuja produção atingiu o apogeu durante o período da 2ª Guerra Mundial. Ao redor da fábrica cresceu a Vila do Corcovado, que possuía capela, escola, posto de saúde e comércios. Especialmente nas décadas de 40, 50 e 60 a economia local teve grande movimentação, pois o látex da borracha era recolhido por milhares de trabalhadores rurais que vivia nas ilhas de Breves e de municípios vizinhos e sua produção tinha comercialização garantida. No início da década de 1970, o ciclo econômico da borracha se esgotou, e a Vila do Corcovado perdeu sua importância quando seus donos estrangeiros deixaram o local. Atualmente a Vila do Corcovado está abandonada, restando apenas humildes casebres dos descendentes dos operários que lá trabalharam (SALERA JUNIOR. 2014:15).

A historiografia regional e os estudos de geografia histórica têm contribuído para elevar esses estudos. Junto com essa metodologia de buscar a história e a geografia dos diversos momentos da região, é possível deslocar o entendimento da produção do espaço econômico, voltado para os sujeitos invisibilizados. Essa tentativa reside no sentido de demonstrar e explicar o papel desses sujeitos como um dos principais meios de constituição de uma das faces da Amazônia. As relações de trabalho mudaram e incidiram diretamente na vivência da população das ilhas, nos interiores das vilas e cidades. Nesse sentido, esse necessário debate demonstra como esses sujeitos além de sua usurpação como seres sociais, foram usados como um recurso, uma mão de obra que o Estado sempre buscou utilizar, e na economia da borracha esteve na mão dos aviadores<sup>26</sup>, dos seringalistas responsáveis pela exploração dessa força de trabalho na economia extrativista regional.

---

<sup>26</sup> O aviamento, por sua vez, consiste numa relação específica entre capital e trabalho onde os sujeitos ligados ao capital “aviam”, conseguem os instrumentos necessários para o desenvolvimento da atividade produtiva. No caso da economia gomífera eram: querosene, armas, munição, charque e farinha (dieta básica do seringueiro), anzóis e rede de pesca, etc. Enquanto que os trabalhadores, ao retirar a seiva da seringa, defumam e entregam no “barracão”. A dívida com os instrumentos é descontada e o que sobra é pago para o seringueiro. Como os valores cobrados por esses instrumentos são bem maiores do que é pago pela seringa, a consequência é um sistema de endividamento contínuo, gerando no interior do seringal uma lógica de dependência perversa. O que se classifica atualmente como “escravidão por dívida” (BRINGEL, 2015:48).

### 1.3. Regionalização para consolidação do território

A Amazônia, com a atividade de exploração da borracha, foi incorporada à divisão territorial do trabalho. Então, a região então passou a ser inserida na dinâmica-mundo como periferia da dinâmica produtiva com a borracha. Após os dois conhecidos períodos da borracha<sup>27</sup>, a região continua sendo palco de ações e interesses externos. Neste momento, o Estado incrementa ainda mais suas ações numa geopolítica para a região em que também parece acompanhar as mudanças de concepção de desenvolvimento pelas quais o país passou desde os anos de 1930.

No período da borracha, dos seus vultosos números de um salto produtivo propiciando a acumulação de riquezas por ela gerada, o Estado brasileiro ajudou a empreender a economia regional, porém, dando as condições e proteção para as empresas estrangeiras, as oligarquias locais e nacionais. Assim a presença do Estado se fez de forma parcial, estando ao lado desses agentes econômicos, por exemplo, na concessão de créditos bancários, liberação de terras para a coleta não só da borracha como também da castanha.

O Estado brasileiro, a partir de então, entrou num processo de modernização econômica e também de suas instituições com a criação de novos órgãos os quais executariam as exigências da modernização econômica, planejamento e pesquisa, demonstrando a passagem de um modelo agrário-exportador para o urbano-industrial. Há uma estreita ligação entre o Estado e os grupos elitistas que existiram desde o período colonial. Dessa forma a constituição do próprio Estado e a sua modernização perpassam pelo atendimento aos interesses econômicos e geopolíticos próprios e de seus agentes. Neste período, principalmente a partir dos anos de 1930, o conhecimento do

---

<sup>27</sup> Tradicionalmente se divide o período de exploração da borracha em duas fases: a primeira, iniciada em 1870, caracterizada pelo *boom* da produção, exponente migração nordestina à Amazônia se estendendo até a queda da economia gomífera, em 1912. A segunda fase teve relação direta com a Segunda Guerra mundial, colocando a Amazônia mais uma vez no cenário da produção de instrumentos para a guerra, marcada por grande produção, onde os “soldados da Borracha” trabalharam dobrado para atender as demandas belicosas norte-americanas. Salientamos que apesar de não ser tratado muito na literatura ou em pesquisas, por toda a Amazônia, as populações das ilhas permaneceram trabalhando com a extração do látex bem como de outros produtos florestais, até pelo menos a década de 1980. Considerando as condições de vida nas áreas ribeirinhas (com a chegada dos projetos e a inserção capitalista da região), esse tipo de atividade garantiu o sustento de algumas famílias e uma acumulação capitalista que sustentou suas pequenas firmas, praticando também junto a extração da seringa outras atividades de coleta e comercialização de produtos florestais. Saliente-se que segundo Martin e Arruda (1993) em 1990 temos o fim da supremacia da produção nacional de borracha natural de seringais nativos e predomínio, crescente, da produção dos seringais cultivados, principalmente nas Regiões Centro-Oeste e Sudeste do país.

território para a sua valorização econômica, seu uso e domínio fizeram criar ações e políticas voltadas ao desenvolvimento e planejamento regional.

As formas de regionalizar o espaço amazônico representaram ao mesmo tempo uma racionalidade e uma geopolítica a nível nacional, projeto de desenvolvimento do próprio país, com política econômica intervencionista no território. A política nacional se remeteu à incorporação e ao mesmo tempo abertura da região às centralidades do poder no país (BECKER, 2001). Nesse aspecto, portanto, o ato de regionalizar além de fornecer as informações sobre o território nacional, também contribuiu para explicar as transformações pelas quais o país vinha passando (SILVA, 2009).

As primeiras regionalizações do IBGE<sup>28</sup> levaram em conta a *região natural* com presença marcante de aspectos físicos e naturais. Os aspectos humanos e sociais só estiveram presentes no fim dos anos de 1940, com a primeira regionalização oficial do IBGE, porém não como se concebe hoje em uma totalidade social. As regionalizações sempre foram um resultado evolutivo da compreensão das mudanças pelas quais o país passou. Assim, os aspectos sociais, as regiões humanas irão ocorrer em fases, umas mais voltadas às regiões geoeconômicas, onde os seres sociais poderão ser tratados como dados econômicos, força de trabalho etc. Noutros, as zonas fisiográficas poderão privilegiar os contrastes regionais, compreendendo suas realidades concretas. Assim, a evolução da regionalização também a evolução do conceito de região na ciência geográfica, e da própria ciência (SILVA, 2009).

Os interesses do Estado, em específico pela Amazônia, nortearam as regionalizações que ocorreriam a partir daí, acompanhando as mudanças pelas quais o país vinha passando, na nova Divisão Territorial do Trabalho.

As propostas de regionalização tiveram um teor de intervenção. O Estado brasileiro toma conhecimento da Amazônia, pela primeira vez em termos de políticas e ações diretamente voltadas para sua ocupação de forma mais ordenada e com racionalidade capitalista. As ações voltadas a esse espaço vieram como resolução de “relativo isolamento principalmente a partir das décadas de 1940 e 1950, para depois consolidar a ocupação de grande parte da fronteira amazônica nos anos de 1970 (SILVA, RAVENA, 2016).

---

<sup>28</sup> As primeiras divisões regionais do Brasil datam do início do século XX, sendo que grande parte das propostas de regionalização apresentava um caráter setorial e sua escala de abrangência geralmente remetia às grandes regiões (AFONSO, 2009). A primeira regionalização foi de Delgado de Carvalho em 1913.

A face amazônica para o Estado brasileiro comporta uma região de variados e grandes recursos naturais, um vazio demográfico vulnerável a invasões estrangeiras, representando uma complexa questão de soberania nacional, ao mesmo tempo em que passou a modificar o espaço geográfico da região com a criação de políticas voltadas a esse viés de uma internacionalização ameaçadora (PORTOGONÇALVES, 2001). O resultado disso foram intervenções na Amazônia, criação de objetos novos na realidade regional expressas nas diversas superintendências que passaram a realizar pesquisas e planejamento, descobertas de recursos e sua exploração, sob a justificativa da unificação do mercado nacional e unificação do território.

A primeira superintendência criada foi a SPVEA, e segundo o contexto da época,

Na trilha nacional da ideologia desenvolvimentista que vinha se desenhando desde os anos 1930, a Amazônia inicia, a partir da segunda metade da década de 1940, sua fase de discussão sobre desenvolvimento, porém com pouca unidade discursiva e com baixo poder de influência das elites locais (TRINDADE, OLIVEIRA, 2014:44).

Assim, a valorização econômica da região significou mais uma forma de ocupação, pois com a criação da SPVEA, temos a “marca a contemporânea fase de intervenção estatal na Amazônia, imbuído o Estado brasileiro da “reconquista” e subordinação desse amplo espaço da lógica da acumulação capitalista nacional” (TRINDADE, OLIVEIRA, 2014:40). Por isso, nesse intuito,

Em 1953, finalmente, cria-se a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) como primeira tentativa de planejamento do desenvolvimento da região, nascendo de iniciativas do governo central a partir de relutantes pressões da sociedade amazônica, mais especificamente de sua classe dominante que buscava defender interesses próprios e impedir que o espírito industrializante do cenário nacional alterasse seu status quo no cenário regional (TRINDADE, OLIVEIRA, 2014:40).

No âmbito dos órgãos e/ou instituições<sup>29</sup> brasileiros criados para dar a base de conhecimento e da divisão do território, por meio da compreensão maior e melhor do território brasileiro e suas regiões, o IBGE e suas regionalizações trouxeram importantes

---

<sup>29</sup> Vale lembrar que, por ocasião das atividades dos Acordos de Washington (1942), havia a necessidade de se ter um órgão que ficaria responsável pela movimentação da compra e venda da borracha. Neste contexto, surge o Banco de Crédito da Borracha S.A. (BCB) a partir do Decreto-Lei nº 4.451, de 9 de julho de 1942. À nova instituição, era dada a “exclusividade das operações finais de compra e venda de borracha de qualquer tipo e quantidade, quer destinasse o produto à exportação quer ao suprimento da indústria nacional” (BANCO DA AMAZÔNIA, 1968:11 IN: TRINDADE, OLIVEIRA, 2014:40)

contribuições para as ações do Estado na Amazônia. A nova regionalização de 1969-1970, bem como os estudos de seus geógrafos buscam fundamentar teórica e metodologicamente os subsídios da mesma (SILVA, 2011). Salientamos o papel importante da Revista Brasileira de Geografia (RBG) do IBGE, na divulgação desses estudos. Como elementos fundamentais para a nova regionalização tiveram os estudos que trataram de desvendar os contrastes e desigualdades intra e extra-regionais na obra do próprio IBGE intitulada *Panorama Regional do Brasil*<sup>30</sup>. Como norteamento e justificativa da nova regionalização, surge em 1968a obra *Subsídios à Regionalização*<sup>31</sup> (SILVA, 2011).

O que temos, portanto, é o Estado na tentativa de reorganização do espaço para a instalação do ideário desenvolvimentista brasileiro. A Amazônia assume nesse contexto:

- Seu papel de região. Região de planejamento, região com identidade, para atender os anseios nacionais reluzentes a integração nacional, garantia da soberania sobre o território amazônico;
- Território, como entendimento da ação política, dimensão territorial das ações do Estado brasileiro, como fronteira política;
- Fronteira, na compreensão da expansão da agropecuária, da criação e constituição dos grandes projetos: minero-metalúrgicos, como expressão da modernidade e das novas redes e fluxos e infraestrutura.

Ou seja, a Amazônia como região,

aparece como fisiografia, lugar cuja unidade dada pelas características naturais – floresta, clima e hidrografia sendo que estes ultrapassa os limites da nação; mas aparece também como região cultural através das formas particulares de apropriação da natureza e desenvolvimento de toda uma identidade histórica, em que o ambiente e as tradições indígenas, pela presença majoritária, legaram às populações; enfim, sobre estas regionalizações, o Estado brasileiro criou, a partir de uma lei (1.806/53), com objetivos e planos muito bem definidos, uma Amazônia Legal. Como território, numa perspectiva clássica desta categoria, duas características se destacam: em primeiro lugar, a própria dimensão territorial, pois é algo equivalente a metade do território brasileiro (NOGUEIRA, NETO, 2017:309)

<sup>30</sup> Produção do IBGE realizada em 1967, fruto de pesquisas dos membros do IBGE no intuito de responder as mudanças pelas quais o país vinha passando e dar subsídios ao planejamento regional e direcionamento a ação estatal nos encaminhamentos da industrialização brasileira. Mais informações verificar em: **IBGE. Panorama Regional do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1967.**

<sup>31</sup> IBGE. Subsídios à Regionalização. Rio de Janeiro: IBGE, 1968.

Como território, a Amazônia é pensada,

(...) numa perspectiva clássica desta categoria, duas características se destacam: em primeiro lugar, a própria dimensão territorial, pois é algo equivalente a metade do território brasileiro. E em segundo lugar, ser a fronteira política do país com cerca de dez mil quilômetros de linha divisória (NOGUEIRA, NETO, 2017:309).

Como fronteira,

E como fronteira, a Amazônia aparece com repercussão tanto no cenário internacional, compartilhada com pelo menos sete Estados nacionais, quando se analisa a fronteira política; e como fronteira interna, numa vertente americana, de conquista de espaços nos moldes de Friedrich Turner, recebeu inúmeras adjetivações, desde fronteira agrícola, nos idos de 1970, até fronteira consolidada nos anos 2000, com Berta Becker (NOGUEIRA, NETO, 2017:309).

Neste sentido, nos parece exagerado o uso do conceito de fronteira, como também afirma Nogueira e Neto (2017). Nogueira e Neto e diversos autores como Bertha Becker colocam duas fases na compreensão das ações do Estado na Amazônia: uma geopolítica e outra de inserção na economia capitalista. Pensamos que as duas posições se completam na história da formação territorial amazônica. Já apontamos que o sentido da ocupação da Amazônia sempre foi a obtenção dos seus recursos. Ora o Estado (português, brasileiro) busca consolidar uma fronteira política, econômica, ora por meio de uma fronteira ambiental, e nesta forma de interpretação em algum momento as externalidades sempre estiveram ajudando e/ou manipulando, numa posição de controle, as ações direcionadas a Amazônia.

Nesse sentido, uma consideração importante é pensar o Estado como agente, nos diversos tempos e espaços, temporalidades e espacialidades específicas, com uma determinada intencionalidade; de outro lado, e em nosso construto, consideramos ser o mais necessário diante de todos esses séculos de ocupação, é pensar os sujeitos que aqui vivem, para além de contribuintes dessa construção, mas na contradição das relações para cá pensadas, pensá-los como sujeitos de seus espaços, seus territórios e seus lugares. Sujeitos de resistência no sentido de sobrevivência, manipulação e r-existência nas condições que estavam postas no decorrer dos processos que por aqui existiram e existem.

Compreendemos a Amazônia, nesse sentido, como estratégica para os planos do Estado brasileiro. As ações desse ente foram responsáveis por criar uma

regionalização que desse os parâmetros para a implementação do desenvolvimento industrial brasileiro. Apesar de não ser a única porção do espaço brasileiro que ocorreu esse tipo de ação, com a regionalização foi de outra, a Amazônia assume um papel periférico nesse modelo de desenvolvimentismo, com relação ao centro-sul brasileiro. Assim, as regionalizações cumpriram seu papel. Deram o suporte para o planejamento regional, ações para as superintendências regionais as quais passaram a atuar na região. A regionalização foi um experimento, foi mais uma ação do estado brasileiro que deve ser considerada, porém, não se deve confundir, tornando-a (o ato político de regionalizar e a própria ação estatal) como único viés de análise da constituição da Amazônia, com sério risco de criarmos um entendimento de uma face de Amazônia voltada para conceitos pensados nas instituições, mas que poderão não servir aos entendimentos das territorialidades produzidas na região.

#### **1.4 A região como inserção na economia internacional e suas faces na atualidade**

##### **1.4.1 A consolidação capitalista na Amazônia**

A Amazônia, a partir da década de 1970 passou por um intenso processo de transformação, bem mais acelerado que os períodos anteriores. Observou-se a partir disso o início do que ficou conhecido com os Grandes Projetos na região. Estes são grandes empreendimentos *agrominerais* que se instalaram na região, e, com a extração de minerais e expansão da fronteira agropecuarista, acompanhada de grandes obras de infraestrutura, alteraram de forma substancial a realidade amazônica, modos de vida nos espaços rurais, aceleram o processo de urbanização e formaram uma nova racionalidade, no que tange as políticas públicas direcionadas à região.

Nesse intuito as políticas territoriais de planejamento assumiram cada vez mais sua importância nas mudanças a partir de então vivenciadas. Elas foram responsáveis por ações que resultaram na intensidade da exploração e do consumo dos recursos naturais de forma mais intensa, entretanto, as populações locais ficaram à margem disso tudo.

Assim, esse processo iniciou com a criação da SPVEA, uma experiência de “um pioneiro experimento, no Brasil, do planejamento estatal de desenvolvimento regional, em um esforço de constituir os mecanismos que conectariam eficientemente a



“fronteira econômica” (TRINDADE, OLIVEIRA, 2014:14), ou seja, uma ambiciosa intenção de valorização amazônica, envolvendo questões diversas: imigração, industrialização, agropecuária, meio ambiente (TRINDADE, OLIVEIRA, 2014).

As grandes transformações resultaram em grandes processos de expropriação de terra por camponeses, já que segundo Trindade e Oliveira (2014), desde o fim da SPVEA, para dar passagem à criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM tínhamos o seguinte cenário:

Porém, mesmo com o interesse inicial na industrialização, a direção da SPVEA e o governo federal optaram por estimular o investimento na agropecuária. A justificativa era que esta atividade respondia melhor aos objetivos de absorver os desempregados e subempregados e de ampliar o mercado interno regional. Apesar da justificativa, o investimento concentrou-se na pecuária e não na agricultura – que poderia ser explorada, dependendo da opção política, por pequenos produtores, diferentemente do que aconteceu com a pecuária. Assim, a pecuária, que recebera Cr\$ 1,7 bilhões em 1965, passou a obter Cr\$ 39,1 bilhões em 1966 – ano da Operação Amazônia e da substituição da SPVEA pela SUDAM (MARQUES, in: TRINDADE, OLIVEIRA, 2014:83)

Na prática, as políticas de intervenção de fato iniciam em 1966 e indicam esse estímulo “à grande produção pecuária, o que significou estimular a expansão da grande propriedade – tanto de proprietários originários do Pará quanto daqueles vindos de outras regiões” (MARQUES, G. S. in: TRINDADE, OLIVEIRA, 2014:84). Além disso, é a partir desse período que a Amazônia, portanto, toma o sentido de fronteira econômica, como espaço primordial de ações estatais para o dito desenvolvimento nacional, que direcionou suas ações na exploração dos recursos naturais e no avanço da fronteira agrícola, explanado por Becker (2015).

A criação da SUDAM contribuiu de forma mais incisiva para a efetividade do planejamento regional na Amazônia. Bertha Becker (2015) chama de um “projeto geopolítico para a modernidade acelerada da sociedade e do território nacionais” (SUDAM, 2015:28), e contou com uma política de subsídios que facilitaram as ações de empresas nacionais e estrangeira. Segundo ela:

Foram várias as estratégias espaciais que implementaram a ocupação regional (...) entre 1968-74, o Estado brasileiro implantou a malha técnico-política na Amazônia, visando completar a apropriação física e controlar o território, por meio de uma poderosa estratégia: *a) Redes de circulação rodoviária; b) Subsídios ao fluxo de capital, com incentivos fiscais e créditos a baixos juros; c) Indução de fluxos*

*migratórios para povoamento e formação de um mercado de trabalho regional; d) Superposição de territórios federais sobre os estaduais (BECKER, 2015:28).*

Assim, o que se concebeu a partir disso, foram as investidas nas áreas onde os recursos minerais apresentaram seu maior potencial, as atividades da agropecuária foram mais eficazes para o atendimento de demandas do Estado e externas. A materialidade do espaço amazônico vai sendo alterada para novas roupagens territoriais. Territórios se federalizam (ROCHA, 2007) através de estradas, rodovias integrando o território nacional, projetos estratégicos para o atendimento das novas demandas industriais, agências e instituições financeiras, tudo isso se junta a grandes fluxos migratórios para a região (BRINGEL, 2015), afetando sobremaneira as áreas interioranas e o campo na Amazônia, agora tidos como áreas centrais ao projeto da soberania nacional, e a uma geopolítica<sup>32</sup> na região (BECKER, 2015).

As investidas do Estado brasileiro se direcionaram a alguns pontos centrais, locais que sofrerão grandes impactos, mas não irão trazer mudanças para a melhoria de vida da população, ao contrário, acirrou conflitos. Segundo Porto-Gonçalves, contextualizando o durante e o depois das políticas territoriais:

Logo a Amazônia se transformou em um cenário de enormes tensões e conflitos onde as antigas imagens que da região se tinha cederam lugar a uma outra de devastação, de exploração, de violência e resistência. É esta imagem que vem ganhando o mundo através não só da imprensa, da ação de organizações não governamentais, de lideranças de movimentos sociais e, também, de trabalhos científicos (PORTO GONÇALVES, 2001:13).

Assim, no decorrer de tomada da Amazônia e na consolidação da economia internacionalizada, o Estado brasileiro lança mão dos empréstimos estrangeiros para bancar as estratégias territoriais a Amazônia. Ao mesmo tempo, no período da crise do Petróleo, a geopolítica regional voltou à exportação de recursos naturais<sup>33</sup>, com sua

---

<sup>32</sup> Sobre essa Geopolítica destacamos “o povoamento regional passou a ter um padrão concentrado, sobretudo ao longo das rodovias, separado por grandes extensões florestais”. Além disso, os nós nas redes correspondem a povoados concentrados, vinculados, sobretudo, à indústria e às cidades. No caso dos grandes projetos industriais, formou-se a chamada economia de enclaves. Seu mais contundente exemplo é o da Zona Franca de Manaus, econômica e geopoliticamente estratégica, implantada que foi em meio a uma economia extrativista e num posto avançado da fronteira norte (BECKER, 2001).

<sup>33</sup> Pensamos que a posição de Becker é bem generosa. Em nosso entender, de modo, a Amazônia sempre foi alvo de interesse pelos recursos naturais que possui. Assim, nessa fase pensamos que se intensificaram os projetos, as obras e a infraestrutura que garantiu o funcionamento dessa rede de exploração, apressando a consolidação da malha técnico-política.

maior expressão em Carajás, consolidando a Amazônia como grande fronteira de recursos (BECKER, 2015:29). Também durante essa fase:

O privilégio atribuído aos grandes grupos e a violência da implantação acelerada da malha técnico-científico, que tratou o espaço como homogêneo, com profundo desrespeito pelas diferenças sociais e ecológicas, tiveram efeitos extremamente perversos nas áreas onde ocorreram, destruindo, inclusive, gêneros de vida e saberes locais historicamente construídos. Essas são lições a prender sobre como não planejar uma região. (BECKER, 2015:30).

Os conflitos se intensificam, as contradições e perversidades sobre a região amazônica começam a se aparecer com mais concretude. Por outro lado, a abertura democrática a partir de meados de 1980, contribuiu muito para o surgimento de resistência e tomada de consciência de uma cidadania na região em que se pensasse na elaboração de alternativas para o seu desenvolvimento, agora voltado para uma questão ambiental. Os conceitos que envolveram as discussões ambientais ajudaram no norteamento de ações voltadas a uma nova fronteira, a fronteira *técno-ecológica* (Becker, 2007).

Planejamento ambiental, Zoneamento Ecológico e Econômico (ZEE) passam a compor a nova fase da revolução tecnológica e, a aceleração e inovação contínua são suas novas formas de atuação alterando, por conseguinte, o espaço geográfico local por meio das novas redes, fluxos (BECKER, 2015:31). Nessa fase mais atual, através da temática ambiental entendemos que o capital se reapropria dos recursos naturais de forma diferente. Junto a isso, o processo de redemocratização enraizou de vez legislações ambientais mais modernas - ou as iniciou de fato com a abertura legislativa e administrativa -, ajudou na consolidação dos movimentos sociais e socioambientais (este englobam conflitos de terra, territorialidade e conflitos ambientais) no que tange a abertura de possibilidade de existência de novos direitos, os ambientais, no campo jurídico. Temos, assim, a instauração e incremento de movimentos de resistências e continuidade do avanço capitalista pelo viés ambiental.

#### **1.4.2 Abordagens atuais sobre Amazônia: tentativas descolonializadoras**

O que consideramos como abordagens atuais sobre a Amazônia? O que explica a Amazônia da atualidade? Pensamos que as leituras devem partir dos movimentos que criam aqueles que dão existência e origem à região. É compreensível lógico, que de

outro lado, os agentes externos, como o grande capital e Estado em suas diversas formas estão em meio a todo o processo. É verdade também que esses dois entes, os movimentos e os agentes externos, foram se modificando no decorrer do tempo com já falamos, observando suas alterações desde o período colonial, porém, camuflando a participação social nas produções da realidade, colocando-os somente como submetidos a uma lógica, digamos mais poderosa.

Assim, o que também consideraremos aqui é a produção do espaço regional a partir da ótica daqueles que estiveram sempre invisibilizados na história e na geografia da região. É a partir desses sujeitos, populações rurais e ribeirinhas, que procuramos responder questões que envolvem o uso da terra. É uma preocupação pertinente a desses usos, pois apesar de centrar a análise nos sujeitos, seu papel, mesmo diante as mobilizações sociais, o Estado em práticas e discursos ameaça constantemente aqueles que resistem. Ameaça primeiro, pela força e pelas suas ações e segundo, com discursos e mesmo políticas institucionalizadas, com um total desinteresse em revolver problemas locais, bem como políticas públicas direcionadas ao domínio e presença do contínuo avanço do capital na região.

As críticas pela primazia da análise econômica e pelo olhar do Estado apontado por Cruz (2011) são corretas, pois estão em detrimento de uma visão externa, que os sujeitos locais foram e têm sido ainda mais invisibilizados, contudo, é primordial termos a noção que isso não é gratuito. Para além de buscarmos uma leitura dos movimentos sociais e dos seus sujeitos envolvidos, principalmente os locais, é necessário o cuidado na abordagem, pois não raro, o instrumental de análise dos mesmos tem sido privilégio do campo econômico. Observando mais profundamente, concordamos ser mais conveniente e fiel a realidade, analisar pelo viés da produção e reprodução socioespaciais dessas populações no espaço regional, onde estão inseridos historicamente. O foco mais nessa direção tem revelado ao mesmo tempo uma preocupação/constatação que merece ser investigada: nessa reprodução a incorporação do discurso do Estado, dos agentes externos pelo entendimento enviesado a partir do fator econômico tem se concretizado nas falas desses sujeitos, como promoção de uma racionalidade, estabelecendo uma condição muito prejudicial aos movimentos, pois, dá um sentido à região como mero recurso natural e econômico, tal qual vem ocorrendo nos Conselhos Gestores de Reservas extrativistas no Pará.

Pensamos que a história e a geografia até hoje reproduzidas nos vários meios, jornalísticos, escolar e em parte do acadêmico trazem problemas antigos para a

centralidade de uma questão amazônica de fato. Falamos isso levando em consideração os formadores de opinião e do pensamento do que foi a Amazônia e da real interpretação da realidade dessa região. Ressalvando as mudanças espaço-temporais, a constituição do imaginário amazônico sempre foi permeada pela região-recurso, o *eldorado*, a borracha, as riquezas minerais e florestais, uma riqueza sempre não muito facilmente disponível, sendo por essa razão alvo de estratégias e ações por inúmeras vezes violentas para a sua aquisição.

De maneira nenhuma queremos invisibilizar, tal qual chamamos atenção acima, as mobilizações das populações rurais, das comunidades tradicionais, muito pelo contrário, elas estão no cerne da questão quando as chamamos para dialogar como categoria inserida e estão no foco do debate. Estas comunidades em sua organização através do tempo nunca estiveram neutras e não foram gratuitos os conflitos estabelecidos e que geraram exatamente um fato contrário, a necessidade de resistência ao modelo externo no construto da Amazônia. Quilombolas, índios, camponeses, ribeirinhos sempre estiveram na existência no espaço e se puseram em resistência pós-chegada dos colonizadores, porém, a história e a geografia têm essa dívida com a memória, ausência nos relatos e pesquisas sobre sua reprodução socioespacial e da realidade, ou seja, como ocorreram as resistências e os comportamentos daqueles sujeitos no decorrer do tempo e do espaço nas várias situações de conflitos estabelecidas nas tentativas bem sucedidas ou não, de saqueamento dos recursos disponíveis e na destruição do modo de vida?

Assim, é essencial que o embate seja notado de outra forma. Colocando os sujeitos locais em seu real papel, suas vozes, suas bandeiras de luta precisam ser retomadas para o entendimento da região. Essas vozes, essas ações políticas foram importantes no passado e hoje são primordiais no entendimento de nossa contemporaneidade.

Posto isso, a formação de imaginário amazônico externo tem prevalecido aqui e externamente. Ou seja, os de dentro muitas vezes acabam por reproduzir essa imagem criada por processo e agentes externos. Vejamos, no processo de ocupação, a lógica presente nos discursos tem sido produzida por uma visão de sobrevoo, apontada por Cruz (2001):

Essa “leitura de sobrevoo” vem sendo produzida a partir de um lócus de enunciação do Estado e do capital, que sempre lançaram um olhar estratégico sobre o conjunto da região escrutinando o terreno na busca dos recursos e das melhores condições da produção do espaço estatal e

de um espaço do capital, com especial fúria nos últimos quarenta anos onde a intervenção do estado na Amazônia foi intensa e devastadora. Grande parte do conhecimento científico produzido pela geografia brasileira sobre Amazônia foi produzida nesse contexto a partir desse lócus de enunciação hegemônico (CRUZ, 2011:51).

Cruz aponta que esse sobrevoos é um problema da formação do geógrafo e pensamos ser da geografia também, posto que não seja rara a escolha das formas de abordagens nas pesquisas de um determinado tema, privilegiando a lógica dedutiva ou indutiva, o que traz o perigo das abstrações e generalizações frágeis (CRUZ, 2011).

Assim como Cruz, é desse sobrevoos que queremos escapar. Na produção de sua tese de doutorado, o autor apresentou essa perspectiva tanto na escolha metodológica quanto na escolha dos movimentos sociais, englobando os pescadores artesanais em Cametá, no Pará, como exemplo de um processo que na geografia não seja um estudo de sobrevoos em um processo dedutivo ou indutivo na produção do conhecimento.

Vejamos:

O que pretendemos fazer é um deslocamento dessa perspectiva de uma geografia fundada exclusivamente numa “visão de sobrevoos”, isso significa mudar a escala de análise, saindo da grande escala para escalas menores capaz de identificar e reconhecer outros processos e outros agentes no espaço Amazônico. Além da mudança de escala é necessário mudar o lócus de enunciação, fraturar o lócus hegemônico de um conhecimento produzido a partir da perspectiva do Estado e do capital, para a perspectiva do conhecimento sobre, a partir e com as comunidades e os movimentos sociais (CRUZ, 2011:51).

Em nossa tese corroboramos com Cruz em que a pesquisa deste autor com os pescadores artesanais em Cametá não se remete a um estudo de caso de forma tradicional. Entendemos também, conforme Cruz (2011), o papel de uma escala menor de estudo em se tratando de Amazônia e sua importância para a Geografia. Em nosso caso, o estudo de uma Reserva Extrativista no Oeste paraense, em Porto de Moz. Nessa escala pormenorizada em relação ao processo histórico de constituição do imaginário de uma região como a Amazônia, podemos atribuir um caráter paradigmático, como a exemplo do que Cruz abordou em Cametá – Pará:

(...) o que pretendemos realizar nessa tese é uma análise que escape da dualidade entre uma lógica dedutiva que parte do geral para o particular, ou seja, da Amazônia como um todo para a realidade específica das comunidades ribeirinhas de Cametá, bem como evitar também uma lógica indutiva, que parte da realidade específica das comunidades ribeirinhas do município de Cametá e generaliza para

toda a Amazônia. Entendemos que uma análise das chamadas lutas por reapropriação social da natureza por parte das comunidades tradicionais, como por exemplo, a luta pela criação de reservas extrativistas, ou a luta pelo reconhecimento de terras quilombolas e ainda a construção e o reconhecimento dos acordos comunitários de pesca, exercem a condição de casos exemplares, casos paradigmáticos da dinâmica política e territorial da Amazônia contemporânea, ou seja, mesmo que sejam realidades específicas, eles têm a densidade de elementos que constitui as principais linhas de forças que atravessam a realidade da região hoje. Desse modo, o estudo de caso paradigmático ilumina o entendimento do conjunto da realidade amazônica e permite um diagnóstico mais amplo do que a realidade das comunidades ribeirinhas de Cametá que, apesar de uma realidade singular, define a inteligibilidade do conjunto do qual faz parte e que, ao mesmo tempo, a constitui (CRUZ, 2011:57-58)

Nossa pretensão é também dar essa visibilidade aos movimentos, entretanto, percebendo como as populações são usadas como veículo de formação de um imaginário externo, mas, ao mesmo tempo, não o fazem de forma pacífica e estão no campo de resistência regional. E nesse sentido, se as populações mesmo em resistência são encaradas como suporte ao controle estatal e pelo grande capital, o que mudou na concepção de Amazônia? Qual a noção de espaço regional construída e qual temos hoje?

Assim, esse posicionamento se coloca contra a continuidade dessa forma de interpretação do espaço regional ao mesmo tempo em que denuncia uma ação cada vez mais violenta (física e culturalmente falando) e articulada entre Estado e capital da ocupação da Amazônia, ou a continuidade de uma ocupação histórica. As Reservas Extrativistas são um exemplo disso, representando uma nova modalidade de destinação territorial. Pode parecer contraditório e é de fato. As populações rurais, diante da ocupação e da violência do Capital, se (re) organizam, buscam novos direitos, novas formas e estratégias de permanecer na terra e as reservas extrativistas representam uma dessas formas.

Por que é contraditório? Pensamos que essa resposta remete imediatamente a controle. Não raro, na atualidade o que parecia solução, tem se mostrado como problema. O Estado e sua ineficiência na gestão das RESEXs, saída permanente das pessoas das áreas protegidas pela ausência de políticas locais dos municípios, comprometimento das atividades extrativistas e agrícolas e, portanto, da sobrevivência da população são exemplos dessa contradição. É nesse âmbito que o estudo de uma RESEX como a “Verde para sempre” oferece experimentos nas quais podemos pensar

problemáticas maiores que remetem a condição da Amazônia como região e imaginário externo com rebatimentos no local. Queremos dizer, a tomada dos recursos sempre esteve na agenda e ainda mais na atualidade, onde uma RESEX pode ser a evidência disso.

Por outro lado, as populações da Amazônia passaram a se mobilizar, se organizar e elaborar formas e estratégias de enfrentamento junto e contra as externalidades, agentes do Estado, do capital no decorrer dos tempos. Assim, quando afirmamos que as populações acabaram sendo negligenciadas em seu papel mais importante, o de pioneira na ocupação das terras amazônicas, estamos colocando como o foco da situação, da análise da produção do espaço regional. Não tem sido sem pressão, que os projetos de Estado e do grande capital têm se postado na região. Os movimentos sociais, principalmente os rurais, acabam por buscar se adequar as formas legais e institucionais pensadas por esses entes, mas acima de tudo fizeram criar as suas próprias legalidades, forçando as instituições a se adequarem as suas reivindicações, as suas lutas cotidianas.

Na visão de Cruz (2011) esse processo ocorre na consolidação e na luta pelo reconhecimento das identidades coletivas:

Nessa busca de afirmação de suas identidades coletivas e de suas territorialidades, é que esses movimentos vêm reivindicando ou mesmo inventando novos direitos<sup>34</sup> tais como: o reconhecimento de terras indígenas, o reconhecimento de terras das comunidades remanescentes de quilombolas, a criação de reservas extrativistas (seringueiros, castanheiros e outras populações extrativistas), acordos de pesca, entre outros. Trata-se de uma estratégia de luta que vem implicando uma espécie de “outra” reforma agrária na Amazônia<sup>35</sup> (CRUZ, 2011:40).

A situação que aborda os sujeitos amazônicos num entendimento de classe social, indo mais além da compreensão identitária. É dessa forma que aparecem

<sup>34</sup> Para Cruz (2011: 40), ainda que os chamados direitos “novos” nem sempre sejam inteiramente “novos”, na verdade, por vezes, o “novo” é o modo de obtenção de direitos que não passam mais pelas vias tradicionais - legislativa e judicial -, mas provêm de um processo de lutas e conquistas das identidades coletivas para o reconhecimento pelo Estado. Assim, a designação de novos direitos refere-se à afirmação e materialização de necessidades individuais (pessoais) ou coletivas (sociais) que emergem, informalmente, em toda e qualquer organização social, não estando necessariamente previstas ou contidas na legislação estatal positiva segundo (WOLKMER, 2003:1 apud CRUZ, 2011).

<sup>35</sup> Segundo Little (2003 apud CRUZ, 2011) a questão fundiária no Brasil vai além do tema de redistribuição de terras e torna-se uma problemática centrada nos processos de ocupação e afirmação territorial, os quais remetem, dentro do marco legal do Estado, às políticas de ordenamento e reconhecimento territorial. Essa mudança de enfoque não surge de um mero interesse acadêmico, mas radica também em mudanças, no cenário político do país, ocorridas nos últimos vinte anos. Nesse tempo, essa outra reforma agrária ganhou muita força e consolidou-se no Brasil, especialmente, no que se refere à demarcação e homologação das terras indígenas, ao reconhecimento e titulação dos remanescentes de comunidades de quilombos e ao estabelecimento das reservas extrativistas. (Little, 2003:2-3).



abordagens teórico-conceituais em Hébette, Magalhães e Maneschy (2002), sobre o entendimento do camponês amazônico, ou de maneira geral, compreende que o modo de vida camponês abrange uma variedade de atividades produtivas, não só as ligadas à agricultura ou à criação de animais, como também à pesca dita artesanal e a tantas outras formas de extrativismo.

Sobre a região do Xingu, Moreira e Hébette (2009):

Ao falar de um campesinato do Baixo Amazonas e do Baixo Xingu paraenses, isto é, dos atuais municípios localizados a oeste do arquipélago de Marajó (Gurupá, Almeirim, Senador Porfírio e, mais particularmente, Porto de Moz, no centro desse conjunto) (...), estamos, na verdade, reordenando, em nível abstrato, vários campesinatos históricos distribuídos em espaços e tempos diferenciados, como se constituíssem uma amostra representativa da diversidade campesina amazônica, da mesma maneira em que se fala “da” floresta amazônica ou “da” Amazônia, como se fossem uma só e não plurais (MOREIRA, HÉBETTE, 2009: 188).

Destacamos, portanto, a fundamental importância dada a compreensão das populações que habitam a região, por Hébette e Moreira, pois consideram a diversidade e as metamorfoses do campesinato na Amazônia com um todo, no âmbito das contradições de uma sociedade que historicamente vinha se instalando, compreendendo: povos primordiais, colonizadores europeus e escravos africanos; o sistema de exploração das seringueiras e depois com seu segundo ciclo no século XX; e, o nascimento das lutas políticas que envolvem as populações, a igreja e os movimentos sociais fruto das contradições deixadas pelas políticas desenvolvimentistas do governo militar (MOREIRA, HEBETTE, 2009:191).

Assim, ao pensar o seringueiro como um dos primeiros camponeses a adquirirem autonomia, Moreira e Hébette (2009, 194), contribui para uma leitura diferenciada da mais oficializada que considerou ou olhou a atividade gomífera como atributo de condições externas a Amazônia e ainda mais se pensarmos a não abordagem desses sujeitos locais como camponeses, como classe social.

Por fim, salientamos que os autores trazidos aqui, nos textos que estamos usando como referência neste trabalho já tem direcionado em suas pesquisas o reconhecimento de identidades escondidas, dos sujeitos históricos que não aparecem com frequência na literatura. Pereira (2014) em sua tese de doutoramento, por exemplo, coloca a experiência dos acordos de pesca em Cametá no Pará como expressão das

relações de poder, indo além da interpretação da realidade presente ou não na literatura recorrente:

O giro descolonial em relação às comunidades ribeirinhas não se faz apenas por elaborações discursivas, teóricas e textuais ou por redefinições epistêmicas. Um giro descolonial nesse campo discursivo constrói-se na Amazônia como, por exemplo, na forma de narrativas populares, como das “lendas” e também de uma certa literatura “regional”. Mas, também se desenha um giro descolonial nas formas de revoltas populares e práticas sócio-espaciais de resistência/r-existência cotidiana. O giro descolonial se dá através de lutas de resistências, da Cabanagem ao Movimento Anilzinho, como sismos históricos dessas lutas, mas também através de práticas sócio-espaciais cotidianas através das quais os ribeirinhos constroem uma territorialidade aberta, flexível, baseada na articulação de múltiplos territórios, recursos e trunfos territoriais (PEREIRA, 2014:409).

É nesse intuito que os conceitos abordados adiante tomarão sentido. O sentido de pensar como as comunidades dentro de uma reserva extrativista se relaciona com o mundo, de que forma têm se apropriado dos seus espaços de vivência, como têm se reproduzido. Entendemos que as conflitualidades são inerentes a sua reprodução social. A vida numa determinada porção do espaço do geográfico, a região Amazônica remete ao entendimento de compreensão dessas resistências, dessas tensões sociais numa constante disputa territorial.

## **2. (RE) PENSANDO A AMAZÔNIA: trajetórias e concepções teórico-metodológicas**

### **2.1 A região, o território na explicação da Amazônia.**

#### **2.1.1 A região como particularidade**

O conceito de região, por sua vez tem encontrado uma abordagem mais difundida em que os autores em geral têm pensado na diversidade que o conceito possui, porém, as explicações têm buscado certa generalização científica, de acordo com o período histórico em que a Amazônia, por exemplo, é pensada. Ou seja, com o conceito de região, a Amazônia foi interpretada num âmbito de sua generalização, diante dos fenômenos existentes, no decorrer dos tempos histórico. O conceito foi se alterando sem perder de vista a interpretação da realidade na forma e no conteúdo e, portanto, é possível observar abordagens que pensam a região amazônica como processo globalizante.

O conceito de região remete a compreensão de uma totalidade do espaço, porém, que guarda algumas características, ou como diz Corrêa (1987), guarda uma particularidade. A região se caracteriza por um processo de diferenciação de áreas, no entanto,

Mas, a diferenciação de área não está, em nosso entender, associada à noção de unicidade harsts horniana (...). Não se associa a ideia de singularidade que entendemos vincular-se ao conceito de lugar, mas sim á ideia de particularidade, isto é, uma mediação entre o universal (processos gerais advindos da globalização) e o singular (a especialização máxima do universal) (CORRÊA, 1997:191-192).

Ainda segundo Corrêa, a região é uma porção do espaço e como tal herda processos do passado, portanto,

A particularidade traduz-se, no plano espacial, na região. Esta resulta de processos universais que assumiram especificidades espaciais através da combinação dos processos de inércia, isto é, a ação das especificidades herdadas do passado e solidamente ancoradas no espaço, de coesão ou economias regionais de aglomeração que significa a concentração espacial de elementos comuns numa dada porção do espaço e de difusão que implica no espraiamento dos elementos de diferenciação e em seus limites espaciais impostos por barreiras naturais ou socialmente criadas (CORRÊA, 1997:192)

Corrêa sustentou uma abordagem que relaciona as categorias: *universal*, *particular* e *singular*, mas baseada em Lukács. Ou seja, o pensamento do singular ao universal mediado pelo particular. Por conseguinte, segundo esse autor:

Podemos conceber o primeiro juízo como juízo singular: registra-se o fato singular (o fato que o atrito gera calor). O segundo juízo como particular: uma particular forma de movimento, a mecânica, mostrou-se a propriedade de transforma-se, em particulares circunstâncias (por atrito), em uma outra forma particular de movimento, o calor. O terceiro juízo é o universal: toda forma de movimento revela-se apta, aliás, obrigada, a se transformar em outra forma de movimento. [...] De fato, todo conhecimento efetivo, completo, consiste apenas no seguinte: que nós, como pensamento, elevamos o singular da singularidade à particularidade e desta à universalidade, que nós reencontramos e estabelecemos o infinito no finito, o eterno no caduco. A forma da universalidade, porém, é forma fechada em si, isto é, infinitude; ela é a síntese dos muitos finitos no infinito. (ENGELS apud LUKÁCS, 1968:101).

Corrêa utiliza o pensamento de Lukács para complementar:

A particularidade continua Lukács “com relação ao singular, representa uma universalidade relativa e, com relação ao universal, uma singularidade relativa”. E mais, para Lukács o particular tem ocorrência na natureza e na sociedade através da espécie, gênero, classe, estrato e, no nosso entender, na região (CORRÊA, 1997:192).

Essa noção apresentada por Corrêa representa como expressão da ciência geográfica, a entrada do método dialético na interpretação geográficas a partir de então. Melhor colocando: a importância de Lukács seria fundamental no estabelecimento do uso da categoria da *particularidade*, como o viés adotado pela qual se interpretaria o método dialético de Marx. Estabelecido isso, como tal interpretação ocorreria na Amazônia? Como a dimensão espacial é alcançada na inserção da região na compreensão da Amazônia?

A Amazônia se enquadra nas explicações dadas anteriormente. Pensamos o quão pode ser dificultoso pensar a Amazônia numa totalidade, ao mesmo tempo em que se construa uma visão, uma explicação não homogênea da região. Outrossim, a contra visão em relação a região homogênea, se faz muito necessária diante da fracassada gestão estatal quando resgatamos as políticas de desenvolvimento regional, executadas como a solução para grande parte do “atraso” econômico e calamidade social as quais a região esteve imersa desde séculos atrás.

Assim, segundo Trindade Junior,

O argumento que levantamos como pressuposto de reflexão é o de que a escala regional não deixou de ser importante, e o esvaziamento das políticas e dos discursos com enfoque regional ajuda a perder de vista uma escala importante da análise geográfica, seja do ponto de vista das identidades territoriais, seja do ponto de vista das ações de desenvolvimento socioespacial. No caso amazônico, o perfil e as repercussões das políticas de créditos, incentivos fiscais e dos modelos de desenvolvimento que se fizeram presentes em décadas anteriores parecem também ter diminuído, desde o final da década de 1980, a importância das políticas no âmbito regional e dos discursos que postulam tais políticas. Soma-se a isso a grande diferenciação interna a que ficou sujeita a região após o processo mais intenso de expansão da fronteira econômica capitalista nas últimas décadas. Essa diferenciação tem estimulado políticas de caráter mais focalizando, reconhecendo-se muito mais singularidades que particularidades na realidade socioespacial (TRINDADE JR, 2005:355).

Ou seja, partindo da categoria da particularidade como explicação da região amazônica, estamos afirmando ao mesmo tempo, que a Amazônia possui uma grande diversidade, ainda mais quando observamos o que Trindade Jr. destaca: a diminuição das políticas regionais de incentivo creditício e fiscais e a grande diferenciação interna; outro fator dessa diversidade, colocando-se contra a visão homogênea da região, é o estabelecimento da particularidade como mediação entre o universal e o singular<sup>36</sup> (TRINDADE JR., 2005:356).

Nesse interim, a posição da Amazônia como categoria da particularidade é perfeitamente condizente com a abordagem de nosso trabalho já que buscamos entender as faces, a história e a geografia da região com as interfaces relacionais tanto internamente quanto externamente. E, nesse sentido, estamos nos referindo às influências internas e externas que contribuíram para se construir uma ideia de Amazônia, seja por fatores voluntários, inerentes à dinâmica local-regional (as internalidades), seja por fatores/ideias impostas, involuntárias, externos ao processo regional.

Como forma de sistematizar a abordagem sobre as considerações da Amazônia enquanto região, Trindade Jr., explica três concepções sobre a região:

Uma primeira particularidade que tem sido bastante divulgada desde a chegada dos primeiros colonizadores no espaço amazônico tem sido sem dúvida, pautada no reconhecimento da natureza como

---

<sup>36</sup> Trindade Jr.(2005) explica que há diversas “Amazônias”, e, portanto, as diversas singularidades podem ser reconhecidas nessa dimensão de várias “Amazônias”. Nesse sentido Corrêa (2007), diz que a particularidade remete ao lugar. Assim, é nesse intento que Trindade Jr., propõe o entendimento da Amazônia como um espaço particular, como mediação entre o universal e o singular.

conformadora de um quadro geográfico muito próprio. Trata-se, portanto, de enxergar a Amazônia como um espaço de domínio da floresta equatorial imbricada a elementos como o clima e a hidrografia. O conceito de Pan-Amazônia, espaço de domínio da floresta equatorial que atinge além do Brasil outros países da América do Sul, muito utilizado para fins de cooperação econômica entre esses países, está assentado nessa ideia de Amazônia (TRINDADE JR, 2005: 356-357).

Quando iniciamos a sessão 1, pensando as faces da Amazônia poderíamos abordar o viés da região natural, posto que ainda é muito marcante da mentalidade das pessoas a região romantizada com forte apelo ao natural.

Para Trindade Jr., “na verdade, essa noção muitas vezes assume o sentido de um espaço pronto e acabado, em que a Amazônia é concebida a partir de pressupostos históricos, com critérios de delimitação rígidos (2005:356)”. Ou seja, a visão de região perpassa por uma abordagem homogênea do espaço, onde a sua formação tem como critério o bioma, e assim: “não raro, falar do ecossistema amazônico como recorte regional, pressupõe um espaço formatado dentro do qual passam a acontecer processos diversos” (TRINDADE JR, 2005: 358)

O autor nos mostra o segundo critério, que constitui na Amazônia um espaço estratégico de ação:

Outra de Amazônia baseia-se no seu reconhecimento como espaço estratégico para a ação e o planejamento do Estado e dos interesses capitalistas. Essa é uma noção de região, ou mesmo um discurso sobre a região, bastante utilizados por órgãos e instituições oficiais que estabelecem ações e intervenções nesse espaço regional. É com base nessa preocupação que surge o conceito de Amazônia Legal, assimilado e divulgado nas instituições de planejamento e de desenvolvimento regional. Portanto, é uma concepção recorrente nos documentos que estabelecem ações e intervenções nessa porção de território brasileiro a exemplo do que se verifica nos diversos Planos de Desenvolvimento da Amazônia – PDAs (NAHUM,1999). (TRINDADE JR, 2005: 358)

Nesta acepção a natureza e os homens são pensados como recurso e o espaço amazônico assume concretamente uma dimensão fixa e uniforme, prevalecendo assim a ideia de uma região funcional (NAHUM, 1999).

A terceira concepção, segundo Trindade Jr.:

(...) parte da noção de fronteira. Nessa interpretação. A Amazônia tornou-se uma frente econômica de ação do capital e de controle político do Estado no processo de estruturação do território brasileiro. É vista, assim, como um espaço em estruturação para onde as relações

capitalistas de produção tendem a se expandir e se consolidar, alterando, sobremaneira, a organização socioespacial anterior (CORRÊA, 1987; BECKER, 1990; MACHADO, 1999) (TRINDADE JR., 2005: 359).

Vemos que por se tratar de uma frente de expansão, novas realidades podem ser criadas, e a consequência mais direta disso é a ocupação de terras. Este mesmo autor coloca o exemplo da formação de uma sub-região do estado do Pará, o Baixo Tocantins. Esse exemplo demonstra na prática a categoria da particularidade, subjacente a compreensão do Baixo Tocantins como sub-região, na acepção geográfica do termo. Ele elenca como características que definem essa sub-região: a população, sua ocupação funcional e sua relação única com o rio Tocantins; ocupação funcional ligada ao extrativismo e agricultura; o fator histórico que deu:

O sentido da ocupação do território amazônico, a partir da jusante, também deu uma importância histórica fundamental ao baixo curso do rio Tocantins, que definiu uma subunidade regional registrada por “rugosidades geográficas” – marcas do passado fixadas no espaço (SANTOS, 1978) –, com destaque para a cidade de Cametá, à margem esquerda do rio, que é uma das mais antigas cidades da região (fundada em 1635) (TRINDADE JR., 2008: 236).

O autor afirma que “o padrão dendrítico parece não se romper completamente se o compararmos a outras subunidades regionais da Amazônia oriental” (2008:237). O rio, como fator natural, acabe obtendo um significado cultural e histórico no marco das relações socioespaciais ali existentes. Ou seja, a definição de região, ou sub-região se enquadra nas palavras de Trindade Jr. (2008:231), na “busca reconhecer essa fração do espaço amazônico como um espaço particular, como uma sub-região, que serve de mediação entre o regional (Amazônia) e o singular (os espaços locais)”.

Diante disso, concluímos que o conceito região nos ajudou a pensar como as particularidades explicam a Amazônia. Nos processos mediadores entre os fenômenos espaciais que ora são/foram *externos*, ora são/foram *internos*, esta categoria contribuiu para a compreensão teórica de vários aspectos até aqui abordados. Desde o período colonial, com já expomos, a região foi se modelando de acordo com os comportamentos do Estado e dos sujeitos locais. A intrínseca relação entre esses entes nos faz compreender como os outros processos formadores da região ocorreram, nesse sempre jogo de escalas, influências internas. Isso nos possibilitou compreender os conflitos de classe que na região se estabeleceram, no decorrer do tempo e dos espaços geográficos.

### **2.1.2 O território: lócus de análise e tensões**

O uso do conceito de território é vasto na geografia, ficando difícil dimensionar uma abordagem pelo menos que rume num grau de generalização na explicação dos fenômenos geográficos. Por outro, a diversidade do debate conceitual deste conceito responde de forma salutar as diversas realidades que existem e coexistem. A generalização que falamos reside numa necessidade da ciência, dos autores que não convergem para uma abordagem mais centralizadora e a partir disso, buscar as especificidades do conceito nas diversas realidades.

Em se tratando da produção de uma Tese de Doutorado em que abordamos a Amazônia, conflitos em uma Unidade de Conservação pensamos que o debate do território não pode fugir a uma compreensão das relações de poder que permeiam sua construção, a de sua realidade. As tensões sociais cabem nessa discussão de poder, logo, do território, posto que na Amazônia almejamos explicar processos de resistência na região, e em especial na Reserva Extrativista “Verde para sempre, em Porto de Moz no estado do Pará.

Vários autores já pesquisaram e escreveram sobre a Amazônia, vivendo nela, ou não. Neste sentido, é necessário pensar criticamente e contribuir para a elucidação do imaginário amazônico construído na abordagem econômica do território dada pelo Estado brasileiro. Ao mesmo tempo elucidar outro processo, o das populações rurais, as comunidades tradicionais invisibilizadas por essa abordagem, e que, por conseguinte, o próprio Estado e o grande capital fingem não existir, tendo por resultado, a expropriação das mesmas, numa clara ação civilizatória, de acordo como apontou Pierre Monbeig (1952), na perspectiva da frente pioneira. Assim, pensamos ser muito necessário revisar o que se tem definido na abordagem do território ou da noção de planejamento territorial, pautando o cuidado no uso deste por órgãos de planejamento e na academia, mesmo a geografia sendo uma das ciências que tem contribuído muito para a consolidação desse uso em diversas entidades governamentais ou não.

É necessário repensar esse uso quase que aleatório do conceito de território, cuja ênfase dada a ele e, que a nosso ver, resulta perigosamente numa naturalização ou uma visão muito resumida deste e de outros conceitos e abordagens as quais são ainda caros a geografia, ao mesmo tempo em que ajudam a refletir sobre o espaço regional, salvo, logicamente as contribuições que estes possam ter trazido, como iremos abordar mais detalhadamente adiante.



Assim, o princípio básico, em nossa tese, parte das palavras de Raffestin (1980: 143): “Espaço e território não são termos equivalentes”. Sendo assim, ele explica:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço (RAFFESTIN, 1980:143).

O princípio básico do conceito território se expressa na fala de Raffestin. O território está dentro do espaço, contudo, território não é espaço (RAFFESTIN, 1980). As ações humanas, que produzem os territórios é que estão dentro de uma porção espacial maior, por exemplo, uma região. Partindo dessa constatação, as ações pensadas, planejadas pelo ser humano dão o caráter de território enquanto resultado de embate e pelo poder, como nos explica Raffestin:

O espaço é de certa forma, "dado" como, se fosse uma matéria-prima. Preexiste a qualquer ação. "Local" de possibilidades é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar. Evidentemente, o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder. Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, uma empresa, um controle, portanto, mesmo se isso permanece nos limites de um conhecimento. Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações (RAFFESTIN, 1980:144).

Tomando o território como produto das relações de poder, entende-se que isso não se faz gratuitamente. E, Raffestin numa longa explicação a qual pensamos ser muito conexa para esta tese, é muito elucidativo ao salientar que:

Todo projeto é sustentado por um conhecimento e uma prática, isto é por ações e/ou comportamentos que, e claro, supõem a posse de códigos, de sistemas sêmicos<sup>37</sup>. É por esses sistemas sêmicos que se realizam as objetivações do espaço, que são processos sociais. É preciso, pois, compreender que o espaço representado é uma relação e que suas propriedades são reveladas por meio de códigos e de sistemas sêmicos. Os limites do espaço são os do sistema sêmico mobilizado para representá-lo. Unimo-nos aqui ao pensamento de Wittgenstein ("The limits of my language mean the limits of my world"). Mas, o próprio sistema sêmico é marcado por toda uma infra-estrutura, pelas forças de trabalho e pelas relações de produção,

---

<sup>37</sup> Sistema de sinais que serve para transmitir o pensamento.

em suma, pelos modos de produção. Isso é o mesmo que dizer que a representação só atinge no espaço aquilo que é suscetível de corresponder às "utilidades" sociais lato sensu. Assim, portanto, a representação compõe o cenário, tendo a organização como o espetáculo da tomada original do poder. Se, atualmente, a matriz da representação provém do sistema topográfico, ao longo da História ocorreram muitos outros tipos de representação (RAFFESTIN, 1980:144).

Vejamos as inserções do autor sobre nosso debate na tese. Todo projeto no espaço veio de uma ação inteligível, pensado para um determinado fim. Ele remete um conhecimento acumulado, e sua produção e seus resultados denotam a feição de um território, fruto de relações sociais. Esses processos sociais, segundo o autor, só são possíveis pela aquisição e domínio de sistemas sinais e códigos, os sistemas sêmicos para a transmissão de um determinado pensamento.

Diante disso, os sistemas sêmicos, por exemplo, na Amazônia remetem a dois aspectos: aos sistemas que seus primeiros ocupantes, os índios, criaram e os sistemas que o capital mercantil, juntando mais claramente nesse bojo o Estado (português) e "invasores" estrangeiros, a igreja católica impuseram como projeto que Raffestin se referiu acima. O próprio autor cita que os sistemas sêmicos carecem de uma infraestrutura, que em resumo, para ele, são os modos de produção. Os modos de produção produzem, preparam e criam as feições territoriais (espaciais) correspondentes a seus interesses, ao final, com a representação que compõe os cenários correlatos, é ao mesmo tempo o resultado das relações de poder que envolvem muitas outras realidades, ou seja, outros tipos de relações que produziram outros tipos de representações.

Nesse aspecto, entendemos que uma representação espacial se sobressai à outra, numa relação de domínio entre elas. Há uma mais forte que a outra, há uma racionalidade farsante, revestida de uma dominação, pois a representação mais forte não significa ser a mais coerente com o que ela representa. E no caso amazônico, já dissemos como foi violento e desproporcional o projeto de racionalidade, a representação espacial de que fala Raffestin, tomando os espaços por aqui já existentes. Não é por acaso que Raffestin chama nossa atenção para a observação da "representação moderna do espaço" (1980:145).

A partir dessa premissa é que pensamos o território como uma porção do espaço imbuído de uma ideia de força, energia e informação (RAFFESTIN, 1980) constituído e marcado nas e pelas relações de poder. Outros autores compartilham um

debate de território bem próximo do que buscamos em nossa abordagem. Temos Saquet (2007), ao abordar o território considera:

O território pode ser pensado como um *texto* num *contexto*, como lugar articulado a lugares, por múltiplas relações, econômicas, políticas e culturais; é movimento e unidade entre o *ser* e o *nada*, (i) materialmente. É desconstruído e reproduzido em único processo. Há sujeitos, e concomitantemente transformação do ser em ser-outro, que o contém. Um está no outro, no mesmo movimento de formação do território (SAQUET, 2007:163).

Assim, o autor considera que as interações que formam o território ocorrem em dois aspectos: com os seres humanos e numa relação espaço-tempo determinada. Há, portanto, o entrelaçamento dos seres humanos, envolvidos em relações – de *poder* -, numa teia e combinações espaço-temporais. Em nossa pesquisa, a abordagem de Saquet aparece como valorização das territorialidades humanas, aquelas produzidas pelo contato humano com as realidades. Ao que indica o território e/ou abordagem territorial é a mais próxima da produção humana da vida, das diversas realidades que estudamos. Os marcos espaço-temporais são mais bem apropriados pela condição territorial. No bojo disso tudo é possível entender que as relações entre os seres é o elo que liga homem-espaço, e a abordagem territorial dão o entendimento das relações responsáveis pela produção das realidades, dos lugares, dos territórios.

Em outras palavras, Saquet (2007) recoloca em parte o que Raffestin já havia enfatizado, na medida em que o segundo definiu território e territorialidade como resultado de um conjunto de ações dos seres humanos em seus grupos sociais desenvolvidas na relação espaço-tempo. Interessante notar que a categoria poder está imbricada no território, de modo não se deve confundir isso com a atuação do Estado, num sentido que expresse a exclusividade deste ente na concepção de território e muito menos a de poder (RAFFESTIN, 1993).

Na atualidade, é notável que a complexidade pede outras explicações, de forma que explicita de modo satisfatório a realidade e que as nuances desfaçam a compreensão de território unidimensional, na visão de Raffestin (1993). Ademais, Saquet (2007), diz que:

Antes de qualquer coisa é preciso construir abordagens e concepções para o Brasil, que auxiliem na compreensão de des-continuidades (descontinuidades-continuidade), multiterritorialidades, multiescalaridades e especificidades, como a vida indígena; a ruptura provocada pela exploração européia efetivada no pós-1500; a Amazônia, a geração de energia hidroelétrica; a arenização; as

diásporas internas; as cidades pequenas e médias; as metrópoles; a geopolítica da América Latina, a caatinga e o cerrado, entre outros processos como a produção agrícola e artesanal de base familiar, e os movimentos sociais, como o MST (SAQUET, 2007:159).

As des-continuidades de que fala Saquet (2013) são históricas, e em todos os momentos de consolidação da ciência geográfica, desde Ratzel a Milton Santos, entretanto, com estes, aparece junto à noção de *rede* e *movimento*, “como elementos fundamentais do território que pode, de fato, ser compreendido em área e em rede, simultaneamente [...] (SAQUET, 2007:160).

O território em nosso trabalho assume o pano de fundo onde se encontra a centralidade da questão, o conflito. Vejamos: a mobilidade das populações amazônicas desde os índios, os povos originários até aos atuais, implica a compreensão de um território multidimensional. Ou seja, há um permanente movimento de construção socioespacial permanente. Essa multidimensionalidade é expressa nas formas de uso e de apropriação da terra e seus recursos. Assim, ao mesmo tempo, o território conforma uma dimensão histórica, pensado e construído pelas comunidades em diversos níveis e momentos históricos.

Pereira (2014), afirma que uma comunidade tem no território sua base material. Assim, as mudanças que afetaram historicamente as comunidades, implicaram em “problemas relacionados à ‘base territorial’ e manutenção de ‘laços territoriais’ comunitários” (PEREIRA, 2014:166). Fatores como comunicação com as externalidades e jogos interescares ajudam a compreender tais mudanças, pois,

(...) o território em termos de base, limites da comunidade e elemento de coesão da vida comunitária, se transforma em relação às “comunidades modernas”, sendo que a “unidades territoriais” políticas, em geral, não contemplam as bases territoriais das comunidades (...) (PEREIRA, 2014:167).

Para Haesbaert, o conceito de território e territorialidade se coloca, enquanto ação e dinâmica e como processo de territorialização. Considerando a diferença ente apropriação e propriedade, Haesbaert (2007:21) diz:

O território é sempre múltiplo, diverso e complexo, ao contrário do território unifuncional, proposto e reproduzido pela lógica capitalista hegemônica, especialmente através da figura do Estado territorial moderno defensor de uma lógica territorial padrão que, ao contrário de outras formas de ordenação territorial (como espaço feudal típico) não admite multiplicidade/sobreposição de jurisdições e/ou

territorialidades (HAESBAERT, 2007:21).

Território nasce com uma dupla conotação material e simbólica, tem a ver com dominação da terra, com apropriação, posse. Pensamos não ser possível conceber o território na perspectiva do capital, somente, já que sendo eles funcionais, simbólicos, há de se pensar na configuração material e identitária, exatamente levando à ideia de territorialidade (HAESBAERT, 2009:106):

[...] não se trata do território em seu sentido pleno, ou seja, onde a sua “materialização” se torna imprescindível. Embora todo território tenha uma territorialidade (tanto no sentido abstrato de “qualidade ou condição de ser território” quanto no de sua dimensão real-simbólica), nem toda territorialidade – ou, se quisermos, também, aqui, espacialidade – possui um território (no sentido de sua efetiva realização material). (HAESBAERT, 2009:106).

Assim, a questão da territorialidade que é a condição daquilo que faz parte do território de um estado, além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar, ou no entendimento de Raffestin (1993), a territorialidade enquanto as relações criadas pelo homem, mas, como expressão da exterioridade e a alteridade auxiliada por mediadores e instrumentos.

Concluimos que não há como confundir o território dessas comunidades com a própria RESEX, pois apesar do conceito de RESEX abarcar o ambiente e as populações tradicionais, ele necessariamente incluiu outros grupos sociais, possibilitando um espaço de algo grau de conflitos e conflitualidades. Os atores disputam aquele espaço. E, sendo a RESEX como parte de uma política pública e parte de um ordenamento feito pelo Estado, as perspectivas de projetos territoriais são diferenciadas na perspectiva das comunidades e do Estado, e este último não possui uma visão que pese a vontade das comunidades tradicionais.

Ainda em consideração a isso, e notando a não intenção do Estado em não favorecer as populações, enquadra-se o município de Porto de Moz também, portanto, há sobreposições de territórios, e o Estado delimita a RESEX, mas não garante a sua existência. Temos assim o processo de r-existência caracterizado pelos processos conflitivos, conflitualidades historicamente ali colocadas.

## 2.2 O conflito como categoria de análise para a compreensão da Amazônia

Em referência a tudo que escrevemos sobre a formação histórica e sobre o que entendemos por Amazônia, pensamos que o *conflito* é um dos aspectos explicadores dos processos formadores da realidade na região, no presente e no passado. As tensões que se fizeram nos conflitos e formaram a condição necessária para que muitos fatos se concretizassem muitos destes, em sua maioria, tendo como motivação a disputa e acesso aos recursos naturais em todos os momentos disponíveis.

Nesta subseção disponibilizamos uma abordagem teórica da categoria conflito, que envolve a sociologia e a geografia. Há na geografia uma tentativa de pensar os conflitos em suas várias nuances o territorial, ambiental, por exemplo. Ao abordar o território e as formas de resistência, também se faz necessário em que âmbito isso se dá, quais os tipos de conflitos existiram e/ou existem concretamente a região e, portanto, é primordial pensar a teoria que alicerça os fenômenos conflitivos existentes.

### 2.2.1 O conflito como categoria de análise

Segundo Simmel (2011:1), “o significado sociológico do conflito (*Kampf*), em princípio, nunca foi contestado. Conflito é admitido por causar ou modificar grupos de interesse, unificações, organizações”. Posto isso, uma sociologia do conflito ajudar a pensar as relações sociais não com uma harmonização em que supostamente o mudo foi criado. Há uma romantização de que no passado a vida era melhor, porém o conflito é inerente à formulação da humanidade, na criação de seus valores culturais. Simmel (1983) percebe isso, quando diz que no senso comum a evidência do conflito passou ser uma forma de *sociação*<sup>38</sup>. Para ele,

Se toda interação entre os homens é uma sociação, o conflito, - afinal uma das mais vividas interações e que, além disso, não pode ser exercida por um indivíduo apenas, - deve certamente ser considerado como sociação. E, de fato, os fatores de dissociação - ódio, inveja, necessidade, desejo, - são as *causas* do conflito (SIMMEL, 1983:122).

---

<sup>38</sup>*Sociação* é um conceito cunhado por SIMMEL (1964), onde o autor explica que a sociedade, por meio de interações sociais não ocorre de forma convergente, mesmo que essas interações sociais sejam interdependentes. As formas pelas quais as pessoas se relacionam é cercada de interesses, e os atores sociais possuem interesses próprios, ainda mais com a exacerbação do uso do dinheiro, fato apontado por ele como o causador de grandes mudanças de comportamento social, e consequentemente acirrador de conflitos. Assim, no senso comum o conflito é visto com normal, uma *sociação* não explicada em suas motivações.

Vemos sociologia mergulhar, por meio da ideia de conflito, numa fronteira específica, a do comportamento humano, seus desejos. A expressão disso se dá nas interações sociais entre os indivíduos onde os desejos humanos levam as ações de interesse mútuo, e, por conseguinte, apara as questões, busca uma solução aos impasses criados entre os seres e seus grupos. “Conflito está assim destinado a resolver dualismos divergentes, é um modo de conseguir algum tipo de unidade, ainda que através da aniquilação de uma das partes conflitantes” (SIMMEL, 1983:122).

Temos observado como o conflito apazigua e/ou resolve questões diversas na Amazônia. Ele serve como ponto de referência para o mesmo entendimento de solução de divergências em outros lugares. Ele resolve aquilo que se opõe a um grupo: resolver algo que se opõe a uma determinada mentalidade pode criar racionalidades, é uma metodologia de resolução de incongruências e assim, se resolve o que se opõe a um comportamento. É nessa ótica que para o Império brasileiro, os Cabanos representavam a ameaça e a ordem. Revoltosos que precisavam ser eliminados. Por outro lado, os Cabanos, ao dizimar milhares de portugueses em Óbidos, no Pará, jogando-os do Mirante de Óbidos direto para as águas do Amazonas, também estavam resolvendo questões, como por exemplo, o domínio e desmandos desses mesmos portugueses.

Simmel, diz que o conflito “é o sintoma mais violento de uma doença que representa o esforço do organismo para se libertar de distúrbios e danos causados por eles”, porém,

(...) este fenômeno significa muito mais do que o trivial “*vis pacem si para bellum*” [se você quer paz, se prepare para a guerra], é algo bastante geral, de que essa máxima só descreve um caso especial. É próprio do conflito resolver a tensão entre contrastes. O fato de que visa a paz é apenas um dos possíveis contrastes, uma expressão especialmente óbvia, de sua natureza: a síntese de elementos que trabalham tanto contra e um para o outro. Essa natureza aparece mais claramente quando se percebe que ambas as formas de relação - a antitética e a convergente - são fundamentalmente distintas da mera indiferença de dois ou mais indivíduos ou grupos (SIMMEL, 2011:569).

No caso da Cabanagem é possível questionar até que ponto a tensão entre Império e os Cabanos foi resolvida ao ponto de criar outras tensões, afinal o fato de um grupo visar à paz, como nos diz o autor, é uma paz com um sentido para um e não para o outro: Império *versus* Cabanos, neste caso. Inúmeros exemplos de fatos históricos que

já descrevemos e analisamos anteriormente caberiam nessa perspectiva, já que a organização social, jurídica, econômica e política da sociedade é bem mais complexa que organismos, apontados por Simmel.

A constituição dos valores sociais, segundo o autor contribuiu para acirrar os conflitos, sempre camuflados num sentido de uma ética convergente. E quem não responde a esse modelo, remete-se a uma espécie cura, resolvendo a tensão entres os contrastes. Ora, é nesse prisma que: portugueses, elites locais, o capital internacional, empregaram ações como *atos civilizatórios* (cada um à sua época) para com a população da região. Os costumes, culturas nessa ótica foram (ou tentaram ser) uniformizados em atos civilizatórios, porém, com um caráter econômico e geopolítico, e de uma racionalidade planificada, naquilo que foi concebido com planejamento regional. O resultado disso foram processos de vários tipos e características de conflitos, as conflitualidades territoriais.

### **2.2.2 Conflitos, movimentos e conflitualidades socioterritoriais**

As várias tensões que ocorrem na sociedade são expressão de sua organização espacial. Assim, o número de conflitos, logicamente é imenso, e as razões pelas quais eles ocorrem igualmente. Dessa forma, é no espaço que essas tensões ocorrem, e não é muito comum se buscar os sujeitos, (suas ações, motivações) no âmbito da totalidade de suas participações, ou seja, as visões das relações constituintes dos conflitos de forma mais integralizante. Da mesma forma, não se constitui como hábito estudar e entender a abrangência dos movimentos sociais, dos conflitos, no campo seu de ação, em seu contexto, o das relações sociais como produtoras de espaço e território.

Os conflitos, os movimentos sociais têm história, e como tal necessitam serem compreendidos em sua totalidade, a partir dos seus componentes humanos e institucionais, processos e arranjos sociais que permitiram a concretização do mesmo. Essas permissões na contemporaneidade não devem passar despercebidas da visão multidimensional do território, segundo Fernandes (2005). Este autor tem proposto uma interpretação geográfica do que chamou de movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais.

Apesar de ter pensando esta proposição no domínio da divisão paradigmática da Geografia agrária, entendemos como essa reflexão se remete a boa parte das questões



geográficas que envolvem os movimentos sociais na atualidade, seus conflitos e conflitualidades. O autor, primeiro, inicia entendendo que o espaço e o território são condições o alicerce de sua abordagem, tal qual fizemos anteriormente em Raffestin (1993). Assim, para Fernandes:

O espaço é parte da realidade, portanto, multidimensional. Para uma eficaz análise conceitual é necessário definir o espaço como composicionalidade, ou seja, compreende e só pode ser compreendido em todas as dimensões que o compõem. Essa simultaneidade em movimento manifesta as propriedades do espaço em ser produto e produção, movimento e fixidez, processo e resultado, lugar de onde se parte e aonde se chega. Por conseguinte, o espaço é uma completitude, ou seja, possui a qualidade de ser um todo, mesmo sendo parte. Desse modo, o espaço geográfico é formado pelos elementos da natureza também e pelas dimensões sociais, produzidas pelas relações entre as pessoas, como a cultura, política e a economia. As pessoas produzem espaços ao se relacionarem diversamente e são frutos dessa multidimensionalidade (FERNANDES, 2005:274).

Para Fernandes, o espaço só pode ser compreendido quando consideradas todas as dimensões que o compõem, e por isso, o espaço é multidimensional. De outra forma, o espaço é dialético, contraditório, fluído e fixo ponto de fim e de chegada e tem a dimensão de um todo, mesmo que pensando como parte.

Fernandes faz um diálogo entre espaço geográfico e território. Destarte, o espaço geográfico ou social pode produzir um território específico, isso partindo de uma condição real e concreta forjada numa intencionalidade. Neste interim, o território é compreendido como uma fração do espaço geográfico, que possui qualidades composicionais e completivas dos espaços (FERNANDES, 2005). Segundo o autor o território é um espaço político abstrato, e nesse sentido ele se constitui formando-se dimensões do poder e controle social.

Para Fernandes, que descreve a definição de território de Raffestin (1993)<sup>39</sup>, e próxima da definição de Espaço para Milton Santos, o território é um espaço, mas nem todo espaço é um território. Desta maneira, os movimentos sociais podem produzir espaços e territórios<sup>40</sup>. Para a temática a que nos propomos o desafio é entender como e

---

<sup>39</sup> O autor traz a definição do território para Raffestin (1993): “sistema de ações e sistemas de objetos”, definição que é bem próxima a definição de Espaço para Milton Santos. Fernandes concorda com Raffestin, para quem o território é um trunfo.

<sup>40</sup> Segundo Fernandes (2005) a intenção é pensar o conceito de movimentos sociais a partir do olhar geográfico, pois as conceituações anteriores utilizadas pelos geógrafos é a derivada da sociologia. Fernandes explica que esse conceito que utilizamos emprestado da sociologia não dá conta da análise

quais as metodologias perfazem a transformação do espaço em território, ou entender que momento o território a partir dos movimentos sociais se transformam em uma totalidade. Atentando para as afirmações de Fernandes, é possível traçar um entendimento considerável:

Da mesma forma como alguns movimentos produzem e constroem espaços, também se espacializam e possuem espacialidades. A produção ou a construção do espaço acontece pela ação política, pela intencionalidade dos sujeitos para transformação de suas realidades. Os espaços políticos são reproduzidos pelo movimento da ação, constituindo a espacialização. Os conteúdos desses espaços são manifestados por suas inerências: a espacialidade e a espacialização são propriedades do espaço em seu movimento (FERNANDES, 2005: 278).

E por fim,

Do mesmo modo que alguns movimentos transformam espaços em territórios, também se territorializam e são desterritorializados e se reterritorializam e carregam consigo suas territorialidades, suas identidades territoriais constituindo uma pluriterritorialidade. A transformação do espaço em território acontece por meio da conflitualidade, definida pelo estado permanente de conflitos no enfretamento entre as forças políticas que procuram criar, conquistar e controlar seus territórios. Os territórios se movimentam também pela conflitualidade. O território é espaço de vida e morte, de liberdade e de resistência. Por essa razão, carrega em si sua identidade, que expressa sua territorialidade (FERNANDES, 2005:278).

Para Fernandes (2005), Espaço, território, lugar, as relações sociais, a escala das ações, podem denotar tanto movimentos socioterritoriais quanto socioespaciais. Estes conceitos e categorias ajudam na compreensão do tipo de movimento, quando temos, por exemplo, movimentos isolados que atuam em espaço geográfico específico restrito, temos os Movimentos socioterritoriais. Os movimentos socioterritoriais territorializados atuam em diversas macrorregiões, e “formam uma rede de relações com estratégias políticas que promovem e fomentam a sua territorialização (FERNANDES, 2005: 281). Os Movimentos Socioespaciais possuem diferentes escalas, local ou global.

Elucidando ainda mais o conceito de território, diferenciando-o de espaço e ainda trazendo uma contribuição para o entendimento do movimento social por meio de uma leitura geográfica, como fizemos com Fernandes (2005), pensamos nossa

---

geográfica, que teoricamente abrangeria as relações não somente entre as pessoas, mas também das pessoas com a natureza e os processos geográficos inerentes ao espaço e ao território.

abordagem na presente pesquisa remete ao reconhecimento de outra racionalidade, a dos de “baixo”, os que sempre foram invisíveis aos olhos do Estado e do grande capital. Estes sujeitos, aqui nomeados de populações rurais, comunidades tradicionais que no passado foram os índios, quilombolas, o caboclo amazônico, representaram resistências a representação moderna que lhes foi imposta. Salientamos as mobilizações sociais que enfrentaram esse modelo colonizador pensado externamente ao espaço amazônico. Nessa acepção, ao que nos propomos uma discussão da diversidade regional amazônica, onde os movimentos sociais na região são os representantes de uma resistência na atualidade.

Para Pedon (2009:183), “o movimento socioterritorial<sup>41</sup> pode ser considerado como uma forma de organização da classe trabalhadora, tendo por base os grupos populares ou as camadas populares excluídas e subordinadas”. Nesse seguimento, é necessário ir além do entendimento do conflito já entendido como resultado das relações e interações sociais. Assim, no contexto dos movimentos socioterritoriais, a conflitualidade (FERNANDES 2005b) nos parece trazer um melhor esclarecimento e explicação de como, na Amazônia, os processos conflitivos ocorreram e como ocorrem na atualidade, no que se refere à continuidade da ocupação da região.

Fernandes (2005b) já explicou que a conflitualidade se refere a constância dos conflitos, e nessa medida o espaço se transforma em território através da conflitualidade (FERNANDES, 2005a). Vemos que a conflitualidade, como a compreensão do quanto é paradoxal a territorialização – desterritorialização – reterritorialização de diferentes relações sociais (FERNANDES, 2005b) principalmente quando se remete a questão agrária. Sobre a concepção de Conflitualidades, Fernandes (2005) expõe que:

O enfrentamento é um momento do conflito. Para compreendê-lo em seu movimento utilizamos o conceito de conflitualidade. A conflitualidade é um processo constante alimentado pelas contradições e desigualdades do capitalismo. O movimento da conflitualidade é paradoxal ao promover, concomitantemente, a territorialização – desterritorialização – reterritorialização de diferentes relações sociais. A realização desses processos geográficos gerados pelo conflito é mais bem compreendida quando analisada nas suas temporalidades e espacialidades. São processos de desenvolvimento territorial rural formadores de diferentes organizações sociais (FERNANDES, 2005:2).

---

<sup>41</sup> Conceituamos movimento socioterritorial como aquele que tem o território como trunfo, sendo essencial para a sua existência. Ou seja, eles “dizem respeito ao conjunto de mobilizações populares que, além da conquista do território, têm sua existência condicionada à manutenção de sua territorialidade”. (PEDON, 2009, p. 227).

Concordamos com Fernandes, pois, de fato o enfretamento que ocorre e poderá se agravar em suas consequências futuras é parte de processo de organização social, somado as ações do Estado, isso como parte do desenvolvimento territorial em relação às ações que envolvem o antes, durante e o depois em Reservas extrativistas, por exemplo. Hoje, as RESEXs já apresentam um grande potencial de conflitualidades e nas mais diversas tipologias e sujeitos envolvidos: ribeirinhos, camponeses, índios, quilombolas, colonos, madeireiros, sojeiros, o Estado, etc.

Especificamente na Amazônia, as RESEXs têm um papel fundamental no que se entende por contrarreforma agrária na análise de Cleps Jr. (2010, 2011). A partir de 2008, baseado em Oliveira, explica o autor que o Programa Terra Legal Amazônia que objetivou a regularização fundiária pelo INCRA, no entanto não obteve sucesso, pois juntando-se a discussão do Código Florestal e os recentes massacres de camponeses na Amazônia, na verdade conservam a estrutura fundiária existente, não trazendo nenhuma alteração no quadro da reforma agrária, pois:

[...] quase um terço (26,6%) das famílias assentadas é, na verdade, constituído por famílias que já viviam e produziam na área rural, mas sem título de propriedade e que o trabalho do governo foi dar-lhes o título e incluí-las nos programas de apoio à agricultura familiar, foram adicionados também à coluna de novos assentamentos casos de famílias que ocuparam lotes abandonados em áreas de reformas já existentes (CLEPS JR, 2010:61).

Dentro do território das duas reservas temos essas situações apontadas por Cleps Jr, onde há uma rarefeita titulação da terra, como na “Verde para Sempre”. Porto-Gonçalves, no artigo: Geografia da violência contra a pessoa no campo brasileiro: agronegócio, grilagem e devastação, escrito em 2005, demonstra as conflitualidades na luta pela terra. Mostra as distintas formas de conflito classificando-as quanto à ação do poder judiciário e do poder executivo e mais o poder privado. Estes, enquanto agentes de repressão. O artigo é anterior à Fernandes (2005b), no entanto, um complementa o outro.

A análise de Porto-Gonçalves expõe o grau de conflitividade e de envolvimento das pessoas em conflitos, ou seja, o número de conflitos e de pessoas neles envolvidos, perpassando pelos poderes judiciário, executivo e privado, demonstrando o quanto a modernidade ou moderno-colonialidade vem caracterizando a

formação social na forma da velha conhecida violência, abrindo caminho para o progresso (PORTO-GONÇALVES 2004; 2005).

A nosso ver, a abordagem de Porto Gonçalves cabe muito bem na análise do que vem acontecendo nas RESEXs, vejamos: os índios presentes na área tiveram seus direitos de reconhecimento retomados (ou eles estão brigando para resgatá-lo) exatamente no contexto da criação das Unidades de Conservação no Baixo Tapajós, já que, além do aparato legal no Brasil e também em legislações internacionais vemos a retomada desses conflitos pelo reconhecimento de “indígena” e, por conseguinte, a retomada das tradições dos grupos étnicos (PEIXOTO, *et.al.* 2012). Ou seja, além do fator identitário, os direitos de posse efetiva da terra indígena, pode estar sendo negada em nome da dita modernidade que Porto-Gonçalves nos fala.

A conflitualidade que remete aos outros atores sociais como os colonos, madeireiros, produtores rurais é densa e grave, ao se considerar as ações do Estado brasileiro acirrando ainda mais os conflitos ali existentes. O Estado em suas diversas esferas, na maioria das vezes se coloca contra as comunidades tradicionais que habitam as Reservas Extrativistas (em Porto de Moz – Verde para sempre), em outras, os índios são contra colonos, que são contra quilombolas e todos contra os sojeiros e madeireiros como acontece em Santarém.

A luta pela posse da terra, pelo direito de viver e explorá-la é o ingrediente desses conflitos, segundo lideranças locais de outras áreas de RESEX como a Tapajós-Arapiuns, em Santarém. Corroborar com isso, Porto Gonçalves (2001) afirmando que a reconfiguração das territorialidades e suas formas de construir significados para o mundo e para vida é que moldam a produção da vida humana na Amazônia, exatamente como ocorre em Porto de Moz, na RESEX “Verde para sempre”. Por fim, os conflitos socioterritoriais como categoria nos permitem uma visão de *processo* dos conflitos. Na medida em que nos dá elementos de análise para explicação dos sujeitos envolvidos nas tensões e principalmente fornece meios para observar como os mesmos produzem as territorialidades.

Poderíamos apontar os conflitos na RESEX “Verde para sempre”, porem sem compreender o processo dos conflitos, o cerne da situação, o acesso a terra. Sem isso não conseguiríamos entender como chegamos á abordagem territorial, em termos da incorporação de um discurso pela defesa e aquisição de territórios; ou como o Estado pensou a criação de uma RESEX, ou como e por que as comunidades passar a exigir a

criação das reservas. Pensamos que estes caminhos foram permitidos a serem compreendidos dentro de uma lógica processual, ao tratarmos dos conflitos e conflitualidades socioterritoriais.

Em pesquisas sociais que tem como objeto os sujeitos dentro de movimentos sociais ou estudos sobre as suas formas de vivência e sobrevivência, a primeira questão/dúvida que surge é qual tratamento teórico contribuirá para a diversidade que abará esses sujeitos: populações ou comunidades tradicionais. Em busca aos estudiosos que tem levantado essa preocupação, temos observado um grande avanço o início aos debates que tratam sobre as considerações de populações e comunidades tradicionais.

Nossa abordagem aqui se norteará por estudiosos como Cunha e Almeida (1999), Barreto Filho (2006), Almeida (2008), Gerrero, Torres e Camargo (2011), e Torres (2012), dentre outros autores. Com isso, pretendemos deixar nossa contribuição ao debate e na análise de sujeitos dentro de movimentos socioterritoriais em Reservas Extrativistas bem como sujeitos envolvidos com questões que remetem ao modo de vida e a sobrevivência desses grupos sociais numa compreensão de classe social, o campesinato amazônico, o campesinato florestal.

Gerrero, Torres e Camargo (2011) e Torres (2012) trazem esses mesmos autores acima citados e neles se baseiam para deixar explicações interessantes à nossa abordagem no estudo da RESEX “Verde para sempre”. Assim temos uma:

sociogêneses da noção de “populações tradicionais” empreendidas por Almeida, Barreto Filho, Vianna, Little e Almeida & Cunha, identifica-se um mesmo percurso: o de uma discussão que se inicia internacionalmente na segunda metade do século XX, bastante focada na conservação ambiental, sob o viés dos conflitos em unidades de conservação de proteção integral; discussão que chega ao Brasil em termos análogos e que vai se complexificando à medida que nela adentram novos sujeitos políticos, movimentos sociais ligados aos povos indígenas, os próprios seringueiros, quilombolas etc. (GERRERO, TORRES, CAMARGO, 2011:6).

Nesse âmbito, temos algumas explicações:

*a)* as comunidades tradicionais se consolidam no direito que a elas é direcionado. O processo de lutas dos grupos que congregam essas pessoas que vivem de forma tradicional fez criar um direito específico, e “ao criarem o direito, consolidam-se as populações tradicionais ou povos e comunidades tradicionais, como categoria sociocultural, como identidade política ou alvo de políticas públicas” (TORRES, 2012);

Nesse entendimento, podemos afirmar que as comunidades camponesas se firmam como grupo étnico-político, com direitos específicos, com direitos talvez que não tenha alcançado enquanto classe social, enquanto camponeses; camponeses florestais, camponeses extrativistas (TORRES, 2012). Entretanto, esta nomenclatura nova de populações tradicionais não esconde em seu interior o processo de luta a luta pela terra, o que está por trás é a permanência no território. São buscadas outras formas de permanência na terra de sobreviver nos territórios tradicionais que os camponeses florestais, outras formas de luta pela terra, embora os resultados tenham sido balizados por uma luta caracteristicamente mais ambiental do que qualquer outra. O camponês amazônico buscou outras formas de luta e bandeiras para sobreviver no território tradicional.

Na escrita das leis, os direitos adquiridos,

Se enquadram em condições especiais de direitos territoriais por meio de Reservas Extrativistas conforme determina o SNUC e também garantias advindas do Decreto n. 6040 de 2007 que “Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais” e, ainda, por conta da convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho da qual o Brasil é signatário e que foram incorporadas ao ordenamento jurídico por meio do Decreto 5051/2004 que tem *status* de lei ordinária e garante regular regularização do território das Comunidades locais (ver principalmente artigos 14 a 16) (TORRES, 2012:97-98).

Nesse aspecto de novos direitos adquiridos, Almeida e Rezende (2013) apresentam problemáticas gerais que remetem a vivência de comunidades e populações tradicionais em RESEXs, territórios Quilombolas, Terras indígenas, apontando conflitos, expulsão e resistência. Temos assim, duas situações:

A *primeira* é a expulsão de moradores tradicionais de seus territórios tradicionais convertidos em Unidades de Conservação, que se dá por diversos meios que vão da privação de meios de vida à violência e intimidação, amiúde com apoio de promotores públicos e organizações ambientalistas. A *segunda* situação é menos conhecida e diz respeito a conflitos entre demandas de moradores nessas áreas, que se dividem às vezes entre os que se identificam como “comunidades tradicionais” ou “quilombolas”, e os que reivindicam “identidades indígenas”, havendo ainda aqueles que preferem a condição de agricultores familiares inseridos nas políticas dirigidas a estes (ALMEIDA, REZENDE, 2013:1).

Remete a isso, imediatamente, a atuação dos órgãos responsáveis, como também na não resolução de problemas criados em grande parte pelo Estado brasileiro

no atendimento a essas comunidades tradicionais, com políticas públicas que dêem conta suficientemente de sua diversidade e aspirações pela sobrevivência. No caso das RESEXs e desta que estudamos em Porto de Moz, foi possível observar uma ausência grande, o que pode gerar problemas maiores em termos de gestão ambiental e gestão dos conflitos ali potencialmente criados. Iremos abordar nas seções posteriores o detalhamento desta situação.

*b)* Outra explicação que pode ser considerado em nosso estudo e que defende o uso da interpretação de comunidades tradicionais nos novos direitos adquiridos é a ideia do “bom selvagem”. Entorno desta ideia está a compreensão de parte do movimento ambientalista internacional e nacional, de natureza intocada em que os habitantes de terras tradicionais passam a ser vistos como os vigilantes da floresta, posição que Barreto Filho (2004) discorda veementemente:

Por entender que há diferenças entre o emprego do termo “populações tradicionais” no Brasil, referido às ditas “sociedades rústicas”, e o discurso internacional, que aludiria exclusivamente às “populações étnicas”, Vianna sugere que “a adoção no Brasil do discurso [conservacionista] internacional [...] passou a designar populações não étnicas, mas consideradas, assim como as populações indígenas, como detentoras de características positivas para a conservação” – prevendo-se, assim, a possibilidade de alguns desses grupos usarem os recursos das áreas protegidas e nestas permanecerem (VIANNA, 1996:94). Da perspectiva que adoto, a novidade não reside tanto na generalização do emprego da noção, movimento que identifico no âmbito do conservacionismo internacional, quanto na sua reorganização a partir da narrativa hegemônica da miscigenação, processo a um só tempo biológico e cultural constitutivo do povo brasileiro (BARRETO FILHO, 2004: 136-127).

Segundo Torres (2012), as populações tradicionais no decorrer de sua história são intoleradas até hoje pelos preservacionistas radicais. Quando ocorre o entendimento dessas populações como integrantes dos territórios tradicionais, não significou uma mudança na consideração de que esses sujeitos não seriam um empecilho a interesses preservacionistas. Vejamos a posição de Torres (2012):

Essa valoração positiva das chamadas populações tradicionais vem, porém calcada em reforçar uma noção que, em muito estereotipa esses mesmos grupos: se lhes atribui o modo de vida intrínseca e ontologicamente harmônico com a natureza, cristalizado imemorialmente. Constrói-se, enfim, uma espécie rousseuniana de “bom selvagem ambiental” (TORRES, 2012:99).



Se no início as comunidades tradicionais eram vistas como *locus* de grupos biologicamente harmonizados com o meio, como aporte de um ideário preservacionista internacional e nacional, a complexidade dos diversos sujeitos, os movimentos socioterritoriais, as reivindicações por direitos específicos colocou as comunidades num outro patamar de interpretação, onde o ambientalismo como movimento ganha cada vez mais espaços, legislações e políticas públicas ambientais próprias, e criação de Unidades de Conservação do tipo Reservas Extrativistas representam muito bem isso, ao passo que surgiram das entranhas das florestas, reivindicação dos seringueiros no Acre.

Neste contexto talvez o termo “Populações tradicionais” não se sustente, haja vista, as terras tradicionalmente ocupadas abarcarem uma gama de populações e em processos de luta, conflitos e conformações legislativas, conforme nos explica Almeida:

Considerando que a emergência e o acatamento formal de novos dispositivos jurídicos refletem disputas entre diferentes forças sociais, pode-se adiantar que o significado da expressão “terras tradicionalmente ocupadas” tem revelado uma tendência de se tornar mais abrangente e complexo em razão das mobilizações étnicas dos movimentos indígenas (coiab, uni, apoinme), dos movimentos quilombolas, que estão se agrupando desde 1995 na hoje denominada Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (conaq) e dos demais movimentos sociais que abrangem os extrativismos do babaçu, da castanha e da “seringa”, bem como o pastoreio e as áreas de criatórios comuns (ALMEIDA, 2008:38).

Almeida aponta as condições em que as populações se encontram e, portanto, não se conforma tal interpretação na contemporaneidade que envolve esses grupos em terras tradicionalmente ocupadas. Vejamos:

A própria categoria “populações tradicionais” tem conhecido aqui deslocamentos no seu significado desde 1988, sendo afastada mais e mais do quadro natural e do domínio dos “sujeitos biologizados” e acionada para designar agentes sociais, que assim se autodefinem, isto é, que manifestam consciência de sua própria condição. Ela designa, neste sentido, sujeitos sociais com existência coletiva, incorporando pelo critério político-organizativo uma diversidade de situações correspondentes aos denominados seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, quilombolas, ribeirinhos, castanheiros e pescadores que tem se estruturado igualmente em movimentos sociais. A despeito destas mobilizações e de suas repercussões na vida social, não tem diminuído, contudo, os entraves políticos e os impasses burocrático-administrativos que procrastinam a efetivação do reconhecimento

jurídico-formal das “terras tradicionalmente ocupadas” (ALMEIDA, 2008:38).

Cunha e Almeida (1999) criticam de certa forma o termo “Populações tradicionais”, quando acusam os sujeitos de serem considerados prestadores de serviços ambientais:

No momento, a expressão "populações tradicionais" ainda está nas fases iniciais de sua vida. Trata-se de uma categoria pouco habitada, mas já conta com alguns membros e com candidatos à entrada. Para começar, tem existência administrativa: o "Centro Nacional de Populações Tradicionais", um órgão do IBAMA. Inicialmente, a categoria congregava seringueiros e castanheiros da Amazônia. Desde então expandiu-se, abrangendo outras grupos que vão de coletores de berbigão de Santa Catarina a babaqueiras do sul do Maranhão e quilombolas do Tocantins. O que todos esses grupos possuem em comum é o fato de que tiveram pelo menos em parte uma história de baixo impacto ambiental e de que têm no presente interesses em manter ou em recuperar o controle sobre o território que exploram. Mas acima de tudo, estão dispostos a uma negociação: em troca do controle sobre o território, comprometem-se a prestar serviços ambientais (CUNHA, ALMEIDA, 1999:3).

Alarcon e Torres (2014) corroboram com Almeida, na medida em que,

Em sua análise, Almeida destaca o processo de mobilização social que emergiu na década de 1980 e que configurou a ação dos povos da floresta, bem como a atuação das entidades confessionais, que terminariam por consolidar a reivindicação do termo “comunidades”. Ambos – “povos” e “comunidades” – seriam revestidos de uma conotação política, ligada a um princípio de autodefinição, ausente no termo “populações”, que acabou sendo abandonado em certos contextos (ALARCON, TORRES, 2014:13).

Na letra da lei, retomemos o decreto 6040/2007, onde o termo Comunidades Tradicionais é claro. É nele que podemos nos basear também, embora este decreto não esteja ainda regulamentado. Nele, vemos que as Comunidades tradicionais têm direito ao território. Inserção importante, pois, não são mais só os Índios e Quilombolas que possuem tal direito. Nesse âmbito, temos a RESEX, o meio pelo qual as Comunidades que estudamos acessam o direito ao território. Entretanto, temos um limite no entendimento da Comunidade Tradicional, posto que a RESEX é UC, um tipo de destinação territorial e não permite, de maneira geral, realização de reforma agrária.

A razão de afirmarmos isso remete ao primeiro objetivo que compreendeu a empreitada dos movimentos socioterritoriais dos grupos sociais, porém, ao exigir a

reforma agrária e a permanência em seus territórios tradicionais, as comunidades camponesas receberam do Estado Unidade de Conservação, Reserva Extrativista. Isso não diminui em nada a luta desses sujeitos, mas, a limita; pois, é o Projeto agroextrativista que caracteriza, sim, a reforma agrária.

De outro lado, é necessário nos ater como é a forma que os próprios comunitários se identificam, população ou comunidade. E neste aspecto, o entendimento de comunidade é muito presente. A convenção 169, como já dissemos, usa essa terminologia. Mesmo não regulamentada, algumas definições dessa convenção traz controvérsias com os conceitos de Populações e comunidade tradicionais presentes no SNUC – Sistema de Unidades de Conservação e no Decreto 6040/2007. Almeida e Rezende (2012) explicam que nas situações em que ocorrem, por exemplo, a expulsão de moradores tradicionais de seus territórios tradicionais e conflitos entre demandas de moradores nessas áreas, que se dividem às vezes entre os que se identificam como “comunidades tradicionais” ou “quilombolas”, e os que reivindicam “identidades indígenas, os órgãos ambientais responsáveis estão ausentes.

Assim, mesmo nos direitos adquiridos e nas definições concernentes as legislações SNUC, Convenção 169 e no decreto 6040/2007, existem contradições como apontam os autores no “reassentamento das populações tradicionais”:

Contudo, a exigência de realocação e de reassentamento de comunidades que não foram nem “alocadas” nem “assentadas” em territórios da tradição entra em conflito com direitos das comunidades tradicionais reconhecidos no Decreto nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2007 e com a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho que afirma que “os povos interessados não deverão ser retirados das terras que ocupam” (artigo 16º, parágrafo 1º). Quanto ao assentamento, a mesma Convenção afirma, diferentemente do texto do SNUC: Quando a retirada e o reassentamento desses povos forem considerados necessários como uma medida excepcional, eles só serão realizados com seu livre consentimento e conhecimento. Não sendo possível obter seu consentimento, essa transferência só será realizada após a conclusão dos procedimentos adequados previstos na lei nacional, inclusive após consultas públicas, conforme o caso, nas quais os povos interessados tenham oportunidades de ser efetivamente representados (BRASIL. Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004, artigo 16º, parágrafo 2º, grifos nossos in: ALMEIDA, REZENDE, 2012:187).

Para nossa pesquisa interessa compreender e explicar como essas contradições afeta a compreensão de quais políticas assistem às comunidades tradicionais, afinal. Além disso, a definição do enquadramento político-institucional que compreendem os

grupos sociais e seus direitos é necessária, do contrário, as dificuldades e em relação às regras do SNUC e o compromisso do Estado Brasileiro para com povos e comunidades tradicionais contidos em tratados e em programas federais necessitam de solução e de uma definição; o não tratamento disso, colocar quilombolas e, sobretudo seringueiros, pescadores, caiçaras e outras “comunidades tradicionais” distante dos direitos e à mercê de decisões *ad hoc* tomadas por órgãos públicos separados e baseados em dispositivos legais incompatíveis entre si (ALMEIDA, REZENDE2012: 187).

Conclui-se que temos assim passagem de uma compreensão de comunidades tradicionais como o *locus* de localização de seres biologicamente harmonizadas com a natureza e seres harmônicos entre si, para uma compreensão de comunidade tradicional como o *locus* do conflito, onde espacializa e se territorializa cultura, étnica, ambiental, política e economicamente as lutas travadas entre classes sociais. Assim, comunidade tradicional designa um aporte geográfico de localização de conflitos sociais específicos, de conflitualidade socioterritoriais e que agregam povos tradicionais em sua diversidade.

### **3. MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS, ESTADO E A CONSTITUIÇÃO DA RESEX “VERDE PARA SEMPRE”**

Como o Estado pensou a criação das UCs no Brasil? Quais motivações estão por trás de suas concepções e ao mesmo tempo seus erros e acertos na criação das UCs no país? O capital tem demonstrado interesse em estar nas RESEXs? Historicamente, quais sujeitos estiveram envolvidos nos movimentos socioterritoriais para a criação da RESEX “Verde para Sempre”?

Entendemos que as estratégias do Estado, do Capital e dos Movimentos socioterritoriais criam um conjunto de ações e práticas formadoras das concepções inerentes às Unidades de Conservação na Amazônia e suas categorias. Não estão desatrelados esses entes, cada um com sua objetivação, cada um traçando planos para a existência de UCs. Com o objetivo de entender quais categorias de análise se criam, quais objetivos e quais estratégias formam as UCs no Brasil e na Amazônia é que discorreremos nossas considerações sobre esta terceira seção, com atenção especial à RESEX “Verde para sempre” em Porto de Moz, no Pará.

#### **3.1 Estratégias de criação das Unidades de Conservação: o caso das Reservas Extrativistas**

Em geral, as Unidades de Conservação no Brasil surgiram para responder a necessidade de proteção ao patrimônio natural do país. No entanto, sua existência esteve ligada a diversas motivações e contextos, desde a criação da primeira em 1937 até a atualidade quando presenciamos na atualidade o total desmonte de órgãos como IBAMA e ICMBio e discursos de franca ameaça às conquistas tidas até agora. Interessante notar os fatores econômicos e políticos sempre presentes nas condicionantes para a existência das UCs, mesmo antes de identificarmos o surgimento de algum movimento ecológico no país. Assim, mesmo no mundo, “é preciso enfatizar que, contudo, as UCs, são um fenômeno recente no campo das políticas públicas ambientais, e, por isso há elementos de muita fragilidade que precisam ser superados” (VILARROEL, 2012:38).

No Brasil, as Unidades de Conservação são áreas protegidas e foram agrupadas dentro do Sistema de Unidades de Conservação – SNUC, criado nos anos 2000. O SNUC foi algo novo por se caracterizar como “uma tentativa de padronização dos

processos de criação, implementação e gestão dos diferentes tipos de UCs existentes no país” (VILARROEL, 2012:42).

Promulgado sob o decreto da Lei 9.985/2000, as Unidades de conservação são:

(...) espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção” (ICMBio, 2009:7) -art. 2º, I, da Lei 9.985/2000).

As Unidades de Conservação congregam paisagens e espaços naturais com a proteção da fauna e da flora e, o uso sustentável dos recursos pelas populações tradicionais, de forma a valorizar a relação homem e natureza. Assim, elas se dividem em Unidades de proteção integral e Unidades de uso sustentável.

**Quadro 4:** Sistema de Unidades de Conservação segundo o SNUC

GRUPOS/Objetivos	CATEGORIAS	OBJETIVOS
<b>UNIDADES DE PROTEÇÃO INTEGRAL</b>  <b>OBJETIVOS:</b> Preservação da natureza sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos em lei.	Estação Ecológica	Preservação da natureza e realização de pesquisas científicas.
	Reserva Biológica	Preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais.
	Parque Nacional	Preservação dos ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e turismo ecológico.
	Monumento Natural	Preservar sítios naturais raros, singulares de grande beleza cênica.
	Refúgio de Vida Silvestre	Proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou

		reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória.
<b>UNIDADES DE USO SUSTENTAVEL</b>  <b>OBJETIVO:</b> Compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos recursos naturais.	Área de Proteção Ambiental	Proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.
	Área de Relevante Interesse Ecológico	Manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-las com o objetivo de conservação da natureza.
	Floresta Nacional	O uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas.
	Reserva Extrativista	Proteger os meios de vida e a cultura dessas populações e o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.
	Reserva de Fauna	Preservar áreas naturais com populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas, residentes ou migratórias, adequadas para estudo técnico - científico sobre manejo econômico sustentável de recursos faunísticos.
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável	Preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da

		qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais, valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento, técnicas de manejo do ambiente desenvolvido por estas populações.
	Reserva Particular do Patrimônio Natural	Área privada gravada com perpetuidade, com objetivo de conservar a diversidade biológica.

**Fonte:** Lei 9.985/2000. Org.: Arnaud, 2019.

Para além das tipologias das Unidades de Conservação, é preciso considerar quais contextos e condições propiciaram sua existência, as suas fases e as fases de desenvolvimento de suas tipologias e categorias, os avanços em seus instrumentos de gestão, a situação do Brasil nessas eventualidades, os movimentos sociais e outros entes por entrecruzados nesses acontecimentos.

Sabendo que a categoria comunidades tradicionais acabam se tornando o elo de comunicação entre populações e o Estado<sup>42</sup>, não a toa se observa o crescimento deste tipo de UC, as RESEXs, a partir dos anos 2000, notadamente no governo petista do então presidente Luís Inácio Lula da Silva, especialmente na gestão da Ministra do Meio Ambiente, a acreana Marina Silva. Em artigo da própria ministra à época, a ela explicita a importância das RESEXs e de outras Unidades de uso sustentável, como forma de garantir a participação das comunidades tradicionais na gestão dessas áreas.

O processo que envolve a criação e o gerenciamento das unidades de conservação brasileiras modificou-se profundamente, particularmente no que se refere às comunidades locais, à sociedade em geral e à sua participação nesse processo. Tais mudanças são evidentes na lei que regulamenta o SNUC. O MMA está dando especial atenção à criação de unidades de conservação onde as populações tradicionais presentes demonstram que suprem suas necessidades ao mesmo tempo em que garantem a conservação da vida silvestre e dos recursos naturais responsáveis pelo seu sustento. Nesses locais, estamos apoiando o estabelecimento de reservas extrativistas e de reservas de desenvolvimento sustentável, em ambientes marinhos e terrestres. Essas categorias de manejo asseguram a conservação da

<sup>42</sup> Embora, como já salientamos anteriormente, o decreto 6040/2007 sobre as comunidades tradicionais não tenham sido regulamentadas.



biodiversidade e protegem as populações tradicionais da possibilidade de serem expulsas de suas terras, por exemplo, por companhias madeireiras e latifundiários (SILVA, M. 2009:23)

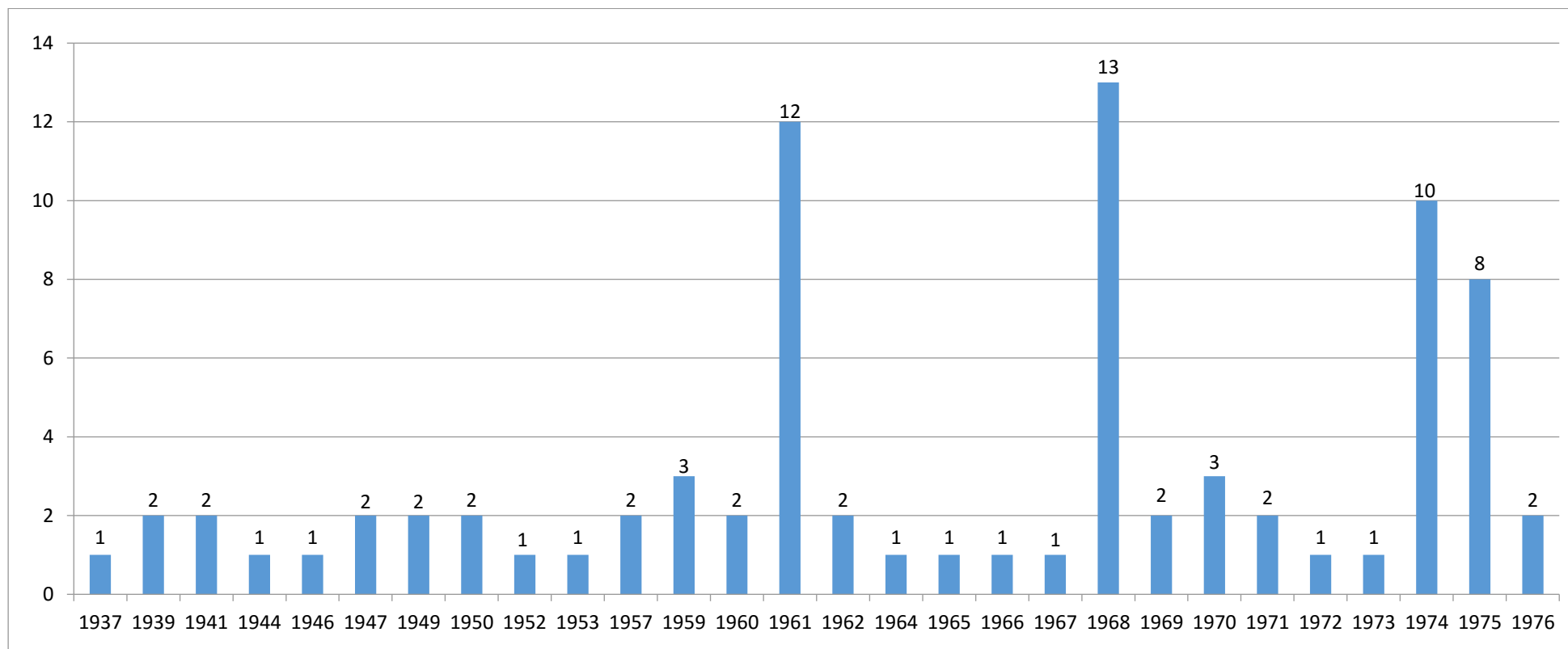
Tivemos como resultado disso outras formas de seleção das UCs:

A estratégia brasileira para selecionar as novas unidades de conservação inclui duas considerações essenciais: o foco nas áreas de grande importância biológica e a prioridade das áreas sob forte pressão antrópica (SILVA, M. 2009:22)

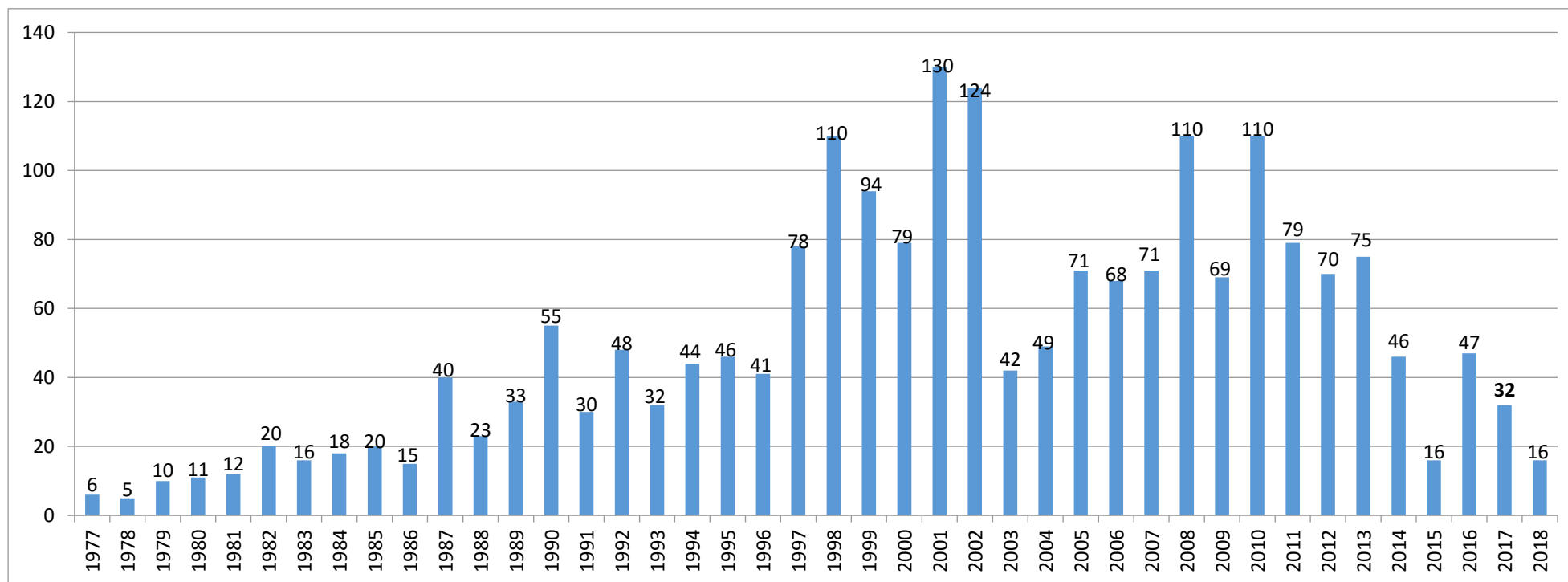
Temos então, a fala do Estado num período em que o SNUC passou por mudanças para implementar novas destinações territoriais no país (especialmente na Amazônia). Essas mudanças deram maiores condições para a criação de áreas de uso sustentável, e que ao mesmo tempo agregasse a proteção à população local diante da ameaça da exploração madeireira e a proteção de sua biodiversidade, tal como expôs Marina Silva à época. Essa foi a fala do Estado até os anos de 2016, e a partir de 2003 tivemos um aumento exponencial na criação de UC no país, especialmente na Amazônia, concorrendo para isso a busca da proteção as florestas, às águas e as comunidades tradicionais.

Vejamos nos gráficos<sup>1</sup> e <sup>2</sup>, a linha histórica de criação de UCs no Brasil.

**Gráfico 1:** Brasil - Unidades de Conservação criadas no período de 1937 a 1976



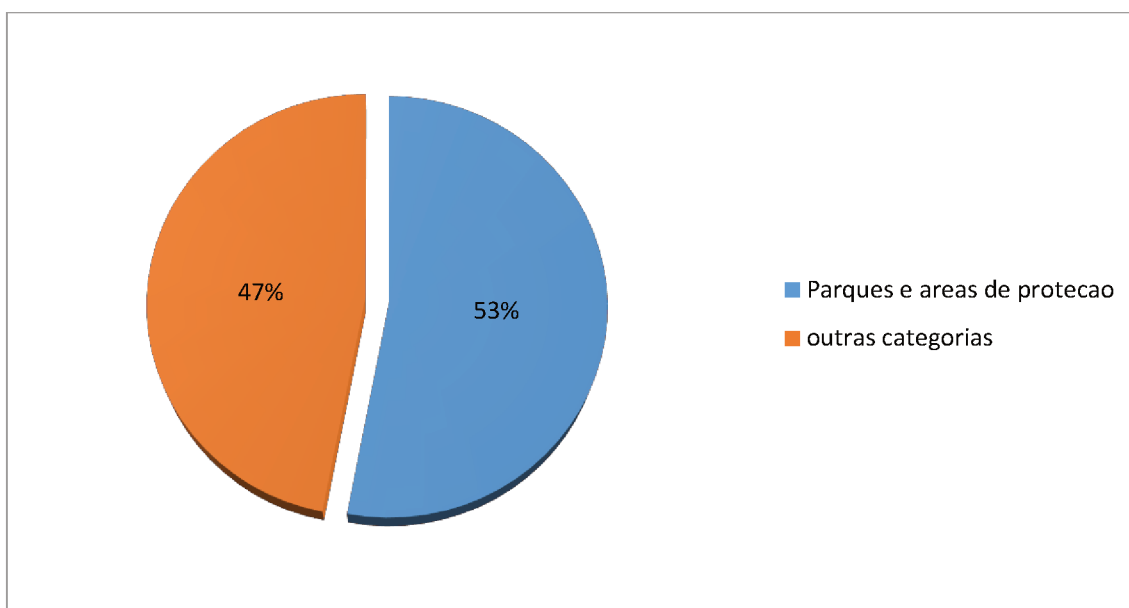
**Fonte:** Ministério do Meio Ambiente - Departamento de Áreas Protegidas. Org.: Arnaud, 2019.

**Gráfico 2:** Unidades de Conservação criadas no período de 1977 a 2018

**Fonte:** Ministério do Meio Ambiente - Departamento de Áreas Protegidas. Org.: Arnaud, 2019.

No gráfico 3 a seguir, observamos as áreas mais representativas das UCs.

**Gráfico 3:** Categorias de Unidades de Conservação mais representativas – 2019



**Fonte:** Ministério do Meio Ambiente - Departamento de Áreas Protegidas. Org.: Arnaud, 2019.

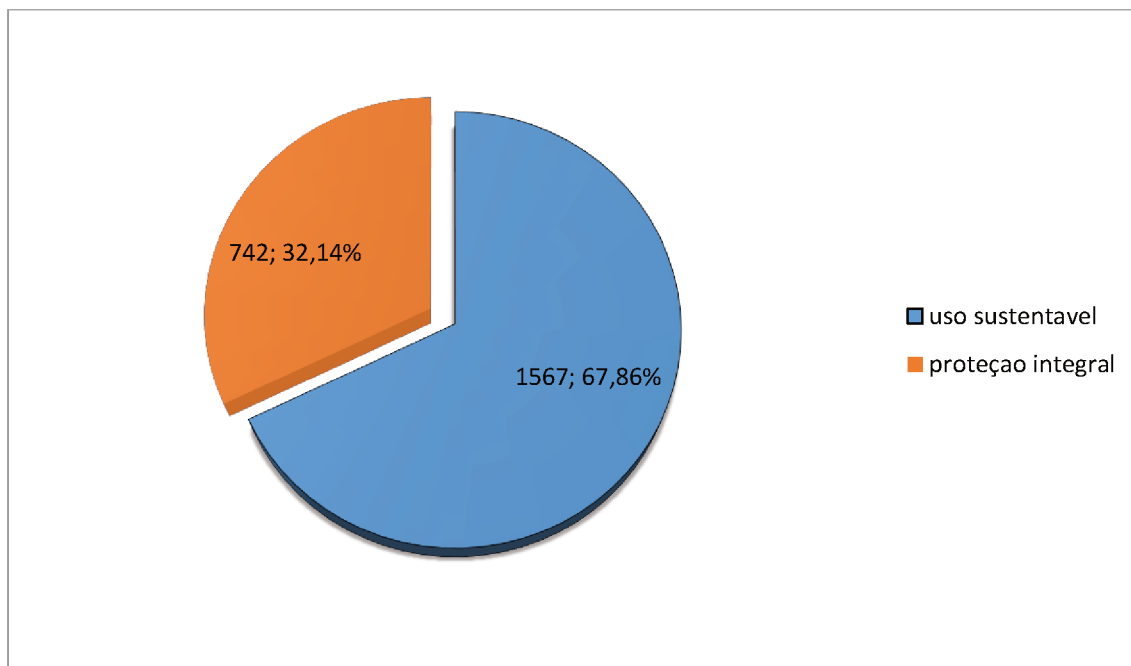
Segundo o ICMBio:

As categorias mais representativas no SNUC são os Parques e as Áreas de Proteção Ambiental, ambas protegem 53% de toda área abrangida por unidades de conservação no Brasil. Os Parques são muito conhecidos devido à importância que têm para a recreação, turismo ecológico e educação ambiental. O primeiro Parque criado foi o Parque Nacional de Itatiaia em 1937. Desde então, foram criados outros 273 parques (federais, estaduais e municipais), totalizando 345.093 km<sup>2</sup>. Por sua ampla distribuição no território brasileiro e por permitirem a visitação pública, são as unidades de conservação que propiciam a maior variedade de experiências e a maior interação entre o visitante e a natureza. As APA abrangem 426.273 km<sup>2</sup> do território brasileiro, continental e marinho. É uma importante categoria, pois possibilita o ordenamento da ocupação humana e a sustentabilidade dos recursos naturais, especialmente em áreas em processo de expansão urbana. Para garantir que seus objetivos sejam alcançados, a gestão participativa e a efetiva implementação do plano de manejo e de seu zoneamento são fundamentais. Na esfera estadual também é a mais representativa, com 45,6% da área total das unidades de conservação estaduais (SNUC. 2011:7).

O que se pode concluir é que a maior parte do território das áreas de UC são aquelas que se caracterizam por Unidades do tipo proteção integral e a outra parte para

uso extrativista das populações tradicionais. No entanto, segundo o gráfico 4, a seguir, as Unidades de conservação do tipo uso sustentável tem a maioria em termos de quantidade.

**Gráfico 4:** Tipo e número de Unidades de conservação criadas até 2018

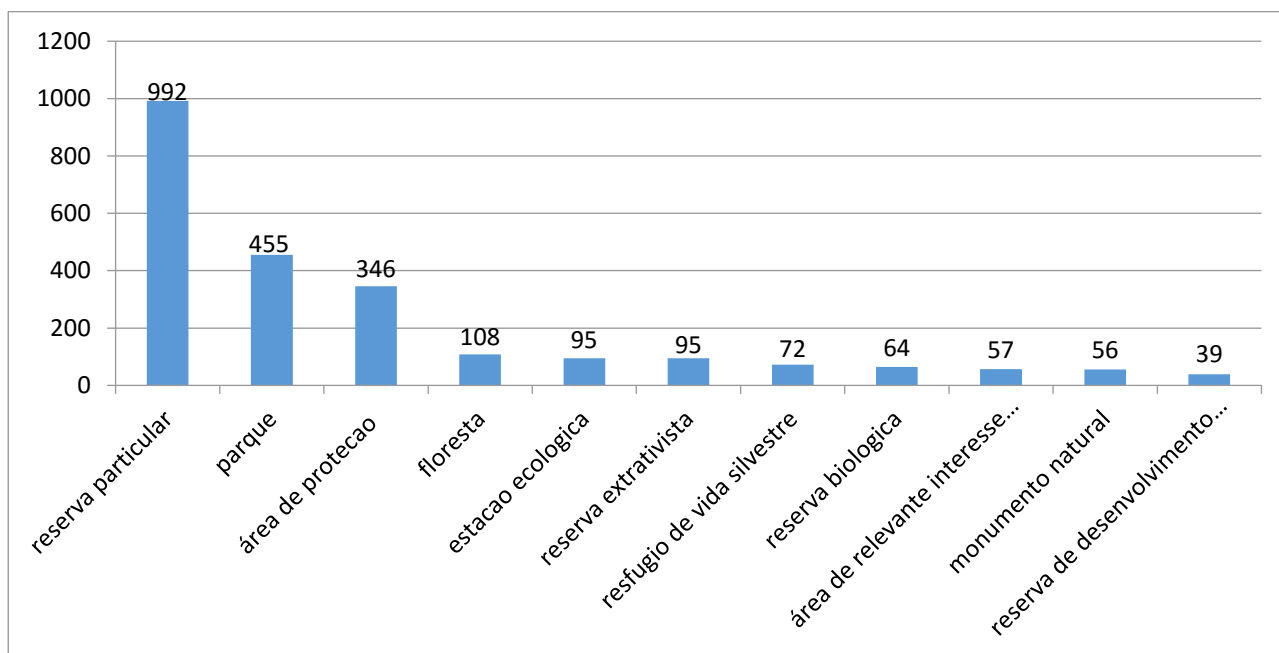


**Fonte:** Ministério do Meio Ambiente - Departamento de Áreas Protegidas. Org.: Arnaud, 2019.

Assim, em termos de categoria, os parques e área de proteção integral aparecem como as categorias mais representativas num geral. No entanto, as áreas de uso sustentável criadas de fato estão em maior número, com um total de 1.567 em relação às áreas de proteção integral, com 742 unidades. Em outras palavras, em referência à existência de Unidades de Conservação no Brasil, até 2018 temos as áreas de proteção integral ocupando a maior parte do território brasileiro, enquanto em termos de quantidade, o número de UCs criadas do tipo uso sustentável é maior que as de proteção integral<sup>43</sup>.

No que se refere às áreas e número de Unidades de Conservação por Categoria de Manejo, onde se enquadra a Reserva Extrativista, temos os seguintes dados:

<sup>43</sup> O documento que trouxemos como fonte é um Painel Unidades de Conservação, porém este alerta que traz os dados sem considerar sobreposições entre Biomas e UCs em municípios, estados e da esfera federal.

**Gráfico 5: Áreas criadas por categoria de manejo – 1934 a 1918**

**Fonte:** Ministério do Meio Ambiente - Departamento de Áreas Protegidas. Org.: Arnaud.

Conforme observamos anteriormente, o número de UCs criadas do tipo uso sustentável é maior que as de proteção integral. Vejamos os destaques para as Reservas particulares do Patrimônio Natural, Floresta Nacional, Reservas extrativistas, Área de Relevante Interesse Ecológico, e Reserva de Desenvolvimento Sustentável perfazendo um total de 1.291 unidades, enquanto que as outras, do tipo de proteção integral somam um total de 1.088 unidades, tomando como exemplo somente estas no gráfico, em nível de comparação, presentes nos dados do MMA de 2018.

Diante do exposto até o presente, no bojo da criação de Unidades de Conservação no Brasil, observando os tipos que detém maior parte do território brasileiro, e os tipos de unidades em maior número, devemos questionar: quais as estratégias estiveram por trás de seus processos de constituição? Que interesses e que sujeitos estavam diretamente ligados à sua existência? Embora hoje sejam mais evidentes os problemas com as unidades de conservação, tanto na gestão quanto nos conflitos envolvendo seus diversos entes participantes, à época de sua criação, os movimentos sociais e o Estado poderiam estar cientes de tal imbróglio? Ou seja, à época de criação das UCs, seria permitido pensar as objetivações da criação de novas destinações territoriais.

Não se exclui aqui o papel dos movimentos sociais. Foram eles os responsáveis pelas reivindicações desde o início do movimento ambientalista. Mesmo com todos esses cuidados, são notórias diferenças no que tange os movimentos ambientalistas em relação aos seus sujeitos, suas bandeiras e seus objetivos pautados.

Segundo Arnaud (2010), os movimentos ambientais no Brasil tiveram grande influência externa, principalmente da Europa e Estados Unidos. Em geral, podemos afirmar:

No Brasil, o início dos movimentos ecológicos era de fato ecológico (e somente isso), uma visão natural somente embasada numa arraigada preservação natural, retardando por aqui uma conscientização que na Europa passou a ser mais presente na sociedade, entre cientistas, empresas, enfim (...) toma consciência dos problemas que tem em sua dimensão da compreensão de que deve haver uma transformação nos meios de produção e de consumo (...) (ARNAUD, M. 2010:23).

Na fase fundacional dos movimentos ambientais no Brasil estes se portaram como ecológicos, não contendo aspirações sociais ou ideias que ponderassem os acontecimentos gritantes da época, como a grande crise ambiental (já bastante evidente a governos, por exemplo), representada principalmente pela poluição do ar, o esgotamento do modelo de industrialização e o uso de fertilizantes e insumos agrícola prejudiciais aos seres vivos.

Foi à época das grandes conferências mundiais de Meio ambiente, passagem da década de 1960 para 1970, que no Brasil os movimentos ecológicos em geral pregavam a defesa da fauna e da flora. A agenda com temas mais voltados aos impactos sociais ou socioambientais ainda não tinha sido pautada por esses movimentos ecológicos no Brasil.

Assim,

Considera-se ainda que o movimento ambientalista desenvolveu-se num contexto internacional, mas a sua especificidade depende das nacionalidades e de uma estrutura política com o grau de abertura ou fechamento do seu sistema político (...) Entretanto, o movimento ambientalista assumiu em seu início um caráter fundacional com formação de grupos de discussões, movimentos nas Universidades, fundação de ONGs diversas, mesmo que se concentrando no centro-sul do país (ARNAUD, M. 2010:26-27).

As primeiras UCs foram criadas ainda no período da ditadura militar (1964-1985). No entanto, o objetivo por trás disso, era reproduzir o cunho preservacionista das

Unidades de conservação sob o ideólogo cultural dos países industrializados, com praticamente uma natureza quase intacta, não priorizando a presença humana.

Por outro lado, observa-se que nessa fase fundacional mesmo com uma agenda preservacionista, a partir de 1980 os movimentos sociais em geral passam a incorporar o discurso ambiental mais voltado à conservação, pensando, em outras palavras, o homem dentro do espaço, um ser inseparável da natureza. Na Amazônia, Arnaud (2010) nomeou esse processo como uma junção dos movimentos sociais com os ambientais, porém, concluindo que a origem é o movimento social. Na Amazônia, as populações passam a reivindicar, para além do direito a produzir numa terra sua, própria, o direito de permanecer nela.

É revelador o caso dos povos da floresta no Acre, um marco na mobilização social pela permanência dessas populações nas terras que secularmente ocupam e de onde tiram seu sustento. Ao mesmo tempo em que passam a exigir direito explorar a floresta de forma sustentável, por meio da proposição de criação das Reservas extrativistas. Foi a partir de 1970/1980, portanto, que as populações começam a participar de forma incisiva e decisiva, digamos, no processo de criação de Unidades de Conservação organizados em instâncias diversas como sindicatos, igreja e contando com o apoio de instituições públicas de pesquisa e ensino, como as Universidades e Órgãos internacionais.

Porém, há outros fatores e objetivos por trás disso. A reserva extrativista por sua vez:

(...) é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade (ICMBIO, 2009:16).

As reservas extrativistas sendo uma modalidade de uso sustentável acabam assumindo uma gradual importância dentro da política ambiental brasileira, principalmente porque em geral representaram, em seus primórdios, os anseios de populações camponesas, a princípio exigindo reforma agrária (portaria 627/1987/INCRA)<sup>44</sup>, devido ao grande problema pelo uso e conflitos da/na terra. O

---

<sup>44</sup> A portaria do INCRA n. 627 de 30 de junho de 1987 versava: “Criar a modalidade de Projeto de Assentamento Extrativista, destinado à exploração de áreas dotadas de riquezas extrativas, através de atividades economicamente viáveis e ecologicamente sustentáveis”; essa portaria dizia que as



segmento camponês se fez representar nos movimentos sociais dos povos das florestas, grupo específico de um tipo de campesinato na Amazônia.

Além disso, a importância das RESEX se deve ao tipo de unidade de conservação que representam, já que elas foram uma das principais formas de garantir o manejo do território.

a decretação de uma Resex se constitui, de pronto, num reconhecimento da importância de se garantir certo manejo do território. É pressuposto – mais que isso: é condição necessária – que haja um manejo prévio do território por determinadas pessoas, e que se entenda que esse manejo é socialmente importante para ser mantido e garantido (GERRERO, N; TORRES, M; CAMARGO, M. 2011:3).

A identidade desses camponeses acaba por assumir politicamente a categoria de Comunidades tradicionais, agora não mais só como Povos da Floresta, fato representativo nas ações do seringueiro Chico Mendes no Brasil e no mundo, mas passando a envolver diversos sujeitos amazônicos como índios, quilombolas, ribeirinhos, agricultores, imersos no conjunto de uma identidade política capaz de estabelecer diálogo com Estado na resolução dos problemas agrários, inicialmente, e ambientais.

Ao fazer uso do direito adquirido no uso da terra, garantindo o que preconizava I PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária (1985), sendo efetuada por intermédio da concessão de uso, em regime comunitário através dos PAE (Projeto de Assentamento Agroextrativista), podemos afirmar que tanto na lei, percebendo o reconhecimento do Estado aos direitos dos seringueiros, quanto nas mobilizações sociais, os movimentos sociais pela criação das RESEXs antecedem a institucionalização da gestão ambiental no Brasil, além de buscar como objeto principal a permanência das populações nas terras tradicionalmente ocupadas, de acordo com a assertiva de Guerrero, Torres e Camargo (2011:5-6):

Ou seja, de sua origem à letra da lei, e de uma forma que a diferencia substantivamente das demais UCs, a Resex se define pelo objetivo principal de garantir o direito de determinado grupo social seguir realizando o manejo de suas áreas. Em verdade, a preocupação do Estado com o reconhecimento do direito dos seringueiros às áreas que ocupavam antecede a 1987, quando, ainda no âmbito do Incra e como modelo de assentamento de reforma agrária, são criados os

---

populações locais iriam cuidar essa exploração, além de lhe garantir o direito ao uso à terra, já que “a destinação das áreas para tais projetos dar-se-á mediante concessão de uso, em regime comunal, segundo a forma decidida pelas comunidades concessionárias – associativista, condominial ou cooperativista”. É dessa forma que se pensava em diminuir os problemas de posse ilegal das terras, no caso específico dos conflitos entre seringueiros e grileiros.

Projeto de Assentamento Extrativista (PAE). O modelo é, assim, inicialmente implementado pelo Incra, pela portaria nº 627, de 30 de julho de 1987, sob o nome de Projeto de Assentamento Extrativista (PAE), e incorporado ao I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) (GERRERO, TORRES, CAMARGO. 2011:5-6).

O movimento e a resposta do Estado ocorreram no contexto da histórica disputa pela terra, fazendo-se necessário entender como esses processos ocorrem de forma mais regionalizada na Amazônia. Por exemplo, temos os trabalhos de Arnaud (2010), ao estudar os movimentos socioambientais no Baixo Tocantins, no Pará; e de Porto Gonçalves (1999) e Silva (2005), mostrando a territorialização seringueira no Acre. Essas pesquisas demonstram como o amadurecimento das reivindicações dessas populações amazônicas fez concretizarem ações que acabaram por gerar novos direitos, adequações e/ou criação de novas legislações, e nele estão intrínsecas contradições: por um lado, a ação estatal junto ao interesse privado (seja de grupos empresariais, seja de grupos regionais oligarcas em disputa pela terra e seus recursos e especulação), e por outro, grupos de populações diversas cada vez organizadas para fazer frente ao avanço do capital e às ações do Estado brasileiro.

Neste sentido, fica explícita a existência de uma fase fundacional dos movimentos ambientais (ecológicos), porém, esta fase é concomitante com um movimento cada vez mais fortalecido: o movimento dos seringueiros, dos extrativistas, pescadores, enfim, camponeses, que habitavam as florestas, os rios, várzeas e terra firme na Amazônia.

A necessária aprendizagem das especificidades regionais na análise do desenvolvimento dos movimentos ambientais deve, num âmbito geral, entender que o objetivo era a permanência das populações na terra, na floresta para a sobrevivência, e/ou uma resposta à chegada das ações do Estado e do capital como no caso da Hidrelétrica de Tucuruí, no Baixo Tocantins, as mudanças do paradigma produtivo no sudeste paraense com mineração, a ameaça da agropecuária e da mineração às populações do oeste paraense com grande especulação da terra, os conflitos de terra no Acre.

Na Amazônia como um todo, há especificidades nessas mobilizações, dependendo das atividades econômicas que os camponeses praticam; o espaço em que se inserem; as relações preexistentes que lhes permitiram desenvolver suas culturas produtivas. No empreendimento da luta cometido pelas populações que foram em busca do direito à permanência na terra, elas acabaram forçando as adequações legislativas,

criando novos direitos e por fim, trazendo uma novidade no que tange a criação de UCs, com a proposta das RESEXs.

Assim, é imprescindível compreender o contexto mais amplo disso que é a continuidade do avanço capitalista na Amazônia, numa fase mais amadurecida, mais culminante, mas que teve sua gênese em períodos anteriores como na colonização portuguesa, o domínio americano e inglês na exploração comercial da borracha etc., como já fora discutido anteriormente; ou seja, pensamos que a sociedade já vinha num processo secular de resistência ao avanço do capital. Não sendo a questão ambiental como a única razão da organização social, regionalmente falando, em várias frentes com sujeitos distintos, momentos históricos diferenciados temos/tivemos movimentos sociais contra a pressão capitalista sobre a região, com ou não participação do Estado.

Porto Gonçalves (1999) ressalta que:

O movimento dos seringueiros acreanos é, a esse respeito, emblemático, pela importância que emprestou à sociedade/geografia acreana como resultado da interseção de múltiplos processos instituintes que ali se territorializaram (PORTO GONÇALVES, 1999:1).

É notório que os movimentos sociais acabam por incorporar adjetivações e discursos para se munir melhor e instrumentalizar um processo de negociação com o Estado. Assim, a formação de uma identidade coletiva perpassa pelas lutas enquanto classe social, enquanto movimento social, onde,

(...) pelas mobilizações locais, cujos grupos sociais portadores de identidade étnica e coletiva passaram a incorporar a variável ambiental como dimensão de suas lutas políticas por direito a terras e acesso aos recursos naturais (CALEGARE, HIGUCHI, BRUNO, 2014:116).

Porto Gonçalves (1999) nos lembra como a variável ambiental ao ser adotada pelos seringueiros do Acre, revelam novas articulações e elos de poder, escalas locais onde a participação das comunidades nas reservas extrativistas tem uma geografia bem particularizada:

A construção da identidade seringueira não estava dada a priori: ela foi sendo tecida nos embates concretos que os seringueiros se viram obrigados a travar nas circunstâncias singularíssimas dos anos setenta/oitenta (tempo) nas regiões do vale do rio Acre, ao longo das BRs 364 e 317, no estado do Acre (espaço). É claro que os seringueiros existiam naquele lugar/naquele momento, tanto no sentido geográfico como social. No entanto, sabemos a existência de

uma determinada condição socio-geográfica seringueira, ou outra qualquer, não implica necessariamente que venha a se constituir numa identidade político-cultural assumida pelos próprios protagonistas como tal (PORTO GONÇALVES, 1999:71).

É interessante notar como a adoção da variável ambiental como discurso também assume uma dupla função: a consolidação cada vez maior do que seja população e comunidade tradicional e, a desobrigação da reforma agrária que anunciou a portaria do INCRA nº 627, de 30 de julho de 1987 ao criar o Projeto de Assentamento Extrativista (PAE), pois:

Logo em 1989, o modelo muda de status, quando se livra dos limites impostos pela Constituição de 1988 à desapropriação de imóveis rurais para fins de reforma agrária, e torna-se uma modalidade de unidade de conservação ambiental. O modelo, assim, pouco a pouco se multiplica para além do horizonte dos seringueiros amazônidas, para contemplar a demanda de ocupações em diversas regiões do país (GERRERO; TORRES; CAMARGO. 2011:5).

A partir de 1989 ao se tornar uma Unidade de conservação, o PAE não existe mais em sua condição primeira; assim, a discussão da terra passa a ocorrer pelo viés ambiental em uma modalidade de destinação territorial que não é nova, mas, permite garantir a permanência das populações em seu lugar.

Embora tivéssemos aquele momento rico e incipiente no que concernem as experiências dos povos da floresta e seu espraiamento, as forças do Estado e do capital exercem enorme influência sobre os movimentos, no sentido da repressão ou até mesmo através de uma falsa participação social. A gestão<sup>45</sup> responde em grande parte por esses problemas. Embora reconheçamos os avanços na gestão ambiental brasileira, é notório que grande parte dos órgãos ambientais brasileiros e correlatos, tem propiciado uma exclusão na mesma proporção que promovem a inclusão das populações tradicionais na participação socioambiental tanto em instancias decisivas quanto no cotidiano das RESEXs.

É o caso de uma *exclusão participativa* (GERRERO; TORRES; CAMARGO, 2011), pois se questiona que tipo e qual participação estamos falando, como explicam Gerrero, Torres e Camargo (2011): estão imbricados aí o que seja a população tradicional no âmbito da participação social e na adoção de um discurso ambiental; os discursos e documentos referentes a planos de manejo, por exemplo, demasiadamente

---

<sup>45</sup> É correto afirmar dizer que mesmo antes da gestão institucionalizada no país, podemos elencar inúmeros casos em que as comunidades tradicionais tomam para si certas responsabilidades e realização uma auto-gestão ambiental muito próxima daquela praticada pelo Estado.

teóricos e técnicos, não tem contribuído de fato para os objetivos do mesmo, considerando as demandas a nível local. É nesse interim que perguntamos: não será uma estratégia do Estado, na gestão das UCs, tipo as RESEXs criar burocracia a mais? O fato é que isso tudo acaba por dificultar ainda mais a vida das pessoas nas UCs.

Vejamos nas provocações e explicações de Guerrero, Torres e Camargo (2011) num artigo que tratou da exclusão participativa, analisando documentos do ICMBio nas Reservas extrativistas, no chamado “Plano de Manejo *participativo*”:

a visão institucional que manifesta preocupação com uma visão de gestão participativa, mas simultaneamente antepõe limites aos meios concretos de sua efetivação, acaba por produzir uma crescente desconfiança junto às populações. Ao não consolidar uma imagem de parceiro das populações ante ameaças externas, ao mesmo tempo em que se reveste de uma aura punitiva e controladora, o ICMBio se torna distante, reduzindo sua capacidade de dialogar com os grupos com quem trabalha. Essa atuação contraditória e a desconfiança que dela resulta são algumas das principais fontes de conflitos nas Resex (GERRERO; TORRES; CAMARGO. 2011:17-18)

Os autores concluem:

Além disso, se inserirmos esse quadro num macrocontexto, compreendendo que a própria atuação do órgão gestor se liga a um aparato estatal maior, bem como as Resex específicas se ligam a contextos macroregionais, temos alguns outros problemas. Em regiões como na Amazônia Legal, por exemplo, em que a ausência do Estado é premente na falta de infraestrutura e oferecimento de serviços básicos de cidadania, esse vácuo é frequentemente ocupado por grupos econômicos interessados nas terras ou recursos das populações tradicionais (2011:18).

Não se pretende aqui qualquer invalidação do que se busca efetivar em termos de envolvimento da população nas atividades da elaboração dos Planos de Manejo Participativos, uma vez que existe uma autêntica preocupação entre setores do órgão gestor com relação a isso. Espera-se, antes, apontar os limites dessa participação, mesmo para que se possa superá-los. E, principalmente, evite-se o efeito de participação cosmética (...) (GERRERO; TORRES; CAMARGO. 2011:21).

Concordamos com os autores, pois temos vivenciado no Conselho de outra Reserva Extrativista (não estudada neste trabalho) esses problemas que eles apontam. Há uma carência de compreensão por parte dos moradores da RESEX Arióca-Pruanã, em Oeiras do Pará (PA) de alguns documentos a eles enviados. Nas reuniões as quais temos participado como conselheiro há constantemente conflitos entre os moradores e desses com o gestor da RESEX. Em sua maioria, estes são oriundos da falta de

compreensão de algumas leis, da forma como o plano de manejo será executado e pelo poder que alguns têm dentro da RESEX.

Temos visto de perto outro problema na gestão das RESEXs que contribui para o aumento das dificuldades de sobrevivências das comunidades tradicionais. É um problema a mais, na verdade adquirido com a criação das RESEXs. Trata-se da absorção do discurso burocrático do Estado. O que temos, portanto, é de um lado, todo o aparato discursivo que o Estado criou/faz - o discurso ambiental -, e de outro o grande capital agindo de forma indireta ou direta, camuflada ou não, por meio também, do próprio Estado. Esses dois entes acabam por estar no cotidiano das comunidades a partir dos discursos, que depois na prática, começam a ditar o modo de vida de parte das pessoas. Por outro lado, as resistências persistem devido à obviedade das contradições presentes naquilo que o discurso do estado/Capital proporciona. As comunidades não aceitam tudo e a resistência é automática e faz-se pela cobrança cada vez maior em relação aos compromissos assumidos pelos gestores em geral, diga-se, o próprio Estado nas suas diversas esferas.

Na Reserva “Verde para sempre”, a UC que estudamos, podemos dizer que ocorre algo inusitado e que será debatido nos próximos capítulos: os moradores da Vila Bom Jesus têm testemunhado grande ausência do ICMBio, porém isso deve ser relativizado, pois esse fato é recente, já que desde a criação até mais ou menos 2012 a presença do órgão e do IBAMA não se fez sem conflitos das populações com os gestores e a partir disso conflitos entre os próprios moradores. No decorrer dos próximos capítulos iremos entender os meandros desses conflitos, suas razões e consequências.

### **3.2. Formação espaço-temporal de Porto de Moz: contextualização necessária ao debate**

#### **3.2.1 Contextualização histórica e geográfica de Porto de Moz**

Assim como grande parte do quantitativo dos territórios municipais no Pará e na Amazônia, Porto de Moz remonta um aldeamento indígena no início da colonização portuguesa na Amazônia. De fato, a região do Rio Xingu onde se enquadra Porto de Moz teve/tem presença marcante dos indígenas, seja por seus episódios históricos

concretos, seja nas falas dos moradores da região. No que se refere à região do Rio Xingu, Heckenberger (2001 apud MARIN, 2010) esclarece que mesmo antes da colonização portuguesa, houve grande presença indígena na região, expondo da sua organização espacial nas pesquisas e descobertas arqueológicas:

Heckenberger (2001) interpreta a pré-história do Alto Xingu indicando, entre os anos 800 e 1400, o estabelecimento de uma população, revelada por certos vestígios como cerâmica característica e aldeias circulares. Estes eram os ancestrais dos atuais Aruakxinguanos, que teriam migrado a partir do ocidente. E acrescenta: “Entre os anos 1400 e 1600, erguem-se grandes aldeias fortificadas, cercadas por valetas escavadas (com as dimensões até de 2,5 km de comprimento, 15 m de largura e 3 m de profundidade), que envolviam uma superfície de 20 a 50 hectares, com aterros ao lado da praça central e dos caminhos radiais, dando a impressão, pela distribuição da terra preta, que a população era mais densa no centro que na periferia”. Esse tipo de trabalho de terraplanagem também é próprio do povo Aruak de outras regiões do continente. Próximo à invasão européia registra-se “a presença de uma população de cultura diferente, numa área mais a leste, à margem direita do Kuluene (ou Xingu), que a tradição oral dos atuais Karibxinguanos reconhece como sendo de seus ancestrais” (HECKENBERGER, 2001 apud MARIN, 2010:4).





confunde o papel dos habitantes e dos invasores. Diríamos que foi uma invisibilização histórica, tratando os moradores pioneiros daqui como uma barreira ao “desenvolvimento” que se têm hoje, e, sendo necessária rompê-la. Segundo Marin (2010), ao longo do processo de colonização e territorialização dessa lógica externa à Amazônia,

Parte-se da questão de que o desenvolvimento histórico é produto de numerosas mudanças econômicas, de destruição de toda uma série de formações mais antigas de produção, organização social e cultural; de conformação de novos e diversos processos sociais de territorialização; de redimensionamentos de espaços físicos; do surgimento de diversos conflitos sociais e ambientais (MARIN, 2010:4)

Neste quadro, temos a “ação civilizatória” do Estado Português, montando a sua base no capitalismo mercantil, aglutinando forças da Igreja Católica nesse processo. Como apontou Marin (2010), mudanças econômicas externas que ensejaram a imposição de mudanças na região; tais mudanças se colocaram como a principal razão de uma ação civilizatória, portanto civilidade não só cultural, mas um complexo pensamento moderno econômico europeu, o capitalismo comercial.

É nesse aspecto que na Amazônia, a geopolítica portuguesa obtém o domínio sobre grande parte dos territórios na região, e o Rio Xingu não difere dos outros espaços, em relação às ações da Coroa. Assim, no período da colonização, Porto de Moz fazia parte de uma sub-região em quem os portugueses estabeleceram no Pará um de seus últimos espaços de colonização, melhor dizendo, na subida do Rio Xingu, onde foram estabelecidas as Vilas de Porto de Moz<sup>47</sup>, Vieiros<sup>48</sup>, Pombal<sup>49</sup> e Sousel<sup>50</sup>. Essas vilas correspondem hoje aos territórios dos municípios de Porto de Moz e Senador José Porfírio.

As vilas citadas acima foram todas criadas no período do diretório Pombalino no estado do Grão-Pará e Maranhão comandado pelo seu governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que dentre outras coisas aportuguesou o nome dos antigos

<sup>47</sup> Antigo aldeamento Maturú. Segundo Tavares (2008:76) é “originária da aldeia de Maturú ou Muturú; é elevada à categoria de vila em 1758 e à de cidade, em 1890. Foi extinto em 1930 e recriado em 1937”.

<sup>48</sup> Antiga Aldeia de Itacuruça (MARIN, 2010:14). Hoje é distrito de Porto de Moz.

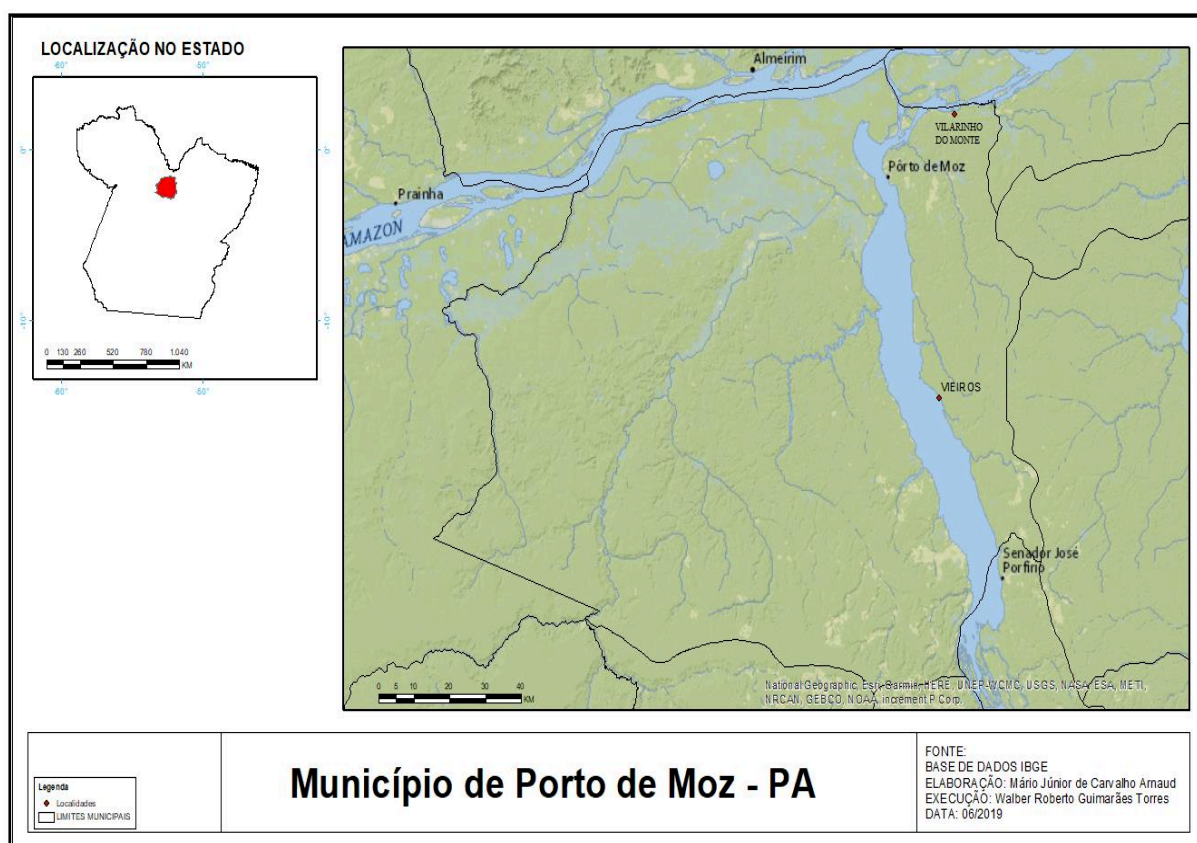
<sup>49</sup> Vila criada em 1758 – assentada na margem direita do rio Xingu. Foi aldeia dos Piraiti, missionada pelos Jesuítas (MARIN, 2010:13).

<sup>50</sup> Antigo nome do município de Senador José Porfírio. Segundo Tavares (2008:75), é “originária da aldeia de Aricary ou Piraquiri; fundada em 1727 no rio Xingu. Elevada à categoria de vila, em 1757, por Mendonça Furtado. Em 1833 foi extinta; e em 1874, recriada e desmembrada de Porto de Moz. Em 1961 passa a denominar-se de Senador José Porfírio”.

aldeamentos/povoados, bem como expulsou as diversas ordens religiosas presentes na Amazônia.

A seguir temos a localização do município Porto de Moz e seus atuais Distritos

**MAPA 3 – PORTO DE MOZ – Localização dos Distritos municipais**



**Fonte:** IBGE, 2019. **ELABORAÇÃO:** Mário Arnaud. **Walber Torres, 2019.**

Após a política colonialista feita diretamente por Portugal, Porto de Moz, bem como a região do Rio Xingu, assume grande importância para os mercados internacionais na extração da borracha no período do Império brasileiro. A área geográfica de exploração dos seringais no Xingu e nos demais rios como Jari, Tapajós, Capim, Guamá, Acará, e Moju (TAVARES, 2008) estava nas ilhas, nos lugares bem mais distantes das áreas centrais e das Vilas e cidades fundadas. No entanto, a extração do látex, permitiu um processo de interiorização do território ao mesmo que sua municipalização. Entretanto, vale dizer que Porto de Moz não era do grupo dos novos municípios criados em favor da extração da borracha.

Os municípios criados estiveram nessa condição por se inserirem em outras dinâmicas, que não são explicadas só pela borracha. Tivemos a criação de “São João do

Araguaia (1908); Conceição do Araguaia (1909); Altamira (1911); e Marabá (1913)” (TAVARES, 2008:68). E para além da economia da borracha – com uma circulação maior nas vias fluviais devido à localização geográfica dos seringais -, temos também a distribuição das terras, a exploração da castanha e outras atividades econômicas responsáveis pelo incremento dos processos de migração para o Pará, novas vias de circulação com a Estrada ferro Belém-Bragança (TAVARES, 2008:68).

Vilas como Porto de Moz e muitas outras serviram como alicerce a municípios onde a borracha era estocada para a exportação. Numa das maiores regiões produtoras, o Marajó, Breves representava um centro sub-regional aquela época. Grandes áreas produtoras como as ilhas do território de Melgaço, Anajás, Gurupá e regiões do Xingu transportavam o produto para Breves<sup>51</sup> e de lá, para Belém, a capital. O que temos então é Porto Moz sobrevivendo sempre da extração de produtos florestais. Na figura 2, a representação de Porto de Moz, sua área portuária em 1970.

**Figura 2** – Porto de Moz – PA - Frente da cidade - Avenida 19 de novembro em 1970



**Fonte:** Acervo Pessoal Edilson Cardoso - ex-prefeito de Porto de Moz (2018)

<sup>51</sup> Em entrevista realizada em 2017 e segundo o **entrevistado E**, ex-seringueiro e um dos moradores mais antigos de Melgaço a borracha ira direto das ilhas para Breves. Lá era beneficiada e enviada para Belém.

O acréscimo a essas atividades ocorre a partir da exploração da *Hevea Brasilienses* (seringueira), produto muito disponível com excelente fonte de látex (borracha), com uma ocupação mais efetiva a partir de 1800, início da descoberta desse produto na Amazônia. De modo geral,

A ocupação da região de Porto Moz ocorreu a partir de 1800 até a primeira década de 1900. Em 1979 a colonização da área foi incentivada por projetos de assentamentos. A maioria da população local chegou na década de 40 atraídos pelo segundo ciclo da borracha. As comunidades vivem espalhadas ao longo dos igarapés, várzeas e rios afluentes do Xingu e do Amazonas (SANTOS; ROCHA. 2008:1).

É necessário, portanto, compreender que a dinâmica do capital internacional em sua fase industrial, contribui para desfazer uma realidade já existente e criar outra. Parece-nos que da mesma forma como os indígenas, quilombolas e os camponeses florestais e extrativistas (TORRES, 2011, 2012) foram (e são, no contexto político e econômico atual) uma ameaça aos interesses comerciais internacionais/nacionais/locais às épocas da colonização e do comércio da borracha, as comunidades tradicionais em Unidades de Conservação da mesma forma são encaradas como uma barreira a esses velhos novos interesses<sup>52</sup>.

Nesse sentido, a situação criada pelo capitalismo internacional a qual precisamente estava assentada na exploração gomífera (em termos de interesses puramente comerciais) causou reflexos em Porto de Moz, no auge da exploração e no seu arrefecimento. Santana, Dias e Pena (2014:3), nos lembra de que Porto de Moz

Em 1890 adquiriu categoria de cidade e mais tarde aproximadamente 40 anos depois forçada pelo poder do estado, passou a fazer parte do território do município de Gurupá. Após três anos seguintes obteve a categoria de subprefeitura e assim foi elevada novamente a posição de município com a mesma denominação, Porto de Moz (SANTANA, DIAS, PENA. 2014:3).

A formatação político-administrativa de Porto de Moz esteve ligada as ações que foram engendrando no território municipal certa modernização, a qual viria e era muito necessária aos comandos externos da economia internacional e nacional e ao espírito municipalista da constituição de 1946 (TAVARES, 2008). Como foi dito acima, no segundo momento de grande importância da borracha (o chamado 2º ciclo), a datar dos anos de 1920 até sua decadência, essa população vindoura se firmou em Porto de Moz. A ganância e a truculência das oligarquias locais permitiram, em nosso

---

<sup>52</sup> Fenômeno que iremos discutir nos próximos capítulos.

entendimento o começo das disputas pela terra, tendo como alvo as populações das comunidades tradicionais que vinha habitando Porto de Moz.

De forma geral, podemos dizer que essas populações foram almeçadas como mão de obra servil desde a época da política colonial, do diretório pombalino<sup>53</sup>, passando pela entrada nos anos de 1900. São populações rurais da mesma maneira como aquelas que já passaram a habitar as áreas urbanas, onde acabam se caracterizando como verdadeiros “reservatórios” de força de trabalho e, portanto, adentram o século XX mesclando-se como reserva de trabalhadores nos seringais e castanhais (1950-60).

Com uma ocupação espontânea, os trabalhadores também realizaram atividades por conta própria e essas foram responsáveis por ajudar a formar a dinâmica econômica de Porto de Moz, dentre outras atividades como o extrativismo, exploração madeireira, agricultura, pesca artesanal, captura de animais silvestres, comercialização de peles, e a pecuária bubalina. Todas essas atividades foram bastante desenvolvidas no decorrer dos anos de 1900, tendo seus momentos específicos em termos de expressividade produtiva (maior ou menor grau) e importância para as comunidades e as populações que delas sobrevivem.

Temos assim, um município e também a região adjacente (baixo e médio Xingu), em sua formação social como essencialmente extrativista. Ressaltamos os anos de 1900 em diante, pois estas atividades extrativistas, assim como os “Camponeses florestais”, “camponeses extrativistas” que outrora falávamos, passarão a uma produção mais direcionada ao mercado, notadamente a borracha (segundo ciclo) e depois a extração da madeira (1970), portanto, o quadro produtivo vai se alterando em Porto de Moz, de acordo com as externalidades, a produção local, mão de obra e necessidades de consumo das populações. Saliente-se ainda a chegada de nordestinos à região no primeiro e no segundo ciclo da borracha, com evidência maior no segundo. Segundo nossa pesquisa de Campo<sup>54</sup>, muitos vieram servir de mão de obra para as áreas ribeirinhas.

---

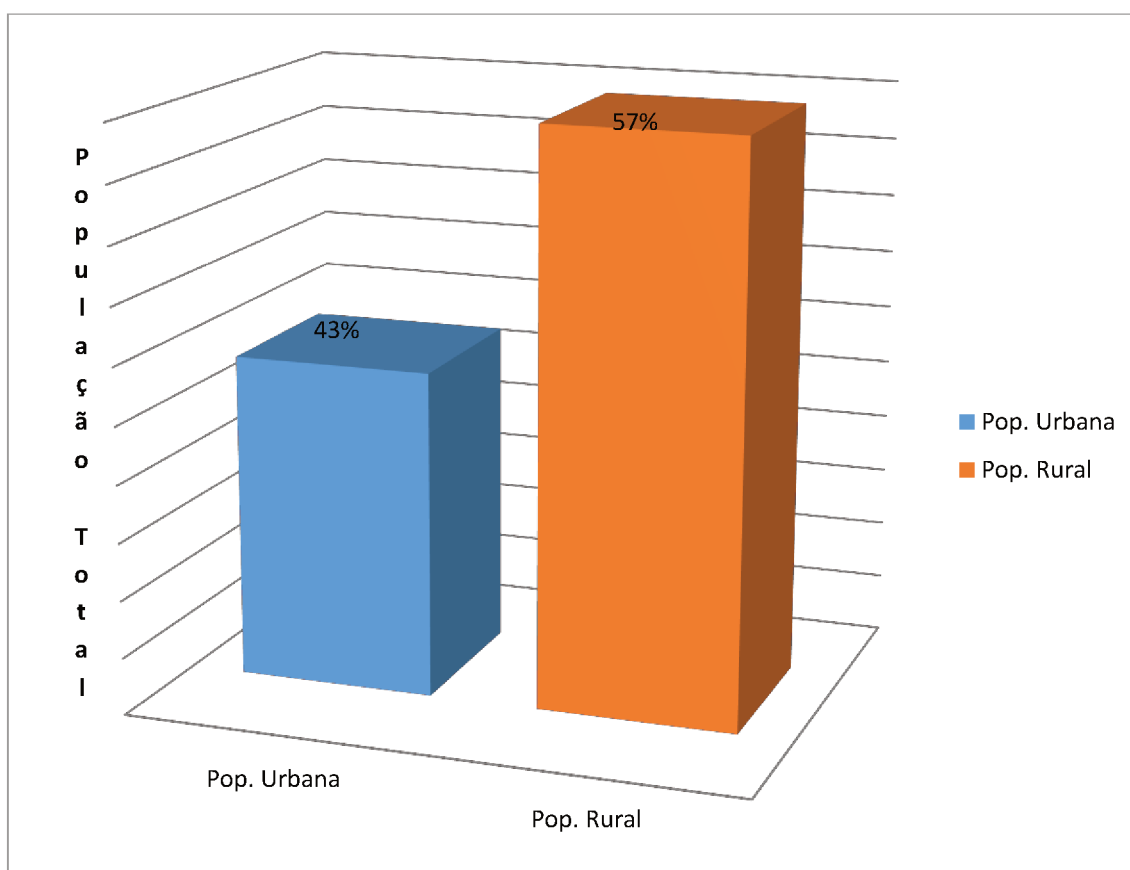
<sup>53</sup> Segundo Marin (2010:12) a organização do Diretório dentro do ordenamento pombalino, assenta-se fisicamente nas denominadas “vilas do Diretório”, vilas e lugares lusitanos. Os índios são elevados à condição de “vassalos do rei” e como trabalhadores disponíveis e “colonos”.

<sup>54</sup> Entrevistada R, Vila Bom Jesus, março de 2019.

### 3.2.2 População e economia de Porto de Moz

Tomando como referência o último censo do IBGE, o de 2010, em relação ao número total da população em Porto de Moz e aos habitantes da zona urbana e zona rural, temos o gráfico 6. Assim, temos os seguintes dados:

**Gráfico 6:** Porto de Moz (PA) - População urbana e rural (2010)



**Fonte:** IBGE, 2010

Tomando os dados do último censo em 2010, em Porto de Moz, o contingente populacional rural corresponde a um índice maior que na zona urbana. Perfazendo 57% da população, com 19.373 dos 33.956 habitantes totais do município, a população rural tem praticado a extração da madeira desde 1970, início dessa atividade em Porto de Moz. A maioria das atividades sempre incidiu ao longo do curso dos rios.

Já os habitantes do que se considera pertencente à área urbana soma um percentual de 43%, com 14.583 habitantes. Só na sede temos 14.446, portanto quase a

totalidade da população urbana. O restante habita os distritos do município de Porto de Moz, a saber: Vieiros e Vilarino do Monte. Via de regra, a população urbana se ocupa com atividades relacionadas ao comércio em seus diversos setores, aos serviços, a serviços públicos (Prefeitura e demais esferas, estado e União).

Hoje, a prefeitura é responsável por grande parte da circulação financeira no município, chegando a um PIB per capita de R\$ 5.799,60 3m 2016 (IBGE, 2017). Há ainda habitantes da cidade que possuem atividades nas áreas rurais dentro e fora da RESEX. A maioria é dentro da RESEX, pois é nela que estão recursos florestais e a criação de gado bovino e bubalino.

Segundo Santana, Dias e Pena (2014):

A criação de gado bovino se destaca na região por possuir o maior efetivo (cabeças) registrado e ter sofrido o maior crescimento em relação aos outros tipos de rebanhos criados em fazendas da região ao decorrer dos anos de 2005 á 2012, segundo dados do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE). Tornando evidente que o setor pecuário é uma das principais atividades produtivas do município e vem crescendo ao longo dos anos exercendo de certa forma atração e influenciando regiões vizinhas em relação ao setor (SANTANA, DIAS, PENA. 2014:14).

Nas áreas rurais (em grande parte dentro do que hoje é a RESEX “Verde para sempre”) foi possível também a criação dos bubalinos.

(...) o sistema extrativista permaneceu como principal meio de articulação das famílias com o mercado local. Sendo que as estratégias das famílias para utilização dos recursos, sob este sistema produtivo, permitiu atender um amplo leque de oportunidades oferecidos pelo meio econômico. Todavia, este sistema produtivo, de modo predominante, permaneceu até a década de 1990, quando a situação para o gado bubalino começa a se apresentar como favorável. A partir desta década nota-se a evolução do sistema de criação entre as famílias, as quais passam a adaptar seus sistemas produtivos para atuarem com esta atividade (PEREIRA, L. 2013:62).

Nas áreas rurais, em sua maioria dentro da RESEX, as populações se ocupam com atividades como o extrativismo da madeira, pesca e caça e criação de búfalos. Nas localidades e comunidades da área rural, há também funcionários da prefeitura, entre servidores da área da educação, agentes de saúde e agentes distritais.

Assim,

Porto de Moz além de investir no setor de pecuário, também investe em atividades que usufruem de seus recursos naturais. A região possui políticas que favorecem as populações tradicionais e ribeirinhas a utilizarem de forma consciente e com visão de preservação ambiental suas terras nativas, assim contribuindo para certo desenvolvimento da



agricultura como, por exemplo: Extração Vegetal (SANTANA, DIAS, PENA. 2014:14).

Porto de Moz é banhado pelo rio Xingu no seu baixo curso e seus afluentes mais importantes estão nas margens esquerda: Jauruçu, Acaraí, Perí e Tucuruí (SANTANA, DIAS, PENA. 2014:3). O principal deles em termos de circulação é o rio Jauruçu, o mais usado para o escoamento da madeira desde a época de sua exploração. Historicamente, as famílias intensificam a exploração de outras atividades dentro dos rios de Porto de Moz, após o fim do período áureo da borracha ((PORTO-GONÇALVES, 2010). Abre-se a possibilidade da sobrevivência de outras atividades extrativistas e logicamente, contribui para essa ocupação o fluxo de imigrantes de outras áreas do Pará e do Nordeste como já mencionado anteriormente.

A população indígena ainda se fez bem presente até a década de 1970 em Porto de Moz. De acordo com que as terras iam sendo ocupadas com a chegada de novos habitantes tanto da cidade, quanto de outros municípios do Pará e do nordeste brasileiro e formando os pequenos povoados, os índios iam sendo expulsos em direção ao sul do município, mais para dentro da mata. Atualmente ainda há indígenas ao longo do rio Xingu, mas não mais em Porto de Moz.

No quadro 5 a seguir, vejamos as Nações indígenas por família linguística na região do Xingu.

**Quadro 5:** Nações indígenas por família linguística na região Xingu (PA) 2011-2014

Rio	Nação	Família Linguística	Informação Histórica
Baixo Xingu	Coani	Língua desconhecida	1622, 1878
	Kayapo	Ge	1940
	Yurúna	Tupi	Século XVII
	Kayapo	Ge	1939
	Arara	Karib	1861
	Yuruna	Tupi	1896, 1917
	Wayapi	Tupi	1662, 1763
	Yurúna	Tupi	

**Fonte:** Mapa Etno-histórico de Nimuendaju IN: PDRS Xingu, 2011-2014



Por fim, a atividade da exploração madeireira viu-se intensificada a partir de 1990, e embora correspondesse a um período áureo no município de Porto de Moz, de outro trouxe inúmeros problemas para a parte da sociedade local.

No baixo Xingu a associação do Estado, do grande capital, com as antigas oligarquias locais são expressas nas relações políticas nas décadas de 1980/1990, mas que passou a ser questionada, e combatida pela organização dos movimentos sociais locais, no processo de reabertura política do Brasil. Cenário expresso na luta camponesa no município de Porto de Moz contra a oligarquia local expressa na família do prefeito do município, Gerson Campos. Essa família representava e representa os interesses das empresas madeireiras e do latifúndio no local, e controlava pela violência, cooptação e medo os moradores da região (GONÇALVES, 2011:63).

A inflamada relação dos camponeses, populações ribeirinhas com o poder local e com grandes empresas madeireiras fez com os movimentos sociais partissem para uma organização melhor de suas lutas. Não foi raro que partissem para o enfrentamento com as oligarquias locais e iniciassem uma articulação com entidades externas para adicionar à sua mobilização forças capazes de buscar uma solução problemática da extração ilegal da madeira.

O caminho escolhido foi o da criação de uma Unidade de conservação do tipo extrativista mesclando, portanto, o movimento social já histórico constituído de sujeitos e agentes locais diversos, impregnando-se agora de um discurso ambiental que exigiria então a criação de uma Reserva Extrativista.

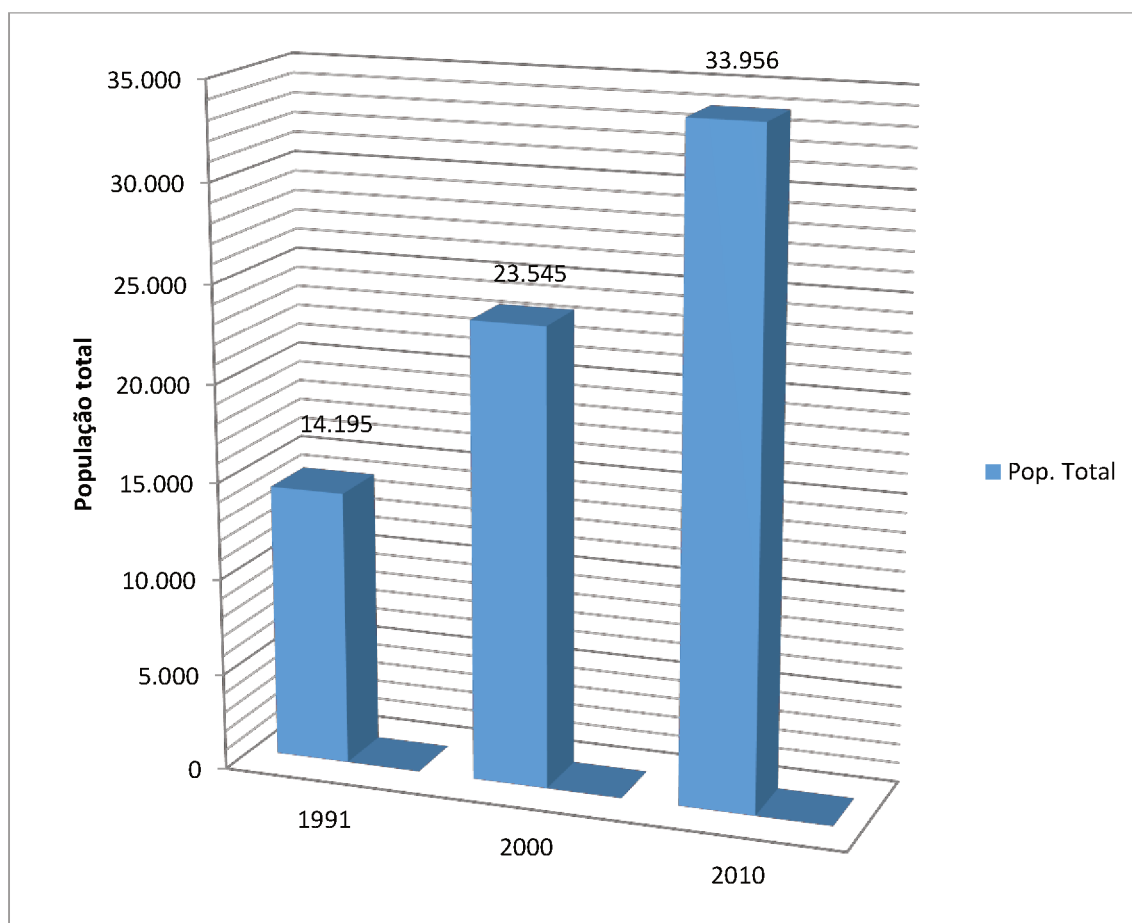
No âmbito geral, esse processo contribuiu para a ocupação humana na região do baixo Xingu formar um IDH baixo. Em Porto de Moz,

um dos municípios paraenses com os mais baixos índices de desenvolvimento humano, é marcado pelos conflitos agrários, envolvendo madeireiros, agricultores familiares, fazendeiros, grileiros e especuladores imobiliários, resultando em mortes e expulsão de famílias de suas terras (FORLIVE, 2008). Para Salgado et al. (2003), esse panorama se instalou no município com a intensificação das atividades de exploração madeireira, depois da instalação de serrarias na sede do município e do esgotamento das espécies exploradas na várzea, propiciando que a extração de madeira fosse realizada numa distância bem maior dos rios, inclusive com maquinário pesado. Assim, a área correspondente ao município vem sofrendo com várias ações de degradação dos ecossistemas locais, com prejuízos ambientais significativos nas áreas mais críticas (WATRIN; OLIVEIRA, 2009:10).

Diante disso, é necessário analisar as estimativas populacionais, haja vista a saída cada vez maior o êxodo rural. Abaixo expomos também os dados sobre a estimativa populacional em Porto de Moz, de 1991 a 2020, para buscarmos uma aproximação por meio através dos dados populacionais em relação ao crescimento populacional nas áreas urbanas e rurais de Porto de Moz conforme o gráfico 7,

Ilustramos com dados de 1991 em diante, pois, deste ano em diante que se evidencia o aumento populacional e foi quando a exploração madeireira chegou ao seu ápice, com vários agentes externos na exploração.

**Gráfico7: Porto de Moz (PA) – Crescimento Populacional, 1991-2010**



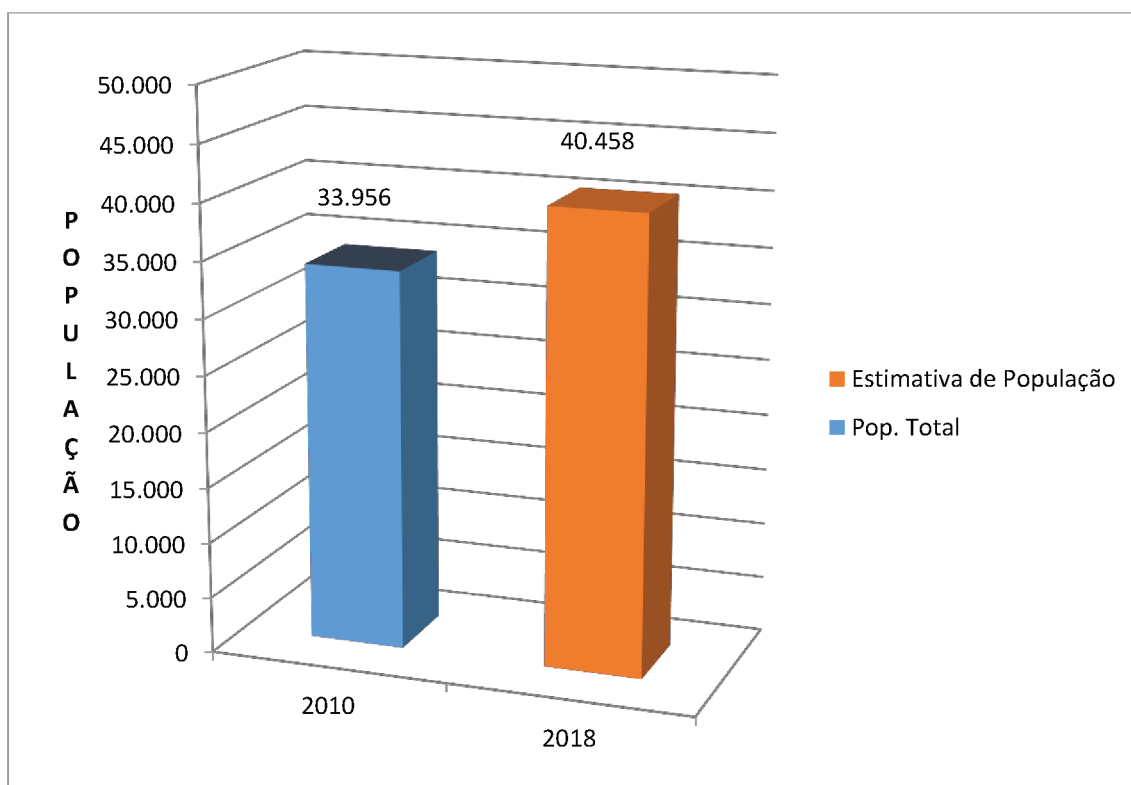
Fonte: IBGE, 2010.

De acordo com os dados demográficos o que se observa é que as estimativas populacionais se cumpriram (em 2009 a estimativa seria de 28.093) e desde os anos 1991 demonstram um aumento do crescimento médio da população.

Entre 1991 e 2000, a população do município cresceu a uma taxa média anual de 5,78%. Na UF, esta taxa foi de 2,52%, enquanto no Brasil foi de 1,63%, no mesmo período. Na década, a taxa de urbanização do município passou de 35,69% para 43,45% (PNUD, IPEA, FJP; IBGE. 2018:3).

A seguir, observemos a estimativa da população em 2010 até 2018.

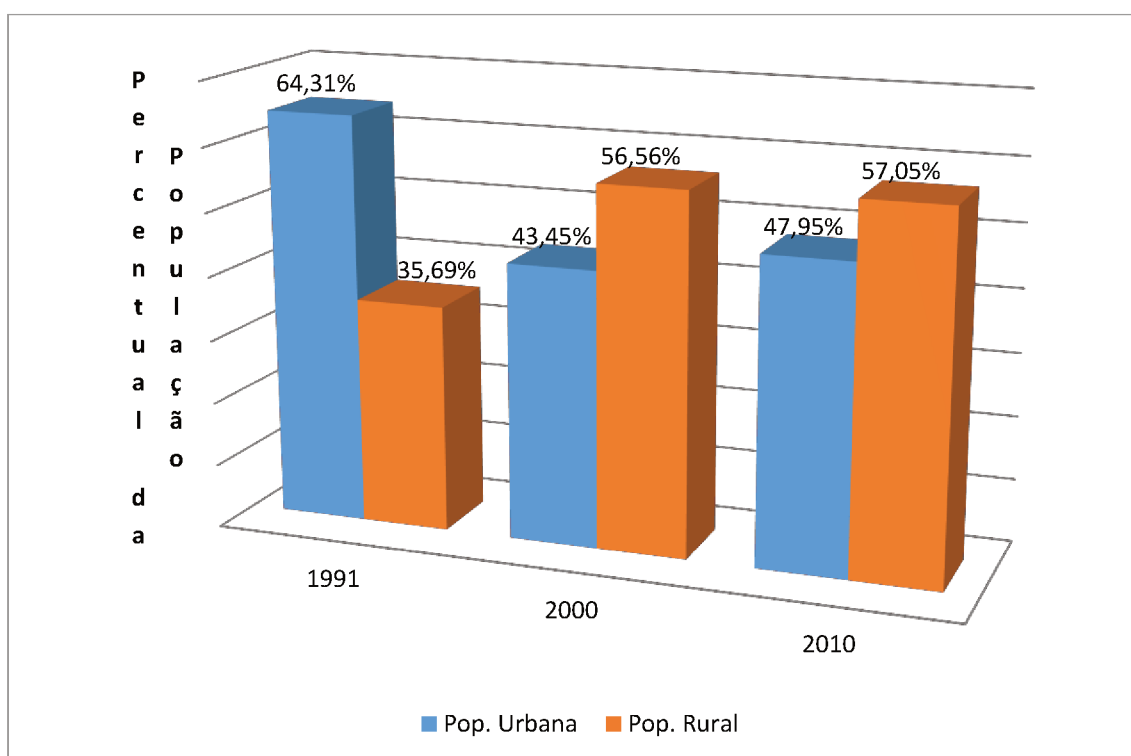
**Gráfico 8:** População total em 2010 e estimada até 2018



**Fonte:** IBGE, 2010.

Com uma densidade demográfica de 1,95 hab./km (IBGE, 2010), a população do município era de 23.545 no censo de 2000 (IBGE, 2000); em 2010, chegou a 33.956 habitantes; a estimativa para 2018 foi de 40.458 habitantes. Entre 2000 e 2010, a população de Porto de Moz cresceu a uma taxa média anual de 3,73%, enquanto no Brasil foi de 1,17%, no mesmo período (PNUD, IPEA, FJP; IBGE. 2018:3).

Assim, vejamos como ocorreu a evolução da população urbana e rural desde 1991 a 2010, para pensarmos as perspectivas para o município de Porto de Moz.

**Gráfico 9:** Porto de Moz – Evolução da população rural e urbana, 1991 – 2010

**Fonte:** IBGE, 2010.

Como as estimativas têm confirmado, vemos que apesar da população rural continuar aumentando, é cada vez mais evidente que a sede municipal vem crescendo desordenadamente, com o grande fluxo de populações vindas das áreas rurais, de dentro da RESEX para a sede municipal. Dos anos 2000 até a atualidade a sede assistiu o surgimento de pelo menos 3 novos bairros: Carini, Bairro novo e Beata.

Nas pesquisas recentes que realizamos em Porto de Moz, foi constatado que esses novos moradores desses bairros estariam constantemente sendo expulsos<sup>55</sup> da RESEX por não conseguirem manter sua sobrevivência, principalmente após as leis ambientais que passaram a reger a UC, atingindo diretamente sua reprodução socioeconômica.

Assim, nas comunidades, as práticas da agricultura, pesca artesanal e extração madeireira eram as atividades que garantiam o sustento básico, como meio de reprodução socioeconômica das populações que viviam nas áreas rurais/ribeirinhas. Sobre a extração madeireira em se tratando de sua intensidade de exploração, essa atividade foi uma das principais que influenciaram a organização de movimentos contra

<sup>55</sup> A referência à palavra “expulso” aparece muito nas falas dos entrevistados, tanto nas entrevistas realizadas em 2012, 2016 e 2019.

tal exploração, já que havia nenhuma espécie de controle e fiscalização. Com o passar da década de 1990 em diante, já com a presença de empresas madeireiras de fora configurando também uma leva de trabalhadores de fora da região se direcionando como mão de obra para todas as comunidades onde ocorria a comercialização madeireira, principalmente no rio Jauruçu. Nesse sentido, a criação de uma Unidade de conservação estava cada vez mais enraizada nas exigências dos movimentos socioterritoriais.

### **3.3 O histórico de organização e criação da Reserva Extrativista “Verde Para sempre” em Porto de Moz**

#### **3.3.1 Contexto local/regional de origem da Reserva “Verde para sempre”**

A reserva extrativista “Verde para sempre” criada em 2004, Decreto de 08 de novembro de 2004, se insere num contexto em que os camponeses do Baixo Xingu vinham passando com relação à depredação dos recursos florestais desde os anos de 1970. Em termos relativos<sup>56</sup>, eram pescadores vendo sua atividade sendo ameaçada pelas grandes geleiras; camponeses extrativistas que viam a saída diária de balsas de madeira causando uma acelerada depredação ambiental e atingindo diretamente suas vidas, seus modos de reprodução socioeconômica e cultural na floresta.

De certa forma, ocorreu a percepção de um fato: a presença de empresas madeireiras ameaçava as formas de reprodução socioeconômicas das populações, embora contraditoriamente, parte dessas mesmas populações sobrevivesse da exploração da floresta. Apesar de centrarmos nossa análise na criação da Reserva Extrativista “Verde para Sempre” em Porto de Moz, não iremos abordar os fatos para entender os conflitos, conflitualidades e as territorialidades somente a partir de 2004, sua criação. É preciso compreender os acontecimentos anteriores, voltar ao tempo para explicar o recorte de tempo que escolhemos: a existência da própria Reserva Extrativista de 2004 em diante.

É nesse âmbito que temos o envolvimento dos movimentos sociais que aglutinaram instituições como Igreja Católica, sindicatos dos trabalhadores de Porto de

---

<sup>56</sup> Relativo porque em muitas comunidades rurais e na cidade de Porto de Moz tínhamos na extração da madeira, na exploração pesqueira e em outras atividades extrativistas a base de sua reprodução socioeconômica. A própria cidade teve na exploração madeireira sua principal fonte de sustento principalmente nos anos de 1970 a 1990.

Moz, e as comunidades camponesas, que envolviam ribeirinhos, pescadores, extrativistas e agricultores. Há um contexto em que isso ocorre em nível local/regional. Assim, na Amazônia, especificamente no Estado do Pará, as ações do Estado brasileiro têm constituído fenômenos diferenciados sobre o espaço rural compreendendo dois processos: o *primeiro* corresponde às motivações que têm causado as transformações espaciais no decorrer do processo de intervenção deste ente, onde tais ações/motivações têm demonstrado a grande importância do Pará e da Amazônia enquanto fontes de recursos, ações e planos governamentais. Isso tudo acaba por gerar um cenário em que fatores geopolíticos, econômicos e ambientais (o discurso ambiental) têm sido características na criação de Unidades de Conservação, especialmente reservas extrativistas na Amazônia.

O *segundo* se refere ao atendimento às reivindicações das populações e em suas lutas travadas pela busca aos direitos concernentes essencialmente à permanência na terra em que se reproduzem sócio espacialmente há séculos. No entanto, esse segundo processo se caracteriza num complexo jogo de relações entre **Estado e sujeitos** (grifos nossos) na Amazônia, onde o primeiro tem usado a criação de reservas extrativistas de forma estratégica no espaço amazônico, e, como interface/resultado da emergência da questão ambientalista na atualidade implicando diferentes territorializações na região.

Em Porto de Moz, os movimentos sociais a partir de 1970 passaram a expressar as contradições dessa relação compondo teias de relações entre instituições e sujeitos, expressando o outro lado das ações da presença do grande capital e do próprio Estado em Porto de Moz. Essas contradições manifestadas pelos movimentos, ao mesmo tempo, são expressão do que Porto-Gonçalves (2001) nomeou de *r-existências*: resistir para existir. Camponeses, pescadores, extrativistas buscaram, portanto, reexistir, reafirmar sua territorialidade se reapropriando do território, buscando formas de permanecer na terra. Nessa luta pela terra, buscaram a reapropriação da natureza (CRUZ, 2011).

Assim, nos parece que foi necessário os sujeitos obterem outras maneiras de reafirmar sua forma tradicional de ocupação. Não nos referimos ao tradicional como atraso. O tradicional aqui se refere a territorialização histórica feita pelas sociedades passadas, onde na terra, na floresta e nos rios amazônicos construíram um conjunto de saberes e domínios singulares inerentes aos espaços que ocuparam sempre. Portanto, nada se coloca tão contraditório quanto o fato desses sujeitos buscarem outras formas de

se reafirmar num território/espço, como resposta a não consideração do Estado, do capital no processo histórico de tomada da natureza na Amazônia.

Dizemos isso, pois, do “fim” do segundo ciclo da exploração da borracha até 1970<sup>57</sup> é possível afirmar que ocorreram dois fatos: as comunidades implementaram outras formas de exploração diversificando para outras atividades produtivas, quase que unicamente ligadas ao extrativismo; em contrapartida, a partir de 1970 percebeu-se de uma forma geral, a nociva presença de grandes empresas madeireiras, por exemplo. É notório que Porto de Moz era o principal destino<sup>58</sup> de grupos a fim de explorar a madeira e os recursos pesqueiros ali presentes.

É nesse contexto que se insere, por conseguinte, as mobilizações em Porto de Moz. No histórico de formação da “Verde para sempre” tivemos um apelo e uma participação popular, e no que tange esse apelo, houve um diferencial, visto que notadamente as comunidades rurais na organização movimentos sociais estiveram mais a frente das reivindicações. Portanto, as mobilizações partiram mais da zona rural que da zona urbana. Juntaram-se então entidades do poder público local, como o próprio governo (Prefeitura) à época. Estes, junto à Igreja Católica, sindicatos e, movimentos sociais constituíram a fase de amadurecimento do movimento contra a extração madeireira e pesca predatória que ocorriam na região.

Entretanto, na fase inicial do movimento de luta, como comumente têm se apresentado, a participação do poder público pode ser relativizada, haja vista que desde 1970, a igreja já vinha engajada no movimento e contribuiu para a mobilização maior em consenso as comunidades de Porto de Moz. Nesse sentido, segundo um líder religioso de Porto de Moz, a participação do poder público municipal foi importante, mas se deu numa época bem posterior, a partir da década de 1990 em diante. O poder público municipal sempre esteve expresso nas oligarquias locais (ligados a extração madeireira). Devido à pressão das comunidades tradicionais, em períodos posteriores a

---

<sup>57</sup> O ano de 1970 é citado por inúmeros estudos técnicos e acadêmicos, bem por entrevistados, sujeitos envolvidos no movimento social tanto na área urbana quanto na área rural. Assim, em 1970 é o marco do entendimento em que as comunidades e o município se viram sob ameaça em relação a presença de empresas madeireiras e pesqueiras na exploração dos recursos existentes.

<sup>58</sup> Porto de Moz era o principal destino de empresas que viviam da extração florestal, mas também de pequenos comerciantes que em suas embarcações de tamanho médio, carregada de produtos “industrializados”, miudezas, realizavam a troca destes com madeira, pele, animais silvestres, etc. Historicamente esses foram os Regatões na Amazônia. Os regatões eram os principais fornecedores de produtos da capital paraense, produtos que abasteciam, em parte, o consumo das populações do Baixo Xingu. Não era raro escutar que esses comerciantes iam para o “Amazonas”, buscar esses produtos florestais. O “Amazonas” era a referência geográfica das inúmeras comunidades do Baixo Xingu, principalmente Porto de Moz.

1970, os políticos locais acabaram por apoiar a criação de uma Reserva extrativista no território municipal, devido à grande extração madeireira. Porém, segundo o entrevistado A:

“havia o interesse do prefeito em criar a reserva por que eles pensaram que poderiam vender a madeira com mais facilidade, mas no início do movimento todos os prefeitos eram donos de serraria, eram envolvidos com as empresas de madeira. Eles ganharam muito dinheiro com a madeira e foram contra nós” (Entrevistado A, Porto de Moz, janeiro de 2012).

Dessa forma é possível entender por que só poucos anos antes da criação da “Verde para sempre” em 2004, políticos locais, vereadores e ex-prefeitos passaram a apoiar a criação da reserva. Essa condição explicou o motivo pelo qual as vozes das autoridades, parte da oligarquia local, se envolveram de forma direta nas negociações e movimentos pela criação da reserva, segundo o entrevistado A.

Constatamos que o envolvimento do poder público municipal ocorreu mais pela lógica institucional do que por vontade própria, pois o fim da exploração florestal não era uma bandeira desses agentes. Além disso, o poder público municipal fora pressionado num contexto brasileiro em que o governo Federal claramente tinha a intenção de combater o desmatamento na Amazônia, protegendo a região por meio da federalização do território, utilizando para isso uma política ambiental voltada à criação de Unidades de Conservação.

### ***3.3.2 Movimentos sociais e o desencadeamento da “Verde para sempre”***

É possível afirmar que o movimento socioterritorial iniciado em 1970 em Porto de Moz convergiu para o que os teóricos das áreas das ciências humanas e sociais nomearam movimento socioambiental, ou o conhecido socioambientalismo brasileiro (SANTILLI, 2005). Reiteradamente foi o que ocorreu em boa parte dos movimentos sociais na Amazônia originados na luta pela terra e realização de reforma agrária. Quando tivemos a adoção da questão ambiental em lugar da luta e do conflito pela terra, forjado pelos movimentos sociais como forma de estabelecer as lutas em outro patamar foi possível criar uma forma de diálogo com o Estado de forma mais institucionalizada.

Nesse meio, portanto a mobilização iniciada em 1970 vai incorporando a questão ambiental em sua agenda. Segundo o **Entrevistado A**, um dos líderes da igreja católica à época do movimento, afirma:



Tivemos a influência do movimento ambiental em que sabíamos de Chico Mendes, as conquistas dele, né? Mas, também o sindicato aqui tava bem organizado e eles puxavam as reuniões. Nas pastorais aqui nós fomos trabalhando isso com o povo e nós víamos que povo precisava mesmo. Era todo mundo com medo dessas geleiras e tavam acabando com a madeira, né? Não tinha como ficar parado, povo tava passando necessidade (Entrevistado A. Porto de Moz, Pesquisa de campo, janeiro de 2012).

Posto isso, é necessário dizer que na Amazônia as diversas pastorais eram a face mais moderna, digamos de uma nova configuração<sup>59</sup> da igreja católica no Brasil. Pastorais da mulher, da criança, dos jovens, do meio ambiente acabaram por influenciar, criar, assessorar e dar boa parte da base de funcionamento aos movimentos sociais na Amazônia.

Como foi colocado, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porto de Moz – esteve, estiveram desde o início bastante envolvidos com as comunidades. Foi uma das primeiras instituições a se mobilizar na busca de alguma solução frente à situação da exploração ilegal da madeira, dentre todos os outros problemas já apontados. Somando-se aos problemas, a insegurança em meio à reprodução socioeconômica das comunidades, fez o STR e a igreja tomarem a seguinte iniciativa em meados da década de 1990:

Frente a estes problemas, alguns encontros foram organizados, principalmente pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porto de Moz – STR-PM e pela Paróquia para discutir junto aos agricultores sobre o futuro rural do município. Essas discussões foram determinantes para que, a partir de 1995 iniciasse processos de atividades para a resolução dos problemas fundiários e de exploração indiscriminada dos recursos naturais (SANTOS, ROCHA, 2008:7).

O passo adiante foi dado pelo Laboratório Agroecológico da Transamazônica (LAET)<sup>60</sup>, grupo de pesquisa parceiro dos movimentos sociais que elaborou o Diagnóstico Participativo das comunidades à época:

No IV Seminário Sobre Recursos Naturais, realizado no município, em 1996, os resultados do Diagnóstico Participativo foram apresentados, servindo a partir daí, de base para se planejar eixos a serem trabalhados, dos quais foram apresentados propostas e encaminhamentos que viabilizassem o alcance do objetivo principal

---

<sup>59</sup> Entre 1960-1970, houve uma grande mudança na Igreja Católica a partir de setores mais progressistas ligados à teologia da libertação. Esse processo se referiu ao desenvolvimento da Doutrina Social da Igreja e de sua aproximação com a contemporaneidade, onde o ponto culminante disso centrou-se na criação das pastorais que se espalharam principalmente no interior amazônico (diga-se especialmente áreas rurais da região) e nas formas de evangelização com as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) (BARBOSA, 2007).

<sup>60</sup> Laboratório pertencente à Universidade Federal do Pará, Campus de Altamira-Pa.

assim formulado no Relatório do IV Seminário Sobre os Recursos Naturais (madeira e pescado) do município de Porto de Moz: “Buscar a formação de uma nova mentalidade para desenvolver o povo e a região”, para então, formular propostas de desenvolvimento sustentável municipal (LAET, 1996 IN: SANTOS, ROCHA, 2008:7).

Assim, movimentos sociais, Igreja e STR de Porto de Moz, passam a adotar discursos como desenvolvimento sustentável, na intenção de exigir o direito ao território tradicionalmente ocupado. O movimento socioterritorial adentra na seara política enquanto uma identidade política própria. Na forma de luta, o movimento adquire essa conotação, e campo teórico, o conceito do Socioambientalismo é pertinente para tal explicação. Santilli (2005) faz uma crítica ao ambientalismo originado na Europa e que não deu subsídios suficientes à compreensão das questões ambientais brasileiras. O Socioambientalismo é um movimento que nasce de uma articulação política entre movimentos sociais e ambientalistas e que ocorreram no contexto do processo de redemocratização do Brasil a partir da década de 1985 criando sua própria história e definiu conceitos e paradigmas que lhe são próprios (SANTILLI, 2005).

Nos movimentos reivindicatórios pelas reservas extrativistas na Amazônia e no Pará, temos na definição do conceito de socioambientalismo uma forma de explicar como conceitualmente, e como “novos” sujeitos, esses movimentos sociais adquirem e relacionam-se à questão ambiental, no que tange as mobilizações pela exigência da criação das Unidades de Conservação.

A RESEX “Verde para sempre” surgiu a partir de reivindicações populares e entidades de apoio aos produtores e comunidades locais, além de instituições públicas de ensino e pesquisa, como UFPA (Universidade Federal do Pará). Os movimentos sociais/ambientais incentivados pela Igreja Católica, apoiados pelo poder público local, devido à insustentável situação em que se encontrava a exploração madeireira naquela região, completaram as estratégias de criação da Reserva Extrativista “Verde para sempre”, em 2004. Os conflitos pela madeira eram duplamente ameaçadores, pela violência já instalada nas áreas de extração e pelo escoamento diário de madeira do município.

Calcula-se em torno de 30 balsas por dia, segundo os moradores da cidade. A população presenciava diariamente a passagem das balsas em frente à cidade, lotadas de madeira rumando principalmente à Belém, sem ocorrer nenhuma espécie de controle.

A implantação da RESEX se deu a partir da própria iniciativa dos moradores da comunidade, com objetivo de se criar uma área que desse garantias de terras de forma coletiva (...) como não havia um programa de regularização das áreas ligadas ao governo do Estado, ao governo Federal, nem a área de Marinha responsáveis das áreas de várzeas, o quadro era de muitos conflitos, com interesses de várias espécies e tamanhos dentro da grande área, caracterizada pela sua riqueza de vegetação nativa, características estas de floresta primária (Entrevistado C, Porto de Moz, Pesquisa de Campo, janeiro de 2012).

Após os anos iniciais da organização propriamente dita, o STR de Porto de Moz encaminhou uma das primeiras ações com relação à formalização da reserva. O sindicato solicitou a criação de uma Unidade de Conservação – Reserva Extrativista “Verde para sempre”, em Porto de Moz, Pará:

Em abril de 2000, o STR – PM, em nome das comunidades, enviou carta ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, IBAMA e Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente – SECTAM solicitando a criação da Resex “Verde para Sempre”. Após o bloqueio do rio Jarauçu em setembro de 2002, por cerca de 400 membros de comunidades, aumentou a fúria dos madeireiros da região de Porto de Moz contra as comunidades locais e seus líderes, e a oposição à criação da Resex aumentaram, assim como o risco para os movimentos sociais (SANTOS, ROCHA, 2008:7).

Neste contexto, é necessário entender esse processo na atual situação da RESEX “Verde para sempre”, no sentido de uma análise das conflitualidades que foram constituídas historicamente e partir disso, sob os elementos das territorialidades que aqueles sujeitos criaram, temos ideia do confronto entre classes sociais, entre modelos de desenvolvimento, por territórios (FERNANDES, 2005).

As conflitualidades na RESEX “Verde para sempre” são processos e não excluem a compreensão do território e dos conflitos que demonstram um caminho alternativo à ordem capitalista e estatal pré-estabelecida (FERNANDES, 2005). Ou na forma como Porto-Gonçalves (1999) caracteriza as mobilizações sociais e as territorialidades por elas produzidas como “uma nova ordem em potencial” refletindo a movimentação dos sujeitos contra uma ordem qualquer estabelecida.

### **3.4 Os interesses e os conflitos entre Estado, capital e comunidades tradicionais na RESEX “Verde para sempre”**

A criação de Unidades de Conservação na Amazônia só foi possível por condições outras paralelamente existentes e igualmente produzidas, criadas. Os cenários propícios a isso correspondem ao histórico da região, sempre alvo de ocupação, desde a colonização até a atualidade. Uma visão colonialista, dos sujeitos e agentes externos sobre a Amazônia. Por outro lado, e também desde a colonização, as populações não se colocaram num estado de passividade. Desde os índios que sempre impediram uma depredação e domínio maior do território amazônico, até comunidades tradicionais que na sua organização têm se colocado num constante e histórico processo de enfrentamento e resistência ao capital, ao Estado e a tudo que lhes ameace.

Desta forma, a organização do espaço local, as territorialidades produzidas pelo conjunto desses sujeitos dizem muita coisa. Em Porto de Moz, na RESEX “Verde para sempre”, portanto, teve e tem na exploração da madeira toda a base de sua sustentação. Para o município são atraídos contingentes de todas as partes do estado do Pará e até de outros como Amapá e Amazonas pela grande riqueza madeireira existente em seu território. Assim, as sociedades amazônicas no decorrer dos tempos souberam resistir, criar formas de permanecer em seus lugares, ou adaptar-se. Essas sociedades, esses sujeitos são resistência.

Vejamos pela grande extensão da RESEX “Verde para sempre” com 1.288.717 *ha* (um milhão duzentos e oitenta e oito mil e setecentos e dezessete hectares), criada em 08 de novembro de 2004 e isso por si só já suscita grandes possibilidades de conflitos e dificuldade de gestão, para todos. Em Porto de Moz, a RESEX “Verde para sempre” já apresenta problemas desde o início, pois, avaliamos que sua criação se deu num ímpeto de tornar a Amazônia uma floresta intocada. Percebemos isso em algumas ações dos agentes do Estado à época: apoio de políticos locais, antes contra e na mobilização, mudaram o foco de seus interesses.

Outro elemento interessante se refere a própria ministra Marina Silva que à época, esteve pessoalmente dialogando com as comunidades num grande seminário (o primeiro após alguns meses de criação da RESEX) em Porto de Moz, na comunidade de

Carmelino<sup>61</sup>. O que se resultou disso foi a diminuição da exploração predatória da madeira, mas não o desaparecimento em seu entorno e em algumas comunidades dentro da reserva e longínquas para a fiscalização, distantes da sede do município. Assim, o que se tem de fato, hoje, é o comprometimento da sobrevivência dos pequenos agricultores, criadores, pescadores, acirramento dos conflitos sociais e dos problemas fundiários com a criação da Reserva, com a permanência dos moradores na RESEX ficando totalmente comprometida.

Assim, as conflitualidades entre os diversos atores presentes na RESEX “Verde para sempre”, têm comprometido a sua viabilidade e existência. Vejamos: a RESEX vem contribuindo para a saída cada vez maior dos moradores das RESEXs para a sede do município de Porto de Moz; na prática, as comunidades começam a estabelecer conflitos internos entre si; as comunidades demonstram dificuldade em gerir e participar de fato da gestão; o cenário é muito incerto, tanto na gestão feita pelo ICMBio, quanto nas condições de gerenciamento interno, no Conselho Gestor da mesma.

Os conflitos e conflitualidades historicamente ali estabelecidos envolvem o Estado brasileiro, camponeses florestais e extrativistas, ribeirinhos, demonstrando cada vez mais as falhas do conjunto de políticas de desenvolvimento para a Amazônia<sup>62</sup>, diante dos sérios problemas de implementação das políticas públicas e territoriais na região. Essa problemática é também reflexo histórico da expropriação capitalista desde períodos anteriores que afetam diretamente os modos de reprodução das comunidades camponesas na região.

Ora, não esqueçamos que as Reservas Extrativistas nascem como modalidade de reforma agrária, como criação de assentamento. A dinâmica legislação mesmo com todo relativo avanço, não tem correspondido ou atingido seus objetivos nas várias Unidades de Conservação de Uso Sustentável (UC). A primeira lei no que concerne às Reservas Extrativistas não descrita no SNUC (Sistema de Unidades de Conservação), por exemplo; e sim, a portaria n° 627, de 30 de julho de 1987, sob o nome de

---

<sup>61</sup> À época da criação da RESEX “Verde para sempre”, a então ministra do Meio Ambiente, Marina Silva fez uma visita pessoal a Porto de Moz, indo para a localidade de Carmelino, demonstrando interesse por tal criação. Para mais informações, consultar: <http://www.mma.gov.br/informma/item/2372-marina-silva-debate-efetivacao-da-reserva-verde-para-sempre-no-para>.

<sup>62</sup>Referimos-nos à época das superintendências, do planejamento e desenvolvimento regional, até a nova geopolítica na região, correspondentes ao paradigma ecológico-sustentável com a consolidação do povoamento e expansão da fronteira agrícola amazônica. Nesse bojo encontra-se toda a problemática instalação de Unidades de Conservação de uso sustentável.

Projeto de Assentamento, Extrativista (PAE), e incorporado ao I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) já salientada anteriormente.

Aqui não se trata de desmerecer todo o avanço que as comunidades tradicionais por meio de sua afirmação no meio jurídico-institucional, político e identitário. Ao contrário, não fossem essas comunidades e suas reivindicações, não teríamos avanços específicos na legislação ambiental, na criação de novos direitos, são reconhecidos como povos da/na floresta em luta e concretamente reconhecidos como detentores do direito territorial. Isso não seria uma simples forma de resistência de adaptação ao capital, e sim expropriação. Assim, políticas como essa, como outras políticas territoriais do Estado brasileiro, deixam claro a mão capitalista, demonstrando que estas foram concebidas já com o objetivo de falhar.

Diz-nos muito o período da promulgação portaria do INCRA, onde as reservas extrativistas nascem como PAE. Mesmo sendo implementada como PAEX, tivemos a mudança dessa condição, como já foi observado anteriormente. Em 1989, em razão da nova constituição de 1988 em relação à desapropriação de imóveis rurais para fins de reforma agrária, ela torna-se uma modalidade de unidade de conservação. Ocorre, portanto, o abandono da RESEX (PAEX) como assentamento de reforma agrária, mas por qual motivo? Criado como uma espécie de reforma agrária dos seringueiros (estamos nos reportando a luta inicial dos povos da floresta no Acre), nos PAEX, os seringais atingiam um índice de produtividade mínimo, e quando ele atinge um índice mínimo ele não pode ser desapropriado para reforma agrária (TORRES, 2012). Entretanto, pode ser para fins ambientais (TORRES, 2012).

Como vemos algo que foi criado para dar sustentáculo à preservação ambiental, ao mesmo tempo, enfraquece a própria política de criação de UCs, além de presunçosamente não criar uma política territorial falha desde a sua concepção, mesmo que a médio/longo prazo. É esse o quadro que vai se desenhando na RESEX “Verde para sempre”. Mesmo que o Estado venha instituindo cada vez mais políticas públicas com o objetivo de conter o avanço do desmatamento e da exploração predatória da madeira na Amazônia, criando várias unidades de conservação, ele cria possibilidades do avanço capitalista nesses territórios protegidos, por meio das concessões florestais, por exemplo.

Certamente, toda essa problemática torna a área num grande potencial para conflitos, contraditoriamente, pela presença/ausência do Estado na proteção do território e na gestão da reserva; pela presença dos atores locais que se vêm, ora contemplados,

ora prejudicados com a criação da RESEX; camponeses e ribeirinhos que se sentem extremamente prejudicados em suas atividades econômicas na agropecuária e antigos exploradores da madeira que ainda atuam nesta atividade de uso direto.

Estudos realizados por Martins (et.al., 2007) na área da Reserva Verde para sempre apontam que houve uma pressão grande para a criação de reservas extrativistas, mas, após a criação pouco se sabe se os objetivos estão sendo almejados no bojo do que se considera pressão humana dentro das reservas. A RESEX “Verde para sempre” se enquadra neste aspecto, pois as Unidades de Conservação de uso sustentável na Amazônia apresentam 23% de sua área sobre pressão humana incipiente, ou seja, presença humana temporária necessitando mais estudos com o intuito de qualificar essa pressão na RESEX, após a sua criação e avaliar se seus objetivos estão sendo alcançados.

Entre políticos<sup>63</sup>, pessoas ligadas à igreja, integrantes de organizações não governamentais, há a afirmação que a RESEX vem dando certo, diminuindo a exploração predatória, por exemplo. Para alguns, a reserva deu certo (tais como ex-madeireiros, ex-vereadores, ex-prefeitos de Porto de Moz)<sup>64</sup>, principalmente, aqueles que têm suas atividades (legalizadas) ligadas a extração da madeira, mas agora com a instalação da RESEX, uma exploração toda legalizada e assim, continuando o comércio da mesma.

O poder municipal entende que a reserva está dando certo. Não consideram uma área de grandes conflitos como já apontam relatórios encomendados pelas comunidades ao IIEB (Instituto Internacional de Educação do Brasil), por exemplo; encaram como normal a saída das pessoas da área da RESEX para a cidade, causando a expansão de bairros periféricos na sede municipal.

Assim, um integrante do movimento em favor da criação da reserva faz o seguinte comentário sobre as mudanças após a criação da mesma:

Falando economicamente, o município foi sempre extrativista, desde a década de 70 o município em pequena escala. Mas, operacionada a economia era mais movimentada mais através da extração de madeira. Com a criação da RESEX a economia, foi abalada. Porque na verdade, querendo ou não, houve uma desaceleração nesse processo todo, muita gente trabalhava lá. Às vezes até mesmo as próprias famílias de lá de dentro tinham emprego, e nisso a gente percebeu que deu uma

<sup>63</sup> Nossa pesquisa de campo apontou que muitos políticos de Porto de Moz, com ou sem mandato tem muitos negócios na RESEX “Verde para sempre”, principalmente a madeira. Nos capítulos mais à frente debateremos isso em específico.

<sup>64</sup> Fonte: Pesquisa de Campo.

desacelerada. O governo sinalizou com investimentos área com assentamentos, casas, fomento, mas não tinham na verdade, um governo, uma política criada, apropriada para atender o pessoal de reserva. O crédito fomento, ele vai comprar ali a enxada, o terçado pra ele trabalhar na roça. A tradição dele era serrar madeira extraindo da floresta pra poder comercializar seu produto. Então teve essa incoerência na questão, como não tínhamos uma política que financiasse uma nova atividade econômica dentro do processo, foi muito devagar nos primeiros anos. Algumas pessoas vieram, saíram de dentro também, mas de 100%, vamos dizer que saíram 10, 15% de pessoas (Entrevistado “A”. Porto de Moz, pesquisa de campo, janeiro de 2012).

Neste sentido, é possível perceber as grandes alterações que a criação da Reserva Verde para sempre trouxe para o espaço e o território de Porto de Moz. A desestruturação econômica e a presença do Estado talvez sejam os abalos mais nítidos para as comunidades do que a própria presença ou não de empresas da madeira no local.

Segundo nossas pesquisas de campo, as ações de fiscalização do IBAMA ocorreram de forma truculenta. E mesmo que nos primeiros anos de criação, amedrontou as pessoas, provocando a saída dos moradores em direção a área urbana.

Teve um casal de idosos, o homem tinha 82 anos e a mulher dele 70 e pouco, disseram. Denunciaram eles que tava tocando fogo lá pra fazer roça. Mas, era lixo que eles tava, queimando. A Gerente do IBAMA e fiscais de Altamira chegaram armados e humilharam os dois. O povo ficou sabendo e ficou revoltado. Essa mulher do IBAMA perseguiu muita gente lá. Não precisa eles chegarem armados, pra quê então? (Entrevistado B, Porto de Moz, Pesquisa de Campo, janeiro de 2012).

A fiscal do IBAMA foi afastada do cargo à época, tempos depois desse episódio, pois foi denunciada pelos atos. É notório o medo e as dúvidas dos moradores com relação à RESEX. Como já dissemos, os agentes do IBAMA realizaram suas atividades armados, intimidando os moradores, e estes têm dúvidas do que podem fazer dentro da reserva, no aspecto do legal ou ilegal. Moradores começaram a sair das comunidades que residiam com menos de sete (7) anos de criação da reserva. Um morador da cidade de Porto de Moz, e que era morador residente na RESEX, indagado sobre alguém que veio de alguma comunidade de dentro da reserva nos deu o seguinte relato:

Eu conheço uma pessoa que morou por muito tempo na RESEX mas veio embora porque começou passar por dificuldades por conta do acordo, que não se podia usufruir quase nada da floresta, e tudo o que



prometeram como moradia até hoje nada foi cumprido isso sem falar que na distância e quase tudo ficou limitado, e eu também trabalhei com madeira. Depois da reserva, que aconteceu a reserva eu tive lá, o caboclo chegava e dizia: pô troca esse peixe com óleo nós tomamos trinta dias sem luz, e a gente come na hora que tem luz, e assim fica difícil. Foi isso que mais ou menos que aconteceu, que por acaso o marreteiro não foi mais, o madeireiro não foi e era ele que levava o óleo a mercadoria. Porque o Jaurucú é um rio muito comprido. Daqui no Macapixí, o barco que tira em vinte e quatro horas, ele anda muito, então por casco, é mais longe do que aqui em vitória do Xingu. Tem muitos que ainda tão lá, mas tão passando uma vida sofrida, é muito sofrida porque a vida do pobre já não é aquela grande coisa. A educação de lá não tem; não tem educação e eu acho assim um desprezo do poder público, o prefeito, ele deixa a população esquecida. Eles diziam que ia ser muito bom ia tudo dar certo, ia ter assistência, o governo federal ia fazer moradia digna. Isso foi a promessa, posto de saúde, moradia de primeira qualidade, água encanada muita coisa boa, né. Eles falaram, eles cobraram porque tudo que prometeram nada foi cumprido. Nada foi cumprido da promessa da reserva e agora pro final pelo que eu tô sabendo eles querem tirar o búfalo da reserva e aí eles vêm embora, e eles quase não tem informação do que é cidade, tu vê que aqui quase toda semana morria um rapaz (Entrevistado B, Porto de Moz, Pesquisa de campo, janeiro de 2012).

Com o ICMBio, veio a fase da formação dos moradores em relação ao plano de manejo e plano de ação na RESEX. Em resumo, a aplicação da legislação tem trazido algum impacto sobre a reprodução socioeconômica da população residente na RESEX “Verde para sempre”. Diante de relatos como os do entrevistado acima, é possível afirmar alguns pontos sobre a RESEX “Verde para sempre”:

a) a paradoxal eficiência e ineficiência do Estado brasileiro ao compor forças políticas e estratégias de proteção dos recursos naturais, criando áreas diversas para a solução de problemas históricos de conflitos entre empresas, atores locais, o próprio Estado; porém, ao mesmo tempo em que agudiza os conflitos diante da incapacidade de gerir estes espaços e territórios e suas respectivas territorialidades, comprometendo a funcionalidade dessas áreas criadas;

b) os movimentos socioambientais, já históricos na Amazônia como um todo, mostram mais uma vez sua força, ao exigir cada vez mais a participação na gestão dos seus recursos e têm conseguido impor-se politicamente e organizam seus espaços de vivência. Revelam, no entanto, uma morosidade em relação ao aparato estatal de fiscalização, caso de porto de Moz, na Verde para sempre.

#### 4. TERRITORIALIZAÇÃO E R-EXISTÊNCIA NAS COMUNIDADES VILA BOM JESUS E VILA NOVA BOM JESUS

Em seu processo de existência as populações amazônicas almejavam sempre a continuidade de seu modo de reprodução social, porém uma continuidade consciente que foi se adequando, em suas formas peculiares, às mudanças espaço-temporais a que se remete a vida numa região como a Amazônia. Portanto, esse ato de sobrevivência está longe de ser apolítico, neutro, sem definição e indistinto. É preciso notar que as comunidades tradicionais, mesmo tomadas pelo sentido político-identitário do termo<sup>65</sup>, sempre estiveram em constante disputa.

O princípio pelo qual *disputas* de todo tipo estiveram no histórico dessas populações encaminha a noção básica de sobrevivência, criando e recriando os sentidos de r-existência diante das imposições que os centros de poder o fazem. O processo de territorialização das Vilas Bom Jesus e Vila Nova Bom Jesus, localizadas no município de Porto de Moz, implicam a noção de que a:

territorialização é definida como um processo de reorganização social que implica: 1) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; 2) a constituição de mecanismos políticos especializados; 3) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; 4) a reelaboração da cultura e da relação com o passado (OLIVEIRA, 1998:55).

A territorialização, nesse sentido acaba por abarcar todos que se enquadram na construção de um território como numa Reserva Extrativista, a “Verde para sempre”. A partir dela cria-se uma nova destinação territorial, diferenciada, redefinida no que tange o seu controle - seus recursos naturais e seus agentes internos e externos partícipes – e, como comunidades tradicionais passam a ter direito ao território, o buscam na verdade. Criam o direito ao território tradicionalmente ocupado, portanto, se territorializam como comunidades tradicionais, ou se reterritorializam num complexo jogo de ressignificação identitária e política.

Por ser um processo histórico de r-existência e territorialização é necessário observar nas duas Vilas em estudo o período antes e depois da Reserva Extrativista “Verde para sempre”, como ponto de observação dos diversos momentos em que as populações das vilas se territorializaram em Porto de Moz.

---

<sup>65</sup> Estamos nos referindo especificamente quando as populações em sua conflitualidade com o Estado utilizam essa categoria para dialogar com o mesmo, portanto, de um determinado período em diante, década de 1990 em diante.

#### 4.1 Territorialização da Vila Bom Jesus no contexto da RESEX “Verde para Sempre”

A Vila Bom Jesus localiza-se na área rural de Porto de Moz, rio Quati, distante duas horas e meia (2h30min) e 26,58km (linha reta) da sede municipal, Porto de Moz. A territorialização do que hoje é a Vila Bom Jesus iniciou em fins do século XIX (1870/1880<sup>66</sup>), quando da chegada dos primeiros moradores numa área de terra firme (área 1)<sup>67</sup> situada para além da localização atual, numa faixa de 5 km dentro da mata (figura 1). Por volta de 1945, os habitantes mudaram de localização pela “ameaça” indígena. Assim, saíram da área de terra firme e se direcionaram para a beira do rio Quati (área 2), do mesmo lado da Vila atual (área 3). A distância entre as áreas 2 e 3, ficava em torno de 4km. Portanto, as três (3) áreas são bem próximas umas das outras, considerando ainda o contingente populacional que as mesmas abrigavam.

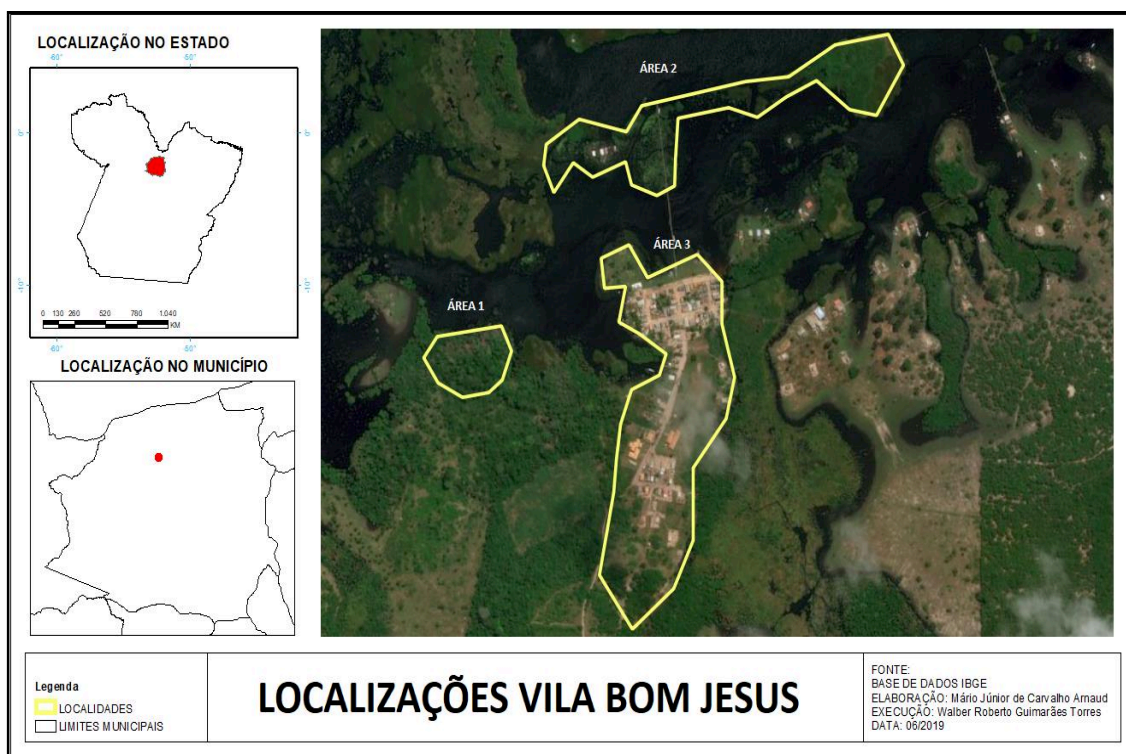
A seguir temos a figura 3 que retrata a localização geográfica da Comunidade Bom Jesus, no decorrer do seu tempo de existência, desde a sua primeira formação (área 1) no século XIX, à segunda localização geográfica (área 2) a partir de 1945 até aos dias atuais, 1990 em diante (área 3).

---

<sup>66</sup> Chegamos a essa data baseado nas entrevistas e relatos da moradora mais antiga da comunidade.

<sup>67</sup> Com o objetivo de melhor compreensão espaço-temporal das mudanças de localização geográfica da Vila Bom Jesus estamos nomeando os locais correspondentes como: área 1, área 2 e área 3.

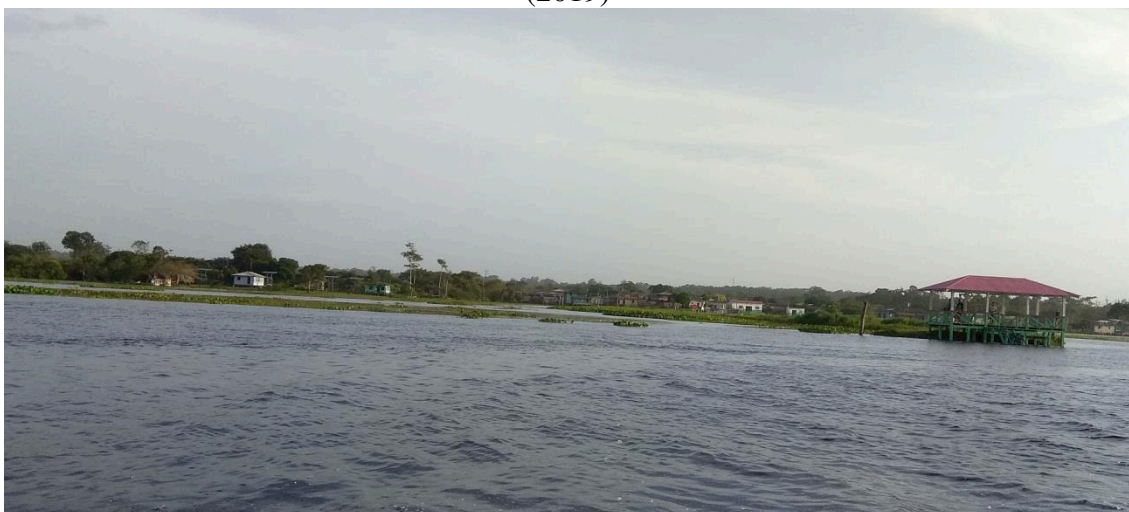
**Figura 3:** Comunidade Vila Bom Jesus – demonstração do deslocamento geográfico (1870 a atualidade)



**Fonte:** Pesquisa de Campo. Elaboração: Arnaud, 2019.

Na figura 4, mostramos a atual localização Comunidade Vila Bom Jesus. É correspondente à área 3 na figura 3, onde os moradores se deslocaram em razão da grande cheia do Rio Amazonas na década de 1990.

**Figura 4—** Porto de Moz – PA - Atual localização da Comunidade Vila Bom Jesus (2019)



**Fonte:** Pesquisa de Campo, 2019.

O início de todo o processo de construção da Vila, seu primeiro povoamento ocorre pela posse terras públicas, segundo nos relata a entrevistada R, moradora mais antiga da Vila e pertencente à família que fundou a mesma:

Olha, meu avô veio novo pra cá. Meu pai que me contou essa chegada dele. O nome dele era Teotônio. O patrão do meu avô mandou ele procurar a D. Maroca; era ela a dona de todas essas terras aqui. Seu Teotônio pediu para a mulher (Maroca) mostrasse para ele um pedaço de chão que não tivesse dono para que ele pudesse fazer seu roçado e fazer sua barraca e lá fazer o que queria. A mulher mostrou o terreno que era com divisa com o dela, onde tinha um pau branco, lá ele poderia ficar, e ficou em Bom Jesus. E lá começou a vida dele que já veio casado com a mulher que ele tinha trazido da cidade. Ele queria terra e lá na cidade ele não tinha, a minha avó era empregada, seu nome era Cristina soares. O meu avô era de Minas Gerais (Entrevistada R, Comunidade Vila Bom Jesus, março de 2019).

É possível perceber como a área de posse de D. Maroca demonstra as ações de particulares no que representa os resquícios do sistema sesmarial. Antes da primeira Lei de Terras de 1850, pessoas com algum poder aquisitivo (muito poder, por sinal) adquiriram terras devolutas naquela região. A partir do relato, calculamos que esta senhora e sua família já pelos anos de 1870/1880, eram donos de quase totalidade das terras onde hoje está a Vila. A parte de terra que o Sr. Teotônio (um dos principais fundadores da Vila) se apossou segundo a entrevistada R que é sua neta, não era de “ninguém”, eram terras públicas, não tinha dono. Esse relato explica a formação do primeiro local da futura Vila Bom Jesus, na área de terra firme, onde a família do Sr. Teotônio foi a grande responsável por sua fundação.

O filho do Sr. Teotônio, pai da entrevistada R, foi cada vez mais se firmando na localidade (área 1), trabalhando basicamente com a seringa e a castanha. Havia também outros irmãos e estes juntos compraram de D. Maroca uma extensão de terra considerável onde hoje se localiza a atual Vila Bom Jesus (área 3). Nessa área predominava o seringal, e ao que parece segundo os relatos, os habitantes adentravam na mata para a coleta do látex, e segundo a entrevistada R:

O meu pai nasceu na casa grande (...) adiante desse lugar era o pau branco que fazia a divisa com o Bom Jesus, lá meu avo fez o roçado dele, fez a casa, tinha muita seringa ao redor da casa. (...) O meu pai com três irmãos que começou isso aqui (atual Vila), meu pai com três irmãos, foram eles que compraram isso aqui da Dona Maroca. Que custou 500 mil réis, minha mãe ficou muito feliz. Ficaram um ano trabalhando para adquirir o dinheiro, meu pai e os irmãos. Papai cortava seringa com os filhos para conseguir o dinheiro e em junho já tinham o dinheiro, e foram lá na cidade com o tabelião de Porto de Moz. (...) Era escrita à mão desse tabelião, esse documento pode estar

no cartório (Entrevistada R, Comunidade Vila Bom Jesus, março de 2019).

O deslocamento populacional para a área 2 da localização da Vila ocorreu devido à “ameaça indígena” aos moradores. Segundo a entrevistada R:

Meu pai teve a notícia, nós morava pra ali, atravessava essa enseada aí é pra lá nós morava na terra firme mesmo. E aí nós tivemos a notícia que os índios tinha feito um ataque aí pro Guajará grande né? Aí o papai veio pra cá (área para retirada do látex, onde é atual Vila) com os menino; aí que quando eles espiaram vinha aquele homem que passou já com uma cuia aqui debaixo do braço: olhe papai aqui passou um homem, um homem com uma cuia debaixo do braço e um cacete. Os dois menino viro, aí o papai disse: olha menino vumbora atrás desse cabra (...)(Entrevistada R, Comunidade Vila Bom Jesus, março de 2019).

Após essas aparições, a constância da presença dos índios pelos arredores da Vila, na busca de bens alimentícios cultivados pelos agricultores, segundo a entrevistada R fez com que os moradores mudassem para a margem esquerda do rio Quati:

o papai fazia (...) tabacá<sup>68</sup>, plantava melancia e olhe: nunca esses caboclo (índios) foro lá e quebraro uma melancias. Papai fazia o tabacá pra plantar o tabaco e plantava melancia e dava muita fruta. E nos mês de agosto, eles (índios) vararam lá e comeram, quebraram, deixara tudo quebrado as melancia, aquelas melancia grande (...) aí olha nós fumo dali todinho da terra firme e fomo pra li pra beira (Entrevistada R, Comunidade Vila Bom Jesus, março de 2019)..

Pelo que foi relatado, não houve uma ataque indígena violento propriamente dito, embora os mesmos índios tenham destruído as plantações, quando de suas aparições. O fato é que os moradores tinham medo dos índios. Esse foi o principal motivo da mudança e os moradores da Vila, por outro lado, nas vezes que encontraram os indígenas, mostraram a estes que possuíam armamentos de fogo<sup>69</sup>, isso amedrontou os índios, sendo também mais um motivo de não se deslocarem para a nova morada dos habitantes da Vila, no rio Quati.

Além disso, a entrevistada relata que houve uma espécie de resgate indígena, feito pelo “Doutor” <sup>70</sup> Michel, prefeito à época e “Doutor” <sup>71</sup> Valdomiro. O resgate era executado por esses senhores pertencente à oligarquia local. Ele consistia no ato de

<sup>68</sup> Plantação de tabaco. Tabacal.

<sup>69</sup> Segundo a entrevistada as armas que a população detinha era o Rifle.

<sup>70</sup> Sendo o prefeito à época, este também ajudou na criação da Vila, no que se refere ao transporte das pessoas, suas mudanças para a área nova, comprada pela família da entrevistada anos atrás. Ademais, para fins de esclarecimento, é sabido que nestes anos (e até hoje) era comum a população se referir a políticos, médicos, advogados como “Doutor”, ou simplesmente pessoas que tinham um grau elevado de estudo, equivalente a essas graduações em nível superior não necessariamente tendo cursado o Doutorado.

<sup>71</sup> Nos pareceu que o Doutor Valdomiro era uma espécie de assessor do prefeito.

buscar os índios nas diversas localidades e em suas tribos para deslocá-los para a região de Altamira. Segundo a entrevistada, o deslocamento era feito para uma área própria para os indígenas. Acontecia o convencimento da retirada dos índios de forma pacífica, oferecimentos de objetos, presentes para que estes deixassem as áreas próximas às localidades habitadas.

Os senhores citados bancavam os resgates, eram os responsáveis pela retirada dos índios e a equipe ainda contava com integrantes que falavam a língua dos mesmos para facilitar sua retirada. Dessa forma, os índios eram convencidos a ir nem necessidade do uso de violência.

Da área 2 para área atual (área 3), os habitantes da Vila só saíram na década de 1990, por causa da grande cheia do rio Xingu e contaram com a ajuda do Doutor Michel, citado anteriormente no “resgate” indígena:

(...) aí o que aconteceu que depois as águas começaram a crescer quando dava o inverno. Tinha inverno que era pouca água e quando foi lá um tempo meu amigo veio uma água muito grande. (...) Foi de 90, 1990, foi aí veio aquela água que o barranco grande que tinha aí pela beira ficaram tudo solto e naquele tempo ainda tinha o Alfredo tinha aquelas lancha, tinha a Morila e tinha o Tapuio que quando ele entrava na boca do Quati ele dava um apito aí tinha os empregado aí, nós - Olha o Tapuio vem entrando! Aí olha e ele só abancava a beira e o barranco ficava salaque e aí a água cresceu demais e aí os barranco começaram a sair (...) Aí esse barranco veio meu amigo uma noite de muita chuva, seu menino veio derrubando casa, aí a casa que tava assim muito na beira ele foi levando (...) (Entrevistada R, Comunidade Vila Bom Jesus, março de 2019)..

Assim, temos a seguinte linha temporal em relação às mudanças de localização da Vila no decorrer de sua existência, de acordo com o quadro 6:

**Quadro 6** – Linha temporal de deslocamento da Vila Bom Jesus

Área	Localização	Ano provável de origem/ deslocamento	Motivos da (o) origem/deslocamento
<b>Área 1</b>	Terra firme – floresta	1870/1880	Primeiros moradores
<b>Área 2</b>	Margem do rio Quati	1945	Ataque indígena
<b>Área 3</b>	Margem do rio Quati	1990	Cheia do rio Amazonas

**Fonte:** Pesquisa de Campo. Org.: Arnaud, 2019

Esse breve contexto espaço-temporal da Vila Bom Jesus ora apresentado em que a comunidade foi construindo sua trajetória explica a noção de interdependência em que se situam agentes internos e externos na constituição de seu território. Pensamos ser importante fazer essa trajetória de mudanças de localização geográfica, pois a comunidade em si não se explica senão inserida no contexto de suas transformações socioespaciais, por influência de agentes externos, por exemplo.

A geografia que teceu os momentos que foram concebendo e constituiu a Vila Bom Jesus se insere num entendimento/contexto de que precisamos levar em consideração: as condições naturais do local; a presença indígena; a dependência/exploração dos recursos florestais; a relação com a cidade/região.

Esses processos remetem a territorialização da Vila Bom Jesus, onde a construção do território ocorre. Para isso, se leva em consideração a apropriação da natureza para a manutenção da vida. O tempo e o espaço da natureza ditaram muitas regras na territorialização da Vila, assim como o tempo e o espaço socialmente inscrito nos anos de sua formação. A formação do território, a territorialização, se mesclou da fusão de fenômenos sociais e das condições paisagísticas, naturais, de forma que foram constituindo a Vila em formações estatais, onde a sociedade costuma tomar o território como um fator regulador das relações entre os seus membros (OLIVEIRA, 1998:54).

Na Vila Bom Jesus, ocorreu a passagem da organização da vida rural, em que as técnicas de intervenção da natureza se davam de acordo com as necessidades de sustento dos seus habitantes, causando impactos bem menores, pela ausência de uma racionalidade capitalista mais feroz, mas incisiva, ponto de vista econômico e técnico propriamente dito. De acordo que a formação estatal, vai cada vez se tecendo no meio social, como salientou Oliveira (1998), a Vila acaba entrando em fases diversas de relação com o território, deflagrando transformações em múltiplos níveis de sua existência sociocultural (OLIVEIRA, 1998:54).

Queremos dizer, por outro lado, que a população da Vila, naquele momento, buscou melhorias técnicas na exploração da floresta, melhorando sua condição de trabalho e de vida. Isso é bem lógico e permanece até hoje, portanto, eles naturalmente iam aprimorando suas técnicas de intervenção na natureza. De acordo com os relatos da entrevistada, os seringueiros - fundadores da Vila - e demais trabalhadores não iriam querer carregar os paneiros<sup>72</sup> com látex a vida inteira. Quando do conhecimento de uma

---

<sup>72</sup> Apetrecho usado para carregar os produtos extraídos da mata. É feito de entrelaçamento de filetes (talas) retirados do tronco do Arumã. Há vários tipos de Arumã. Para fazer os paneiros, o tipo



técnica de conservação do leite da seringa, através do uso do amoníaco<sup>73</sup> ensinada por um comprador do produto, isso diminuiu bastante o trabalho dos extrativistas. No momento dessa fala e pelos gestos e forma de falar da entrevistada, esse ensinamento pareceu representar uma revolução na extração do látex. Percebia-se também uma divisão social do trabalho familiar, entre filhos, os pais e a mãe que ficava cuidando dos afazeres domésticos.

Eles traziam de três, quatro latas de leite. Ele trabalhava na roça, mas era onde os filhos ficavam tomando conta enquanto ele (pai) ia cortar seringa, que era livre e qualquer pessoa poderia usufruir da retirada do látex, pois não havia fiscalização. O seringal ficava muito dentro da mata próximo a fazendinha do Jauru (rio Jaurucu). Eles faziam seringa defumada, faziam blocos de seringa no pau, no remo, abria ela no meio, depois fincava no pau e ia enrolando a seringa, fazendo o buiao e depois defumavam. Depois o comprador da seringa chegou dizendo que tinha amoníaco que era mais fácil tirar o leite, veneno etc. aí enchia a lata de leite de seringa. (...) era misturado com o amoníaco para conservar o produto. O amoníaco servia para não coalhar o leite da seringa. O leite era coado e ficava a parte líquida que era misturada dentro da lata junto ao amoníaco. A lata era de querosene, eles enchiam e vendiam para os marreteiros, sendo borracha ou leite eles compravam. Eles passavam uma semana dentro da mata e o que produziam era seu cada um trazia uma lata (Entrevistada R, Comunidade Vila Bom Jesus, março de 2019).

A forma como os habitantes estabeleceram a produção do seu território, na sua forma de construí-lo, foi ditada pela existência dos recursos naturais e de acordo com sua localização espacial. Nessa construção local e pela condição estabelecida com o meio, se propiciou um determinado tipo de relação socioeconômica na Vila. E desta com as áreas mais centralizadas digamos, como a sede Porto de Moz, Belém, empresas madeireiras – no futuro. É importante salientar isso, pois os habitantes da Vila, querendo ou não - é mais pra não querer? - vão sendo inseridos na dinâmica do capital.

---

“póapoakántsá” é o melhor, e “é arumã verdadeiro, fino, de folha vermelha (rosa), mais resistente, usado para fazer cestaria de uso doméstico; só ocorre nas cabeceiras de igarapés de terra firme e caatinga, nos igapós; altura máxima de 3m”. (RICARDO, C. A; MARTINELLI, P. A arte Baniwa: cestaria de arumã. 3ª Edição. Oibi. FOIRN. Instituto Socioambiental.2001)

<sup>73</sup> O uso do amoníaco segundo a entrevistada e suas reações nos pareceu uma revolução na extração e transporte da seringa. O produto serviu para conservar o produto, além de diminuir o tempo de permanência dos seringueiros na floresta. Pois, o uso do amoníaco era feito na própria floresta e não necessitava esperar o processo de transformação do leite em blocos de seringa para só depois transportar o produto. Além do mais, com o amoníaco, se tornou mais fácil tirar veneno, conservar o produto, não coalhando o leite, que já coado separando a parte líquida e assim podendo ser misturada dentro da lata junto ao amoníaco para poder fazer o transporte do produto (Entrevistada R, Comunidade Vila Bom Jesus, março de 2019). A lata era de querosene, eles enchiam e vendiam para os marreteiros. E sendo borracha ou leite eles (marreteiros) compravam.

A presença dos atravessadores nos diz muito sobre isso, as novidades que trouxeram, como no exemplo do amoníaco, posteriormente os avanços nas embarcações, no transporte do produto da mata para as margens do rio, onde a Vila estava localizada.

Na figura 5, temos a demonstração de uma área de várzea na comunidade Vila Bom Jesus.

**Figura 5** – Comunidade Vila Bom Jesus - Aspecto de uma área de várzea



**Fonte:** pesquisa de Campo, 2019.

Isto explicará as condições de vida da vila, nas relações de trabalho, por exemplo, quando os primeiros carros, caminhonetes chegam à vila, para transporte de madeira, a energia elétrica, dentre outros fatores que vão aos poucos transformando o espaço da Vila Bom Jesus. Nota-se que até hoje essas transformações vêm ocorrendo, ao seu modo, nas suas condições. Os aparatos tecnológicos, costumes, comportamentos tendem a ser cada vez mais fluídos no local, entretanto, de acordo com suas características, não sendo uma mera reprodução do urbano, do mundo tecnológico existente fora dali, conforme tem-se uma ideia pela figura 5.

## 4.2 A Vila Nova Bom Jesus no contexto de criação da RESEX “Verde para sempre”

A Vila Nova Bom Jesus teve sua origem nos anos finais do século XIX. As duas Vilas Bom Jesus sempre foram bem próximas uma da outra geograficamente falando. Saliente-se que a Vila Nova Bom Jesus, é conhecida como Vila Evangélica, ou Vila dos Evangélicos. A Vila Bom Jesus, a dos católicos, recebe essa denominação pelos habitantes da Vila Evangélica, sendo que em nossas entrevistas e pesquisas na Vila e na cidade, ninguém se referiu à Vila Bom Jesus como Vila dos católicos. Não conseguimos informações para explicar melhor essa diferença de Vilas com o mesmo nome.

No entanto, é clara a compreensão de que a única razão para tal separação seria a prática religiosa de seus habitantes, confirmada pelas pessoas entrevistadas, pois, elas não souberam dizer outra razão que não esta. Nas entrevistas com moradores da Vila Bom Jesus (a parte católica), essa assertiva é confirmada, pois, se remete a questão da fé de cada comunidade, ao praticá-la, de acordo com seu entendimento.

A Vila nova Bom Jesus também teve mudanças de localização no decorrer de sua existência. Segundo os relatos da entrevistada Y de 82 anos, a mais antiga da Vila dos Evangélicos, ela trocou de localização geográfica duas vezes. Assim, a localização da Vila Nova Bom Jesus primeiramente ocorreu numa área mais próxima a entrada do Rio Quati, porém não muito distante da outra Vila Bom Jesus. Essa localização correspondia a uma área de terra firme, onde era até 2018, o cemitério das duas Vilas<sup>74</sup>, e onde ainda há algumas moradias. Desde os anos de 1920-1930, segundo a entrevistada C, a localização da Vila nova, mudou e os habitantes passaram para a área atual, vizinha à Vila Bom Jesus, a dos católicos, separadas apenas por uma ponte.

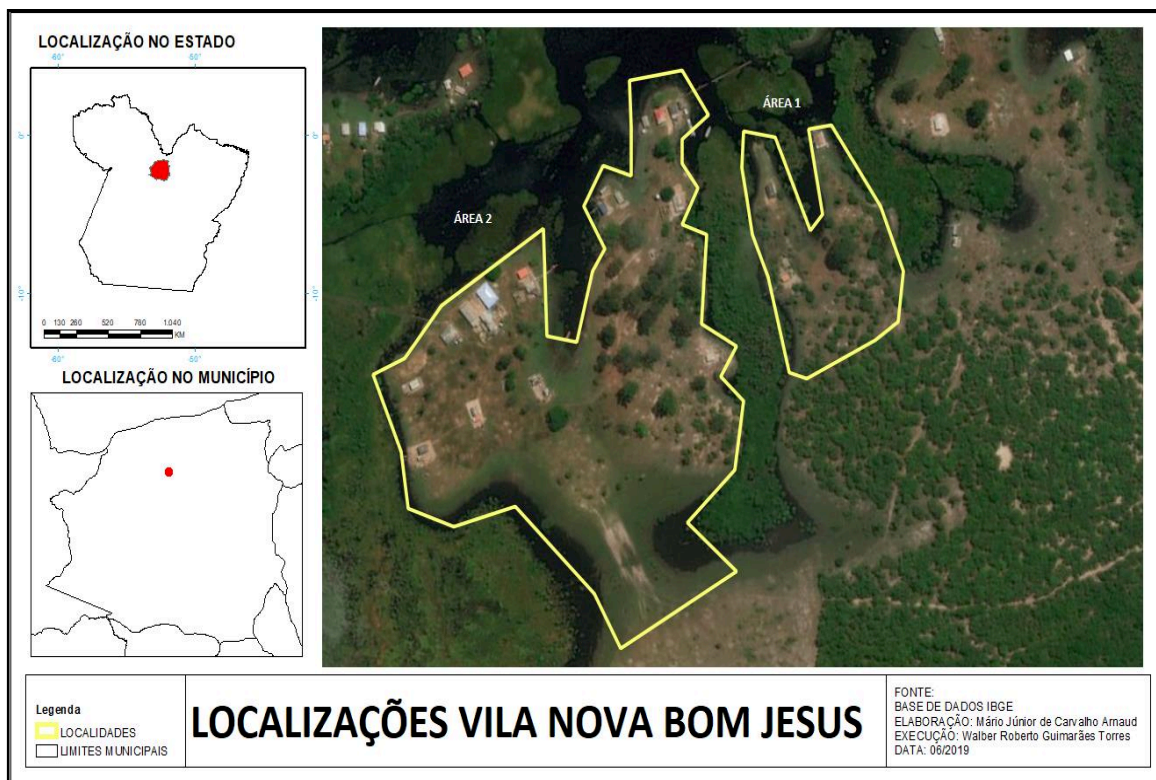
Ainda segundo a entrevistada C:

(...) essa separação se deu desde o seu início e segundo a entrevistada a existência de uma vila evangélica e de uma vila católica não se dá só na Vila Bom Jesus se dá em muitas localidades de Porto de Moz dentro da área da reserva extrativista verde para sempre (Entrevistada Y, Comunidade Vila Nova Bom Jesus, março de 2019).

Abaixo, na figura 6 a imagem dos deslocamentos geográficos da localização da comunidade Vila Evangélica no decorrer do tempo.

<sup>74</sup> Na atualidade a Vila Bom Jesus já dispõe de um cemitério, desde 2018, não utilizando mais o antigo.

**Figura 6:** Comunidade Vila Nova Bom Jesus – demonstração do deslocamento geográfico no decorrer do tempo (1900 a atualidade)



**Fonte:** Pesquisa de Campo, 2019.

Nesta área 1 da Comunidade Vila Nova Bom Jesus, ainda existem algumas moradias, quatro casas. Até 2018, como dissemos esse local era o cemitério das duas Vilas. É um local que visualizamos antes de chegar às duas vilas, e segundo nos informou a entrevistada Y, a maioria dos moradores faz parte da religião evangélica. O local se caracteriza também por ter uma das maiores fazendas do rio Quati, mas que na atualidade viu reduzir bastante o número de gados bubalinos e bovinos.

Segundo relatou a entrevistada Y, da Vila evangélica, a outra Vila Bom Jesus (católicos) era mais distante quando estava na área 2, na Terra Firme. A Vila Nova Bom Jesus já se encontrava no local que está, se comparada ao deslocamento dos seus vizinhos da Vila Bom Jesus no tempo em que foram atingidos pelas cheias nos anos de 1990. Portanto, o deslocamento da Vila evangélica da área do antigo cemitério para área atual, ocorreu muito antes da Vila Bom Jesus (dos católicos) se deslocar de uma beira (área 2) à outra (área 3) no rio Quati. Os moradores da Vila Bom Jesus, portanto, ao chegar na área atual, já tinha como vizinhos, os moradores da Vila Evangélica ((figura 7).



**Figura 7:** Comunidade Vila Nova Bom Jesus - localização atual



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2019.

Assim como na Vila Nova Bom Jesus, a área onde existe a Vila evangélica era toda de Dona Maroca. A entrevistada não soube dizer a origem da terra, se foi compra ou doação. A fundadora da comunidade foi a mãe da entrevistada, e segundo ela, sua mãe não era evangélica. Cada vez via-se chegar outras pessoas, principalmente após a formação da localidade. Estas eram que passaram a residir lá e que eram evangélicas. Na outra Vila, a Bom Jesus, a entrevistada B, neta do fundador da Vila, confirmou que a terra que hoje está a Vila Nova Bom Jesus era de Dona Maroca, a qual já citamos anteriormente.

Segundo relata a entrevistada Y:

no tempo da mamãe, ela disse não havia evangélicos e católicos. Só depois com o pessoal vindo pra cá. Ah, mas, no tempo que morávamos pra li (área próxima ao antigo cemitério), já existia a igreja evangélica, tinha umas casas pertinho da igreja, mas nós não era (evangélicos) (Entrevistada Y, Comunidade Vila Nova Bom Jesus, março de 2019).

A relação entre as duas comunidades transcorre normalmente. Não ocorreu intriga por causa da opção religiosa de cada comunidade<sup>75</sup>. Fato relatado pelas duas habitantes mais antigas das Vilas nas entrevistas, e também por outras pessoas, dão conta que nunca houve problema algum entre os moradores no que se refere a existência de uma Vila Bom Jesus Evangélica e outra Católica. Na figura 8, mostramos a ponte que separa as duas vilas:

**Figura 8** – Comunidade Vila Bom Jesus - ponte de ligação entre as duas comunidades



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2019

A territorialização da Vila Nova Bom Jesus, além do marcante aspecto religioso, se remete às atividades ali desempenhadas. Não difere muito da Vila Bom Jesus. Territorializaram-se por atividades ligadas ao extrativismo da pesca e florestal, caça e criação do gado bubalino, comércio e outros serviços alimentícios.

A pesquisa na Vila Nova Bom Jesus foi bem difícil, não conseguimos coletar mais informações devido à indisponibilidade das pessoas. O planejamento era entrevistar 7 famílias na Vila evangélica, mas conseguimos entrevistar só três (3) de um total de 15 a 20 casas que compõem território da mesma. Outros três (3) não quiseram, e uma o pai<sup>76</sup> estava ausente. Dentre essas três famílias que se recusou a falar, uma era do responsável pela comunidade local, agente distrital, portanto, liderança comunitária.

<sup>75</sup> Entrevistada R, da Comunidade Vila Bom Jesus e entrevistada Y, da Comunidade Vila Nova Bom Jesus. Entrevistas concedidas em março de 2019, nas duas comunidades.

<sup>76</sup> Note-se que o Pai exerce uma função central nas famílias. Um patriarcalismo original, digamos, pois a esposa e os filhos não falam sem a presença do “chefe da família”.

Este é agente distrital via contrato temporário de trabalho com a prefeitura de Porto de Moz.

### **4.3. Território e territorialidades na Vila Bom Jesus**

A territorialização da Vila Bom Jesus se fez em meio às formas reprodução do campesinato extrativista e florestal, em que as comunidades criaram territorialidades inerentes a essas formas de vida ali criadas. São domínios humanos elaborados historicamente através da influência indígena, criadas e recriadas diante da presença de um ideário de uma sociedade que cada vez se institucionalizava. Essa institucionalização ocorreu de acordo com que as formas de ação das forças capitalistas externas e internas e do próprio território nacional (em formação) foram a incorporando estas porções territoriais amazônicas nas suas amplas estratégias de reprodução.

Por outro lado, as amplas estratégias de reprodução do capital e a consolidação de um Estado territorial brasileiro se fizeram levando em consideração a geografia local, mas, num sentido de pressão territorial e opressão do Estado. Isto porque nos territórios e comunidades como a Vila Bom Jesus, onde predomina grande variedade de recursos naturais na visão capitalista e estatal, a região amazônica como um todo é vista como aporte de desenvolvimento e acumulação de capital.

#### **4.3.1 Territorialidades político-institucionais e econômicas**

Como foi dito anteriormente, a Vila Bom Jesus se territorializa a partir das condições que essa comunidade camponesa estabeleceu com atividades ligadas ao uso da terra, extrativismo e criação de animais, sempre utilizando como aporte a natureza para a sua sobrevivência e junto a ela construindo o seu espaço geográfico. Durante o processo em que a Vila Bom Jesus teve essas atividades como principal forma de reprodução, a exploração madeireira a partir de 1970 surge como produção mais lucrativa, e se observa que o capital se volta para a região de Porto de Moz incluída aí a Vila Bom Jesus. Da mesma maneira, o Rio Jaurucú e suas localidades.

Na lógica capitalista tivemos um período de estagnação produtiva antes da madeira. Então, será que o isolamento econômico, após a queda da economia gomífera

provocou um isolamento tão prejudicial assim? Será que a importância da Vila Bom Jesus, Porto de Moz e da Amazônia só tem significância econômica quando esses espaços são percebidos pelo Estado brasileiro e o capital? Pensamos que não! Não por nossa posição arbitrária, como pesquisador do local de estudo. Apesar de buscar sempre melhorias naquilo que a modernidade poderia lhes proporcionar, com todos os aparatos e avanços tecnológicos possíveis para acelerar a produção, o transporte e por sua vez facilitando a vida na Vila Bom Jesus, pelos relatos, a presença de atividades que trouxeram alguma acumulação financeira aos trabalhadores têm menos importância do que esta comunidade camponesa retomar ou continuar produzindo, sobrevivendo, pescando, plantando, como outrora, digamos.

É bom salientar que essa lógica do isolamento é encontrada em muitas literaturas. Talvez não seja com a intenção de pensar a região como dependente das ações do capital e do Estado para se desenvolver. Entretanto, pensamos que essa leitura torna obscuro ainda mais o papel e a importância das comunidades camponesas na produção do espaço regional. Estas por sua vez passam por inúmeras crises, sim. Mas é indubitável entender que a entrada do capital em seus diversos momentos na região e a ações do Estado é que provocam verdadeiros desastres, principalmente na reprodução socioeconômica das comunidades camponesas. A depredação da natureza, os planos regionais que invisibilizaram e assassinaram populações, as expulsaram de suas terras, fatos que ocorreram ininterruptamente em toda a história de integração da Amazônia a economia nacional e internacional. Esta questão já compõe elementos para compreender tais territorialidades criadas a partir desses eventos.

Foi o que aconteceu na Vila Bom Jesus quando o capital sulista<sup>77</sup> volta-se com grandes interesses para a exploração Madeireira a partir de 1970 onde essa atividade intensifica-se. Em 1990 a população local em conjunto com os movimentos sociais ao constatar que a atividade estava numa situação extrema de degradação natural somando-se às ameaças e a violência contra população começam a se articular. É sabido que as primeiras mobilizações iniciam em 1970, com os movimentos iniciais organizados pela Igreja católica e STR de Porto de Moz.

O amadurecimento do movimento também significou amadurecimento da própria Igreja, pois como já foi exposto todo seu desenvolvimento, a sua mudança na forma de evangelizar. Foi primordial para o movimento socioterritorial a formação das

---

<sup>77</sup> Segundo os moradores uma empresa do Rio Grande do Sul se instalou como uma das maiores exploradoras de madeira na Vila Bom Jesus.



pastorais comunitárias, oriundas do ideário da teologia da libertação, nova filosofia que a igreja adotou no ato de evangelização, mas com foco no apoio social à formação de lideranças comunitárias. Temos esses fatores contribuintes, por conseguinte, na constituição de territorialidades ímpares na Vila Bom Jesus.

Nesse aspecto se vê um grande apoio da igreja ao movimento social ou a própria ajuda dela cria o movimento socioterritorial, a igreja, ela mesma passa a compor um movimento. Outro fator em Porto de Moz é marcante na Vila Bom Jesus é a participação da organização sindical dos trabalhadores com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porto de Moz. Este é mais um fator no processo da organização dos trabalhadores do município e um elemento que explica a mobilização social a partir dessa classe.

Podemos elencar também o aparecimento de organizações não-governamentais que passam a fazer parte do movimento socioterritorial contribuindo na formação de base destes, na organização e na estrutura. Esta foi a realidade não só do movimento socioterritorial em Porto de Moz, na Vila Bom Jesus, mas também em toda a Amazônia. Na Vila Bom Jesus e em Porto de Moz, a presença do Greenpeace e do Conselho de Desenvolvimento Sustentável – CDS – tiveram papel importante na consolidação das propostas de criação da RESEX “Verde para sempre”.

É nesse contexto em que se formam o território e as territorialidades na Vila Bom Jesus e essa é a realidade que acontece em várias localidades do município de Porto de Moz. Essa organização permitiu a instalação político-institucional dentro da Vila Bom Jesus. Em se tratando da Vila Bom Jesus temos a formação da Comunidade Eclesial de Base – CEB – uma estrutura da igreja na constituição das comunidades cristãs. As CEBs são organizações político-institucionais religiosas a partir da concepção das pastorais presentes no organograma da Igreja Católica. Nesse processo de entendimento das territorialidades nas comunidades camponesas, essa organização oferece a formação de lideranças e representantes da comunidade cristã. Paralelamente, esses se constituirão em sujeitos cada vez mais institucionalizados dentro dos movimentos sociais como de lideranças comunitárias nas lutas contra a exploração da natureza.

Pensamos também que as territorialidades anteriores apontadas remetem à organização da Vila Bom Jesus no bojo do que veio a se considerar a organização politicamente e institucional das comunidades em territórios tradicionalmente ocupados. Dessa forma a própria organização político-institucional resultará em um processo que

se deu a nível regional/nacional que é o surgimento de organizações sociais de movimentos. As populações amazônicas passam a utilizar o conceito de comunidade tradicional ou populações tradicionais como já fora discutido.

Vimos que a categoria comunidade tradicional além de ser utilizada para estabelecer o diálogo com o Estado para a criação de políticas públicas específicas serviu e serve também a busca e travamento de lutas de novos direitos com o objetivo de reconhecimento ao território tradicional a que essas comunidades camponesas vivem. É o caso da Vila Bom Jesus, pois, a organização da vila remete a continuidade no território de acordo com forma de organização da vida, suas territorialidades constituídas tradicionalmente há muito tempo e que agora se firmam como *comunidade tradicional*.

Nestes termos, a condição de tornar-se Comunidade Cristã que já configura uma territorialização no sentido político-institucional, contribuiu para tornar-se comunidade tradicional, ou efetivar via Estado, reconhecidamente, uma forma de negociação política com os entes da federação. Em ato contínuo, as lideranças representantes legais da comunidade irão compor na Vila Bom Jesus e nos órgãos públicos diversos, sindicatos e entidades de classe do movimento socioterritorial, conselhos municipais e estaduais. Não é demais lembrarmos que essas não foram as únicas condições para a existência da categoria comunidades tradicionais. Ela foi forjada no movimento socioterritorial, em que as populações eram invisibilizadas pelo Estado, pois, não havia uma abordagem desse a estas populações, notoriamente no surgimento de uma questão ambiental no Brasil.

Na construção do território a relação com a natureza fez serem produzidas territorialidades na interdependência entre a sociedade na Vila e o espaço natural - disponibilidade dos elementos capazes de fornecer o sustento aos habitantes. Nesse aspecto das territorialidades em que a comunidade estabelece uma relação com a natureza já foi dito que a Vila Bom Jesus sobrevive basicamente de atividades extrativistas, na criação de animais. Outras formas de trabalho estão no pequeno comércio local e na existência de funcionários da prefeitura, bem poucos, se reportando a servidores da educação e saúde. De uma maneira geral, os moradores realizam pluriatividades pela necessidade de sua sobrevivência.

Segundo o entrevistado L:

Aqui nós fazemos de tudo. É de acordo com o que podemos. Como da a gente faz (...) nós trabalhamos de acordo com o tempo. Tem tempo

que tamo la pra roça, vamos pro rio, vamos pegar jacaré, e assim vai né? (Entrevistado L, Comunidade Vila Boa esperança, março de 2019).

Sobre o comércio na vila, a comunidade depende muito de alguns produtos da cidade. Realidade essa que é geral em relação às comunidades camponesas de Porto de Moz. Essa relação com o consumo de produtos remete a mudança nos costumes da vila, na alimentação, no lazer e, por conseguinte, nas relações com o espaço local. Isso foi devido à evolução dos meios de transporte, os quais facilitaram e aceleraram a comunicação com a sede municipal.

De maneira geral, a Vila Bom Jesus não produz tudo que ela precisa. Mas, no processo da divisão do trabalho, segundo os entrevistados e pelas nossas observações na Vila, a população vive basicamente das atividades extrativistas, criação de búfalo e agricultura.

Uma parte da população de quinhentos e trinta e seis (536) habitantes pratica a atividade da pesca, extração de produtos Florestais; outra parte concentra-se na criação do gado bubalino e na agricultura. Desde janeiro de 2018, a vila conta com uma infraestrutura importante, a energia elétrica produzida pelas placas solares. Após 1 ano, é possível observar mudanças com a chegada desse serviço. Presenciamos que as pessoas passaram a consumir mais produtos da cidade, principalmente a carne de boi e do frango. Por outro lado, a energia pode ter aumentado as caças na vila, pois, agora podem conservar melhor os alimentos<sup>78</sup>. Vimos uma igualdade no consumo da alimentação daquilo que vem da cidade e no que é oriundo das matas locais.

É importante salientar rapidamente a recém-chegada da energia na Vila, mais um fator para a mediação das relações sociais dos habitantes com o espaço. Os moradores que estavam no cadastro da RESEX receberam um kit completo para captação e distribuição da energia solar na vila. Descobrimos que é a REDE CELPA quem faz instalou os equipamentos, dos quais ela também é a proprietária. Interessante notar que os moradores pagam uma taxa por mês e não sabem ao certo que taxa é essa. Alguns entrevistados disseram ser para a manutenção do equipamento. Outros até desconfiaram que fosse pelo uso da energia solar. Segundo o entrevistado J:

o que aconteceu eles fizeram um edital para que a empresa pudesse chegar energia na área da RESEX, mas como é tão difícil ninguém

---

<sup>78</sup> Segundo os relatos, os freezers da população estão cheios de carne proveniente de caça, mas também observa-se aumento no consumo de produtos alimentares oriundos da cidade. Ao que parece todos na Vila tem Freezer, foi o primeiro objeto a ser comprado, até mesmo antes da energia elétrica chegar, pois tinha energia fornecida pelo motor de luz comunitário.

quis, nenhuma empresa quis. Se nenhuma empresa quis eles tinham que dar era pra CELPA que ele é a empresa mãe (...) não sei quem descobriu essa forma de placa solares, que é energia através do sol, e foram testando, foram testando e descobriram que podia ter energia de qualidade dessa natureza. E aí a CELPA vai e compra esse material. (...) Mario isso desde o governo lula, só que não foi ontem que eles testaram pra ver se dava certo. E foi que quando a gente soube que chegou a gente ficou alegre; (...) eles vieram o papel que a gente assina e o papel que veio o kit solar o equipamento que eu tenho contagem das peças todinho porque quem recebeu primeiro foi eu porque eu iria viajar, então eles me entregaram logo porque eu tinha que sair de casa né, e o que deixa a gente preocupado e porque lá é descontado 4 reais de iluminação pública e que o rapaz da CELPA veio e disse que esse recurso fica com o prefeito mas o que o prefeito tem a ver com isso?(Entrevistado J, Comunidade Vila Boa esperança, março de 2019).

Fomos averiguar a conta de duas famílias entrevistadas e nelas consta taxa de iluminação pública. A dúvida dos moradores (e nossa também) era: por que da cobrança de taxa de iluminação pública, já que não havia um único poste com luz pública na Vila? E qual motivo de se cobrar uma taxa média de trinta e quatro reais (R\$ 34,00) na conta? Era manutenção do material da Placa Solar ou pagamento pelo serviço de fornecimento da energia?

Relatam essas duas famílias que já afirmaram duas motivações a razão da cobrança. O atendimento via telefone da Empresa CELPA explicou que é uma taxa de manutenção e outros atendentes já afirmaram ser uma taxa pelo uso e pagamento pelo equipamento. Portanto, as pessoas estariam pagando pelo equipamento. Fomo à REDE CELPA na cidade e essa nos informou que no escritório não resolvem nada. O atendimento a esse problema só pelo telefone, tratando com a central de atendimento da empresa. Nesse caso, tentamos prestar auxílio a uma das famílias citadas. Mas a empresa não esclareceu nada até o nosso retorno de Porto de Moz.

Ao analisar a conta explicamos as famílias que a cobrança era pelo consumo da energia. Segundo nos informaram os entrevistados, por meio do serviço de atendimento ao consumidor (SAC) foi informado via contato telefônico pelas atendentes do setor, que os nome das pessoas iriam para a Centralização de Serviços dos Bancos (SERASA) caso não efetuassem o pagamento da conta de energia. Observamos que as pessoas não sabem lidar com tal situação. E pelas nossas pesquisas, há pessoas devendo um valor considerável à CELPA, fruto do acúmulo de várias contas. Valores acima de cem reais (R\$ 100,00) são altos para uma vila em que a população tem que desembolsar setenta

reais (R\$ 70,00) para se deslocar da localidade até a cidade<sup>79</sup>, e a maioria da população sobrevive da agricultura, extrativismo e criação de animais. Isso é muito para eles. Na fala dos moradores, pela impressão de seus olhares e gestos ir à cidade parece ser uma extravagância pelos gastos que isso gera (passagem, alimentação e até estadia)<sup>80</sup>.

Os entrevistados nos relataram que foi a CELPA que instalou, deu a orientação de uso e os cuidados com o material. A comunidade convocou reunião com a CELPA. Segundo uma entrevistada:

Um dia desse veio um homem da Celpa aqui né? Que a gente convocou; aí ele disse que a gente paga uma parte para prefeitura e outra pra Celpa. E quando eles tiveram colocar a placa eles falaram que ninguém apagar nada que era o Luz para todos! Aí tá ele colocaram tranquilo. Aí quando passou três meses começou a chegar a cobrança, e aí eles começam a entregar o papel com as cobranças. Eles vieram fizeram cadastro, cada cadastro ele pediam documento da pessoa e assinatura (...). E tem mais uma: quando eles vieram entregar o kit pegaram papel, obrigaram a pessoa a assinar que recebeu kit, tinha que tirar uma foto e falar alguma coisa ali (no vídeo) para gravarem que tavam entregando aquele kit, e a pessoa assinava (Entrevistada M, Comunidade Vila Bom Jesus, março de 2019).

Percebemos um claro abuso da CELPA pela cobrança, ao que tudo indica abusiva. O problema já iniciou pela instalação, pois a população não tem claro se estão pagando ou não pelo serviço.

A chegada da energia há 1 ano e 5 meses na Vila Bom Jesus proporcionou potenciais transformações ainda a serem estudadas. Mas, algumas já se apresentam, por exemplo, os hábitos alimentares como na pesca e na caça. Na Vila Bom Jesus, há uma variedade de peixes: Tambaqui, Carauaçu e Aracu, tamuatá, Tucunaré e Pirarucu. Os principais peixes consumidos e comercializados são o Tambaqui, Carauaçu e Aracu. Informou-nos o entrevistado L:

Tambaqui, Carauaçu, aracu tem muito, tem vezes que tem pessoa que pega cem, cento e poucos peixes. (...) o Aracu nos só pega essa época (junho a setembro), passou aquela época, ninguém pega mais nenhum Aracu. Ele vem joga ova em dezembro, ninguém pega ele por causa da carne mole, aí ele se cria que quando da mês de junho pra julho tem demais (...) olha o Tamuatá ninguém vende ele gelado aqui, mais pro alimento mesmo. Não é o mesmo caso do tambaqui, gela e vende pra

<sup>79</sup> Muitos moradores já foram a cidade, ao escritório da CELPA só para resolver a situação do débito e procurar explicações sobre a cobrança. A maioria ligou do telefone público situado na Escola da Vila.

<sup>80</sup> A Vila Bom Jesus fica “próxima” da cidade. Porém, há muitas embarcações de outras localidades que permanecem de dois a três dias no porto da cidade, pois como os gastos são muito altos para realizar tal viagem. Assim, as pessoas tentam resolver seus problemas, fazer compras em no máximo três dias. Por exemplo, a população da localidade de Guajará gasta de dois a três dias para chegar a cidade em embarcação com motor NS 18, gastando mais ou menos 150 litros de óleo diesel. Para se ter uma ideia, a força do motor citado é muito inferior ao de uma voadeira/lancha simples.

Porto de Moz e peixe miúdo não. Mas, os Tambaqui tamo acabando já, ate porque não é só a gente que pesca aqui, é muita gente, vem pessoas de Porto de Moz pescar pra cá, aí só pode acabar, a nossa maior perca é no verão que os poços todos e morrem os peixes, tracajá (Entrevistado L, Comunidade Vila Boa esperança, março de 2019).

Segundo o entrevistado F, não há acordo de pesca, pois, os moradores respeitam o período de reprodução dos peixes. Para alguns pescadores entrevistados o Tambaqui ainda está bem presente no rio, para outros, está em falta. Eles concordam que a pesca do Tambaqui é ameaçada, principalmente por pescadores de fora e que o acordo de pesca não se efetivou, pois os pescadores têm consciência da preservação. Só um dos entrevistados disse que pesca o ano inteiro e não se atenta ao prazo da reprodução, a piracema. Percebemos que ele, mesmo morando toda vida na vila, não liga para a legislação ou se está ou não em uma RESEX. Ele nos relatou que não pode parar de pescar, pois, precisa se alimentar.

Consideradas atividades de uso comum, a caça e a pesca, além de grande parte dos moradores a praticá-la para o sustento, sua comercialização ocorre quase que exclusivamente na Vila, principalmente a caça. É comum a atividade da caça na mata de terra firme e nas várzeas. A caça é uma atividade que complementa bastante o sustento das famílias e os que a praticam, preferem comercializar na vila mesmo. Ela ocorre quando os peixes estão na época da reprodução. A caça e o peixe são os principais produtos vendidos na vila, comercializado pelos próprios moradores. Os principais comercializados são a capivara e o jacaré. Em menor número está o tatu, paca e veado.

Em relação à atividade agrícola, os camponeses utilizam a terra na tipologia *uso comum*, é um campesinato de terra e não parcelar. Apesar dos lotes já estarem divididos, predomina o uso familiar, e predomínio da roça. A produção camponesa se dá na estrada e nos ramais afastados da Vila. É respeitado os limites de cada lote (ante e depois da RESEX), pois já foram definidos há tempos e geralmente, numa RESEX seus gestores (ICMBio) têm optado por manter os limites da terra de cada família, com sinal de respeito à construção social tradicional e as suas identidades socioterritoriais. Na prática, não tem um valor legal, mas, cultural e administrativo.

Sendo assim, na Vila Bom Jesus, ocorrem frações de uso privativo da terra, os agricultores familiares usam a terra não como sua propriedade, mas, de forma privativa, as vezes fazendo até mesmo o uso comum, já que não existem propriedades. O uso comum está caracterizado nos mutirões que ocorrem na Vila, em alguma ou outra

atividade social. Por outro lado, em RESEX a demarcação de uso privativo não implica uma alteração para propriedade.

A divisão da terra em lotes começou, principalmente, após a chegada da atividade madeireira, período da grande ameaça que as empresas exerciam no local. Após isso cada família passou a lotear e demarcar sua área para a extração da madeira e para a agricultura. Assim, essas áreas eram utilizadas para a extração da madeira e principalmente para a roça. Convém esclarecer, segundo os entrevistados, a maioria da terra que servia para madeireira, estava fora desses lotes e as explorações adentraram a floresta, em terras públicas. A maior parte dos lotes serve para a agricultura. A produção da farinha é quase que única e ocorre no período de agosto em diante, por razões climáticas e, quando do enfraquecimento da atividade pesqueira. É o período seco, já no período do chamado verão amazônico. Segundo o entrevistado L:

Na Vila Bom Jesus temos a produção de farinha. Meus primos<sup>81</sup> trabalham com farinha aqui na vila e tem muitas roças pro centro (para a estrada, área da terra firme) e sitio (os lotes para estrada) tem muito. Essas estradas quem abriu foram os madeireiros. E por aqui, de verão, aqui só é pela mata (que se sobrevive), você pega o campão, você olha só é campos aí lá você vai atravessando lama, poça de água, mas as pessoas chegam lá e levam outras para fazer os cultivos (Entrevistado L, Comunidade Vila Boa esperança, março de 2019).

Salientamos a atividade madeireira que também ocorria nos lotes, nas áreas de terra firme, e vimos segundo o entrevistado que as estradas foram abertas pelas empresas. No entanto, é notório em todas as entrevistas que os caminhos para a exploração dessa área ocorreram “naturalmente” tempos atrás, pois os moradores foram se apossando das áreas dentro da mata. As empresas da madeira fizeram surgir a preocupação com a tomada das terras e a divisão por lote passou a ser uma estratégia de proteção contra isso. O entrevistado L relata que na Vila nunca uma empresa tomou a terra ou o lote de algum morador, mas para outras localidades isso aconteceu muito, causando conflitos e até um assassinato nas terras de um grade madeireiro e político oligarca local<sup>82</sup>. Na figura 9 temos a imagem de satélite e imagens que mostra a localização e o direcionamento das atividades agrícolas e extrativistas (madeira).

<sup>81</sup> A principal ocupação do entrevistado é com a pesca, caça e criação de búfalos. É um dos poucos que entrevistamos que não exerce a tríade: agricultura, pesca e criação de búfalos.

<sup>82</sup> Vamos resguardar o nome da pessoa em questão. Mas, sua família é uma das mais fortes na política local e ficam se alternando no poder com outras famílias igualmente fortes na política em Porto de Moz.

**Figura 9**–RESEX “Verde para sempre” - localização e direcionamento das atividades agropecuárias e extrativistas



**Fonte:** Pesquisa de Campo, 2019. Org.: Arnaud, 2019

É importante frisar essa área de localização e direcionamento das atividades agropecuárias e extrativistas faz parte do território da Comunidade Vila Bom Jesus, a Vila católica. Os moradores da Vila Evangélica possuem lotes nessa área, e pelo que percebemos não há nenhum conflito que poderia vir a caracterizar essa situação. Nos parece, portanto, que a diferença entre as duas comunidades está apenas na religião que praticam. Como iremos abordar na próxima seção, outra diferença entre as duas comunidades e que resulta dessa cisão entre uma Vila Católica e Evangélica são as



práticas e participações dessas comunidades no processo tanto de luta e conflitos pela criação da RESEX “Verde para sempre”, quanto na vivência dentro da própria RESEX.

Abaixo temos as figuras dos lotes dos moradores localizados no decorrer de mais ou menos 12km de estrada e inúmeros ramais. Os lotes remetem às terras já existentes, com cada morador possuindo o seu, portanto, antes da criação da RESEX. Interessante notar que não poderíamos considerar os lotes, já que se trata de uma Reserva Extrativista. Mas, em geral, o ICMBio tem respeitado essas terras que já eram dos moradores e seus “limites”, afim de causar menos conflito possível.

Por outro lado, os moradores estão convencidos que os lotes são seus mesmo sabendo que vivem em uma RESEX; e, em nenhuma entrevista relatam a ameaça ou algum controle sobre sua produção e principalmente a de animais de grande porte, por parte do órgão ambiental. Como vamos expor mais a frente, o ICMBio tenta, mas, algumas legislações concernentes à RESEX ainda estão longe de serem cumpridas.

A figura 10 trata dos lotes na Comunidade Vila Bom Jesus.

**Figura 10**– Comunidade Vila Bom Jesus – Aspecto dos lotes dos moradores das duas comunidades<sup>83</sup>



**Fonte:** Arnaud. Pesquisa de campo - 2016

<sup>83</sup> Como dissemos, a área de direcionamento das atividades econômicas dos moradores das duas Vilas se concentra numa área de terra firme, mas que está dentro do território da Comunidade Vila Bom Jesus.

Em geral, os lotes estão em expansão, no que se refere às demarcações e limites das terras de um morador para o outro, já que entre os próprios moradores já ocorreram brigas e ações que por pouco não incidiram no assassinato de pessoas envolvidas nas questões. Considerando que as terras já eram dos moradores, das famílias, após a RESEX, ocorreu a demarcação dos limites nos lotes mais longínquos no intuito de evitar os conflitos e para cada morador saber a localização do seu terreno.

Na figura 11, demonstramos a demarcação de alguns lotes em expansão na Comunidade Vila Bom Jesus.

**Figura 11** – Comunidade Vila Bom Jesus – Aspecto dos lotes em expansão



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2016.

A Vila Bom Jesus, em relação às atividades agrícolas e criação de animais, contam com a ajuda da prefeitura para abrir mais ramais e a própria estrada de acesso aos lotes. Os lotes já existem, segundo os moradores eram suas áreas de cultivo mesmo



antes da criação da RESEX “Verde para sempre”. Neste caso a prefeitura contribuiu com a manutenção da estrada (figura 12).

**Figura 12**– Comunidade Vila Bom Jesus – Lotes em expansão/manutenção com ajuda Prefeitura



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2016.

Nos lotes próximos à Vila, as áreas concentram as atividades em geral de criação de animais e cultivo da mandioca.

**Figura 13**– Comunidade Vila Bom Jesus - Lotes dos moradores



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2016.

Não temos registro fotográfico de exploração madeireira<sup>84</sup> na Vila Bom Jesus, no entanto, o entrevistado V explica como se dava essa atividade no período da presença de grandes madeiras na Vila:

Então Mário, sobre a exploração madeireira, vou falar sobre a comunidade Bom Jesus porque tenho um conhecido mais aprofundado. Teve um dos comunitários da vila bom Jesus que vendeu uma exploração de madeira onde se falava em mil árvores, quando chegou a empresa a exploração foi muito maior. A extração se dava com grandes maquinários, carretas que tinham na comunidade Bom Jesus e por volta de um bom tempo, eles tiraram essa madeira. E as empresas trouxeram tudo para a exploração da madeira na comunidade. Uns comunitários vendeu essa exploração para a empresa do Edivaldo e eles contrataram uma outra madeireira de fora que trouxeram grandes maquinários pra cá pra comunidade. (Entrevistado V, Comunidade Vila Boa esperança, março de 2019).

Nas relações de trabalho e as terras que a madeira era explorada, o entrevistado V relata que:

As ferramentas de trabalho eram das empresas. E eram pagos em uma negociação particular com a pessoa que vendeu a exploração (força de trabalho). As terras onde tiravam as madeiras era do estado, na época as terras não eram todas loteadas, como hoje, ainda era terra pública. Elas vinham explorar no verão (Entrevistado V, Comunidade Vila Boa esperança, março de 2019).

Segundo o entrevistado V, como exemplo temos a madeira Itaúba:

(...) era trabalhada com machado, era lavrada a falca (...). As pessoas que trabalhavam com caminhão era tudo manual, eles (empresários da madeira) iam atrás dos comunitários e madeireiros do município, para trabalhar como diarista para limpar ramal, derrubar madeira branca (Entrevistado V, Comunidade Vila Boa esperança, março de 2019).

A extração da madeira já era feita pela população local desde 1970, segundo nos relata o entrevistado. A intervenção na floresta era praticamente manual, desde a derrubada da árvore ao seu manuseio. Saliente-se que nem todas as comunidades exerciam a atividade dessa forma. Em Porto de Moz muitas localidades foram alvo de intervenção dos maquinários e ferramentas em um mesmo nível que se deu a violenta

---

<sup>84</sup> Os moradores, nas entrevistas, não se sentiam muito a vontade para falar sobre a exploração da madeira no local. Constatamos que especialmente na Vila Bom Jesus, esta atividade ocorria nas terras dos comunitários, eles vendiam a madeira e/ou a empresa comprava terras para realizar tal exploração. Identificamos um dos principais moradores que poderia nos dar muito mais informações dentre as que estão na Tese, não colaborou muito nas entrevistas. Entendemos que o motivo seria alguma espécie de comprometimento a partir das informações fornecidas, apesar de nossos esclarecimentos sobre do que se tratava nossa pesquisa.

pressão das empresas. Os conflitos eram inevitáveis e as populações perceberiam isso logo.

Em meio a essas atividades há destaque a pecuária bovina e bubalina. Notamos grande movimentação dessa atividade e o interesse de grande parte dos habitantes da Vila Bom Jesus. É a atividade mais lucrativa existente na Vila, mesmo com o impedimento da legislação ambiental. A pecuária acaba se tornando a atividade que mais aproxima a Vila do mercado pela venda dos bovinos e pela produção do queijo de origem bubalina. Uma situação que chama a atenção é o fato da presença de pessoas que apenas criam na Vila e nas suas proximidades, mas mora na cidade como nos relata o entrevistado B:

existe aquela pessoas que já vivem ali que são moradores dali (área de criação dos gados na Vila) a muito tempo entendeu? (...) e existe aquelas pessoas que como eu já te falei tá ali apenas porque cria o búfalo, é diferente também que a morada não é aqui é lá na cidade, é diferente também, entendeu? Porque essas pessoas quem fica ali é gado não é o ser humano. E quem tá ali é o produtor rural não é aquele cara que tem dinheiro e gado quem tem muito gado tá lá na cidade (entrevistado B, Comunidade Vila Boa esperança, março de 2019).

O que se percebe é a tentativa de não perder o vínculo com uma atividade que gera maiores acumulações e por outro lado, a situação do gado bubalino e bovino dentro da RESEX. Em toda a RESEX, a pecuária tem assumido o protagonismo de grande problema a ser tratado e não resolvido. O gado fica ou sai? Vai se cumprir, ou não a lei do SNUC que proíbe animais de grande porte em Reserva Extrativista? Como dissemos os moradores que vivem na Vila, os quais entrevistamos e que vivem da atividade, afirmam categoricamente a importância do gado para sua reprodução socioeconômica: é mais lucrativa, portanto, a mais pretendida para se trabalhar, já que boa parte dos moradores tem na pecuária alguma inserção.

Assim, é dada uma importância grande a essa atividade, em que alguns criadores afirmam estarem preparados quando a lei for posta em prática realmente. Temos, portanto, nessa atividade uma das razões de desentendimentos com o ICMBio, e entre os moradores, em se tratando daqueles que possuem um pequeno número de cabeças de gado e outros (os que moram na cidade) que possuem grande número de animais.

As atividades comerciais têm uma participação pequena na Vila. De qualquer forma existem quatro casas comerciais, de tamanho pequeno e médio. Existem três

casas que produzem o pão artesanalmente. Geralmente as pessoas que têm comércio na Vila Bom Jesus são funcionários públicos concursados ou temporários da Prefeitura Municipal de Porto de Moz. Os funcionários, em sua maioria, são professores na Escola Municipal de Ensino Fundamental Sítia Lopes de Alencar, única escola da Vila e que serve para o Ensino médio, no regime modular, no horário da noite.

Esses elementos, presentes no território da Vila Bom Jesus, demarcam a sua territorialidade. A formação da sociedade local, um grupo social que se originou de heranças diversas inerentes à formação da região amazônica em seus diversos contextos, com seus diversos sujeitos e agentes, se fez numa constante disputa pela sobrevivência. O conflito compõe todo o processo de territorialização da Vila Bom Jesus. É nele que se explanam as relações da sociedade local com a natureza e com os agentes externos. A formação territorial se fez com o conflito, e este assume categoria fundamental na Tese.

O conflito media as relações. Vejamos, desde o período colonial, na cabanagem na borracha, os conflitos com índios, as lutas travadas com os madeireiros expõem o quanto o povo assume uma postura de disputa para manter sua sobrevivência. Em meio a isso, a territorialização e as territorialidades expressam mudanças produzidas pelas interpelações da relação sociedade/meio.

Por isso, as territorialidades expressam as formas de relação resultante de contextos variados. O antes e depois da criação da RESEX, constituem territorialidades que vão se modificando, como já expomos anteriormente. Em nossa pesquisa, observamos que alguns fenômenos externos mais próximos da realidade urbana acabam se reproduzindo na Vila. É certo que isso se dá com tempos e lógicas diferentes. Cada vez mais com a chegada de elementos urbanos, costumes alimentícios, o comércio, fatores da circulação, da informação-comunicação formaram o que é a Vila. E hoje, a chegada de energia, da Internet e do telefone já provocam mudanças nas atividades produtivas na Vila Bom Jesus como já ressaltamos anteriormente. De um passado que era secular, tradicional, hoje temos um presente bastante conectado principalmente com a chegada da energia e da internet na Vila Bom Jesus.

#### **4.4 Território e territorialidades na Vila Nova Bom Jesus**

##### **4.4.1 Territorialidades político-institucionais e econômicas**

A formação territorial da Vila Nova Bom Jesus não difere tanto do processo que se deu na Vila Bom Jesus. Possuindo histórias e processos aproximados, iremos focar mais naquilo que as diferencia. Hoje, a localidade possui 68 habitantes, perfazendo total de dezessete (17) casas, segundo dados coletados com as agentes de saúde das duas Vilas e nossa visita à localidade. O contexto da resistência da Vila Nova Bom Jesus corresponde a territorialização em que essa esteve ligada a eventos no contexto amazônico. Foi notória a transformação territorial pelas quais a Amazônia passou (e passa) envolvendo processos desde o período colonial às grandes transformações comerciais que viriam com a borracha.

É necessário pensar esse contexto observando como esse fato que proporcionou a exploração comercial da borracha no baixo Xingu, expandiu fronteiras dentro da região Amazônica, redirecionando parte do povoamento e do comércio. Nesse ínterim, a territorialização da Vila Nova também foi inserida dentro de uma lógica comercial, ou na verdade foi uma inserção dentro das demandas de uma lógica capitalista, de uma organização do Estado brasileiro e do capital.

Como já foi salientado, o mesmo contexto em que se constituiu a Vila Bom Jesus se remeteu à Vila Nova Bom Jesus, a Vila Evangélica. São localidades de importância grande na formação do baixo Xingu. A partir de suas próprias territorialidades ou dentro de condições em que foram colocadas, como na extração da madeira enquadrando as duas Vilas. Suas participações nesse sentido, a da exploração da madeira estão presentes na história da Vila Nova Bom Jesus: problemas na questão da terra (demanda), fornecimento de mão de obra, proximidade entre as Vilas.

A exploração feita pelos moradores da Vila Nova Bom Jesus se localizava numa área em que antes as terras eram públicas e sua posse foi ocorrendo ao longo do século passado. Uma estrada de chão batido é que dá acesso aos lotes e no passado a estrada foi aberta pelos madeireiros, como já salientamos anteriormente. Temos uma população sendo inserida numa outra dinâmica de produção, a capitalista. Pois, vejamos, a extração ocorria antes, porém, não em uma formatação mercadológica. Em geral, tínhamos uma atividade com pouca produtividade e pouca depredação da floresta. Já vimos que o trabalho era manual, embora isso não definisse a pouca produtividade,

entretanto era um fator que compunha a situação. A questão era que a madeira explorada tinha como objetivo o uso local, e não necessariamente comercial, nessas duas Vilas.

Já a lógica do mercado demandou mais produção, mais mão de obra, conseqüentemente, maior degradação ambiental. Na explicação das territorialidades da Vila Nova Bom Jesus, a atividade da exploração madeireira, se destacou bastante. As transformações territoriais por onde circularam boa parte dos acontecimentos dessa atividade, determinaram muitos eventos na Vila. As territorialidades socioeconômicas que acabaram por contribuir na formação do que viria a ser a Vila Nova Bom Jesus, formaram os grupos sociais ali instalados, e acima de tudo, modificaram alguns sentidos das atividades por esses grupos praticadas. Junto a isso, outras lógicas e práticas menos danosas, ligadas aos diversos tipos de extrativismo, à agricultura e a criação de animais.

Na construção social na Vila Nova Bom Jesus, não tivemos a informação ou não chegamos a algum relato que demonstrasse o envolvimento dos moradores, ou de líderes comunitários no movimento socioterritorial que originou a luta pela criação da reserva extrativista. Nesse movimento em específico, não conseguimos visualizar algum fato, ou aspecto ligado à Vila Nova Bom Jesus concernente a sua participação, por exemplo, nos sindicatos, ou em algum movimento da Igreja Evangélica, da Assembleia de Deus que é a igreja atuante na Vila. Entendemos que as práticas religiosas na Vila não se aliaram à mobilização social. As práticas religiosas, portanto, se concentraram somente nesse âmbito, por essa forma de reprodução que é muito peculiar pelo que foi observado na pesquisa e entendido nas entrevistas com as pessoas.

Percebemos, portanto, que as atividades religiosas se realizam na Vila mesmo. As atividades produtivas, nas quais as pessoas retiram seu principal sustento são realizadas fora da Vila, nos ramais e na estrada que direcionam a ocupação para o interior da Vila. Lá no “centro” como eles se referem, ocorre a produção da farinha, a criação de animais como o búfalo e Agricultura. Cada família, em suas áreas/lotês possui búfalos, alguns têm plantação de açaí e o comercializam.

No rio Quati e em outras localidades, os moradores praticam bastante a atividade pesqueira. Pelo que observamos os pescadores mais praticantes entre as duas Vilas, estão em Vila Nova Bom Jesus. Os que entrevistamos vivem quase que exclusivamente dessa atividade. É claro que há outras fontes que ajudam na



sobrevivência, como o bolsa-família<sup>85</sup>. No entanto a atividade pesqueira, não é um consenso na Vila e nem entre as duas Vilas, quando se reúnem para discutir os problemas da pesca predatória e nem após a criação da RESEX, quando são chamados pelo ICMBio para resolver a problemática. Uns querem fechar a atividade da pesca na RESEX, outros não. É lógico que os pescadores não desejam fechar a pesca, e sim que se submeta a lei com relação ao uso de materiais predatórios em relação a essa atividade.

Não há ainda alguma proibição da pesca, para além do uso dos materiais de pesca fora da legislação. Geralmente, os pescadores direcionam a produção para cidade e para as geleiras que ainda existem na própria Vila. Porém, essa comercialização não ocorre exponencialmente, já que na Vila não há uma grande geleira ou uma empresa ou empresários estabelecidos de forma regular. São pessoas da própria comunidade que têm um motor, um isopor grande e que fazem a compra do Gelo levando para cidade, mas em pequenas quantidades, com no máximo 200 quilos.

O entrevistado W nos relatou que na Vila existem três geleiros que comercializam o peixe (considerando as duas Vilas). Vê-se que o comércio do pescado não tem grande incisão na Vila, em termos de saída do pescado para fora. Não existem grandes geleiras, grandes retiradas de peixes por estas. A pesca na Vila se concentra de março a setembro de cada ano no rio Quati. Dentre os principais peixes encontrados nas Vilas, o Tambaqui é o mais comercializado. O entrevistado H, pescador e morador da Vila evangélica fala sobre o mesmo:

Esse ano vai dar acho que muito Tambaqui aí (rio Quati), tem muito peixe aí pro canto. Pra cá, aí atrás da vila mesmo num faz tempo agora eles tavam pegando só peixe grande mesmo, peixe de 6kg, de quilo, é pra cá pra dentro do miritizal que eles entram, pra comer miriti né, aí os cara soltam aí de cardume (Entrevistado W, Comunidade Vila Boa esperança, março de 2019).

O entrevistado nos informou que não há mais saída do peixe em geleiras como antes. Alguns conflitos entre os pescadores e desses com os comunitários em geral. É possível dizer que a pesca foi uma das atividades mais criticadas à época da criação da RESEX. Ela foi uma atividade que estava nas discussões das reuniões, como uma das principais razões de combate a depredação ambiental e, portanto, uma das grandes

---

<sup>85</sup> Programa de transferência direta de renda, direcionado as famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país, de modo que consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Programas sociais. In: [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br). Acesso em 29/07/2019)

motivações para a criação de uma Unidade de Conservação em Porto de Moz. Na Vila Nova Bom Jesus essa discussão era muito presente, pois, um dos geleiros principais era morador da Vila. O entrevistado W é filho do maior geleiro àquele tempo. Com as pressões, o pai do entrevistado foi se adequando à legislação e também praticando outras atividades como a agricultura.

A agricultura na Vila Nova Bom Jesus é praticada nos lotes e terras na área de expansão das duas Vilas, nas estradas e ramais abertos no período da exploração madeireira. Nestes lotes, a principal atividade é a produção da farinha, realizada de forma familiar. Sobre isso, o entrevistado W relata:

(...) chega um tempo desse aqui, que chega o verão né, o caboco num coisa (pesca) mais né? Aí nós vamo pra cá pra roça fazer a farinha pra nós. Mas difícil nós fazer farinha assim pra negócio de venda. Quando fecha a pesca às vezes a gente trabalha uma diária por ali, tem o negócio da bolsa escola também e dá uma ajuda né? (Entrevistado W, Comunidade Vila Boa esperança, março de 2019).

O entrevistado W cita que, normalmente, as pessoas passaram a mesclar as atividades de acordo com a necessidade e, com o tempo (clima, cheias do Amazonas que influenciam o Xingu; etc.), praticando a agricultura, a pesca e servindo de mão de obra, às vezes<sup>86</sup>. Como exemplo ele relata:

Isso, olha nós que pesca, o papai sempre falou com o presidente (da associação) lá: “olha eu pesco, só que ainda trabalho faço a minha roça e tudo”. E muita gente aqui as vezes ele ficava admirado do papai que sempre ele fez. As vezes aqui nessa vila, teve um tempo que pra ele ficou tão ruim de farinha aqui que, que nós nesse tempo nós fizemos bem roça, caboco ficou mesmo que admirado aqui. Mas ahtu é pescador, e nós coisava (brigava) tanto ele, e olha quem ta vendendo farinha pra nós, é ele. E teve até reunião que foi falado isso (Entrevistado W, Comunidade Vila Boa esperança, março de 2019).

O fato relatado é interessante, pois, o entrevistado esclarece que seu pai, pescador e geleiro era conhecido como um pescador às vezes exercia a pesca predatória da Vila. Segundo ele, seu pai realmente utilizou materiais de pesca proibidos, no entanto, ele sozinho não seria capaz de acabar com tudo ou causar a crise de abastecimento de peixes (que em nossas pesquisas, vimos que nunca houve). A reunião que o entrevistado cita em sua fala acima foi a chamada de seu pai, para responder pelas suas ações predatórias. A RESEX “Verde para sempre” não existia ainda e ao final, o

---

<sup>86</sup> Serviço pago por diárias na construção civil, na carpintaria e agropecuária e agricultura.

pai do entrevistado começou a investir na roça e teve bastante produção, provocando admiração dos moradores, pois era ele que vendia a farinha na Vila. O pai do entrevistado não deixou de pescar e exerce as duas atividades até o presente momento.

De certa forma, é muito comum os habitantes praticarem a pesca, a agricultura, o extrativismo, de acordo com as necessidades como já apontamos anteriormente. Na Vila Nova Bom Jesus isso ocorre principalmente quando se leva em consideração o verão e o inverno amazônico. A entrevistada X nos explicou que a atividade agrícola exercida pelos moradores depende das necessidades, mas que muito preferem esperar por alguns benefícios como seguro-defeso ou bolsa família.

Na Vila Nova Bom Jesus, com seus sessenta e oito (68 habitantes) existem dois pequenos comércios, uma casa produtora de pão. A caça é realizada pelos moradores, mas é a última atividade praticada, segundo nos informaram os entrevistados. Em nosso entendimento, as territorialidades que formaram a Vila Nova Bom Jesus estão ligadas principalmente as suas práticas religiosas. A centralidade da Vila está no vínculo com a Assembleia de Deus, de acordo com nossas entrevistas. Compreendemos que só o fato de termos uma separação de duas comunidades divididas pela forma de propagação da fé, nos remete a considerar a existência de um apelo religioso nas relações sociais ali estabelecidas. Para além de uma compreensão solta, sem nexos, reproduzimos a fala da entrevistada I:

Nós não íamos as reuniões convocadas por eles (membros da outra comunidade, Vila Bom Jesus – Católica) por que as reuniões eram dia de domingo, dia do nosso culto. Nós nem sabíamos as vezes quando iam se reunir, não participamos muito disso (Entrevistada X, Comunidade Vila Nova Bom Jesus, março de 2019).

A partir disso, a questão nos leva a entender como as relações sociais na Vila Nova Bom Jesus têm forte apelo a uma determinada prática religiosa, que por si só já é expressão territorial daquela comunidade, haja vista termos uma divisão do território das duas Vilas. De maneira nenhuma estamos salientando este fato com uma abordagem parcializada. As condições ali estabelecidas se estendem sobre a forma como a Vila se territorializou e ainda se territorializa diante de nosso recorte temático nesta Tese, nosso objeto e recorte espacial. O cotidiano que presenciamos nas entrevistas durante a visita à Vila também nos deram essa confirmação além de que, as pessoas não estavam muito dispostas a dar entrevistas, e as que a deram, pouco sabem sobre a RESEX “Verde para sempre”.

Há na Vila *Nova Bom Jesus* uma ausência histórica de participação desta comunidade no movimento socioterritorial para a criação da RESEX “Verde para sempre”. No entanto, esta comunidade se insere nas condições de um território tradicionalmente ocupado. Ela possui os direitos concernentes a uma comunidade tradicional em Unidade de Conservação e estabelece as relações com as instituições que promovem direitos sociais e políticas públicas para as mesmas. Citamos, por exemplo, a transformação mais recente com a chegada da energia elétrica. Nesse sentido, vemos a inserção da Vila no contexto micro e macro regional pelas transformações as quais a Amazônia vem passando no processo de eletrificação rural, acesso à internet, a difusão da circulação e do transporte, mudanças essas pelas quais outras comunidades camponesas estão passando em Porto de Moz.

Por fim, deve-se entender que a Vila Nova Bom Jesus se insere dentro da chamada comunidade tradicional é por estar em território tradicional, reconhecido como Unidade de conservação. O termo comunidade tradicional genericamente engloba uma série de sujeitos de realidades às vezes distintas, mas vivendo em territórios os quais remetem a forma como estes historicamente estabeleceram uma relação tradicional em sua construção/ocupação.

Nesse sentido, nesses territórios, o Estado não tem conseguido abarcar de maneira geral o entendimento desses efeitos que explicassem essas diferenças no modo de reprodução dessas populações. As suas práticas, nesse caso não comparecem no planejamento dos que pensaram a classificação de comunidade tradicional. E por outro lado, fica evidente que as populações na prática, acabam por se enquadrar num determinado tipo de nomenclatura, em um conceito estabelecido pelo Estado e faz com que os territórios ocupados sejam considerados comunidade tradicional. Entretanto, apesar de não estar completamente envolvida nas mobilizações a favor da criação da RESEX e/ou nas mobilizações anteriores contra a exploração madeireira, isso não significa que não deva ser considerada uma área em que temos um território tradicional em que essas comunidades buscam o reconhecimento territorial.

Assim, na Vila Bom Jesus, as relações da vida na Vila Evangélica com a sede municipal, Porto de Moz era dependência de alguns produtos para o abastecimento do comércio, estivas em geral, e lógico, além de serviços de saúde, educacionais e institucionais. As demais atividades e suas peculiaridades ocorrem do mesmo modo que na Vila católica. A atividade da pesca, a extração de produtos florestais, a criação do Gado bovino e bubalino são também formas de sustento na Vila evangélica. A chegada

da energia elétrica e seus problemas são os mesmos de todas as comunidades presentes na RESEX “Verde para sempre”, haja vista a instalação da energia solar em todas as localidades.

Um dos poucos diferenciais se refere ao gado bovino, pois segundo as pesquisas feitas, a maioria dos 68 habitantes tem nessa a principal atividade. Hoje, a Vila Nova Bom Jesus tem como principais atividades a criação do búfalo, com a produção do queijo; do gado bovino; a pesca, o extrativismo do açaí e, a produção da farinha.

Tivemos o mesmo processo da exploração madeireira, já que fazia parte da mesma área de exploração desta atividade. É importante salientar que hoje a atividade madeireira é praticamente inexistente nas duas Vilas como atividade usada para o sustento. Em outras localidades ainda ocorre, principalmente no rio Jaurucú. Não vimos ou tivemos alguma coleta de informação de trabalhadores exercendo tal atividade, portanto, com a criação da RESEX essa atividade, em algumas localidades desapareceu. Como foi dito, nas duas Vilas, principalmente na católica, segundo os moradores entrevistados. Esses forneciam a sua força de trabalho para as empresas madeireiras e antes da chegada da atividade nesse viés mais capitalista, as pessoas trabalhavam com essa extração de forma manual, “tradicional” sem maquinário.

De acordo com que atividades iam ocorrendo e as empresas se territorializavam, essas iam dominando o processo produtivo nas formas e no meio de produção, a utilização da força de trabalho local. Nessa dominação das relações de trabalho as empresas traziam tudo o necessário para a exploração: máquinas, ferramentas, transporte (caminhões, carros, balsas), ou seja, uma organização em que a empresa madeireira tornava-se indispensável na produção local. O resultado foi o aumento da dependência dos trabalhadores com relação à madeira, pois, até 1990 era a atividade de lucro maior e mais rápido dos trabalhadores, tanto nas localidades quanto na sede, cidade de Porto de Moz. Ela foi a responsável por grandes transformações econômicas no município inteiro, na circulação, no comércio, e mais perceptível no espaço urbano.

Porém, quais reflexos isso criou nas comunidades camponesas? Como a criação da RESEX “Verde para sempre” é ao mesmo tempo capaz de combater e acirrar conflitos no território municipal e na compreensão da presença dessa Unidade de Conservação nas comunidades? São questões como essas que iremos analisar à frente!

## **5. OS CONFLITOS NA RESERVA EXTRATIVISTA “VERDE PARA SEMPRE”: análise das tensões territoriais e r-existências**

### **5.1 Vila Bom Jesus: movimento socioterritorial ou ambiental?**

A situação das unidades territoriais estudadas, divididas ou não, nos fazem perceber o quanto historicamente estabeleceram a luta pela terra. Por isso usamos a expressão ou nomeamos o processo de uma reapropriação da natureza: da terra, da floresta e dos rios. Isso é entender o que é de fato um território tradicionalmente ocupado. A luta pela terra esteve numa posição central, portanto, de quase toda a totalidade dos movimentos sociais ou mobilizações diversas nas quais a população amazônica esteve inserida. A luta pela terra resume o objetivo geral das mobilizações populares na região amazônica.

Nesse âmbito cabe resgatar os processos atuantes na formação espacial, movimentos socioterritoriais, bem como a análise da atualidade nos aspectos organizacionais da Vila Bom Jesus, uma comunidade tradicional dentro de uma Unidade de Conservação do tipo uso sustentável na categoria de Reserva Extrativista.

Tomando como ponto de partida o entendimento da mobilização social da Vila Bom Jesus, podemos entender o tipo de movimento socioterritorial ou movimento ambiental que ali ocorreu. Mas, por que nos questionamos a debater isso? Este fato se torna importante, pois, as transformações pelas quais a Vila passou desde seu processo de formação e constituição histórica até a existência da Reserva extrativista “Verde para sempre” é primordial para o entendimento das territorialidades inerentes aos conflitos e às resistências que ali ocorrem e ocorreram.

Em muitos exemplos, a existências das territorialidades nos lugares amazônicos foram produzidas. Queremos dizer que as disputas, as tensões sociais estiveram constantemente presentes na formação histórica da Vila Bom Jesus. Uma formação histórica própria ou naquilo que foi imposto historicamente a Vila, a Amazônia como um todo. Em quaisquer situações temos nesse sentido, processos em que os habitantes estabelecem as disputas territoriais como meio de resistência para a solução de problemas. Como já salientamos essas disputas territoriais tem como cerne a disputa pela terra para generalizar uma disputa que também é pelo rio e pela floresta.

Dessa forma, os movimentos que contribuíram para estabelecer o entendimento sobre as transformações espaciais da Vila Bom Jesus em seu processo de construção e nesse bojo, eles se colocaram como alicerce à sobrevivência, à disputa territorial. É nesse ensejo que o conflito se transformou numa forma de olhar essas transformações. Assim, não existiu na origem dessas mobilizações um discurso ambiental. Houve uma resistência da comunidade que no seu processo histórico sempre esteve engajado em alguns fatores ligados à sobrevivência a partir de um modo próprio de uso da natureza, que ali dispunha seus recursos.

Mesmo numa condição em que a inserção da visão capitalista sobre os recursos naturais tenha adentrado de forma opressora na Amazônia e na Vila Bom Jesus, nos parece que a comunidade continua a estabelecer uma relação de sobrevivência a partir do que a natureza oferece. O rio, a floresta e a terra, ao contrário do que se pensa estão nas representações socioeconômicas e culturais dessas populações, suas territorialidades e estão nos contextos das disputas territoriais.

A forma opressora que citamos remete então um processo histórico em que a formação da Amazônia dentro de uma dinâmica capitalista inseriu também a Vila Bom Jesus, num enquadramento que condicionou a Amazônia numa mercantilização da natureza. A Vila Bom Jesus mesmo numa condição de distanciamento das influências e interesses mercantis têm sua existência territorial alinhada ao processo de sobrevivência, reprodução socioeconômica nos diversos contextos. Por conseguinte, as populações produzem formas de resistência independente das situações acima apontadas. As resistências estabelecem relações espaciais e territoriais e os conflitos nos mostram como essas resistências se constroem e se reconstroem para, por exemplo, as populações continuarem tendo acesso acessando a terra em que ocupam tradicionalmente.

Essa mobilização social originária não significa dizer que no processo histórico de formação territorial da Vila Bom Jesus ocorreu sempre o movimento socioterritorial como se entende hoje. No entanto, o que tivemos foram processos de resistência e disputa que caracterizaram as relações entre as comunidades, destas com a própria natureza pela busca da sobrevivência e, por fim, com as externalidades, principalmente as ligadas ao grande capital. Na Vila Bom Jesus, percebemos as disputas pela sobrevivência na questão que envolveu os indígenas, no processo histórico de expansão da população para o interior do estado enquanto os índios em toda região do Xingu via seus territórios ser tomado.

Temos assim dois povos em processos de luta pela sobrevivência em fins do século XIX, quando do início da ocupação de terras devolutas por diversas populações, da própria Amazônia e do nordeste brasileiro. Porém, há outros agentes envolvidos nos conflitos desde a época citada. A Vila Bom Jesus, nesse sentido vai experimentando conflitos territoriais ligados à expansão de frentes produtivas, principalmente a madeira e a pesca. Portanto, foram as externalidades econômicas que produziram relações cada vez mais complexas, as quais estão para muito além das dificuldades em lidar com os fatores naturais, os indígenas. Os conflitos que se inseriram e produziram territorialidades na Vila Bom Jesus estão no contexto do avanço nas relações capitalistas de produção na região amazônica.

A organização social que remete à Vila estudada poderia enquadrar esse processo como movimento socioterritorial. Entretanto, o que define o movimento socioterritorial não parece abarcar a história das conflitualidades que a Comunidade Vila Bom Jesus estabeleceu com esses agentes que citamos. O conceito e a definição de movimento socioterritorial não explica por si só esse movimento histórico, muito menos podemos considerar a reação das populações como um movimento ambiental. A situação constante de conflito e as territorialidades e conflitualidades histórico-geográficas se apresentaram em todo o processo de estabelecimento da Vila. Isso explica como as tensões territoriais vão criando as resistências na Vila Bom Jesus.

Em referência as transformações espaciais na Vila Bom Jesus no século XX elas se enquadram na definição do movimento socioterritorial haja vista as condições históricas em que os sujeitos se colocaram na organização de suas reivindicações. O movimento constituído tratou da resistência aos ataques que a comunidade sofreu em relação à extração madeireira e ameaça da pesca predatória, à presença das geleiras que exportavam grandes quantidades de pescado. Assim, esses fatores externos acabaram propiciando uma fase de consolidação das mobilizações anteriores. Pensamos que os conflitos em torno da exploração da madeira e do pescado representou um amadurecimento da mobilização social, haja vista essas comunidades estarem sempre na resistência.

Não temos dúvida, pelos relatos colhidos na pesquisa, que essas populações são uma resistência histórica. E no decorrer da história até a atualidade, principalmente de meados do século passado em diante, essas populações demonstraram uma organização que se direcionou para uma forma mais institucionalizada de movimento socioterritorial, com outros novos/velhos sujeitos e agentes participantes, como já



citamos. Nesses, tivemos os sindicatos, ambientalistas, ONGs, e assim, nasce uma questão ambiental brasileira que permeará boa parte das mobilizações em torno do que veio a se conceituar comunidades tradicionais.

Neste princípio, principalmente a partir da década de 1980/1990 podemos dizer que as condições já apresentadas no início desta pesquisa no que se refere à questão ambiental dentro e fora do Brasil, possibilitaram a organização do movimento socioambiental. Em termos de definição conceitual este tipo de movimento abarca um momento específico em que o movimento socioterritorial se institucionaliza com atenção voltada às comunidades tradicionais se institucionalizam na política do Estado. Ou melhor, as elas foram institucionalizadas dentro de uma determinada política pública para estabelecer negociações a cerca de tensões e conflitos históricos, porém que cada vez mais se tornaram cada vez mais violentos, ameaçadores à forma tradicional de sua reprodução socioeconômica.

Nesse bojo o estabelecimento da comunidade tradicional como categoria dentro da legislação brasileira usa o discurso ambiental imbuído de políticas e legislações próprias ganham força por todo um apelo e até mesmo modismo midiático prejudicial às populações amazônicas. Vejamos a grande força que se imprimiu ao movimento socioterritorial local em Porto de Moz, e logo em seguida, ganhando até muito mais força do que atos anteriores nas mobilizações populares por incorporar a agenda com temas ambientais, principalmente, o uso do discurso de desenvolvimento sustentável.

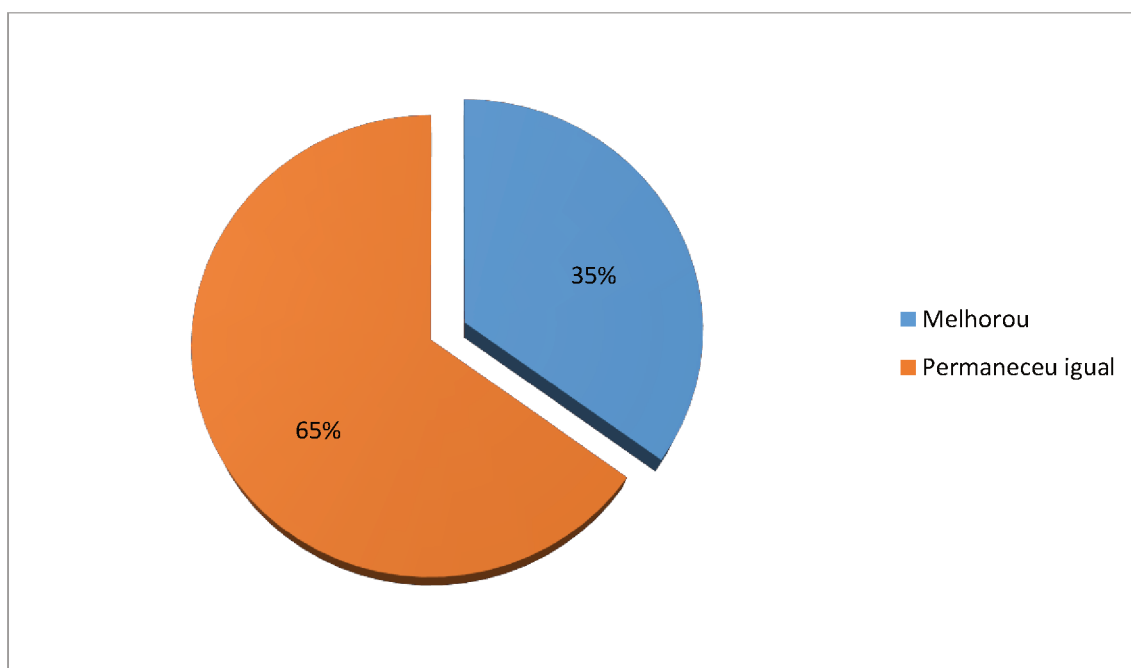
A razão desta assertiva se deve a situação em que se encontra a Vila Bom Jesus e da RESEX “Verde para sempre” na atualidade. Consideramos grave que dentro da Amazônia e conseqüentemente na estrutura social da Vila Bom Jesus, o discurso ambiental agrega toda a luta histórica pela terra transformando esse embate numa questão ambiental. Em outras palavras, os problemas de acesso a terra, de políticas de Reforma Agrária passam a ser interpretadas pelo viés de uma questão ambiental.

O discurso ambiental apregoado no processo de luta das comunidades possibilitou que políticas públicas fossem criadas e de certa forma oportunizou que o movimento socioterritorial se confundisse ao movimento ambiental ou socioambiental, trazendo soluções e respostas as reivindicações das comunidades tradicionais, mas, escondendo o foco principal de conflitos, o acesso à terra. Nesse intuito, vemos que na verdade não tivemos grandes repercussões e/ou soluções para Vila Bom Jesus na sua organização enquanto comunidade tradicional. Isso é dado à agenda programada do

Estado em relação a essas exigências quando ele mesmo inventou o conceito de População/comunidade tradicional. Entretanto, o Estado e o capital não contavam que uma série de grupos acabaria criando formas de resistência e mobilizações diversas apropriando-se das legislações disponíveis nesse âmbito.

Observamos nas pesquisas de campo que em sua maioria as mobilizações ambientais trouxeram resultados positivos à Comunidade Vila Bom Jesus, a primeira foi o atendimento a criação de uma Reserva extrativista. Entretanto, passados os anos vemos a continuidade de problemas historicamente colocados na Vila Bom Jesus, a sobrevivência das pessoas em relação aos recursos que estão disponíveis, no caso a ameaça a isso. Não se tem garantido, na forma que a própria lei rege que as comunidades tradicionais possam exercer as atividades extrativistas e agrícolas para seu sustento. Não se resolveu o problema do acesso à terra, como já afirmamos. Segundo o gráfico 10, temos a seguinte situação:

**Gráfico 60: Opinião dos moradores sobre a situação de moradia depois da criação da RESEX**



**Fonte:** Pesquisa de campo, Comunidades Vila Bom Jesus e Vila Nova Bom Jesus, 2019.

Em geral, percebemos que para os entrevistados, a situação de moradia para a maioria permaneceu a mesma. Na Vila evangélica, notamos que há uma indiferença

grande em relação à RESEX, não importando o que ocorra com a ela. Portanto, para esses as condições permaneceram a mesma antes e depois da criação da RESEX. Sobre os que disseram que melhorou, a justificativa principal se deve ao fato de terem recebido o fomento (bolsa verde) prometido pela ex-ministra Marina Silva quando de sua visita em 2005<sup>87</sup>. Outro fator para a melhora foi o atrelamento da chegada da energia à RESEX. Esse vínculo com a RESEX parece ser plausível, pois, o cadastro dos moradores na RESEX foi o primeiro critério para a instalação das placas solares.

A situação que temos é o movimento socioambiental, o qual contribuiu para a criação de uma RESEX. É nessa medida que um território tradicionalmente ocupado, a Vila Bom Jesus, foi inserido dentro da compreensão de uma dada política pública, uma Unidade de Conservação do tipo uso sustentável, não trouxe soluções amplas e eficazes aos problemas apresentados antes da criação mesma, vide a pesca, a criação de animais. Acrescentamos a exploração da madeira em áreas próximas como o rio Jaurucú.

Nessa conjuntura devemos pensar que antes de ser um conflito ambiental ou socioambiental existiu e persiste um problema de conflito territorial na Vila Bom Jesus. Apesar disso, poderemos observar o conflito pensando como Little (?) propunha, onde o conflito socioambiental é uma forma de observação, um olhar para um tipo de conflito.

Por outro lado, não há como negar que a RESEX “Verde para sempre” é um meio pelo qual se tornou um instrumento de busca de políticas públicas. É um instrumento de luta e que reduziu de forma considerável um dos problemas principais da Vila que era a extração madeireira. Na verdade, a RESEX se transformou num instrumento de reivindicação e de disputa com o próprio Estado, com empresas madeireiras à época e com grandes geleiras. Então, acabou se transformando em um instrumento de luta para a busca de solução para diversas problemáticas.

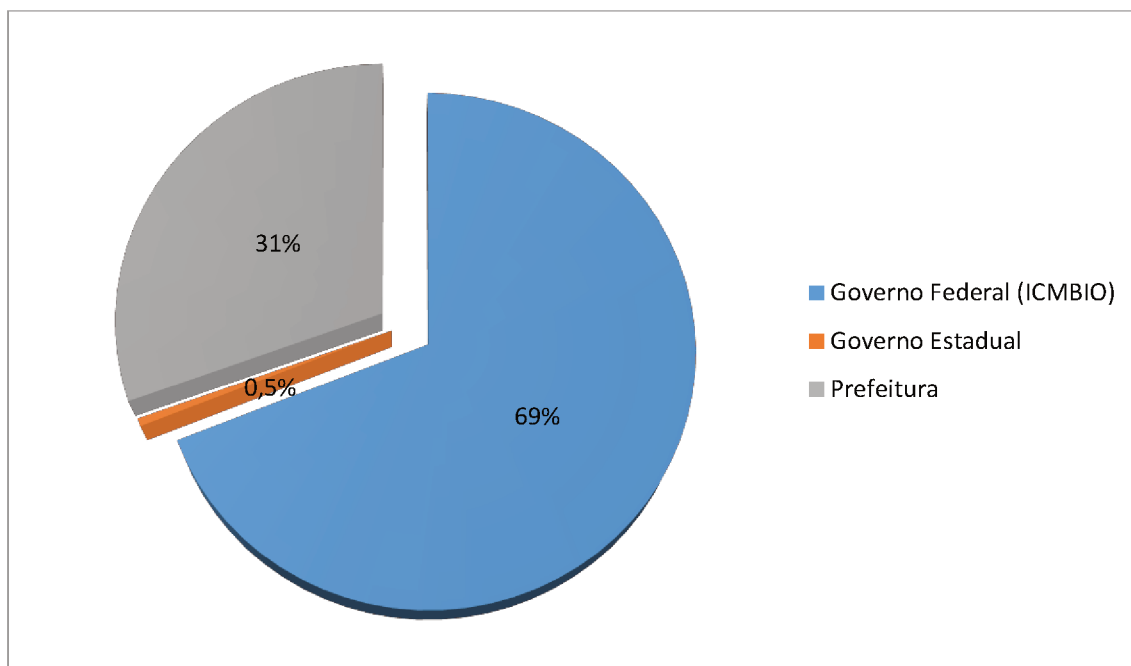
Em termos de mobilização, vemos que a organização atual e as transformações pelas quais a Vila Bom Jesus tem passado demonstram enfraquecimento da articulação com as redes reivindicatórias, ausência de um maior engajamento tanto do movimento local, com relativa ausência do Estado. Esse já não era presente em termos de políticas públicas, ausente na gestão (principalmente a organização burocrática) da RESEX, fato que persiste até o momento.

---

<sup>87</sup> Reunião realizada em 2005 na comunidade de Carmelino.

A relação com o órgão gestor da RESEX, o ICMBio é bem complexa. Vejamos abaixo no gráfico 11 a porcentagem que demonstra o órgão ambiental e a sua responsabilidade pela UC na visão dos entrevistados.

**Gráfico 11: Grau de participação de governo e/ou órgãos públicos na gestão da RESEX**

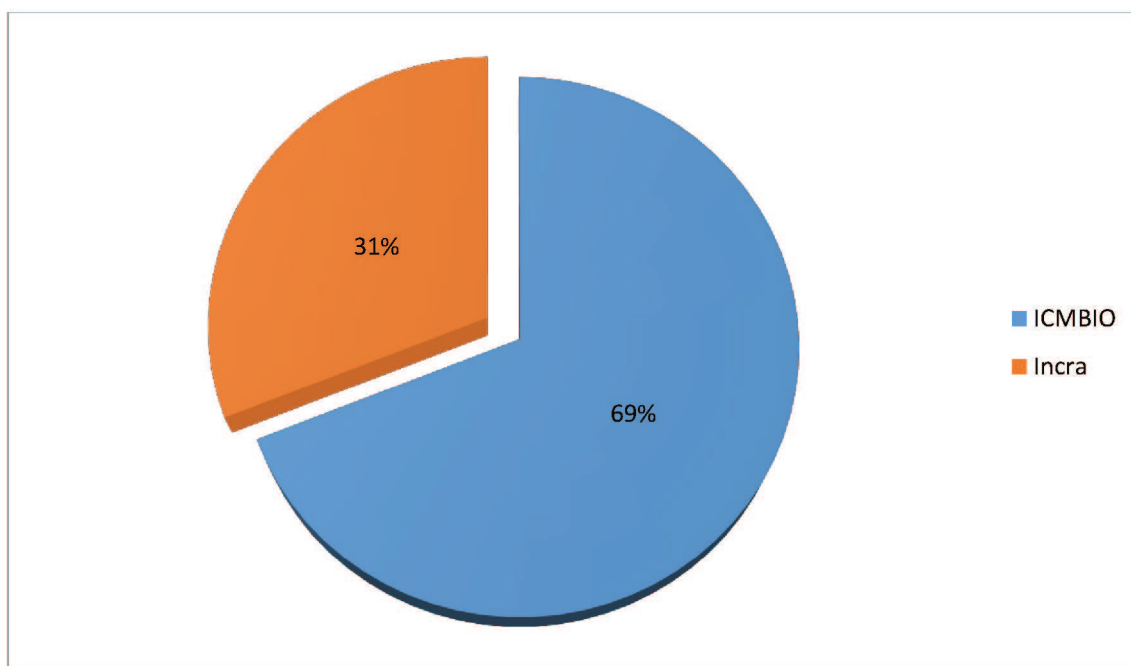


**Fonte:** Pesquisa de campo, Comunidades Vila Bom Jesus e Vila Nova Bom Jesus, 2019.

Notamos no momento das entrevistas que nesse aspecto as pessoas tiveram dificuldade para responder a questão. Isso nos leva a acreditar haver uma desvinculação dos habitantes da Vila com o órgão ICMBio e com outros órgãos. Ou simplesmente, ausência do mesmo, ainda que a explicação possa ter relação com desconhecimento da situação. No entanto, as pessoas reconhecem que o ICMBio é o órgão de maior responsabilidade embora se reportem a prefeitura como também o órgão mais presente.

Outra questão que nos remete a presença do ICMBio na Vila, perguntada em nosso questionário objetivo se refere ao oferecimento de orientações técnicas e a frequência com os técnicos do órgão estão presentes na RESEX. Vejamos no gráfico 12:

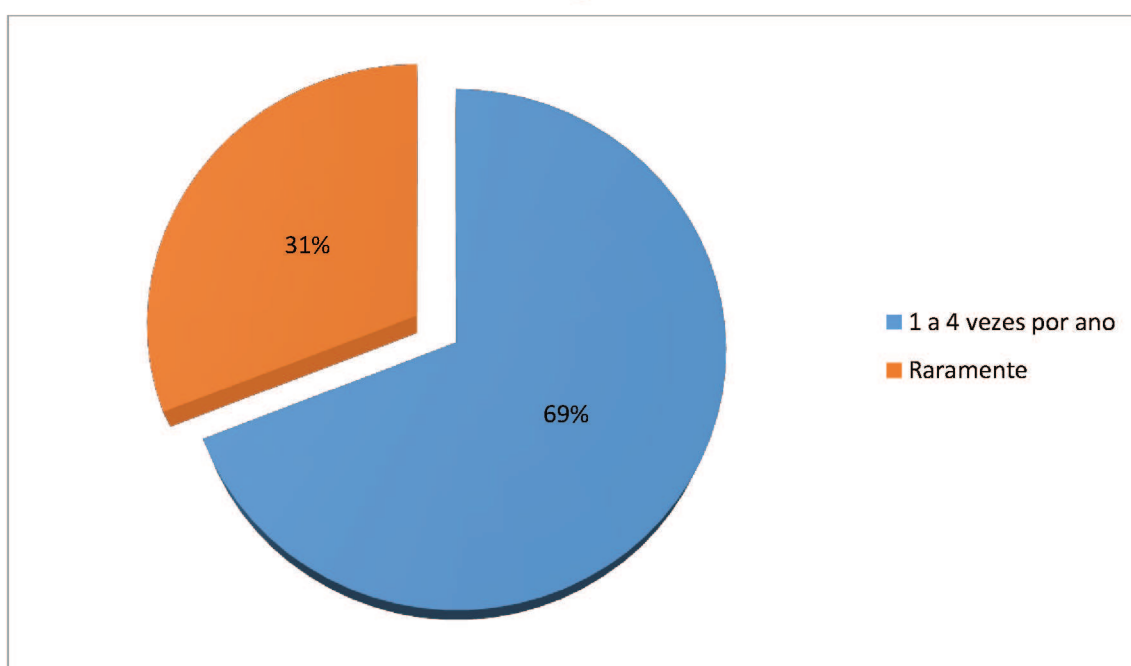
**Gráfico 12: Participação de Órgãos na Assistência técnica**



**Fonte:** Pesquisa de campo, Comunidades Vila Bom Jesus e Vila Nova Bom Jesus, 2019.

Questionamos também com que frequência se os técnicos do ICMBIO estão presentes na RESEX:

**Gráfico 13: Frequência de visita dos técnicos do ICMBio na RESEX/Comunidade Bom Jesus**



**Fonte:** Pesquisa de campo, Comunidades Vila Bom Jesus e Vila Nova Bom Jesus, 2019.

Segundo pode-se notar o ICMBio e o INCRA foram os mais citados. Estes órgãos estão mais próximos à comunidade. Porém, por parte dos entrevistados houve muita dúvida e desconhecimento da frequência com os técnicos do ICMBio na Vila. Parece-nos nítido que a relação não é de muita participação, ou existe alguma dificuldade de compreensão da função e importância deste órgão na Vila.

De 2012 em diante essa ausência do Estado se tornou muito maior devido a conflitos que remontam problemas com gestor da reserva, falta de investimentos e ausência de políticas assistencialistas de direito aos membros da RESEX e prometidas pela então Ministra Marina Silva em 2005. Além desses, temos o não cumprimento de diversas obrigações do Governo Federal, a extensão da RESEX, a maior do mundo; a diversidade de problemas que acabam provocando a existência de conflitos diversos em toda a Reserva Extrativista.

Esses problemas e mais questões graves que atingem a sobrevivência das comunidades tradicionais, contribuem para o arrefecimento do movimento socioterritorial e consequentemente da instalação de projetos agroextrativistas, de uma melhor organização e atuação do Conselho deliberativo na busca de soluções e de uma gestão mais firme em relação aos problemas que ainda persistem dentro da Reserva extrativista “Verde para sempre”.

## **5.2 As r-existências no uso da floresta, do rio e da terra na Vila Bom Jesus**

As mobilizações sociais históricas travadas pelas populações amazônicas e em específico na Vila Bom Jesus fizeram construir seus espaços de luta. Dito isto, essas mobilizações históricas sejam elas entendidas como movimento socioterritorial e depois como movimento ambiental demonstraram uma forma de organização específica para essas realidades em torno da região Amazônica.

E para Vila Bom Jesus isso não se deu de forma diferente, pois, esta vila e os seus habitantes dentro do seu processo de mobilização histórica nas lutas que são estabelecidas e que correspondem às suas práticas sociais elas produzem ao mesmo tempo, um aparato social, político, econômico e cultural; fatores estes, responsáveis pela sua reprodução social.

Passamos a considerar aqui o processo de luta como um processo de resistência. É por meio desse que as comunidades estabeleceram uma relação de enfrentamento com determinada posição contra um determinado grupo, diga-se claramente, o grande capital e o Estado. Portanto, esses quando tentam colocar barreiras às formas de vida local impondo uma ótica de desenvolvimento externa não engajada a essa forma peculiar de organização social no interior da Amazônia, se dão conta das resistências por meio dos movimentos sociais existentes nestes espaços/territórios.

O que queremos dizer é que a forma como se reproduz socialmente, culturalmente e economicamente os habitantes por meio da sua força de trabalho além de peculiar, não se faz sem disputas, sem conflitos. Em diversos momentos, o Capital, o Estado não leva isso em conta. Nesse ponto de vista, chamamos atenção para Vila Bom Jesus para os aspectos que *economicamente* aparecem como processos de resistência e r-existência nesta comunidade tradicional.

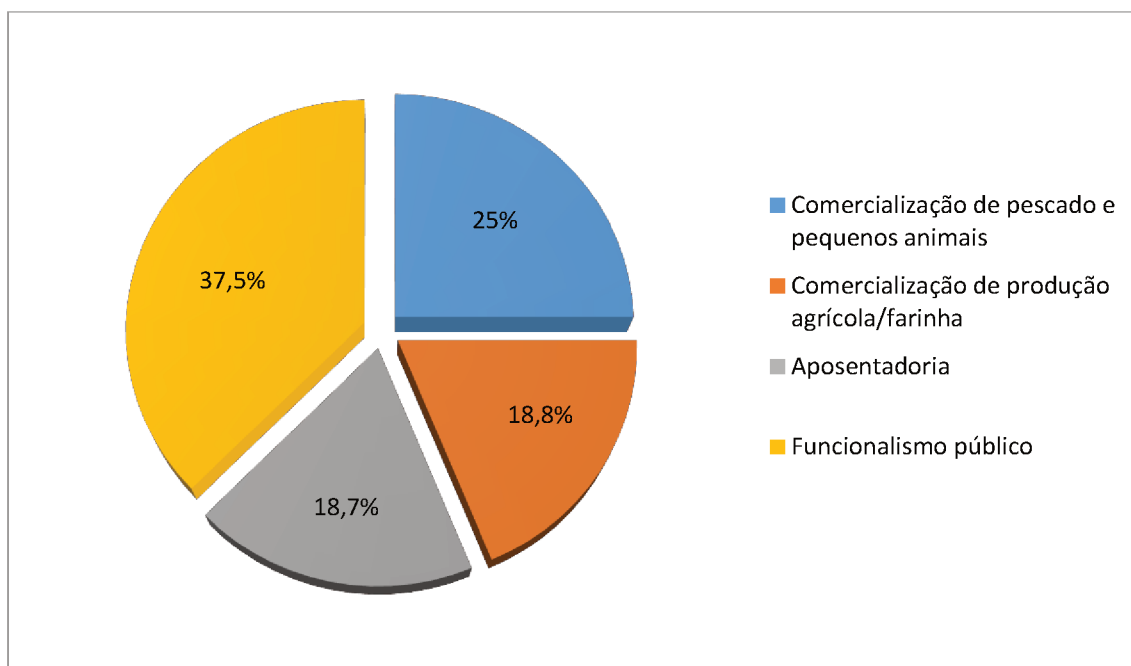
Nas atividades produtivas identificadas na Vila nós apontamos agricultura, agropecuária, com gado bovino e bubalino, a pesca e a caça. Essas atividades na Vila representam as formas de resistência (econômica) dos sujeitos diante principalmente da empreitada avassaladora da extração da madeireira. Em Porto de Moz a exploração da madeira se fez em cima de ameaça aos trabalhadores, pela ameaça constante em relação à disputa pela terra e a violência. Isso nos levou a compreender que formas de resistência e r-existência se configuraram na Vila Bom Jesus e em todas as comunidades de Porto de Moz no território da Reserva extrativista “Verde para sempre”.

A Vila bom Jesus não presenciou atos de violência do tipo: assassinatos, conflitos agrários pela posse da terra. Não podemos dizer o mesmo de outras comunidades do rio Jaurucu que presenciaram tais atos. Entretanto, os trabalhadores a partir de 1970 passaram a ter uma extrema dependência das empresas madeireiras não à toa a própria Vila Bom Jesus foi uma das primeiras a se colocar à frente do movimento através de suas lideranças como já dissemos. Isso demonstra, no entanto, uma realidade extrema de exploração. Se por um lado a Vila Bom Jesus soube r-existir, outras comunidades (e são muitas) reclamam da saída das empresas, pois, perderam sua fonte sua fonte principal de sustento.

Quando observamos a principal fonte de renda da Vila, nas pessoas entrevistadas compreendemos a questão. Desconsiderando que a maioria dos entrevistados tem alguma renda fixa (aposentadoria e funcionalismo público) a maior porcentagem de pessoas que vivem da comercialização de produtos extrativistas e

criação de animais é considerável. Outro fator a se levar em conta nesta análise é observado na pesquisa de campo. A população das comunidades que vivem diretamente daquelas atividades acima apontadas está em maior número. Na observação do cotidiano da comunidade isso é bem evidente. Vejamos no gráfico 14:

**Gráfico 74: RESEX: Principal fonte de renda das famílias residentes (2019)**



**Fonte:** Pesquisa de campo, Comunidades Vila Bom Jesus e Vila Nova Bom Jesus, 2019.

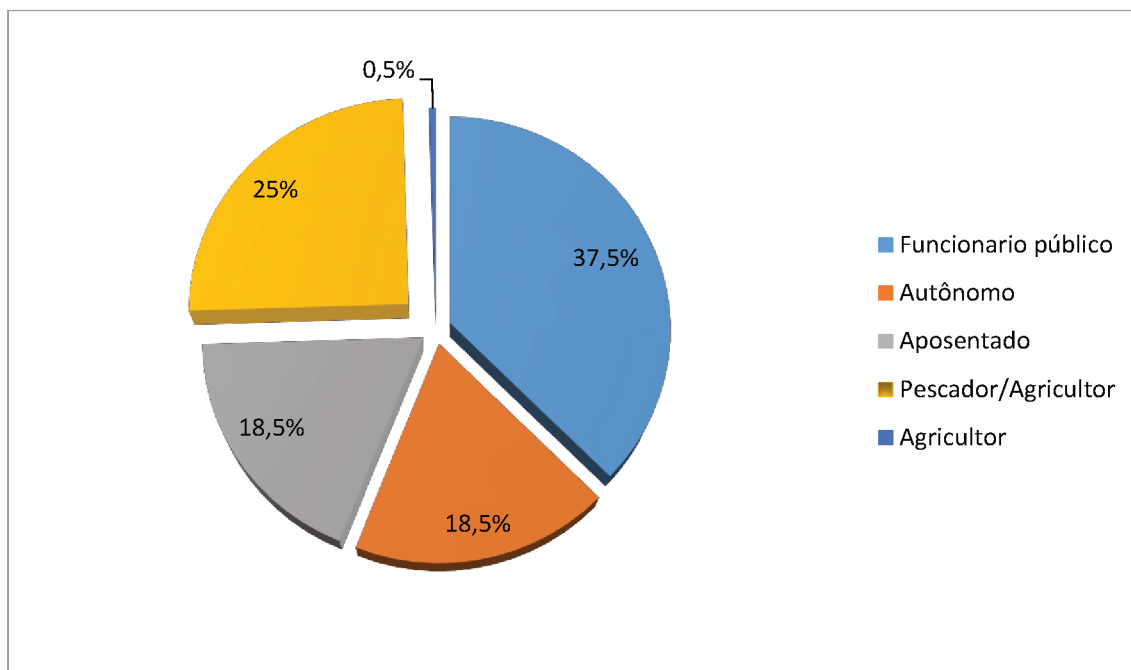
E observemos como a produção agrícola/mandioca ainda demonstra uma considerável participação desta atividade produtiva na Vila Bom Jesus. Numa Vila em que décadas atrás a extração da madeira era central, colocamos as formas de interpretação das resistências na Vila ligadas às situações dos sistemas produtivos voltados para o sustento. Justifica-se isso considerando a permanência de algumas atividades seculares, haja vista a maioria serem heranças indígenas e nesse aspecto permitiram que as pessoas se reproduzissem, economicamente falando, de uma forma que vai do extrativismo à agricultura.

Em prosseguimento, se pensarmos que essas atividades fazem parte dos domínios dessa particular sociedade amazônica que passaram anos acumulando conhecimentos e experiências, seja no antes e depois da madeira e no antes e depois da criação da Reserva extrativista “Verde para sempre”.



Averiguemos o gráfico seguinte sobre as principais ocupações dos residentes da RESEX/Comunidade.

**Gráfico 15: RESEX: Ocupações principais dos residentes da RESEX/Comunidade Bom Jesus (2019)**



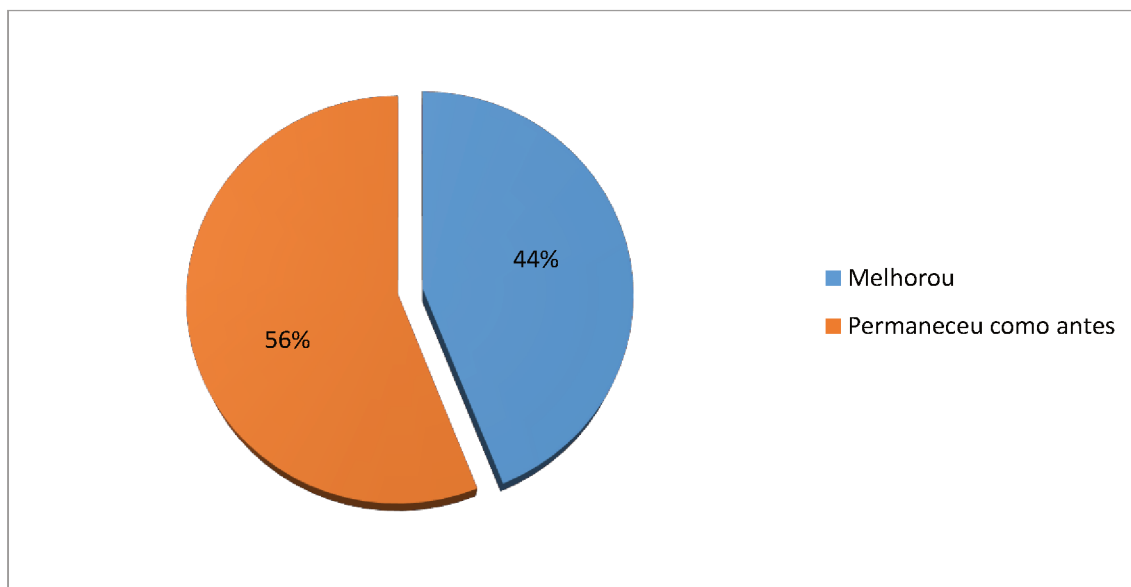
**Fonte:** Pesquisa de campo, Comunidades Vila Bom Jesus e Vila Nova Bom Jesus, 2019.

Pelo gráfico é possível observar que a maioria dos entrevistados são funcionários públicos, pois mesclamos a escolha entre todos os possíveis grupos de pessoas que vivem na RESEX: Professores, agentes de saúde, aposentados<sup>88</sup>, pescadores, agricultores, caçadores; etc. Ainda assim, tem relação com outras atividades tradicionais. Dessa forma, no gráfico acima, confirmamos o que as pesquisas e a etnografia nos mostraram. A maioria dos habitantes tem sua ocupação voltada ao sistema extrativista, pesca e caça; o de cultivo, com a mandioca. Esses últimos ocorrendo na terra firme. Esta constatação vem da junção das atividades ligadas à agricultura, extrativismo e os autônomos. Os autônomos desenvolvem em sua maioria o comércio, mas também a caça, a agricultura e a pecuária. Especialmente com a pecuária, nota-se que os funcionários públicos e os autônomos têm relação ou renda oriundas da pecuária bubalina ou bovina.

<sup>88</sup> Os aposentados não foram uma primeira escolha. Entretanto, as pessoas mais idosas das comunidades já são aposentadas e por isso, compuseram nossos entrevistados.

Abaixo temos a porcentagem dos entrevistados que responderam sobre as melhorias de suas condições econômicas após a criação da RESEX.

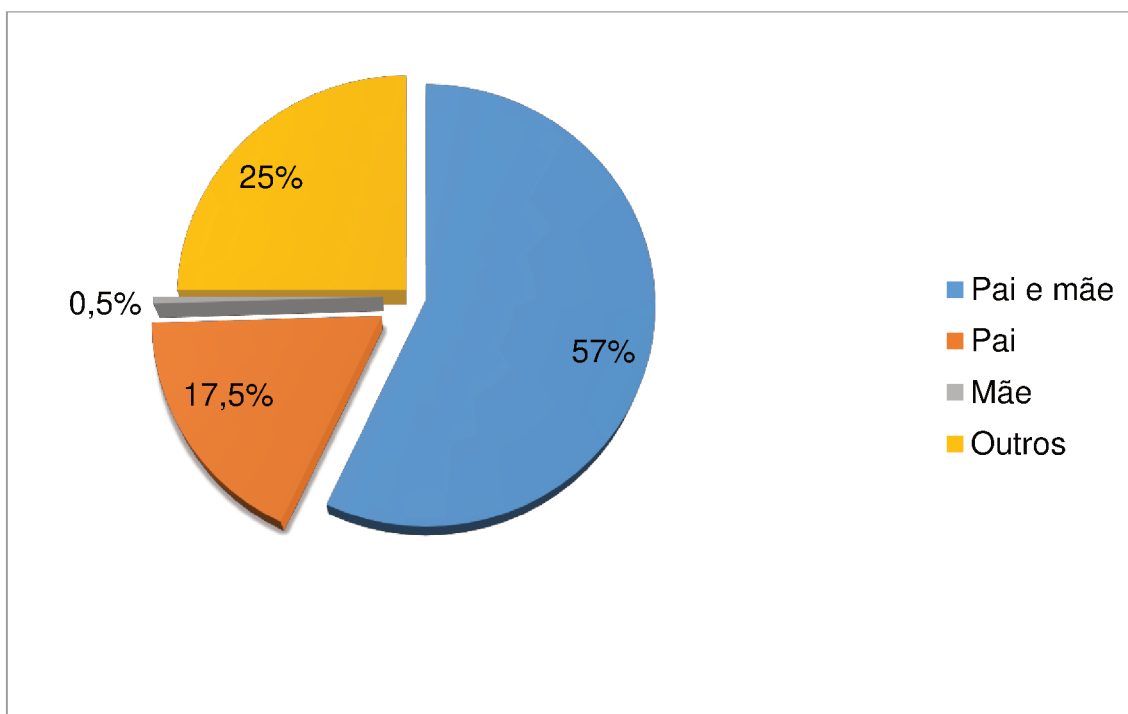
**Gráfico 16: Opinião dos moradores sobre a sua condição econômica após a criação da RESEX (2019)**



**Fonte:** Pesquisa de campo, Comunidades Vila Bom Jesus e Vila Nova Bom Jesus, 2019.

Isso tem relação com o que presenciamos na pesquisa de campo na Comunidade Vila Bom Jesus. Em geral, os moradores entrevistados colocam duas situações: a exploração da madeira e do pescado os ameaçava e a necessidade de uma ação do Estado para conter essa problemática. Com a criação da RESEX, o objetivo era acabar com os conflitos oriundos da extração madeireira e do peixe. No que tange a isso, a situação teve solução em sua quase totalidade. No entanto, no âmbito de da criação da RESEX, com a promessa de bolsas assistencialistas, assistência, projetos agroextrativistas, políticas públicas provenientes de órgãos como ICMBio e INCRA, os entrevistados relatam que nada mudou. Assim, sua condição permaneceu a mesma. Os que relatam as mudanças são aqueles que vivem da pesca, vivem da floresta, e criam o búfalo e o gado branco. Assim, os moradores têm percepções diferentes do que mudou após a RESEX, de acordo com a atividade que exercem. Podemos dizer que existem um desgaste maior com o órgão ICMBio, pelas promessas feitas e não cumpridas até hoje.

Outro fator revelador se refere aos trabalhadores responsáveis pela manutenção das famílias entrevistadas, segundo o gráfico 17. Vejamos:

**Gráfico 17: RESEX: Principal responsável pela manutenção financeira da família**

**Fonte:** Pesquisa de campo, Comunidades Vila Bom Jesus e Vila Nova Bom Jesus, 2019.

No gráfico acima verificamos como as atividades ainda estão bem centradas no pai e na mãe como os principais responsáveis pelo sustento da família. Igualmente chama atenção o fato de que o pai sozinho ainda conduz as responsabilidades pelo sustento. Não só nos 17% citados no gráfico, mas mesmo a mãe exercendo atividade remunerada, o pai é o chefe da família, algo bem evidente nas entrevistas e visitas que fizemos às casas, onde na maioria das vezes a mulher nem fica próximo.

Assim, na análise dos gráficos acima vimos que foram questionadas as condições econômicas das Vilas com os seguintes pontos: a condição econômica dos habitantes das Vilas; a exposição de suas principais ocupações; as atividades realizadas para o sustento das famílias e a forma como essa atividade para o sustento é realizado, e os responsáveis pela manutenção financeira da família.

Posto isso, nos parece evidente que a reserva trouxe mudanças pontuais na vida da Comunidade. Essas mudanças refletem principalmente a atividade madeireira e a pesca. Em outras palavras, as grandes alterações que ocorreram nas comunidades com a criação da Reserva Extrativista são aquelas que objetivaram a sua criação. Essas mudanças estão relacionadas ao objetivo motor de criação da “Verde para sempre”: o

combate à exploração devastadora da madeira e às Geleiras na exploração do peixe. Na fala dos entrevistados essa assertiva é unânime.

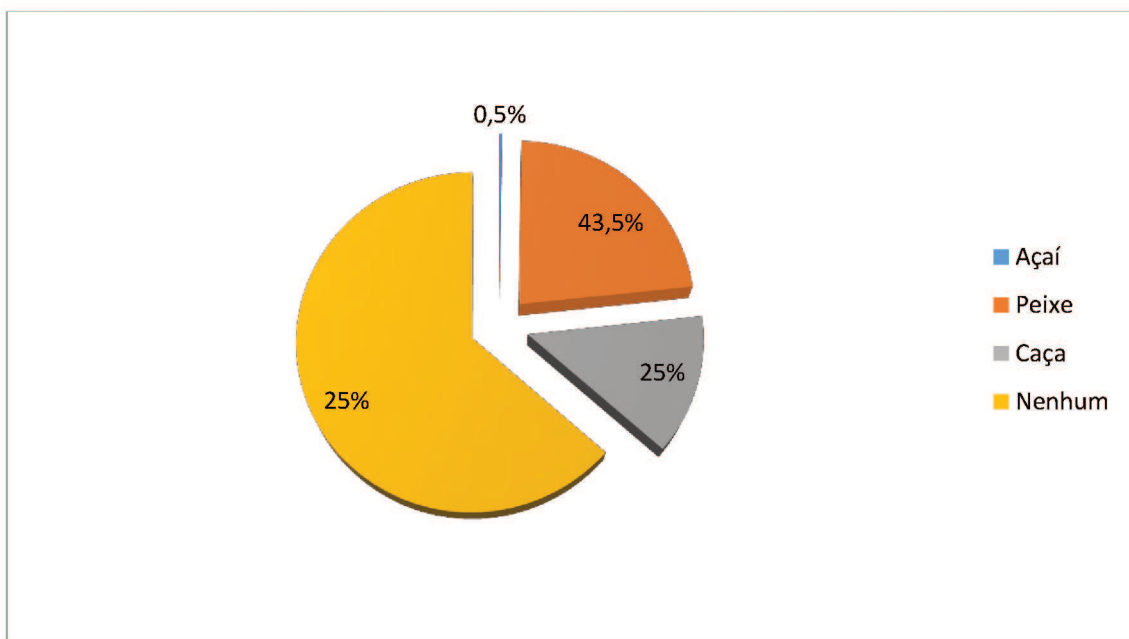
No bojo disso tudo as atividades ligadas ao sistema extrativista, a pesca e caça; o sistema de criação: búfalos, aves e suínos e o sistema de cultivo, a farinha, que parecem que a forma tradicional de realização dessas atividades se deu um processo permanente. Porém, de uma forma em que não se observou mais a ameaça madeireira e ao mesmo tempo não se tem os grandes lucros oriundos da exploração madeireira como o elo balizador da atividade. Vemos dois processos nisso, pois:

- as pessoas foram obrigadas de certa forma, a se voltar para outras atividades (tradicionais) como a pesca com a caça, e a realizar a venda desses na Vila. Não significa que cessaram essas atividades, mas, houve uma predominância da madeira em termos de controle de mão de obra e da predileção por uma atividade mais lucrativa;

- e por outro lado, abandona-se a realização e a dependência de uma única atividade que no caso da Vila Bom Jesus se configurou na atividade da exploração madeireira, para a consolidação de uma variedade de produção na Vila Bom Jesus.

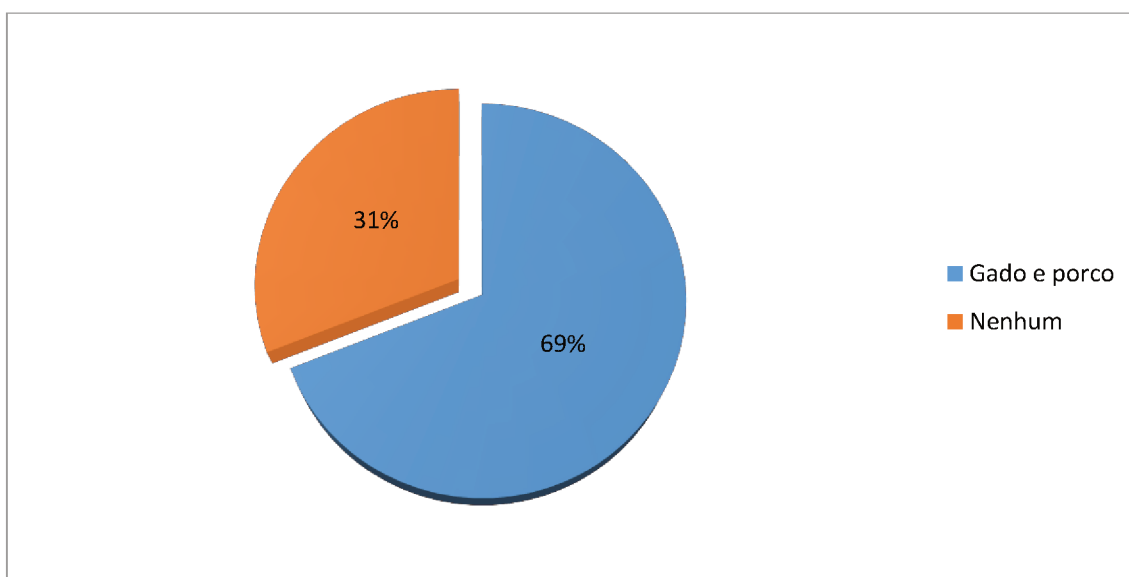
Por fim, questionamos as atividades desenvolvidas por sistema produtivo que os entrevistados exercem nas Vilas estudadas, como mostra o gráfico 18. A análise delas será feita após sua exposição.

**Gráfico 18: Principais atividades econômicas desenvolvidas na comunidade (2019)**



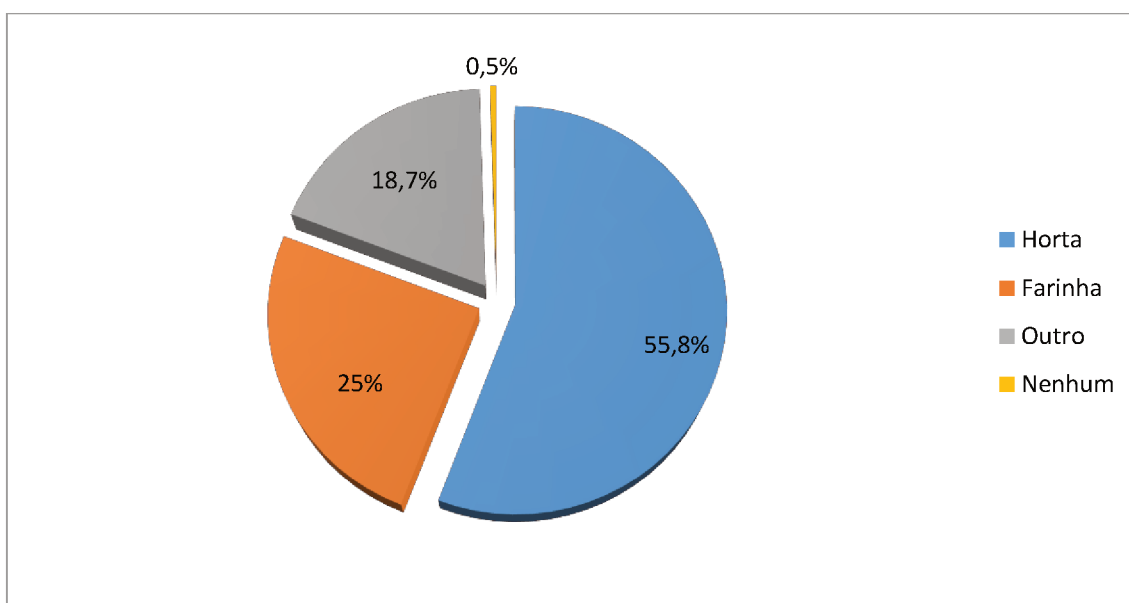
**Fonte:** Pesquisa de campo, Comunidades Vila Bom Jesus e Vila Nova Bom Jesus, 2019.

**Gráfico 19: RESEX: Atividades econômicas ligadas à pecuária e criação de animais**



**Fonte:** Pesquisa de campo, Comunidades Vila Bom Jesus e Vila Nova Bom Jesus, 2019.

**Gráfico 20: RESEX - Atividades econômicas ligadas à agricultura**



**Fonte:** Pesquisa de campo, Comunidades Vila Bom Jesus e Vila Nova Bom Jesus, 2019.

Com os dados coletados na pesquisa de campo e a partir dos gráficos mostrados, acima, é interessante explicar algumas questões que não ficam claras no questionário e na sua apresentação. Os moradores exercem mais de uma atividade. Em geral atuam num tripé produtivo: são extrativistas (pescadores, caçadores), criadores e cultivadores (agricultores). Sobre a pecuária, a maioria do rebanho é do tipo bubalino. O número de cabeças de gado bubalino varia muito e não conseguimos um número exato,

ou uma média de cabeças que os entrevistados dispunham, percebemos um desconforto dos mesmos ao fornecer a informação<sup>89</sup>. No entanto, o que temos na Vila é uma pequena pecuária bubalina e bovina, além da criação de porcos e aves.

Desde a criação da RESEX, o rebanho do gado branco, para corte e comercialização tem diminuído bastante. Nas entrevistas essa informação foi unânime. A pesca ocorre em períodos específicos como já falamos anteriormente, dependendo da “água grande ou da água baixa”, nos períodos de seca e cheia do rio Amazonas. A caça é uma atividade complementar e no geral é usada para o sustento e é vendida na própria Vila.

No quadro 7 demonstramos as atividades desenvolvidas na Vila procurando mostrar o peso no sustento dos moradores e no rendimento, na comercialização dos mesmos.

**Quadro 7:** Comunidade Vila Bom Jesus – Principais atividades desenvolvidas pelos moradores (2019)<sup>90</sup>

<b>Tipo de atividade</b>	<b>Período e local de ocorrência</b>	<b>Importância no sustento das famílias</b>
Pesca	Março a setembro – Rio Quati	Grande
Pecuária bovina	Janeiro a dezembro – Terra firme (lotes dos comunitários)	Grande
Pecuária bubalina	-fevereiro a julho – terra firme - agosto a fevereiro - Várzea	Grande
Caça	Janeiro a dezembro – todo território da Comunidade – Várzea e terra firme	Grande
Agricultura	Agosto a fevereiro – Terra firme (nos lotes)	Grande

**Fonte:** Pesquisa de Campo. Comunidade Vila Bom Jesus. 2019. Elaboração: Arnaud

<sup>89</sup> Interessante notar que os entrevistados não têm muitas cabeças de gado ao que parece. Eles preferem falar dos que tem grande número de gados e ao que parecem não vivem na Comunidade Vila Bom Jesus, mas tem terras e gados no espaço que corresponde à Comunidade e até fora dela. Assim, citam entre os “grandes pecuaristas” um número de 600 a 700 cabeças de gado branco e bubalino. Portanto, os entrevistados não tem um número de gado correspondente a esses grandes pecuaristas (daí afirmarmos não terem tantas cabeças de gado e embora alguns lotes cheguem a alguns tantos quilômetros). Inclusive a pauta do gado com a saída do búfalo da RESEX perpassa pela extinção também e saída desses gados desses grandes pecuaristas.

<sup>90</sup> Considerando um período de 1 ano. Foi levado em consideração o número de pessoas que vivem das atividades, para se levar em consideração o peso e a importância da atividade no sustento das famílias.

Sobre as atividades desenvolvidas na Vila Bom Jesus, colocamos o período, de agosto a fevereiro na agricultura, pois segundo os entrevistados é o de maior realização destas. Porém, isso não significa que não a realizam nos outros meses. Fora desse período, a atenção se volta mais à atividade pesqueira.

Outro fator a ser levado em consideração é a influência tanto na pesca quanto na agricultura, devido ao fator natural: o período de “cheia” e da “seca” (período da água grande e da água baixa) do rio Amazonas e sua influência sobre o Xingú, seu afluente. A dinâmica do rio e a disponibilidade dos peixes de acordo com as etapas de sua reprodução definem as atividades dos moradores na busca de seu sustento e comercialização do peixe e da farinha. Na Vila Bom Jesus, a transição do período de seca e cheia e vice-versa, depende da água, da demora da água baixar. Em agosto o gado bubalino, por exemplo, já está na várzea. E em fevereiro, na terra firme.

No quadro em relação a importância da atividade para o sustento das famílias, nos baseamos nas entrevistas. E segundo os entrevistados, todas as atividades tem uma importância muito grande para seu sustento. Mas, nos relataram os entrevistados essa referência de grande importância a atividades de extrativismo, de criação e de cultivo acontecem especialmente no rio Quati, onde está localizada a Vila Bom Jesus, no rio Jaurucu e no rio Acaraí. É importante entender isso hoje no território porto mozenense, na RESEX “Verde para sempre”, haja a vista a dinâmica da seca e da cheia dos rios definir as relações de produção e sustento das famílias.

Em outras localidades da RESEX, as atividades de agricultura não são realizadas, como por exemplo, no rio Iuí, rio Aquiqui e no rio baixo Guajará. Nesses rios ocorre somente a pesca e a criação do búfalo, produção de queijo e de leite. Inclusive o baixo Guajará é uma região muito conhecida dentro da história de Porto de Moz por no passado possuir uma grande fazenda de produção de queijo e criação de gado. Ainda no rio Guajará, o cultivo só aparecerá na sua parte rio acima. Portanto, especialmente na região do Rio Quati, na comunidade Vila Bom Jesus os moradores exercem o extrativismo, o cultivo e a criação de animais de pequeno e médio porte.

Mesmo ante todas essas transformações na Comunidade Vila Bom Jesus e observando sua inserção, aos poucos, dentro de uma concepção capitalista de comércio a partir das suas atividades extrativistas e agropecuárias, é possível afirmar na Vila, contraditoriamente algumas atividades não desapareceram. Enquanto atividades enraizadas na Vila e na Amazônia como um todo, a cultura agrícola e extrativista sobrevive numa espécie de resistência no sentido de que desde os primórdios no século

XIX, na origem da Vila, por exemplo, ainda exercem tais atividades, efetivando-as como sua principal forma de sustento. Como esses têm na natureza sua fonte de sobrevivência, pode-se afirmar que há uma reapropriação da natureza em vários momentos, principalmente quando as atividades capitalistas se sobressaem melhor nos espaços das comunidades e/ou quando o Estado age no sentido de desestruturar as territorialidades criadas historicamente pelas mesmas.

É nesse aspecto que o capital junto ações do Estado têm contribuído para uma dinâmica maior, mais fluída, mais acelerada em que o tempo e os espaços locais vão se transformando e adquirindo outras formas e criando temporalidades diferentes do passado. Por outro lado, é natural que as sociedades buscassem como já foi dito, melhorias em suas condições de vida. E numa região como a Amazônia, essas melhorias significam diminuir as distâncias e o tempo de transporte de seus produtos, melhorar as condições de trabalho, aumento da produção e melhores condições de cultivo e extrativismo.

Novas/velhas formas de produção do território local que se expressam no uso da terra, do rio e da floresta por meio de atividades extrativistas e pelo que foi possível perceber, a comercialização desses na própria Vila. Observamos para além do consumo, as atividades voltadas cada vez mais à comercialização dos produtos do extrativismo, dentro da Vila foram ocorrendo paulatinamente e ao que parece acelerou-se após o encerramento da exploração da madeira como uma atividade principal. É justo dizer, no entanto, que foi um retorno às formas de sustento historicamente colocados desde sua origem, principalmente o extrativismo, como condições básicas caracterizam sua forma de reprodução socioeconômica como veremos mais adiante.

Parece-nos claro a partir das pesquisas de campo feitas nos de 2012, 2016 e 2019 que as comunidades reivindicam entre outras coisas, esse retorno a sua forma de sobrevivência, haja vista essa ser sua principal questão e reclamação nas entrevistas realizadas. Ouvimos a ausência do básico para sobreviver, a exploração da floresta e dos rios, de forma mais tranquila e segura. Por outro lado, existiam comunidades que sobreviviam única e exclusivamente da exploração madeireira, viviam em contato direto com as empresas madeireiras. Na Vila Bom Jesus ocorria muita extração madeireira, muitos habitantes trabalharam para essas empresas. Essa mão de obra era fornecida pelas duas Vilas vizinhas e a localização das áreas de extração se localizava para dentro da mata.



Dessa forma, as reivindicações parecem ter resultado realmente numa reapropriação da natureza, observando o cotidiano da vila nesses anos de pesquisa. O modo de vida, a reprodução socioeconômica que a população das duas Vilas tradicionalmente praticava teve maior destaque e caracterizam as Vilas. Assim, de 1970 a 1990 não organização produtiva foi afetada pela pressão, ameaças devido à presença das empresas madeireiras, amedrontando as populações, segundo nos relata o entrevistado J:

se matavam as pessoas praí se não fosse a igreja o sindicato se envolver tinha até hoje pessoas conterrâneas nossas sendo presas. (...) Gerson Campos tomando a área da gente da causa, invadindo propriedade por aí (...)Esse senhor Fernando Fernandes neto quer dá uma de santinho agora mas esse é (...) perigoso! (...) Querendo ficar com as áreas. Antigamente, esse outro lado aí, todo mundo falava era do Doutor Alfredo; era porra nenhuma dele! Era só o nome porque ele tinha muito isso! E muito gado, aí ele ocupava tudo isso, depois que o povo começou a descobrir que não era dele, todo começou a ter seus pedacinhos de terra, entendeu, aí foi que veio essas questões da reserva (Entrevistado J, Comunidade Vila Boa esperança, março de 2019).

O entrevistado se refere a fazendeiros que tinham a terra do outro da Vila Bom Jesus, as grandes fazendas na verdade foram criadas de forma irregular, o senhor citado não tinha o documento. Quando a população soube disso se apossou das terras dele. A violência relatada pelo entrevistado ocorria no rio Jaurucu, mas também próximo a Vila Bom Jesus. Segundo ele, na estrada aberta e as centenas de ramais fizeram ocorrer a ligação com o mesmo rio pela grande mata. Eram caminhos variados que faziam chegar até a localidade de Carmelino.

Junto ao processo de reapropriação da natureza com as atividades tradicionalmente praticadas, temos a realidade territorial se modificando. Como foi apontando, outros elementos presentes na Vila vêm cada vez mais criando condições de mudanças nas atividades produtivas ali exercidas. A tecnologia e a energia elétrica têm influenciado tais mudanças. Ao entrevistar os pescadores, lideranças comunitárias extrativistas as pessoas estão num momento de adaptação a isso, ao mesmo tempo que buscam sempre alcançar melhorias como já apontamos. Insere-se também a comercialização interna de produtos oriundos da Pesca e da caça e dá produção do búfalo, bem como comércio de estivas e produtos alimentícios em pequenos e médios comercio nas duas Vilas e claramente.

No comércio temos esse acréscimo de consumo local devido a circulação interna propiciado pela presença dos programas “bolsa família”, o fomento da pesca, a presença de funcionários da área de saúde e educação, fator ligado diretamente ao crescimento dos serviços de saúde e educação. De 2012 a 2019 observamos aumento da oferta de vagas para bem como a oferta do Ensino médio – Modular.

Diante desse processo de mudanças vimos que as territorialidades acabaram se firmando e r-existindo na Vila Bom Jesus e propiciaram a formação de um cenário aproximado do que explica a territorialização de uma comunidade tradicional dentro de uma Reserva extrativista, a “Verde para sempre”. Nessa compreensão há uma ligação dessas transformações com os movimentos anteriormente debatidos e no decorrer da Tese.

Assim, na medida em que há uma montagem de uma realidade ou na verdade se produz uma realidade em que movimentos sociais se territorializam e se produzem territorialidades intrínsecas aos modos de reprodução socioeconômica da Vila. Isso tudo vai se configurando e se reconfigurando a ponto de termos vários elementos que nos oferecem a oportunidade de dar o próximo passo: entender como essa organização propicia a vida de uma comunidade tradicional dentro de uma reserva extrativista, dentro da concepção de uma política pública específica do Estado brasileiro e dentro da reprodução social de uma comunidade tradicional.

### **5.3 Disputas e tensões de uma comunidade tradicional: Vila Bom Jesus no contexto da RESEX “Verde para sempre”**

A institucionalização da Reserva extrativista “Verde Para Sempre” demarca a existência das territorialidades produzidas em contextos diversos e por sujeitos e agentes também diversos. Assim o cenário em que os movimentos sociais se territorializaram e produziram territorialidades em que a Reserva extrativista “Verde para sempre” se institucionalizou demarca as ações dos sujeitos e dos agentes formando e contribuindo aquilo que se conhece como comunidade tradicional a Vila Bom Jesus.

É imprescindível entender que a comunidade tradicional foi a categoria usada pelos movimentos sociais para se adequar às exigências do Estado, para permanecer e lutar pelos territórios tradicionais. Ela foi um elo de negociação com as esferas institucionais. Ela foi inventada enquanto conceito para estabelecer o diálogo das populações que ocupavam e ocupam terras e territórios tradicionais, uma negociação

para estabelecer uma relação com o estado. É uma forma de dizer que vão permanecer nos territórios em que já ocupavam.

Logicamente temos as disputas e as tensões inerentes ao processo de transformação e/ou de inserção do que seja uma comunidade tradicional dentro de uma Unidade de conservação. Assim, foi a partir das estratégias espaciais e territoriais, processos de luta e formação de redes institucionais que esses sujeitos construíram formas de r-existir. R-existir se tornou necessário em Bom Jesus. A preocupação de parte da academia e dos próprios movimentos sociais é pertinente em que pese o fato dessa luta ser escondido ou mal compreendida, formando o que Torres (2012) chamou de a formação do bom selvagem, os sujeitos que aos poucos se amansam diante da elaboração e da institucionalização das políticas públicas do estado principalmente no que tange às políticas ambientais principalmente.

A Comunidade Vila Bom Jesus r-existiu. No bojo do que apresentamos, ou melhor, do que a comunidade nos mostrou, as conflitualidades eram constantes. Em toda a formação da Vila desde o seu histórico, a natureza, os agentes externos se colocaram como desafios à comunidade. Os deslocamentos na busca de melhores condições de vida e de reprodução social, o medo de um possível ataque indígena naquele período o que fez os habitantes se deslocar para o as margens do rio Quati.

A Comunidade Vila Bom Jesus em seu processo de construção também experimentou momentos em que teve que lidar com experiências externas e isso não deve ser desprezado. O contexto em que esses contatos se cruzam está na função da Amazônia e, por conseguinte, da Vila Bom Jesus. Trata-se da especificidade da Amazônia na Divisão Territorial do Trabalho numa perspectiva do Estado brasileiro e do grande capital, como fonte de recursos naturais e fronteira econômica, sendo alvo de políticas de ocupação do território como se fosse um espaço vazio. Em suma, é pelo viés comercial, inicialmente que vai desde a borracha até a madeira e o pescado que a organização sócio-política da Vila Bom Jesus se configurou. Não foi um processo de mão única. Os camponeses florestais na Vila souberam criar estratégias de enfretamento e ao mesmo tempo adaptação a essas experiências ali vivenciadas.

O amadurecimento proveniente dessas relações em sua maioria, conflituosa explica como as Comunidades tradicionais representam também essa relação complexa de aquisição de novos direitos, mas, ao mesmo tempo como resultado na verdade de tensões de conflitos estabelecidos pela disputa por território. Assim, temos em essência um conflito de classes, na medida em que temos o encontro de frentes de expansão

(MARTINS, 1996), uma procurando continuar existindo e se reproduzindo, os camponeses florestais; e outra procurando expandir territorialmente, o capital. Essa expansão do capital se refere ao novo, considerando um novo momento de inserção do Brasil na economia mundo e da Amazônia como região integrada ao país e a compreendendo como um grande celeiro e recurso natural a ser explorado.

A luta de classes estabelecida por esses sujeitos explica um confronto em que a fronteira é dada segundo Martins (1996:33-34) como “concepção de fronteira do humano. Nesse sentido, diversamente do que ocorre com a frente pioneira, sua dimensão econômica é secundária”. A busca das comunidades tradicionais pelo direito ao território revela um “dramático confronto da condição humana e de concepções de humanidade: o camponês, o peão, o garimpeiro, o grande fazendeiro, o empresário (...) (MARTINS, 1996:33).

Portanto, esse dramático des (encontro) centra-se na disputa entre a condição humana de camponês florestal e extrativista com o Estado pela busca e conquista de novos direitos e com o grande capital, pois, na Vila Bom Jesus as madeiras e as grandes geleiras que estiveram ali presentes caracterizaram interesses externos nesses produtos. Saliente-se o fato de ser constante busca dos novos direitos a partir das comunidades tradicionais em RESEX, haja vista existir uma dissociação entre o ato de se criar leis no país e depois cumpri-la.

Outra questão nos leva a pensar como uma política pública ambiental, a Unidade de conservação, com a categoria Reserva extrativista tem se mostrado geradora de conflitos. A ação pública que gera, ou que na sua concepção foi pensada para gerar solução produz conflitos e conflitualidades. Nesse sentido as territorialidades produzidas dentro das áreas de interesse, no caso, a Vila Bom Jesus remete à busca de consolidação de políticas públicas dentro de uma área de reserva sustentável que possam corresponder às formas de reprodução dessas comunidades.

Assim, após a criação da Reserva extrativista “Verde para sempre” as comunidades como a Vila Bom Jesus são levadas a estabelecer um diálogo com o Estado para buscar existência de condições de vida. É uma posição conflituosa, já que esse diálogo concretamente tem a função de negociar a permanência de camponeses em uma área que já ocupavam, porém, agora inseridas numa nova categoria: comunidade tradicional. Vejamos, é diálogo nem sempre ou quase sempre não amigável. É sabido a grande dificuldade de se relacionar com a burocracia estatal para conseguir com que se cumpra sua função.

Na prática a criação da RESEX “Verde para sempre” propiciou a criação de cenários em que as comunidades tradicionais e os movimentos sociais se veriam mais organizados e engajados. O exercício do poder dos sujeitos teria um acréscimo, já que deveriam cada vez mais se fortalecer ou deveriam fazer isso no sentido de buscar o cumprimento das exigências que junto ao Estado deveriam atingir a Unidade de Conservação.

Foi o que ocorreu nos primeiros anos de criação da RESEX. As exigências no cumprimento da legislação principalmente por parte do IBAMA registraram arbitrariedades, atos de violência e assédio moral foram realizados nas atividades de fiscalização do órgão. Na época as comunidades interviram e a funcionária foi afastada da fiscalização da RESEX. Este fato se tornou público com reportagem da TV Record sobre a situação.

Na época de nossas primeiras incursões na RESEX “Verde para sempre”, em 2012, havia se passado 7 anos da criação da mesma. A principal questão envolvia o recebimento da bolsa verde pelos moradores. Segundo os moradores, a então Ministra do Meio Ambiente Marina Silva prometera que tão logo fosse criada a UC os moradores receberiam o benefício. Na época não havia o plano de manejo florestal<sup>91</sup>, por exemplo; esta também era uma preocupação extrema dos moradores, pelo medo de não cumprir as exigências da legislação. Ou seja, de alguma forma os moradores se encontravam numa posição conflituosa.

Constatamos que em 2011/2012 ainda estavam sendo elaborados planejamentos para apoiar o processo de elaboração de Planos de Manejo para Unidades de Conservação. A RESEX “Verde para sempre”, estava na fase de conclusão do mesmo e a responsabilidade era do ICMBio. Somando um total de 700.000,00 esse montante devia ser divididas com várias categorias de UC (MMA, 2010)<sup>92</sup>.

As tensões entre comunidade tradicional e Estado fizeram existir nessa movimentação na pós criação da RESEX. Os movimentos sociais estiveram constantemente buscando a realização e a materialização das condições que remetem

---

<sup>91</sup> Havia também o Plano Anual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar 2011-Bioma AMAZÔNIA já tinha sido orçado em 2011, mas, não executado até 2012. A responsabilidade era do Sistema Florestal brasileiro e este orçamento previa a implementação de programas de fortalecimento organizacional que envolvam formação e assessoria em gestão estratégica, financeira e administrativa para 11 comunidades contratadas, ou seja 160.000,00 para a RESEX “Verde para sempre” e mais 10 comunidades de 10 UCs diferentes.

<sup>92</sup> No documento que pesquisamos o MMA e o MDA demonstraram estar trabalhando juntos os planos de manejo florestal e plano de manejo de UCs. Na atualidade, essa parceria que já era muito difícil não existe mais.

uma comunidade a viver dentro de uma reserva extrativista. Nesse caso verificamos na Vila Bom Jesus uma mudança de cenário. Quando iniciamos a nossa pesquisa em 2012 até 2019 estivemos presentes na vila em 2012 em 2016 em 2019 o que observamos gradativo desinteresse do Estado em resolver problemas na RESEX.

Em consequência o desinteresse de parte das comunidades é evidente, no sentido da relativa participação na gestão da Reserva. A comunidade Vila Bom Jesus expressa bem isso. Percebe-se um afrouxamento de regras e leis ambientais dentro da reserva nas entrevistas verificamos que as pessoas não demonstram disponibilidade ou vontade de ouvir o ICMBio nas reuniões. Constatamos que isso leva ao descumprimento da legislação, pois acaba gerando certa liberdade ou um sentimento que a aplicação da lei não ocorrerá. Embora observemos que os próprios moradores assumam funções no conselho deliberativo e esse delibere aos comunitários dentre outras coisas funções de fiscalização, é notório o desinteresse pelas ações institucionais em relação à RESEX.

Observamos nas falas dos entrevistados sobre as reuniões que o ICMBio convoca a comunidade, as pessoas de certa forma não acreditam mais que alguma coisa possa acontecer que os favoreça diretamente. Vejamos o que relata o entrevistado J:

Ninguém acredita mais Mario! Por causa dessa situação. Olha a minha tia, a irmã dela aí. Uma das pessoas que brigou também, morreu e não ganhou nenhum benefício dessa Reserva; quando veio aparecer ela não existia mais. Meu cunhado mesmo jeito, quando a gente tava lá em terra ele tava lá no barco cozinhando comida pro povo comer, ajudando o pessoal e eu em terra (...) (Entrevistado J, Comunidade Vila Boa esperança, março de 2019).

Nesta entrevista e na maioria da fala dos entrevistados quando questionados sobre o tema, percebemos o descumprimento de compromissos por parte do Governo Federal em relação ao pagamento da Bolsa verde. Segundo os moradores, é “escolhido por cara” quem recebe os pagamentos que somam um total de cinco mil reais (R\$ 5.000,00). Do total de habitantes não conseguimos o número de pessoas que receberam, porém, nos relataram que são poucas pessoas.

Ainda há conflitos graves de representatividade, no debate das pautas, como explica o entrevistado J:

não sei se é porque não sou eu, são outras pessoas ocupando o cargo de representar as comunidades como conselho deliberativo, porque eu vejo assim, o conselheiro teria que antes ir pra uma reunião do conselho, reunir a comunidade, as quatro comunidades, dizer a pauta

da reunião que ia ser, e discutir entre todos porque ele vai representar as pessoas lá (Entrevistado J, Comunidade Vila Boa esperança, março de 2019).

Em relação ao descumprimento na RESEX que remete a uma das atividades principais da comunidade, a criação de animais de grande porte, o entrevistado J relata que:

É... chegaram a colocar a pauta do gado sem a gente tá discutindo. Foi paralisado a reunião aqui, nós fomos pra uma outra comunidade e onde nós colocamos que o gado não poderia sair (da RESEX), que se delimitasse mas que não tirasse, por essa desistência das pessoas né? Mas a lei do SNUC é clara não poderá ficar animal de grande porte e tomara Deus que esse louco desse presidente aí não faça acontecer realmente o que a lei tá dizendo, porque se der uma doida nele como eu vejo que ele fala em várias situações aí, é perigoso! (Entrevistado J, Comunidade Vila Boa esperança, março de 2019).

Ora, nestas questões postas, nos relatos, e baseado nas observações do cotidiano da comunidade parece claro que ocorreram várias frustrações em relação às políticas ambientais em relação na RESEX; bem como em relação às políticas sociais de uma forma geral. Mesmo a chegada da energia na Vila, no início vista como algo positivo vindo das ações da RESEX sobre a comunidade, hoje é cercada de problemas os quais já relatamos. As pessoas se sentem desassistidas e não valorizadas, quando se lembram das mobilizações históricas para expulsar os madeireiros e se enfrentaram de fato. O caso do búfalo é bastante representativo. É a questão, hoje, principal: se vai sair ou permanecer. É unânime o posicionamento dos comunitários para que a atividade permaneça para garanti-lo o básico, o sustento.

Muitas mudanças positivas ocorreram, principalmente em relação à exploração da madeira e ao pescado, mas talvez a maior evidência das problemáticas (em termos de participação social) na RESEX acima colocadas seja a inexistência, hoje, de uma associação que represente a Vila Bom Jesus no Conselho deliberativo da RESEX “Verde para sempre”. Essa comunidade não tem plano de manejo e não há informações sobre como isso vai se resolver, segundo nossas pesquisas. Considerando que a Vila Bom Jesus foi umas das precursoras do movimento socioterritorial na área rural para a existência da reserva e como combatente das atividades madeireiras e predatória em Porto de Moz, possuindo várias lideranças em todo processo de criação e institucionalização da “Verde para sempre”, consideramos a situação preocupante e potencializadora de mais conflitos.

Evidenciamos a preocupação em explicar o que seriam essas problemáticas, pois, nos referimos à forma de reivindicação desta comunidade. Sem representação, as condições de busca de solução aos problemas são pioradas. Com essa dificuldade apresentada, evidencia-se uma conflitualidade interna, na Vila e desta com a representação de comunidades vizinhas, principalmente com a Vila de São João do Cupari.

Vejamos: internamente, ocorreram problemas na antiga associação da comunidade - AVBL - Associação da Vila Bom Jesus - e um grupo criou outra associação - Associação do desenvolvimento sustentável do rio Quati - para representar a Vila no Conselho deliberativo da RESEX “Verde para sempre”. Como a nova associação não está regularizada, a Vila Bom Jesus não tem representatividade no conselho. Os entrevistados não nos esclareceram precisamente os motivos das divergências. Entretanto, percebemos que essa questão decorreu de desentendimentos na eleição local para representante da Comunidade no Conselho da RESEX, quando à época existia a AVBL - Associação da Vila Bom Jesus. Como não chegaram a um acordo, a AVBL deixou de existir após o episódio, e mesmo com a criação da Associação do desenvolvimento sustentável do rio Quati, a nova associação, não há representante no Conselho deliberativo.

Apesar de que as situações que envolvem essa problemática da Vila, não estarem na diretamente na uma responsabilidade do ICMBio, esse deve articular melhor a execução dessas tarefas que são primordiais para o funcionamento da reserva extrativista para que ela cumpra sua função e principalmente não possa prejudicar os moradores. Os próprios moradores têm dúvida sobre a presença do búfalo. Conflitos já ocorrem em relação a isso, pois os pecuaristas começam a questionar ainda a presença de latifúndio na área. Embora tenha diminuído bastante, há grandes fazendas e grande número de gados na localidade. Ao mesmo tempo, questionam a existência disso, mas, no geral, observamos que no cotidiano da Vila não há uma predisposição em por fim totalmente na atividade. Como disse um dos entrevistados, a intenção é permanecer um quantitativo da criação que garanta o sustento.

Salientamos o não acordo com o ICMBio nas várias reuniões já realizadas com essa pauta. O fato é que os comunitários não irão abolir a atividade, como eles mesmos dizem. Não se sabe de que quantitativo de permanência da atividade poderá ocorrer. Segundo as entrevistas que fizemos houve pelo menos quatro reuniões com essa pauta do Gado bubalino e em nenhuma delas houve acordo com o órgão ambiental para



retirada do mesmo. Ao que parece é a principal questão envolvendo conflitos entre o órgão e as comunidades<sup>93</sup>. Nesse sentido as populações afirmam não há como desfazer da atividade pecuária com gado bubalino sem que ocorra a substituição dessa atividade por outra que garanta o sustento das famílias.

É grave a situação em que não se tem um cenário em que isso possa se resolver. Como vimos, não existe plano de manejo, não existe um plano de ação claro. Os projetos agroextrativistas que ocorrem de forma isolada nas comunidades, em sua maioria ocorrem junto a organizações não governamentais.

Essa é outra situação conflituosa e que comparece no contexto geral da reserva. Temos uma comunidade como a Bom Jesus que não se encontra organizada nesse sentido mais institucionalizando ou não recebeu algum beneficiamento, para além dos ligados a pagamento de benefícios ambientais, como: orientação técnica, a presença de orientação sobre outras atividades ou sobre a substituição de uma ou outra forma de sobrevivência. De outro lado, temos comunidades que estão bem organizadas, com plano de manejo, a orientação técnica, porém entendemos que isso é grave já que não abarca todas as comunidades.

O que dificulta tais ações?

Certamente a dimensão geográfica da RESEX dificulta ação institucional e a organização e até mesmo o movimento, as reivindicações para melhoria ou solução desses problemas. Entretanto, há fatos mais graves por trás dessa situação. Como observa Costa (2014:82), “considera-se ainda o grau elevado de despreparo de seus agentes que geralmente eram semianalfabetos e com pouca experiência em gestão”. O autor se refere a questão educacional na RESEX “Verde para sempre”. A questão educacional tem interferência, por exemplo, na comercialização da madeira. Segundo o entrevistado I:

Há comunidades em que ex-políticos tem uma influência grande. Por exemplo, como eles entendem mais as leis, eles souberam se organizar melhor. Eles fizeram a associação na localidade deles. Legalizaram e podem vender a madeira já legalizada. Isso principalmente nessas comunidades aqui na frente da cidade. É onde eles têm terra. Lá pra dentro não tem nada disso. Tem madeira saindo aí com ISSO 2001, 9000 né, acho que é esse o nome da certificação(Entrevistado I, Comunidade Vila Boa esperança, março de 2019).

---

<sup>93</sup> Em toda a RESEX “Verde para sempre” este é problema principal para a garantia de sustento das famílias.

O entrevistado acima, que é professor em Porto de Moz, na cidade confirmou o que Costa (2014) explanou em sua Tese de doutorado. Apesar de ser uma perspectiva generalizante, pois, há comunidades que conseguiram se sobressair e se organizar, não se tornando barreira o fato dos moradores não se encontrarem escolarizados. Mas, é fato a ausência de escolarização entre os membros do movimento socioterritorial e lideranças comunitárias.

Apesar de ser algo pontual, em relação à comercialização da madeira, as comunidades que têm apresentado melhor organização diante da burocrática e desafiadora vida de viver numa RESEX em contato com os entes da federação, União, estado e município, são aquelas que no início estiveram mais organizadas ou se mantiveram nesse nível.

Naquele caso, além da situação educacional, predomina uma condição histórica. É condição essencial entender que os políticos locais enriqueceram bastante no período áureo da madeira da cidade. Circulação de dinheiro, pessoas, crescimento e expansão urbana, avanços da rede de serviços, fixos e fluxos em Porto de Moz, foram propiciadas pela acumulação capitalista de grande parte dos políticos locais. O dinheiro da madeira que ficou na cidade era desses agentes e empresários da cidade. Assim, todos esses possuíam terras nas localidades que hoje fazem parte da RESEX, de onde retiravam a madeira, e se apossando das terras dos comunitários e/ou tomando terras públicas ameaçando violentamente os mesmos.

A extração legalizada da madeira, portanto, passou por interesse político presente nessas comunidades que tem muita atividade agropecuária com búfalo, a principal fonte de renda. Esses grupos souberam lidar com o aspecto burocrático-institucional para a realização dessas atividades, o que na Vila Bom Jesus se coloca como desafio ainda bastante presente.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, apresentamos questionamentos que cercam a criação das Reservas Extrativistas na Amazônia e no Pará. No bojo disso, está compreendida a classe social de Comunidades camponesas e a categoria comunidades tradicionais em sua trajetória dentro dos movimentos socioterritoriais na região, e em nosso lócus de estudo, Porto de Moz e na criação da Reserva extrativista “Verde para Sempre”. E, pensando e considerando como esses grupos criam estratégias de criação de UCs e reprodução socioeconômica, mas também conflitos nos territórios protegidos e fora deles.

Nesta tese de doutoramento, colocamos nossa contribuição onde procuramos mostrar nosso olhar por meio da pesquisa social, com especial manuseio à ciência geográfica ao analisar os conflitos em áreas de Reserva extrativista na Amazônia. Conflitos que envolvem sujeitos e agentes diversos como os movimentos sociais; os camponeses florestais e extrativistas em processos de resistências e *r-existências* e com uma constante *reapropriação* da natureza; o Estado brasileiro e organizações não governamentais.

Nosso ponto de partida para esta Tese foi apresentar entendimento da Amazônia na atualidade, e mais especificamente uma porção de seu território, questionando o papel das Unidades de Conservação, e em específico da RESEX “Verde para sempre” criada em 05 de novembro de 2004 estando localizada no município de Porto de Moz, no estado do Pará. Ousamos apresentar algumas respostas que mostrassem como a Amazônia ainda vem sendo ocupada na atualidade, mas considerando todo seu processo histórico e a forma como ela foi inserida num contexto nacional de país e na economia mundial. Dito isso, uma das respostas dadas a esse papel da região na contemporaneidade é a criação das Reservas extrativistas, seus objetivos e os conflitos pertinentes nesse processo.

O objetivo de estudar a Reserva Extrativista “Verde para sempre” esteve centrado na intenção de mostrar os conflitos que existem dentro de uma Unidade de Conservação, território/área legalizada pelo Estado. E para além dessa compreensão objetivamos entender como uma reserva extrativista pode ao mesmo tempo contribuir para a minimização desses conflitos, mas também gerar outros na medida em que nos parece de certo modo intencional que esta política pública não cumpra seu papel e

resolva problemas relacionados ao desmatamento, devastação dos recursos pesqueiros, conflitos agrários e ainda sirva como área de uso do capital concedida pelo próprio Estado.

Com esse objetivo iniciamos uma incursão histórica mostrando os diversos momentos em que a Amazônia se constituiu como um espaço de ação do Estado e do Capital voltada para a exploração dos recursos existentes. Nesse contexto histórico os agentes foram vários. Em dado momento houve o controle pela Coroa Portuguesa, Império Brasileiro e depois pelo próprio Estado, onde o Capital nacional e internacional bem como Estados territoriais estrangeiros igualmente se articularam com interesses no controle dos recursos disponíveis.

A intenção com isso foi mostrar como a organização do espaço regional ao mesmo tempo em que forjou uma ideia de Amazônia serviu ao próprio Estado e ao grande capital, quando apresentamos e discutimos, por exemplo, os processos de planejamento regional nas décadas de 1960 em diante. Com esse objetivo inserimos a discussão do município de Porto de Moz como recorte espacial de nossa Tese. Nesse sentido, em fins do século XIX realizamos a nossa trajetória de discussão apresentando o município de Porto de Moz nas considerações relacionadas à sua constituição, principalmente debatendo o papel de suas comunidades camponesas e suas características.

Como contributo à discussão colocamos em questão a formação territorial e as territorialidades que cercaram o município de Porto de Moz e a Comunidade escolhida para nossa análise, a Comunidade Vila Bom Jesus, comunidade camponesa localizada no Rio Quati e uma das precursoras no movimento socioterritorial na área rural pela criação da reserva extrativista “Verde para sempre”. Em prosseguimento, apresentamos a formação territorial e as territorialidades que compuseram os processos na formação político-institucional econômica e territorial da Vila Bom Jesus.

Foi nesse caminho que compreendemos e mostramos como algumas atividades econômicas ao mesmo tempo se consolidaram e se caracterizaram como o sustento da Vila Bom Jesus, assim também como em quase todas as outras comunidades camponesas de Porto de Moz, essas atividades fizeram despertar os interesses de empresas madeireiras e grandes geleiras. O resultado disso significou a ameaça ao modo de reprodução socioeconômico local, praticada por essas empresas, a partir de 1970.

É nessa contextualização que as populações rurais, entidades como Igreja Católica, Sindicatos, Colônia de pescadores formaram o movimento social e o

socioterritorial se articulando com as comunidades camponesas se mobilizaram para buscar resolver duas grandes questões: a exploração da floresta com a extração da madeira e a ação das geleiras em relação ao pescado. Essa articulação conseguiu após grandes mobilizações, como fechamento de rios contra a saída de balsas lotadas de madeira e exigir dos órgãos governamentais o comprometimento ao combate aos problemas existentes, o que resultou na criação da Reserva extrativista “Verde para sempre”.

Sendo assim, ao pensar nas ações dos movimentos sociais em Porto de Moz, e conhecendo as territorialidades da Vila Bom Jesus e seu processo de territorialização, concluímos que as situações de conflito que envolvem suas lutas, compreende como o Estado brasileiro e o capital se articulam de uma certa maneira fazendo com que as comunidades necessitem r-existir para reafirmar seu modo de vida no território já habitado. A criação de RESEX “Verde para sempre” é a reafirmação das comunidades camponesas no seu território já tradicionalmente ocupado, é a forma de garantir a permanência dessas comunidades fazendo o uso da categoria comunidade tradicional e/ou população tradicional diante das “janelas” burocráticas criadas pelo Estado.

Assim, se chega à conclusão de que o envolvimento das comunidades tradicionais em conflitos por vezes violentos, as quais caracterizaram a criação da RESEX em Porto de Moz resultaram na prática em um alicerce no que se refere à permanência das pessoas das Comunidades e seus territórios de forma legalizada. Indo mais além, considera-se que reserva é uma forma reconhecimento para o Estado, em que as comunidades acabam por utilizar uma linguagem e uma lógica externa de organização para r-existir. Essa r-existência serve para dizer que elas são populações com direitos ao território que já ocupam.

Portanto, o centro da questão está em comunidades que adquirem direito aos territórios. Assumindo que estas assumem esse direito e se consolidam nele como comunidades tradicionais estão o fazendo como identidade política, institucionalizada. Assim, o entendimento disso no leva a compreender a categoria comunidade tradicional distinta das outras pela sua finalidade específica, momentânea para a resolução da problemática “ambiental” em relação à madeira e a pesca. No entanto, a sua inserção na luta contra a opressão do Estado e do Capital revela conflito de classe, e nesse sentido essas comunidades são camponesas. Pensamos ser esse enquadramento e o que está por trás dos processos de conflito e de luta, quando estas comunidades buscam se firmar para sobreviver.

Assim, as Reservas Extrativistas são um arrimo para se conseguir o território tradicionalmente ocupado. As comunidades almejam permanecer nestes territórios, mas ao se engajar nos processos de luta conseguem Unidade de Conservação. E no entendimento inerente à compreensão de lutas de classe e como constatação disso, mostramos que na legislação sobre uso extrativista da terra a primeira lei não é o SNUC e sim é de 1987 com a portaria 627 do INCRA onde cria a modalidade de Projeto de Assentamento Extrativista. Portanto a RESEX nasce como modalidade de reforma agrária, como criação de Assentamento, o PAEX.

Nessa circunstância, é que temos também a territorialização dos movimentos sociais em Porto Moz e de maneira geral é nesse ensejo que as comunidades se encontram. Os movimentos sociais incorporam o discurso ambiental, como já dito, na forma de luta pelo reconhecimento territorial. O ápice do uso desse discurso foi para o campo da prática, onde se criou um cenário claro e conflito entre comunidade e empresas madeireiras em Porto de Moz, nos anos 2000. A ajuda de entidades não governamentais foi essencial para isso, notadamente o Greenpeace e o Conselho de Desenvolvimento Sustentável de Porto de Moz (CNS). Essas entidades contribuíram sobremaneira nas mobilizações sociais, fornecendo estrutura para protestos como no que ocorreu no ano 2000 com o fechamento do rio Jaurucu contra a saída das balsas de madeira, com a presença e o comando de lideranças comunitárias da Comunidade Vila Bom Jesus.

Outro aspecto relacionado a isso e como crítica também, está na forma como o Estado e o Capital, que se utilizam de formas agressivas e as mais persuasivas possíveis para conseguir fazer com que as comunidades tradicionais estejam sobre a sua tutela no controle do território (federal) visando a terra (seu controle) e de forma não exagerada, configura-se uma estratégia para no futuro. Como? Como territórios protegidos para empresas agrominerais, grupos e corporações internacionais, nacionais e regionais. O Capital continua sim guardando territórios para suas futuras ações, com a contribuição do Estado brasileiro.

A Comunidade Vila Bom Jesus é um exemplo dessa persuasão. Esta comunidade que se colocou muito presente dentro da criação da RESEX, hoje se mostra desarticulada do ponto de vista da organização social em relação às suas associações comunitárias na participação dentro da gestão da reserva e como resultado da criação da reserva. A Comunidade Vila Bom Jesus se coloca, espacialmente falando, como uma comunidade que é diferente das outras em termos de nível de consolidação e

funcionamento dos aparatos institucionais e legalistas da RESEX “Verde para sempre”. Em outras palavras é um desafio às comunidades camponesas se enquadrarem na legislação, compreender toda a burocracia da “participação” efetiva na gestão. Assim, existem comunidades que conseguiram ter relativo sucesso na incorporação da dinâmica institucional.

Essas diferenças de participação e inserção das comunidades na gestão da RESEX, de forma que consigam tratar efetivamente seus problemas representa hoje situações de conflitos e potencial geradoras de conflitualidades. Ou seja, a RESEX criou territorialidades diversas em que algumas comunidades conseguem modificar sua dinâmica social, econômica e cultural quando incorporam discursos e comportamentos externos.

Dessa forma, observamos no decorrer de toda a história das Comunidades camponesas na Amazônia um processo de resistência e r-esistência. Neste conjunto de reivindicações pela criação das RESEX, as comunidades passam a exigir direitos entrando em conflito com o Estado para pensar formas nesse caso de reconhecimento territorial, bem como estão nesse processo concepções que remetem o uso tradicional da terra, conflitos agrários e devastação florestal.

As comunidades em suas mobilizações exigiram um direito basilar: permanecer no território já ocupado, mas, receberam a opressão do órgão ambiental, quando se criaram burocracias diversas, legislações muitas vezes não compreendidas e até ameaças a estas mesmas comunidades. Em certa medida, seria o pescador, o camponês um empecilho, o inimigo da RESEX, pelo simples fato de estar no território tradicional? Seria essa uma possível resposta considerando que em áreas de RESEX o Estado tem nas concessões florestais uma forma de exploração da floresta pseudo legalizada, que vai de encontro às resistências nas comunidades camponesas.

De forma que as comunidades camponesas se reapropriaram dos territórios tradicionais incorporando em suas lutas a temática ambiental e por meio da categoria *étnico-política* Comunidades tradicionais. Assim, provaram não ser em hipótese alguma o bom selvagem, visto que no ápice da instalação do capital no decorrer do processo histórico de ocupação e exploração da Amazônia, as comunidades se ergueram dentro do movimento social e, por conseguinte, formaram o que denominamos de movimentos socioterritoriais, com a agregação de diversas entidades da sociedade civil.

As desarticulações das Comunidades tradicionais, pensamos, soam como estratégias de políticas ambientais e órgãos falhos. Não é exagero dizer que neste

momento atual, temos consolidada uma agenda (ou não-agenda) ambiental totalmente entreguista. É claro que as eleições de 2018 a que nos referimos não explicam sozinhas as desarticulações nas Comunidades Tradicionais, já que isso vem bem antes. Entretanto, neste momento a agenda ambiental é muito próxima da ideia de Amazônia como um recurso natural a ser explorado pela mineração, agronegócio e agropecuária.

Notícias como, demarcação de terras indígenas saindo da FUNAI para o Ministério da Justiça, trocas dos comandos de Órgãos como ICMBio, IBAMA onde tem prevalecido objetivamente a troca de técnicos renomados de anos de experiência no serviço público (na área ambiental), por servidores da reserva militar, exclusivamente, e outros ainda na ativa, sem qualquer experiência para o cargo, revela o quanto o governo atual encara de forma mediana e descompromissada com o bem público a questão.

Assim, se obscura o futuro das políticas ambientais para as UCs no país, devido à gestão atual não ter uma agenda que trate ou dê continuidade, mesmo que parca a problemas como conflitos, desmatamento, políticas específicas às comunidades tradicionais em áreas de proteção. Aliás, a gestão tem se mostrado medíocre ao atendimento das demandas dessas comunidades e até mesmo inimiga das Comunidades tradicionais, caracterizando mais uma gestão “Agromiliciana Pentecostal”, se aproximando e fechando parcerias fortes com a iniciativa privada, adotando um viés desenvolvimentista caracteristicamente de décadas atrás, onde a Amazônia é um imenso recurso a ser explorado e se portando cegamente diante dos problemas agrários, ambientais historicamente colocados.

Ainda lembramos que nestes tempos de cisão social, situações que remeteram a relação entre as duas Comunidades vizinhas, a Vila bom Jesus (católica) e a Vila Nova Bom Jesus (Evangélica), contribuem ainda mais negativamente para as mobilizações sociais. Vejamos que a explicação para que a Vila Evangélica nunca tenha sido atuante na criação e gestão da RESEX “Verde para sempre” se deve, sem dúvida a sua opção religiosa. Entretanto, nas entrevistas e nos relatos dos poucos entrevistados, os evangélicos estão sabendo lidar bem com os benefícios de ser uma RESEX: todos os benefícios de outrora já concedidos e os que poderão vir (água tratada, saneamento, bolsas, fomentos pelo INCRA e outros órgãos) não fazem distinção e todos receberão. Em outras palavras, os comunitários da Vila evangélica recebem igualmente os benefícios, não cabendo outra explicação para o claro e notável desinteresse pela RESEX (perceptível nas falas e entrevistas), senão esse momento em que o pentecostalismo domina a vida social para além das práticas religiosas.



Dito isso, é preocupante que as desarticulações internas observadas na Comunidade Bom Jesus, na Vila Evangélica, e áreas próximas como na Comunidade de do Rio Cupari, dentre outras que os entrevistados citaram, estejam prejudicando os processos de reivindicação. Entretanto, existem comunidades em que a organização se configura num patamar melhor, com seus planos de manejo e de ação funcionando. Estas condições são importantes diante da burocrática vida a que se remete uma comunidade tradicional em uma Reserva Extrativista no Brasil. Essa distorção entre as comunidades também é problemática, pois, demonstra o quanto é diferenciada a inserção na gestão da RESEX, as condições de participação são relativizadas, o papel das lideranças nas instancias consultivas e deliberativas, a capacidade técnica no entendimento da burocracia participativa e no entendimento e cumprimento de leis são elementos que demonstram essa distorção caracterizada na RESEX “Verde para Sempre”.

Temos esse quadro e mais as crescentes tensões territoriais caracterizando esse novo momento do País. Acrescente-se também certo comportamento das Comunidades tradicionais, em nosso entendimento, na medida em que estas absorvem a ideia de destinação territorial pensada pelo Estado em vários sentidos: os comunitários incorporam discursos externos, do Estado, em relação a leis, regras e comportamentos, fazendo-se esquecer algumas lutas históricas com o próprio Estado e contra a ameaça de madeireiras por exemplo. O que vemos nos relatos, às vezes, é o esquecimento ao não cobrar direitos e políticas públicas dos órgãos nos diversos entes da federação.

Mesmo em uma pesquisa de doutoramento, não é possível abarcar todos os elementos que o objeto exige e deixamos lacunas. Entretanto, isso, é da ciência, essa incompletude, já que nada está dado. Ao mesmo tempo, os fenômenos espaciais não se dão de forma única e não é tarefa fácil interpretá-los. Por isso, deixamos para futuros estudos e desdobramentos desta proposta apresentada, a consideração de que o contexto político atual, a desarticulação de algumas das comunidades historicamente envolvidas com os movimentos socioterritoriais reivindicatórios em Porto de Moz, a incorporação da agenda, de discursos e de comportamentos que o Estado deseja e objetiva nas UCs, como as Reservas Extrativistas, tendem a agravar ainda mais a complexa relação Estado/Movimentos socioterritoriais que envolvem Comunidades tradicionais, e acirram os conflitos de classe já historicamente colocados.

## 7. REFERÊNCIAS

ALARCON, D. F; TORRES, M. **"Não tem essa lei no mundo, rapaz!" A Estação Ecológica da Terra do Meio e a resistência dos beiradeiros do alto rio Iriri.** São Paulo : ISA - Instituto Socioambiental ; Altamira : Amora - Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio, 2014.

ARNAUD, M. J. C. **O papel dos movimentos socioambientais e do Estado na Institucionalização da Resex “Verde para Sempre” no território de Porto de Moz, Pará.** In: XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2012, Uberlândia, MG. Anais, 1-14.

ARNAUD, M. J. C. **Gestão ambiental no Baixo Tocantins: dos movimentos ambientalistas à elaboração do PPDJUS.** Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belém, 2010.

ALMEIDA, A. W. 2008. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas.** Manaus: PGSCA-UFAM

ALMEIDA, M. W. B. de; CUNHA, M. C. da. **Populações Indígenas, Povos Tradicionais e Preservação na Amazônia.** In: Biodiversidade na Amazônia Brasileira. Avaliação e Ações Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios, orgs João P., R. Capobianco et al, São Paulo, Instituto Socioambiental e Estação Liberdade, 2001.

ALMEIDA, M. W. B. de ; REZENDE, R. S. . **Uma Nota Sobre Comunidades Tradicionais e Unidades de Conservação.** Ruris (Campinas), v. 7, p. 185-195, 2015

BARBOSA, C. W. S.. **Populações tradicionais e suas relações com a concepção de gestão de Unidade de Conservação de uso sustentável: o caso da Resex Verde para Sempre.** Dissertação (Mestrado) - INPA, Manaus, 2015

BECKER, B. K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BECKER, B. K. **As Amazônias de Bertha Becker: ensaios sobre geografia e sociedade na região amazônica.** Ed. Garamond, Vol 1. 2015.

BRINGEL, F. O. **Fronteiras agrárias intermitentes e processos de territorialização do campesinato na Amazônia: uma análise comparativa de projetos de assentamento no sudeste e sudoeste do Pará.** Recife, 2015. 329 p. Tese (doutorado

em Geografia) Universidade Federal de Pernambuco– CFCH/UFPE – Programa de Pós-Graduação em Geografia.

BRITO, A. L. **Mulheres no seringal: experiência, trabalho e muitas histórias (1940-1950)**. Recife, 2015. 329 p. Tese (doutorado em História) Universidade Federal de Pernambuco– CFCH/UFPE – Programa de Pós-Graduação em História.

CALEGARE, M. G. A.; HIGUCHI, M. I. G; BRUNO, A. C.S.. **Povos e comunidades tradicionais: das áreas protegidas à visibilidade política de grupos sociais portadores de identidade étnica e coletiva ...** [online]. 2014, vol.17, n.3, pp.115-134

CANCELA, C. D. **Casamento e relações familiares na economia da Borracha (Belém – 1870-1920)**. São Paulo, 2006. Tese (doutorado em História) Universidade de São Paulo.

CHAMBOULEYRON, R.. **Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640-1706)**. Belém: Açai/PPHIST/CMA, 2010.

CLEPS JR, J. **Territorialização do capital no campo: A atualização das lutas sociais e os impasses da reforma agrária no Brasil**. Francisco Beltrão: UNIOESTE. Faz Ciência / Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Francisco Beltrão. Vol. 12, Nº 15 (2010).

CLEPS JR, J. As Ações dos Movimentos Sociais no Campo em 2010. In: **Conflitos no Campo Brasil 2010**. Org. Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Isolete Wichinieski. Goiânia: CPT, 2011.

CRUZ, V. do C. **R-existências, Territorialidade e Identidades na Amazônia**. Terra Livre, v. 1, p. 63-89, 2006.

CRUZ, V. do C. **A ambientalização e etnização das lutas sociais pela terra na Amazônia: novas agendas, novos agenciamentos político-territoriais**. In: V Simpósio internacional de Geografia Agrária, 2011, Belém-PA. Anais do V Simpósio internacional de Geografia Agrária, 2011.

FERNANDES, B. M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: Antônio Márcio Buainain. (Org.). **Luta pela Terra. Reforma. Agrária e Gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

GONZÁLEZ C., P.. **Colonialismo interno (umaredefinição)**. En publicacion: A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas Boron, Atilio A.; Amadeo, Javier; Gonzalez, Sabrina. 2007.

GUERRERO, N. R.; TORRES, M.; CAMARGO, M. L. **"Exclusão Participativa: conflitos em torno da gestão de unidades de conservação ambiental hoje"**. In: Anais do V Simpósio Internacional de Geografia Agrária e VI Simpósio Nacional de Geografia Agrária. Belém-PA: UFPA, 2011.

HAESBAERT, R. **Território e multiterritorialidade: um debate**. GEOgraphia, Vol. 9, Nº. 17 (2007).

HAESBAERT, R. Dilemas de conceitos; espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, M. A e SPOSITO, E. S. (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, UNESP, 2009. pp. 95-120.

HÉBETTE, J.; MAGALHÃES, S. B.; MANESCHY, M. C. (Orgs.). **No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará**. Belém: EDUFPA, 2002. p. 175-202.

HOMMA, A. K. O. **História da Agricultura na Amazônia: da era pré-colombiana ao terceiro milênio**. 2003:28. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – Série Legislação ICMBio. Volume 1 Sistema Nacional de Unidades de Conservação. S/L. Agosto, 2009.

IBGE. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**. 2017 / IBGE, Coordenação de Geografia. - Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 82p.

MARIN, R., **Visão histórica da região do rio Xingu: economia e diversidade étnica**, Papers do. Naea, n 276, p. 1-22, 2010.

MARTIN, N. B e ARRUDA, S. T. **A produção brasileira de borracha natural: situação atual e perspectivas**. São Paulo: Informações Econômicas, v.23, n.09, set. 1993.

MARTINS, J. S. **O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira**. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 8(1): 25-70, maio de 1996.

MARTINS, H. D. S. et.al. **Avaliação da pressão humana na Reserva Extrativista Verde para Sempre no oeste do Pará**. Anais XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Florianópolis, Brasil, 21-26 abril 2007, INPE, p. 2817-2824

MIGNOLO, W. D. **Desobediencia Epistémica: retórica da modernidad, lógica de lacolonialidad y gramática de la descolonialidad**. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2010. (Colección Razón Política)

MONBEIG, P. **A zona pioneira do Norte-Paraná**. Boletim Geográfico, v.3, n.25, 1945b. p.11-17

MOREIRA, E.S.; HÉBETTE, J. **Metamorfoses de um campesinato nos Baixos Amazonas e Baixo Xingu paraense**. In: GODOI, E.P. de; MENEZES, M. A. de; MARIN, R.A. (org.). Diversidade do campesinato: expressões e categorias. São Paulo: UNESP, 2009. v. 1, cap.8, p. 187-207.

NOGUEIRA, R. J. B; NETO, T. O. **Estado e território na Amazônia brasileira: novas infraestruturas**. in: PALHETA, J. M; NASCIMENTO, F. R. do. SILVA, C. N. (ORG). Grandes empreendimentos e impactos territoriais no Brasil. 1. ed. – Belém: GAPTA/UFPA, 2017.

OLIVEIRA, A. U. DE. **Geografia agrária: perspectivas no início do século XX**. In: MARQUES, Marta e OLIVEIRA, Ariovaldo (orgs.), O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo, 2004. (p.29-70)

OLIVEIRA, L. de F. **Estado do Maranhão e Grão-Pará: primeiros anos de ocupação, expansão e consolidação do território**. São Paulo. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. Julho. 2011.

OLIVEIRA, J. P. de. **Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais**. Mana [online]. 1998, 4-77. vol.4.

O SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA, MMA. Brasília. 2011.

PEIXOTO, R. C.; ARENZ, K.; FIGUEIREDO, K.. **O Movimento Indígena no Baixo Tapajós: etnogênese, território, Estado e conflito**. Belém, Novos Cadernos NAEA v. 15, n. 2, p. 279-313, dez. 2012.

PEREIRA, E. A. D.. **As encruzilhadas das territorialidades ribeirinhas: transformações no exercício espacial do poder em comunidades ribeirinhas da Amazônia tocantina paraense**. Niterói, 2014. 434 p. Tese (doutorado em Geografia) Universidade Federal de Fluminense.

PEREIRA, L. B. **Evolução da pecuária bubalina e a transformação dos ecossistemas na RESEX Verde para Sempre: um olhar a partir da análise retrospectiva**. Belém, 2013. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação

em Agriculturas Amazônicas Curso de Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Universidade Federal do Pará. 2013

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A Territorialidade Seringueira**. Geographia. Niterói-RJ: UFF/PGG Ano 1, nº 2. 1999. (p. 67-88).

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Geografia da violência contra a pessoa no campo brasileiro: agronegócio, grilagem e devastação. Caderno Conflito no Campo – Brasil 2004**, Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, p.142-156, 2005.

QUIJANO, A. A colonialidade de poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005

QUIJANO, A. **Colonialidade do Poder e classificação social**. In: MENESES, Maria Paula; SOUSA SANTOS, Boaventura de. (Orgs). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez Editora, 2009. p. 84-144

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REIS, A. C.. **Guia histórico dos municípios do Pará**. 1947. Rio de Janeiro, REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO NACIONAL, nº 11, ano 1947.

RICARDO, C. A; MARTINELLI, P. **A arte Baniwa: cestaria de arumã**. 3ª Edição. Oibi. FOIRN. Instituto Socioambiental.2001.

ROCHA, G. de M; NASCIMENTO D. M; SILVA, A. T; FENZL, N.; CONDURÚ Marise T. **Governança, integração e meio ambiente na Amazônia**. Belém, NUMA/UFPA, 2007.

SALERA JÚNIOR, G.. **Breves: Prefeitos e vice-prefeitos**. Breves: SEMED, 2014.

SANTANA, F. R.S, DIAS, R. L. PENA, H. W. A. **ANÁLISE DAS ATIVIDADES PRODUTIVAS NO MUNICÍPIO DE PORTO DE MOZ - BAIXO AMAZONAS – PA**. Revista académica de economia. Observatorio de laEconomíaLatinoamericana , v. 3, p. 01-17, 2014.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SANTILLI, J. **Socioambientalismo e novos direitos**. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SANTOS, R. E. dos. **Movimentos Sociais e geografia**: 1ª ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2011.

SANTOS, I. V.; ROCHA, C. G. S. **Uso comunitário dos recursos naturais: uma estratégia de reprodução social das famílias ribeirinhas da comunidade São João do Cupari, Reserva Extrativista Verde para Sempre, Porto de Moz – Pará**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 4, 2008, Anais... Brasília: UNB, 2008

SILVA, F. B; RAVENA, N. **Formação institucional da Amazônia**. Editora NAEA, 2015.

SILVA, S. S. da S. **Resistência Camponesa e Desenvolvimento Agrário na Amazônia-Acreana**. Presidente Prudente, 2005. 494 p. Tese (doutorado em Geografia) Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista – FCT/UNESP.

SILVA, S. A. **Divisão Regional Brasileira: considerações acerca de seus fundamentos**. ANAIS: 12º Encuentro de Geógrafos de América Latina. Uruguai – Montevideo. 2009

SIMMEL, G. **O conflito como sociação**. (Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro Koury). **RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 10, n. 30, pp. 568-573. ISSN 1676-8965. <http://www.cchla.ufpb.br/rbse/Index.html>

SIMMEL, G. **A natureza sociológica do conflito**, in: Moraes Filho, Evaristo (org.), Simmel, São Paulo, Ática, 1983.

SOUSA, R. V. de. **Campesinato na Amazônia: da subordinação à luta pelo poder**. Belém: NAEA, 2002

WATRIN, O. S.; OLIVEIRA, P. M. **Levantamento do uso e cobertura da terra em área da reserva extrativista “Verde para Sempre”, Porto de Moz, PA**. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2009. 36p. : 21 cm. – (Embrapa Amazônia Oriental. Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento, 69).

TAVARES, M. G. da C. **A formação territorial do espaço paraense: dos fortes à criação de municípios.** In: Revista ACTA Geográfica, ANO II, n°3, jan./jun. de 2008. p.59-83. Em: [revista.ufrr.br/index.php/actageo/article/download/204/364](http://revista.ufrr.br/index.php/actageo/article/download/204/364). Acesso: outubro de 2018.

TAVARES, M. G. da C. **A Amazônia brasileira: formação histórico-territorial e perspectivas para o século XXI.** In: GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, N° 29 - Especial, pp. 107 - 121, 2011.

TORRES, M. **Terra privada, vida devoluta: ordenamento fundiário e destinação de terras públicas no oeste do Pará.** 2012. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

TORRES, M. **A despensa viva: um banco de germoplasma nos roçados da floresta. Geografia em questão.** Cascavel, v.4, n. 02, 2011.

TRINDADE, J. R. B. & OLIVEIRA, W. P. Antecedentes Históricos da “Reconquista” da Amazônia. IN: TRINDADE, J. R. (ORG). **Seis Décadas de Intervenção Estatal na Amazônia – a SPVEA, auge e crise do ciclo ideológico do desenvolvimentismo brasileiro.** Belém: PAKA-TATU, 2014.

TRINDADE JR., S. C. C. da. **Pensando a Concepção de Amazônia.** In. SILVA, José Borzacchiello da; LIMA, Luiz Cruz; ELIAS, Denise. Org. **Panorama da Geografia Brasileira 1.** São Paulo: Annablume, 2006

TRINDADE JR., S. C. C. da. **Diferenciação Espacial e Formação de Sub-Região: o baixo tocantins na amazônia Oriental.** In. SILVEIRA, Márcio Rogério; LAMOSO, Lisandra Pereira; MOURÃO, Paulo Fernando Cirino. **Questões Nacionais e Regionais do Território Brasileiro.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

VILARROEL, L. C. L. **A evolução da política de criação de Unidades de Conservação, no Estado do Amazonas no período de 1995 a 2010.** Dissertação de Mestrado- Centro de Desenvolvimento Sustentável, Brasília. 2012

WANZILÉR, R. **O extrativismo da borracha e seus reflexos históricos e geográficos no município de Gurupá-Pará.** Breves: Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Pará – Faculdade de Cartografia e Geografia. 2018.



## **ANEXOS**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

INSTITUTO DE GEOGRAFIA

COORD. DA PESQUISA: PROFº DR. JOÃO CLEPS JR.

ORIENTANDO: MÁRIO JÚNIOR DE CARVALHO ARNAUD

**APÊNDICEA - Formulário de Pesquisa**

Para os moradores da RESEX – Vila Bom Jesus

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

**1- IDENTIFICAÇÃO**

Nome do entrevistado: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_

☐ Masculino ☐ Feminino E-mail: \_\_\_\_\_ Tel: \_\_\_\_\_

Comunidade: \_\_\_\_\_

Local de Nascimento: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

**2 - PERFIL DO ENTREVISTADO**

<b>2.1. TEMPO QUE RESIDE NA RESEX:</b>  <input type="checkbox"/> menos de 1 (um) ano <input type="checkbox"/> de 1 (um) a 3 (três) anos <input type="checkbox"/> de 4 (três) a 8 (oito) anos <input type="checkbox"/> de 9 (nove) a 12 (doze) anos <input type="checkbox"/> mais de 13 (treze) anos	<b>2.2. FORMAÇÃO ESCOLAR:</b>  <input type="checkbox"/> não alfabetizado <input type="checkbox"/> alfabetizado <sup>94</sup> <input type="checkbox"/> 1ª a 4ª série do ensino fundamental <input type="checkbox"/> ensino fundamental completo <input type="checkbox"/> ensino médio completo <input type="checkbox"/> ensino superior completo
<b>2.3. INTEGRA A FAMÍLIA COMO:</b>  <input type="checkbox"/> Pai <input type="checkbox"/> Mãe <input type="checkbox"/> Filho <input type="checkbox"/> Filha <input type="checkbox"/> Outro: _____	<b>2.4. SITUAÇÃO CIVIL</b>  <input type="checkbox"/> Casado(a) <input type="checkbox"/> Solteiro(a) <input type="checkbox"/> União consensual <input type="checkbox"/> Viúvo(a)

<sup>94</sup> Compreende-se como alfabetizado o cidadão que sabe ler e escrever.

Quantas pessoas compõem sua família? _____	
---	--

### 3 - CONDIÇÕES ECONÔMICAS

<b>3.1. SEU TRABALHO PARA O SUSTENTO SE DÁ COMO:</b>  <input type="checkbox"/> Proprietário <input type="checkbox"/> arrendatário <input type="checkbox"/> empregado <input type="checkbox"/> outro	<b>3.2. O PRINCIPAL RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO FINANCEIRA DA FAMÍLIA</b>  <input type="checkbox"/> Pai <input type="checkbox"/> Mãe <input type="checkbox"/> Filho(a) <input type="checkbox"/> Outro
<b>3.3. QUANTAS PESSOAS DA FAMÍLIA CONTRIBUEM NO ORÇAMENTO FAMILIAR?</b>  Crianças: _____ adolescentes/jovens: _____ Adultos: _____	<b>3.4. QUAL A SUA PRINCIPAL OCUPAÇÃO:</b>  <input type="checkbox"/> agricultor <input type="checkbox"/> autônomo <input type="checkbox"/> funcionário público <input type="checkbox"/> dono(a) de casa <input type="checkbox"/> pescador <input type="checkbox"/> aposentado(a) <input type="checkbox"/> coletor de açaí <input type="checkbox"/> funcionário de firma <input type="checkbox"/> outros
<b>3.5. O RENDIMENTO MENSAL DA FAMÍLIA É:</b>  <input type="checkbox"/> 1 salário mínimo <input type="checkbox"/> 1,5 a 2 salários mínimos <input type="checkbox"/> 3 a 4 salários mínimos <input type="checkbox"/> + de 4 salários mínimos <input type="checkbox"/> sem renda	<b>3.6. SUA FAMÍLIA RECEBE BENEFÍCIOS:</b>  <input type="checkbox"/> bolsa alimentação <input type="checkbox"/> cartão alimentação <input type="checkbox"/> auxílio gás <input type="checkbox"/> bolsa família estadual <input type="checkbox"/> bolsa escola municipal <input type="checkbox"/> erradicação do trabalho infantil <input type="checkbox"/> outros
<b>3.7. A PRINCIPAL FONTE DE RENDA É:</b>  <input type="checkbox"/> comercialização de pescado <input type="checkbox"/> farinha <input type="checkbox"/> açaí <input type="checkbox"/> comercialização de pequenos animais <input type="checkbox"/> comercialização de produção agrícola <input type="checkbox"/> aposentadoria <input type="checkbox"/> bolsa do governo <input type="checkbox"/> extrativismo	<b>3.8. O DESTINO DESSE RECURSO É:</b>  <input type="checkbox"/> Comprar alimentos <input type="checkbox"/> Comprar material escolar <input type="checkbox"/> Comprar roupas <input type="checkbox"/> Outros <input type="checkbox"/> Medicamentos
<b>3.9. SUA CONDIÇÃO DE MORADIA DEPOIS DA CRIAÇÃO DA RESEX:</b>	<b>3.10. SUA CONDIÇÃO ECONÔMICA DEPOIS DA CRIAÇÃO DA RESEX:</b>

<input type="checkbox"/> melhorou <input type="checkbox"/> piorou <input type="checkbox"/> permaneceu igual	<input type="checkbox"/> melhorou <input type="checkbox"/> piorou <input type="checkbox"/> permaneceu como antes
<b>3.11. ATIVIDADES ECONÔMICAS DESENVOLVIDAS NA COMUNIDADE</b>  a) extrativista: <input type="checkbox"/> açaí <input type="checkbox"/> palmito <input type="checkbox"/> madeira <input type="checkbox"/> peixe <input type="checkbox"/> outro  b) agricultura: <input type="checkbox"/> horta <input type="checkbox"/> farinha <input type="checkbox"/> melancia <input type="checkbox"/> outra <input type="checkbox"/> outro  c) pecuária: <input type="checkbox"/> criação de pequenos animais <input type="checkbox"/> peixe <input type="checkbox"/> outro  <input type="checkbox"/> Criação de animais de médio porte <input type="checkbox"/> galinha <input type="checkbox"/> pato  <input type="checkbox"/> Criação de animais grande porte <input type="checkbox"/> porco <input type="checkbox"/> gado	<b>3.12. RECEBEU RECURSO REPASSADO PELO INCRA PARA:</b>  <input type="checkbox"/> construção de casa <input type="checkbox"/> comprar motor de luz <input type="checkbox"/> comprar barco <input type="checkbox"/> desenvolvimento da atividade agrícola / pecuária / extrativista <input type="checkbox"/> outro  <b>4.13. QUAL A ORIGEM DO FOMENTO?</b>  <input type="checkbox"/> IBAMA <input type="checkbox"/> ICMBIO <input type="checkbox"/> Ministério do Meio Ambiente

#### 4 - CONDIÇÕES SÓCIO-CULTURAIS

<b>4.1. INSTITUIÇÕES QUE DESENVOLVEM AÇÕES NA COMUNIDADE</b>  <input type="checkbox"/> ICMBIO/CNPT <input type="checkbox"/> INCRA <input type="checkbox"/> CNS <input type="checkbox"/> IGREJAS <input type="checkbox"/> STR <input type="checkbox"/> Colônia de pescadores <input type="checkbox"/> UFPA <input type="checkbox"/> UEPA <input type="checkbox"/> Associação da RESEX	<b>4.2. VOCÊ É VINCULADO A ALGUMA INSTITUIÇÃO ORGANIZADA NA RESEX?</b>  <input type="checkbox"/> cooperativa <input type="checkbox"/> associação de moradores da RESEX <input type="checkbox"/> sindicato <input type="checkbox"/> associação de mulheres da RESEX <input type="checkbox"/> conselho deliberativo da RESEX
<b>4.3. A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NO CONSELHO DELIBERATIVO DA RESEX É:</b>	<b>4.4. A INSTITUIÇÃO QUE VOCÊ É VINCULADO PROMOVE</b>



<input type="checkbox"/> INCRA  <input type="checkbox"/> EMATER <input type="checkbox"/> Secretaria estadual de Agricultura	<input type="checkbox"/> na extração dos produtos extrativistas <input type="checkbox"/> na pesca <input type="checkbox"/> no preço dos produtos <input type="checkbox"/> na caça <input type="checkbox"/> na comercialização dos produtos <input type="checkbox"/> outro <input type="checkbox"/> Secretaria municipal de Agricultura <input type="checkbox"/> outras
<b>5.9. COM QUE FREQUÊNCIA OS TÉCNICOS DO ICMBIO ESTÃO PRESENTES NA RESEX</b>  <input type="checkbox"/> 1 vez por mês <input type="checkbox"/> 2 em 2 meses  <input type="checkbox"/> 2 vezes por semestre <input type="checkbox"/> 1 a 4 vezes por ano <input type="checkbox"/> raramente	<b>5.10. HOUVE ALGUM PROBLEMA ENTRE COMUNITÁRIOS E ALGUMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA QUE TENHA RELAÇÃO COM A RESEX?</b>  <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não  Se sim, quando? _____  Por quê? _____

## 6 - ROTEIRO DE ENTREVISTA

6.1. O que você entende por desenvolvimento sustentável?

6.2. Qual seu entendimento sobre unidade de conservação?

6.3. O que você entende por RESEX?

6.4. Como você percebe a contribuição da escola na formação de seu filho para conservação da RESEX?

6.5. Quais mudanças ocorreram na comunidade com a criação da RESEX?

6.6. O que deve ser feito para garantir a sustentabilidade da RESEX?

a) nas questões ambientais:

---

b) nas questões econômicas:

---

c) nas questões sociais e educacionais:

---

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS

COORD. DA PESQUISA: PROF. DR. JOÃO CLEPS

ORIENTANDO: MÁRIO JÚNIOR DE CARVALHO ARNAUD

## **APÊNDICE D - Roteiro para Observação Participante**

*Observação participante na escola e na comunidade da RESEX*

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

1- A relação comunidade e o espaço (constituição de relações, comportamentos, objetos espaciais e atividades diversas, análise das paisagens)

2 – Modo de vida diário.

3 – Observação e coleta de informações dos serviços existentes na comunidade.

4 – Atividades econômicas diversas (sustente e sobrevivência, transportes, circulação, etc)

5 – Atividades socio-culturais.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

INSTITUTO DE GEOGRAFIA

COORD. DA PESQUISA: PROFº DR. JOÃO CLEPS JR.

ORIENTANDO: MÁRIO JÚNIOR DE CARVALHO ARNAUD

## APÊNDICE H - Roteiro de Entrevista

*Para dirigentes de Órgãos que possuem projetos e/ou responsabilidades com a RESEX*

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

### 1- Identificação

Nome do entrevistado: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_ Tel; \_\_\_\_\_

Órgão que representa: \_\_\_\_\_

### 2 - Há políticas, programas e/ou projetos desenvolvidos na RESEX ?

☐ Sim

☐ Não

Se sim, quais são?

<b>Programas e/ou projetos</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Município</b>	<b>Período de Execução</b>	<b>Valor (R\$)</b>	<b>Resultados Alcançados</b>

--	--	--	--	--	--

3 - Há políticas, programas e/ou projetos para os próximos anos na RESEX ?

☐ Sim

☐ Não

Se sim, quais são?

<b>Programas e/ou projetos</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Município</b>	<b>Período de Execução</b>	<b>Resultados Previstos</b>

4 - Como vem ocorrendo as ações do órgão com as comunidades da RESEX

5 - Quais os tipos de benefícios a RESEX tem recebido por parte dessa Instituição? Enumerar e relacionar os valores por ano (último 10 anos).

6 – Como órgão vem procurando estabelecer a participação da sociedade civil na gestão da RESEX?

7- Há em execução e/ou existência de um plano de manejo para a RESEX?

8 – Em geral, como o órgão vem fazendo a gestão junto as comunidades da RESEX? Há dificuldades, quais?